



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

DE CASTELO BRANCO

(2022 - 2039)

AFLOBEI



Associação de
Produtores
Florestais
da Beira Interior

**ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS
DA BEIRA INTERIOR**



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

Revisão do PGF

Aprovado em 24.02.2017

Nº169.PB.002.20110211.R.1.20160909

(2022 – 2039)

Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco

ABRIL 2022

EDIÇÕES		
Nº DA EDIÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO
ED1	FEVEREIRO 2011	PGF N.º 169.PB.002.20110211
ED2	SETEMBRO 2016	Revisão do PGF N.º 169.PB.002.20110211
ED3	ABRIL 2022	Revisão do PGF N.º 169.PB.002.20110211.R.1.20160909

ÍNDICE

ÍNDICE	4
ÍNDICE DE QUADROS.....	6
ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE MAPAS	10
LISTA DE ANEXOS	11
LISTA DE ABREVIATURAS.....	12
GLOSSÁRIO	13
INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS.....	18
 A – DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO	 20
1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO	20
1.1. Caracterização do Proprietário e da Gestão	20
1.1.1 Identificação do Proprietário, Gestor ou Responsável pela Gestão	20
1.1.2. Identificação do Responsável pela Elaboração do PGF	20
1.2 Caracterização geográfica da exploração florestal.....	21
1.2.1 Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem	21
1.2.2 Inserção administrativa	27
1.2.3 Localização e acessibilidade da exploração.....	27
 2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE	 27
2.1 Variáveis Fisiográficas – Altimetria, Declives e Exposições	27
2.1.1 Altimetria	27
2.1.2 Declives	28
2.1.3 Exposições.....	28
2.1.4 Hidrografia	29
2.2 Clima	29
2.3 Solo	30
2.3.1 Litologia / Capacidade de Uso do Solo	30
2.4 Fauna, flora e habitats	31
2.5 Pragas, doenças e infestantes	34
2.6 Incêndios florestais, inundações e outros riscos naturais	38
2.6.1 Ocorrências / Área ardida	38
2.6.2 Carta de Perigosidade	39
2.6.3 Carta de Risco de Incêndio	40
 3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS.....	 40
3.1 Restrições de utilidade pública	40
3.2 Instrumentos de planeamento florestal	44
3.3 Instrumentos de gestão territorial	51
3.4 Outros ónus relevantes para a gestão florestal	51

4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS	56
4.1 Infraestruturas florestais.....	56
4.1.1 Rede viária florestal (RVF)	56
4.1.2 Armazéns e outros edifícios associados à gestão.....	57
4.1.3 Infraestruturas DFCI	57
4.1.4 Infraestruturas de apoio à gestão cinegética	58
4.1.5 Infraestruturas de apoio à silvopastorícia	58
4.1.6 Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo	58
4.2 Caracterização socioeconómica da propriedade	59
4.2.1 Função de produção.....	60
4.2.2 Função de proteção	60
4.2.3 Função de silvopastorícia, caça e pesca	61
 B – MODELO DE EXPLORAÇÃO	 63
1 Caracterização e Objetivos de Exploração	63
1.1 Caracterização dos Recursos.....	63
1.1.1 Caracterização geral.....	63
1.1.2 Compartimentação da propriedade, definição e delimitação das parcelas	65
1.1.3 Componente florestal	67
1.1.3.1 Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos	67
1.1.3.2 Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar – dp).....	68
1.1.4 Componente silvopastoril	71
1.1.5 Componente cinegética, aquícola e apícola.....	71
1.1.6 Componente de recursos geológicos e energéticos.....	71
1.2 Definição dos objetivos de exploração.....	72
 2. Adequação ao PROF	 73
 3. Programas operacionais.....	 74
3.1 Programa de gestão de biodiversidade.....	75
3.2 Programa de gestão da produção lenhosa.....	79
3.2.1 Programa de cortes e desbastes	84
3.3 Programa de Gestão do Aproveitamento de Recursos Não Lenhosos e Outros Serviços Associados	85
3.3.1 Programa de gestão suberícola.....	86
3.3.2 Programa de gestão cinegética	88
3.3.3 Programa de gestão de invasoras lenhosas (infestantes)	90
3.4 Programa de infraestruturas	91
3.6 Programa de Operações Silvícolas Mínimas.....	92
3.7 Gestão florestal preconizada (Calendarização das Intervenções)	93
 4. Bibliografia	 135

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação do proponente.....	20
Quadro 2 – Identificação dos responsáveis pela elaboração do PGF.....	20
Quadro 3 – Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	21
Quadro 4 – Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	22
Quadro 5 – Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	23
Quadro 6 – Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	24
Quadro 7 – Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	25
Quadro 8 – Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	26
Quadro 9 – Distribuição percentual das classes de altimétricas da UGF.	27
Quadro 10 – Distribuição percentual das classes de declive da UGF.	28
Quadro 11 – Distribuição percentual das classes de exposição da UGF.	28
Quadro 12 – Dados Climáticos (Fonte: Atlas do Ambiente).....	29
Quadro 13 – Tipos de Solo da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).....	31
Quadro 14 – Litologia da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).....	31
Quadro 15 – Capacidade de Uso do Solo da UGF.....	31
Quadro 16 – Síntese de Pragas e Doenças presentes.	35
Quadro 17 – Síntese de Pragas e Doenças presentes.	36
Quadro 18 – Síntese de Pragas e Doenças potenciais.....	36
Quadro 19 – Síntese de Pragas e Doenças potenciais.....	37
Quadro 20 - Métodos de controlo utilizados na Acácia-mimosa.	38
Quadro 21 – Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).....	44
Quadro 22 – Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).	45
Quadro 23 – Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).	46
Quadro 24 – Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).	47
Quadro 25 – Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).	48
Quadro 26 – Enquadramento da UGF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).	49
Quadro 27 – Zonas de Caça que englobam a ZIF (Fonte: ICNF).....	53
Quadro 28 – Zonas de Caça que englobam a ZIF (Fonte: ICNF).....	54
Quadro 29 – Zonas de Caça que englobam a ZIF (Fonte: ICNF).....	55
Quadro 30 – Distribuição da Rede Viária Florestal da UGF.....	57
Quadro 31 – Quantificação das Componentes da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustíveis da UGF.	58
Quadro 32 – Classificação funcional da UGF.....	62
Quadro 33 – Uso e Ocupação do Solo da UGF.	63
Quadro 34 – Uso e Ocupação do Solo da UGF.	64
Quadro 35 – Compartimentação da UGF (Talhões e Parcelas).	65
Quadro 36 – Compartimentação da UGF (Talhões e Parcelas).	66
Quadro 37 – Características dos povoamentos da UGF (Atual e Futura).	67
Quadro 38 – Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.....	68
Quadro 39 – Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.....	69
Quadro 40 – Caracterização parcelar dos povoamentos da UGF.....	70

Quadro 41 – Objetivos específicos das sub-regiões homogêneas que englobam a ZIF.	73
Quadro 42 – Quadro resumo da contribuição para as metas do PROF.....	74
Quadro 43 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo a legislação do PROF Centro Interior.	74
Quadro 44 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo a legislação do PROF Centro Interior.	75
Quadro 45 - Modelo de Silvicultura para o Eucalipto (EC1) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	79
Quadro 46 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro bravo (PB) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	80
Quadro 47 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro manso (PM1) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	81
Quadro 48 - Modelo de Silvicultura para o Carvalho negral (CN) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	81
Quadro 49 - Modelo de Silvicultura para o Carvalho americano (CXA) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	82
Quadro 50 - Modelo de Silvicultura para o Choupo (CH) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	82
Quadro 51 - Modelo de Silvicultura para o Cipreste comum (CP) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	83
Quadro 52 - Modelo de Silvicultura para o Freixo (FR) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	83
Quadro 53 – Quantificação das áreas de cortes e desbastes durante o período de vigência do PGF.....	84
Quadro 54 - Modelo de Silvicultura para o Sobreiro (SB1) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	85
Quadro 55 - Modelo de Silvicultura para a Azinheira (AZ) – novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	86
Quadro 56 – Tiragem de cortiça durante o período de vigência do PGF.	88
Quadro 57 - Calendarização das intervenções nas invasoras lenhosas para o período de vigência do PGF.....	90
Quadro 58 – Calendarização das intervenções nas infraestruturas para o período de vigência do PGF.	91
Quadro 59 – Nomenclatura da calendarização das intervenções.	95
Quadro 60 – Calendarização das intervenções.	97
Quadro 61 – Calendarização das intervenções (cont.).....	98
Quadro 62 – Calendarização das intervenções (cont.).....	99
Quadro 63 – Calendarização das intervenções (cont.).....	100
Quadro 64 – Calendarização das intervenções (cont.).....	101
Quadro 65 – Calendarização das intervenções (cont.).....	102
Quadro 66 – Calendarização das intervenções (cont.).....	103
Quadro 67 – Calendarização das intervenções (cont.).....	104
Quadro 68 – Calendarização das intervenções (cont.).....	105
Quadro 69 – Calendarização das intervenções (cont.).....	106
Quadro 70 – Calendarização das intervenções (cont.).....	107
Quadro 71 – Calendarização das intervenções (cont.).....	108
Quadro 72 – Calendarização das intervenções (cont.).....	109
Quadro 73 – Calendarização das intervenções (cont.).....	110
Quadro 74 – Calendarização das intervenções (cont.).....	111

Quadro 75 – Calendarização das intervenções (cont.).....	112
Quadro 76 – Calendarização das intervenções (cont.).....	113
Quadro 77 – Calendarização das intervenções (cont.).....	114
Quadro 78 – Calendarização das intervenções (cont.).....	115
Quadro 79 – Calendarização das intervenções (cont.).....	116
Quadro 80 – Calendarização das intervenções (cont.).....	117
Quadro 81 – Calendarização das intervenções (cont.).....	118
Quadro 82 – Calendarização das intervenções (cont.).....	119
Quadro 83 – Calendarização das intervenções (cont.).....	120
Quadro 84 – Calendarização das intervenções (cont.).....	121
Quadro 85 – Calendarização das intervenções (cont.).....	122
Quadro 86 – Calendarização das intervenções (cont.).....	123
Quadro 87 – Calendarização das intervenções (cont.).....	124
Quadro 88 – Calendarização das intervenções (cont.).....	125
Quadro 89 – Calendarização das intervenções (cont.).....	126
Quadro 90 – Calendarização das intervenções (cont.).....	127
Quadro 91 – Calendarização das intervenções (cont.).....	128
Quadro 92 – Calendarização das intervenções (cont.).....	129
Quadro 93 – Calendarização das intervenções (cont.).....	130
Quadro 94 – Calendarização das intervenções (cont.).....	131
Quadro 95 – Calendarização das intervenções (cont.).....	132
Quadro 96 – Calendarização das intervenções (cont.).....	133
Quadro 97 – Calendarização das intervenções (cont.).....	134

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição percentual da área ardida na ZIF.....	39
Figura 2 - Distribuição percentual da perigosidade de incêndio florestal na ZIF.	39
Figura 3 - Distribuição percentual do risco de incêndio florestal na ZIF.	40



ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DA ZIF

MAPAS 2 a 4 - ADERENTES - PRÉDIOS RÚSTICOS

MAPAS 5 a 7 - TIPO DE SOLOS

MAPAS 8 a 10 - ZONAS ESPECIAIS

MAPAS 11 a 13 - PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

MAPAS 14 a 16 - RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

MAPA 17 a 19 - ÁREAS ARDIDAS

MAPA 20 - REGIMES DE PROTEÇÃO (PNTI)

MAPAS 21 a 23 - SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

MAPAS 24 a 29 - OUTROS ÔNUS RELEVANTES PARA A GESTÃO

MAPAS 30 a 32 - INFRAESTRUTURAS DFCI E OUTRAS

MAPAS 33 a 35 - ZONAMENTO FUNCIONAL

MAPAS 36 a 38 - OCUPAÇÃO DO SOLO

MAPAS 39 a 41 - COMPARTIMENTAÇÃO (TALHÕES / PARCELAS)

MAPAS 42 a 44 - PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE 2022

MAPAS 45 a 47 - PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE 2023

MAPAS 48 a 50 - PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE 2024

MAPAS 51 a 53 - PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE 2025

MAPAS 54 a 56 - PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE 2026

MAPAS 57 a 59 - PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE 2027-2031

MAPAS 60 a 62 - PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE 2032-2036

MAPAS 63 a 65 - PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE 2037-2039

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – NORMAS DE CARTOGRAFIA DE OCUPAÇÃO DO SOLO	137
ANEXO II – PLANO SECTORIAL REDE NATURA 2000 (ZPE).....	138
ANEXO III – REGULAMENTO POPNTI.....	139
ANEXO IV – CARTOGRAFIA DE PORMENOR	140



LISTA DE ABREVIATURAS

AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
CAOF - Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais
CE - Corredor Ecológico
CMDFCI - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios
GTF - Gabinete Técnico Florestal
ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
IM - Instituto de Meteorologia
INE - Instituto Nacional de Estatística
PDF - Plano de Defesa da Floresta
PDM - Plano Diretor Municipal
PGF - Plano de Gestão Florestal
PIO - Plano de Intervenção Operacional
PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNTI - Parque Natural do Tejo Internacional
POEC - Plano de Ordenamento e Exploração Cinegético
POPNTI - Plano de Ordenamento do Parque Natural Tejo Internacional
PDR - Programa de Desenvolvimento Rural
PROF CI - Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior
PSRN - Plano Sectorial da Rede Natura
RAN - Reserva Agrícola Nacional
REN - Reserva Ecológica Nacional
RVF - Rede Viária Florestal
UGF - Unidade de Gestão Florestal
ZCA - Zona Caça Associativa
ZCT - Zona Caça Turística
ZCM - Zona Caça Municipal
ZIF - Zona de Intervenção Operacional
ZPE - Zona de Proteção Especial



Glossário

Atividades - Correspondem a um conjunto de intervenções táticas necessárias para atingir uma determinada produção esperada e/ou objetivo de produção.

Altitude - Distância, medida na vertical, desde o nível médio das águas oceânicas até ao lugar em referência.

Altura dominante - Média das alturas das três árvores com maior DAP da parcela de inventário, designadas por árvores dominantes (unidades: m).

Área arborizada - Área ocupada com espécies arbóreas florestais, desde que estas apresentem um grau de coberto igual ou superior a 10% e ocupem uma área igual ou maior a 0.5 ha.

Áreas ardidas - Terrenos de uso florestal, anteriormente ocupados por povoamentos florestais que, devido à passagem de um incêndio no último ano, estão atualmente ocupadas por vegetação queimada ou solo nu, com presença significativa de material morto ou carbonizado. Têm uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20 metros.

Área basal - Somatório das áreas seccionais das árvores do povoamento, calculadas a 1,30 m do solo (unidades: m²).

Cadastro Predial - Registo administrativo, metódico e atualizado de carácter multifuncional, no qual se procede à caracterização e identificação dos prédios existentes no território nacional. Para efeitos de cadastro, a caracterização de um prédio é dada através da sua localização administrativa e geográfica, configuração geométrica e área.

Caminhos florestais - Vias principais, transitáveis por todo o tipo de veículos durante todo o ano, com uma largura mínima de 3 - 3,5 metros.

CAP (Circunferência à altura do peito) - Perímetro do tronco de uma árvore medido sobre casca a 1,30 m do solo (unidades: cm).

Carregadouro - local destinado à concentração temporária de material lenhoso resultante da exploração florestal, com o objetivo de facilitar as operações de carregamento, nomeadamente a colocação do material lenhoso em veículos de transporte que o conduzirão às unidades de consumo e transporte para o utilizador final ou para parques de madeira.

Ciclo de exploração - Período de tempo que dista entre duas operações de colheita/exploração do povoamento florestal.

Compasso - Distância entre as linhas de plantação e distância entre as plantas na linha, como por exemplo, 3x3 m, 4x2 m, etc.

Composição - Variedade e natureza específica ou cultural dos indivíduos componentes dos povoamentos.

DAP (Diâmetro à altura do peito) - Diâmetro do tronco de uma árvore medido sobre casca a 1,30 m do solo (unidades: cm).

Densidade do povoamento - Número de árvores existentes num povoamento florestal por unidade de área (unidades: nº árvores / ha).

Estado sanitário - Avaliação de danos nos diversos órgãos ou tecidos das plantas, provocados por agentes bióticos.

Estradões - Vias secundárias de circulação limitada, sendo no Inverno apenas transitáveis por veículos todo-o-terreno. Têm como principal função servir de apoio às operações na mata e de compartimentação florestal.

Estrutura - Características de ocupação do espaço acima do solo pelas árvores, isto é, a forma de arranjo interno dos povoamentos.

Exploração - Conjunto de atividades necessárias para a transferência do material lenhoso produzido até ao local de transformação.

Exposição - Posição das vertentes em relação aos pontos cardeais (orientação solar).

Existência - Volume em pé

Floresta - Extensão de terreno com área $\geq 5\,000\text{ m}^2$ e largura $\geq 20\text{ m}$, com um grau de coberto $\geq 10\%$ (definido pela razão entre a área da projeção horizontal das copas e a área total da parcela), onde se verifica a presença de arvoredos florestais que, pelas suas características ou forma de exploração, tenha atingido, ou venha a atingir, porte arbóreo (altura superior a 5 m), independentemente da fase em que se encontre no momento da observação.

Índice de risco temporal de incêndio florestal - a expressão numérica que traduza o estado dos combustíveis florestais e da meteorologia, de modo a prever as condições de início e propagação de um incêndio.

Índice de risco espacial de incêndio florestal - a expressão numérica da probabilidade de ocorrência de incêndio.

Instalação - Período que decorre desde o início dos trabalhos de mobilização do terreno até à retanchar ou, quando esta não seja necessária, até um ano após o início da plantação.

Instrumentos de gestão florestal - planos de gestão florestal (PGF), os elementos estruturantes das zonas de intervenção florestal (ZIF), os projetos elaborados no âmbito dos diversos programas públicos de apoio ao desenvolvimento e proteção dos recursos florestais e, ainda, os projetos a submeter à apreciação de entidades públicas no âmbito da legislação florestal.

Litologia - Descrição das características que determinam a natureza, o aspeto e as propriedades de uma rocha de modo a particularizá-la, tendo como base parâmetros como: textura, cor, composição mineralógica e/ou química, granulometria.

Manutenção - Período de decorre desde a instalação do povoamento até a sua exploração/colheita.

Matos - Extensão de terreno com área $\geq 5\,000\text{ m}^2$ e largura $\geq 20\text{ m}$, com cobertura de espécies lenhosas de porte arbustivo, ou de herbáceas de origem natural, onde não se verifique atividade agrícola ou florestal, que podem resultar de um pousio agrícola, constituir uma pastagem espontânea ou terreno pura e simplesmente abandonado.

Modelos de Silvicultura - Conjunto de intervenções silvícolas base, necessárias e aconselhadas, com vista á correta instalação, manutenção e exploração de um determinado tipo de povoamento florestal, de acordo com os seus objetivos principais, adequado às funcionalidades dos espaços florestais.

Ocupação do solo - Identifica a cobertura física do solo.

Operações - Especificam o detalhe de cada atividade e correspondem a um conjunto de práticas operacionais capazes.

Ordenamento florestal - Conjunto de normas pelas quais se regulam as intervenções de natureza cultural ou de exploração com vista à obtenção, de forma sustentada, de um objetivo predeterminado.

Parcela - Unidade territorial delimitada de forma contínua, que apresenta uma composição florística, ecológica e estrutural homogénea (ocupação, ciclo e rotação) e está sujeita a um mesmo conjunto de práticas de gestão, de aplicação uniforme na respetiva área.

Parcela de inventário - Área de terreno conhecida onde se executam medições e avaliações de campo com vista ao tratamento estatístico dos dados para inferência das características dos povoamentos.

Plano de Gestão Florestal - Instrumento que estabelece normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, promovendo a produção sustentada de bens e serviços por eles fornecidos.

Planeamento - Fase de programação das atividades em que se conjugam cuidados ambientais, capacidades produtivas, capacidades operacionais e os objetivos para a área sob gestão, admitindo sempre a possibilidade de rever o planeado.

Plano de Gestão Florestal - É um instrumento operativo das explorações florestais e agroflorestais que regula, no tempo e no espaço, com subordinação, sempre que possível, ao plano regional de ordenamento florestal (PROF), as intervenções de natureza cultural e ou de exploração e visa a produção sustentada dos bens e serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica.

Plano de Intervenção Operacional - Visa registar um conjunto de atividades previstas, capazes de sustentar um planeamento operacional prático e de reconstituir um referencial técnico orientador das ações que ocorrem sobre determinado povoamento florestal.

Política Florestal - Declaração do responsável pela UGF relativa às intenções e princípios relacionados com o seu desempenho florestal geral, que proporcione um enquadramento para a atuação e para a definição os seus objetivos e metas florestais.

Povoamento florestal - área ocupada com árvores florestais com uma percentagem de coberto no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

Povoamento florestal puro - Povoamento constituído por uma ou mais espécies de árvores florestais, em que uma delas ocupa mais de 75% do coberto total.

Povoamento florestal misto - Povoamento em que, havendo várias espécies, nenhuma atinge os 75% do coberto. Neste caso, considera-se a espécie dominante a que for responsável pela maior parte do coberto.

Povoamento regular - Povoamento em que a maioria das árvores pertence à mesma classe de idade. As árvores existentes formam um só andar de vegetação.

Povoamento irregular - Povoamento em que as árvores pertencem a diferentes classes de idades. Usualmente as árvores existentes não podem ser separadas em diferentes andares de vegetação.

Prédio rústico - Espaço coincidente com o cadastro predial ou das Finanças, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou coletiva.

Rede divisional - Conjunto de faixas - aceiros e arrifes - que dividem a Unidade de Gestão em unidades territoriais de planificação, para efeitos de gestão. Estas redes podem integrar redes de defesa da floresta contra incêndios.

Rede viária - Conjunto de caminhos florestais e estradões.

Regeneração natural - Estabelecimento de um povoamento florestal por meios naturais, ou seja, através de sementes provenientes de povoamentos próximos, depositadas pelo vento, aves ou outros animais.

Regime de alto fuste - Quando o povoamento se perpetua, direta ou indiretamente, por via seminal.

Regime de talhadia - Povoamento florestal proveniente de rebentos ou pólas, de origem caulinar ou radical, que surgem quando o tronco é removido e o sistema radical é deixado intacto.

Rotação - Intervalo de tempo que decorre entre a realização de cortes da mesma natureza no mesmo local de uma mata.

Secção - Parte da unidade de Gestão que tem a mesma função dominante e que está sujeita a um determinado tipo de tratamento. Pode não coincidir exatamente com o limite dos talhões, mas vir a ser constituída por conjuntos de parcelas independentemente da sua distribuição no espaço.

Sobrantes de exploração - material lenhoso e outro material vegetal resultante de atividades agroflorestais

Talhão - Unidade ideal de exploração, delimitada de forma contínua ou não, constituída por uma ou mais parcelas, que apresenta uma composição florística, ecológica e estrutural homogénea (ocupação, ciclo e rotação) e está sujeita a um mesmo conjunto de práticas de gestão, de aplicação uniforme na respetiva área.

Talhadia - Povoamento proveniente de rebentos ou pôlas de origem caulinar ou radicular.

Tipo de Intervenção - Define o destino contabilístico de uma intervenção operacional, considerando que cada tipo de intervenção está univocamente direcionado para um tipo de conta destino, a que são imputados os custos dos trabalhos, sejam custos correntes ou de imobilizado.

Unidade de Gestão Florestal - Unidade territorial delimitada de forma contínua ou não, constituída maioritariamente por espaços florestais, sujeita a um plano de gestão e localizada sobre uma região relativamente restrita do ponto de vista edafoclimático e ecológico.

Zona de Caça Municipal - Zona de caça a constituir para proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis.

Zona de Caça Turística - Zona de caça a constituir por forma a privilegiar o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, garantindo a prestação de serviços adequados.

INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

As características próprias dos espaços florestais, juntamente com a crescente preocupação com os aspetos ambientais e de conservação da biodiversidade a eles associados, bem como as suas apetências para a multifuncionalidade, obrigam à existência de uma gestão planeada e que dê resposta às políticas e objetivos definidos. A gestão planeada dos espaços florestais é a melhor forma de garantir a sua conservação, exploração sustentável e continuidade.

A necessidade de uma gestão florestal sustentável, multidisciplinar, ativa e permanente encontra-se refletida nos princípios orientadores da Lei de Bases da Política Florestal, regulamentada pela Lei n.º 33/96 de 17 de agosto, caracterizando-se o atual sistema de planeamento florestal nacional pela existência de uma vasta lista de instrumentos de ordenamento do território, de âmbito nacional, sectorial, regional e local. Estes princípios orientadores, nomeadamente os que se referem ao aumento da produção e à conservação da floresta e dos recursos naturais que lhe estão associados, bem como os relativos à necessidade do uso e gestão da floresta de acordo com políticas e prioridades de desenvolvimento nacionais, articuladas com políticas sectoriais e de ordenamento do território, implicam como as medidas de política florestal, a adoção e aplicação de Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e de Plano de Gestão Florestal (PGF).

Os PROF, regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro, permitem a aplicação regional, não só das diretrizes estratégicas nacionais como da monitorização da gestão florestal sustentável, uma vez que definem normas de silvicultura pelas quais a gestão das explorações florestais se deve efetuar. **O Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI), no qual se enquadra a Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco, encontrando-se regulamentado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro.**

Ao nível da propriedade florestal, o instrumento de operacionalização e integrador de todas as orientações e condicionantes presentes nos inúmeros instrumentos de ordenamento é o PGF, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro e que aprova o regime jurídico dos PGF's.

O PGF é um instrumento de administração de espaços florestais que, de acordo com as orientações definidas no PROF, determina, no espaço e no tempo, as intervenções de natureza cultural e de exploração dos recursos, visando a produção sustentada dos bem e serviços por eles proporcionado e tendo em conta as atividades e os usos dos espaços envolventes.

Segundo a legislação em vigor, estão sujeitas à elaboração obrigatória de PGF explorações florestais e agroflorestais privadas com área igual ou superior a 25 ha, em todos os concelhos da Região PROF Centro Interior (n.º 2 do artigo 29º da Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro).

Esta situação reflete que, não obstante a inexistência de obrigatoriedade legal, os produtores florestais têm tido uma preocupação de obter instrumentos e ferramentas de melhoria da sua gestão sempre que sentem necessidade. Esta necessidade está, obviamente, associada à viabilidade económica e/ou rentabilidade da sua exploração florestal, que é o que motiva a promoção da gestão e do ordenamento florestal, e não a obrigatoriedade legal de fazer um PGF.

De acordo com a legislação em vigor, o PGF deve incluir a caracterização dos recursos existentes, nomeadamente nas suas componentes florestal, silvopastoril, de caça e pesca nas águas interiores, e aproveitamento de outros recursos, como sejam recursos geológicos e das energias renováveis, enquadramento territorial e social, programa de gestão da produção lenhosa, programa de aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados e programa de gestão da biodiversidade, sempre que estejam abrangidos por áreas classificadas.

Os objetivos do presente PGF consistem na realização de um planeamento adequado e economicamente viável das operações referentes a uma gestão florestal sustentável, integrando as componentes de gestão multifuncional da ZIF.

O período de vigência de um PGF coincide com o respetivo PROF da região e vigora no máximo 20 anos (n.º 2 do artigo 23 e n.º 1 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro). Neste caso em concreto, o **PGF da Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco, tem um horizonte de planeamento de 2022 a 2039, ou seja, 18 anos**, facto este explicado pela data de aprovação do PROF do Centro Interior (PROF CI) (Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro).



A - DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO

1. ENQUADRAMENTO SOCIAL E TERRITORIAL DO PLANO

1.1. Caracterização do Proprietário e da Gestão

1.1.1 Identificação do Proprietário, Gestor ou Responsável pela Gestão

Quadro 1 - Identificação do proponente.

DESIGNAÇÃO DA PROPRIEDADE	Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco		
ENTIDADE GESTORA	AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior		
MORADA	Av. General Humberto Delgado n.º 57 - 1º, 6000-081 Castelo Branco		
TELEFONE/TELEMOVEL	272 325 741 / 272 325 782	NIF	504513184
E-MAIL	aflobei@aflobei.pt		

1.1.2. Identificação do Responsável pela Elaboração do PGF

Quadro 2 - Identificação dos responsáveis pela elaboração do PGF.

ENTIDADE	AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior		
TÉCNICO	Ana Patrícia Dias dos Santos		
FORMAÇÃO ACADÉMICA	Licenciatura em Agronomia - Ramo Florestal		
MORADA	Av. General Humberto Delgado nº 57 - 1º, 6000-081 Castelo Branco		
TELEFONE	272 325 741	FAX	272 325 782
EMAIL	aflobei@aflobei.pt		

1.2 Caracterização geográfica da exploração florestal

1.2.1 Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem

A ZIF em estudo (Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco) totaliza cerca de 13544,07 hectares (Mapa 1). Os Quadros 3 a 8 fazem a síntese aderentes e respetivos prédios rústicos que integram a ZIF à presente data (Mapas 2 a 4) e a coluna ID faz a correspondência dos mesmos nos respetivos mapas.

Quadro 3 - Identificação dos Aderentes e Prédios Rústicos da ZIF.

ID	Nome do Aderente	Designação do Prédio	2º Titular	Concelho	Freguesia	Secção	Artigo	Área (ha)
1	Altri Florestal S.A.	-	-	Castelo Branco	Castelo Branco	C	12	3,12
2					Benquerenças	BP	21	0,04
3						BQ	20	2,79
4					Castelo Branco	C	31	1,51
5						C	28	6,95
6						C	22	1,48
7						C	14	0,01
8						C	16	0,11
9						C	15	0,01
10						C	17	0,14
11						C	18	1,70
12						C	20	0,11
13						C	19	1,32
14						C	26	0,13
15						C	11	2,00
16						C	21	1,41
17						C	8	5,13
18						C	3	7,09
19						C	10	33,04
20						C	32	2,14
21						C	33	1,28
22					Benquerenças	BP	105	2,68
23						BP	48	0,05
24						BP	45	3,38
25						BP	4	6,95
26						BP	3	4,87
27						BP	75	1,25
28						BP	104	0,77
29						BP	106	1,10
30						BP	89	0,03
31						BP	69	6,63
32						BP	59	1,03
33						BP	65	2,20
34						BP	23	1,70
35						BP	5	3,60
36						BR	30	0,14
37						BR	37	0,08
38						BR	36	0,81
39						BR	32	0,11
40					Castelo Branco	C	38	14,42
41					Benquerenças	BR	34	1,34

Quadro 4 - Identificação dos Aderentes e Prédios Rústicos da ZIF.

ID	Nome do Aderente	Designação do Prédio	2º Titular	Concelho	Freguesia	Secção	Artigo	Área (ha)	
42	Altri Florestal S.A.	-	-	Castelo Branco	Castelo Branco	BR	35	1,96	
43						BR	27	20,34	
44						C	36	4,70	
45						BQ	21	1,38	
46						BR	1	3,99	
47						BQ	23	7,31	
48						BQ	26	3,13	
49	Américo Ribeiro Barata	Monte do Barreiro				M	5	22,49	
50	Anibal Joaquim Inês	Ninho do Corvo				H	3	18,48	
51	António Barreto Valente	Penoco da Justiça				T	7	30,53	
52	António José Tomás Rodrigues Henriques	Barroca da Escudeira			Benquerenças	C	23	4,55	
53		Escudeira				C	25	2,85	
54		Covas				BP	54	5,94	
55		Alagada				BP	68	9,95	
56		Ribeiro do Muro				BP	108	4,42	
57		Ribeiro do Muro				BQ	22	0,47	
58		Ribeiro do Muro				BQ	25	4,79	
59		Ribeiro do Muro				BR	18	0,04	
60		Ribeiro do Muro				BR	21	0,21	
61		Ribeiro do Muro				BR	29	0,88	
62		Ribeiro do Muro				BR	28	1,27	
63		Ribeiro do Muro				BR	38	0,10	
64		Ribeiro do Muro				BR	39	0,07	
65		Ribeiro do Muro				BQ	24	17,02	
66		António Manuel Tavares Proença Abrunhosa			Feiteira	Castelo Branco	Castelo Branco	Z	15
67	Monte de S. Martinho Tapada Queijeira e Eira				H			21	197,15
68					Z			1	89,17
69	Tapada das Minas e Alagao				Z			16	10,05
70	Tapada da Cristina				Z			17	9,14
71	Tapada do Pina				AJ			78	41,27
72	Tapada da Linha				Z			20	14,70
73	Monte de S. Martinho				H			8	6,87
74	Tapada do Canto	AA			1			16,29	
75	CCH, Maria da Graça Burgos Montoya Jalles Tavares	Tapada do Pocinho			AB			15	30,85
76		Capa Rota			Q			10	55,41
77		Monte Brito			AB-AB1			13	466,48
78		Cristina Maria da Cruz Filipe			Herdade do Cabeço Barreira			AI	41
79	Daniel Cristiano Lourenço Belo	Medronhal			G			12	9,08
80	Eduardo Henriques Lourenço	Capa Rota			P			4	4,76
81		Pontão do Pé Longo			AG			21	2,13
82	Élia Cristina M.R. Nunes Lourenço	Monte Ramalhinho			F			11	17,59
83	Eucaliptusland - Soc.de Gestão de Património S.A	-			Benquerenças	BR	59	2,12	
84		Monte Fagundes			Castelo Branco	D	1	407,75	
85		-			Benquerenças	BP	19	0,01	
86						BP	16	0,02	
87						BP	20	0,00	
88	BP					22	0,17		

Quadro 5 - Identificação dos Aderentes e Prédios Rústicos da ZIF.

ID	Nome do Aderente	Designação do Prédio	2º Titular	Concelho	Freguesia	Secção	Artigo	Área (ha)
89	Eucaliptsuland - Soc.de Gestão de Património S.A	-	-	Castelo Branco	Benquerenças	BP	24	0,04
90						BP	32	0,00
91						BP	34	0,01
92						BP	37	0,02
93		Escudeira				BP	66	9,18
94		Ribeiro do Muro				BP	107	8,33
95		-				BP	67	4,81
96					BR	54	0,02	
97					BR	19	0,03	
98					C	5	4,40	
99					C	9	11,83	
100					C	24	0,18	
101					C	13	0,04	
102					C	27	0,16	
103					H	11	36,09	
104					I	9	86,27	
105					I	1	14,86	
106		São Martinho			I	7	15,23	
107		-			J	1	39,09	
108	Gotagri - Sociedade Agrícola, Lda.	Monte Fidalgo			AE-AE1	57	147,40	
109		Monte Fidalgo			AE-AE1	56	358,08	
110		Tapada da Dona Alda			AD	13	5,22	
111		Alveirinhos			AE1	3	6,72	
112	Cabeço Carvão	AD			14	0,77		
113	Harmonious Jungle - Unipessoal Lda.	Canafechal	C		34	34,27		
114	Herdade Moinhos do Ocreza, Lda.	Barro do Tinto	C		35	66,01		
115			AI		9	16,99		
116			I		3	23,71		
117	Índice da razão, Investimentos, Lda.	São Martinho - Cagavais	I		4	41,44		
118	João Almeida Nunes	Ribeira da Égua	AG		8	11,64		
119	João Elísio Oliveira Moura Belo	Cancela Cimeira	AB		7	27,50		
120	João Ordaz Caldeira	Quinta das Cegonhas	S		73	10,04		
121	José Joaquim Castanheira	Tapada entre Caminhos	T		11	3,51		
122	José Manuel Pires de Almeida	Tapada da Cruz	AE1		3	71,91		
123	José Sousa Reis Sanches	Tapada dos Carvalhos	AD		17	18,91		
124	Luís Manuel Santos Beato Rodrigues	Fonte Santa	-		Q	3	60,18	
125	Manuel Lourenço Henriques	Capa Rota	Maria da Conceição Nunes Gonçalves		P	5	7,78	
126	Maria José C. Silva Felino	Monte da Terra Grande	-		AA	13	181,91	
127					AA	14	12,12	
128	Maria Julieta F. Albuquerque Botelho	Garralheira			Q	5	173,22	
129		Terra de Luís Fevereiro			Q	7	10,91	
130		Capa Rota			Q	8	30,20	
131	Garralheira e Sumideiro	R			2	128,35		
132	Maria Luísa dos Reis Mota de Campos	Monte da Terra Grande			AA	16	35,86	
133		Tapada do Alagão			Z	5	35,80	
134		Monte Pombal			N-N1	1	1044,98	
135		Tapada dos Boeiros			AA	10	9,06	
136		Fonte da Mula			S	5	58,98	

Quadro 6 - Identificação dos Aderentes e Prédios Rústicos da ZIF.

ID	Nome do Aderente	Designação do Prédio	2º Titular	Concelho	Freguesia	Secção	Artigo	Área (ha)	
137	Maria R. J. Silva Sanches e Maria M. S. Silva Martins	Rouxinol	-	Castelo Branco	Castelo Branco	AH	19	22,95	
138		Tapada da Sapata				AH	20	12,79	
139		Tapada da Sapata				AH	21	2,28	
140		Líria				AH	22	4,28	
141	Miguel Rocha	Cagavaio				M	6	8,62	
142	Monte da Ponte Agropecuária, Lda.	Monte da Ponte				AR	11	113,79	
143	Monte Pedra da Légua, Sociedade Agrícola, Lda.	Lirão				AE1	37	71,25	
144		São Bartolomeu				AC	23	49,37	
145		Lapão				AC	18	19,09	
146		Penedo Carvão				AC	17	22,50	
147		Pedra Légua				AC	30	15,34	
148		Cruz da Légua				AC	15	7,07	
149		Tapada da Colega				AC	33	10,17	
150		Alvarações				AE1	2	5,97	
151		-				AC	12	12,08	
152		-				AE1	4	35,48	
153	POUPATEMPO, LDA.	Monte do Chaveiro				J	9	311,92	
154		Borralheiro				B	169	2,70	
155		Pote				B	2	0,86	
156						B	3	1,56	
157						B	4	1,39	
158						B	5	2,07	
159						B	6	1,11	
160						B	7	1,60	
161						B	8	0,40	
162						B	9	1,19	
163						B	10	0,82	
164						Borralheiro	B	11	2,04
165		Pote				B	12	0,97	
166						B	13	0,67	
167						B	14	1,15	
168						B	15	1,33	
169						B	17	1,18	
170						B	18	1,14	
171						B	19	1,03	
172						B	20	0,95	
173						B	21	1,47	
174						B	22	2,26	
175						B	23	1,14	
176						B	25	1,38	
177						B	26	1,44	
178						B	27	1,78	
179						B	28	1,27	
180						B	29	1,84	
181						B	30	2,93	
182						B	31	3,69	
183						B	32	2,66	
184						B	33	2,89	
185							B	34	2,30
186							B	35	3,52
187							B	36	9,54

Quadro 7 - Identificação dos Aderentes e Prédios Rústicos da ZIF.

ID	Nome do Aderente	Designação do Prédio	2º Titular	Concelho	Freguesia	Secção	Artigo	Área (ha)
188	POUPATEMPO, LDA.	Pote	-	Castelo Branco	Castelo Branco	B	37	4,33
189						B	38	1,92
190						B	39	2,28
191						B	40	2,47
192						B	41	2,78
193						B	42	0,92
194						B	44	1,09
195						B	45	0,71
196						B	46	0,61
197						B	47	1,34
198						B	48	2,06
199						B	49	6,14
200						B	50	1,17
201						B	51	2,02
202		Borracheiro				B	52	2,91
203						B	53	1,57
204						B	54	1,84
205						B	55	3,94
206						B	56	3,19
207						B	57	3,51
208						B	58	3,62
209						B	59	6,13
210						B	60	0,59
211						B	61	0,67
212						B	62	0,52
213						B	63	4,75
214						B	64	8,07
215						B	65	5,15
216		B				66	4,75	
217		Pote				B	67	5,60
218						B	68	4,32
219						B	71	8,60
220						B	69	6,81
221						B	70	7,60
222						B	77	6,07
223						B	73	4,74
224						B	72	3,48
225						B	74	0,53
226	B		75	0,59				
227	B		76	0,70				
228	B		103	3,56				
229	B		171	10,29				
230	B		104	0,49				
231	B	105	2,81					
232	B	106	3,08					
233	Borracheiro	B	107	1,54				
234		B	108	0,30				
235		B	109	1,02				
236		B	110	2,93				
237		B	111	2,80				
238		B	137	2,39				

Quadro 8 - Identificação dos Aderentes e Prédios Rústicos da ZIF.

ID	Nome do Aderente	Designação do Prédio	2º Titular	Concelho	Freguesia	Secção	Artigo	Área (ha)
239	POUPATEMPO, LDA.	Borracheiro		Castelo Branco	Castelo Branco	B	138	2,80
240						B	139	2,39
241						B	140	1,92
242						B	141	1,60
243						B	142	0,85
244						B	170	1,76
245						B	143	2,96
246						B	144	1,50
247						B	145	0,67
248						B	146	0,62
249						B	147	2,42
250						B	148	7,04
251						B	149	0,64
252						B	152	0,76
253						B	154	1,87
254						B	155	1,10
255						B	157	0,41
256						B	158	0,48
257						B	159	0,14
258						B	160	0,20
259						B	161	1,61
260						B	162	1,71
261						B	163	0,81
262						B	164	0,62
263						B	165	2,06
264						B	166	1,19
265						B	167	1,41
266						B	168	0,97
267						B	1	0,56
268	Reis e Castanheira, Lda.	Chinque		Castelo Branco	Castelo Branco	T	22	7,08
269		Carapalha				T	29	12,88
270		Carapalha				T	28	35,54
271	Saete Santos Martinho	Ribeira				AI	5	17,00
272	Soc. Agrícola Rebouça de Cima, Lda.	Rebouça de Cima				R	4	69,32
273		Herdade do Cabeço Barreira				AI	42	270,31
274		Mercules Nova e Velha				S	34	58,32
275		Couto da Líria				AH	34	45,87
276	Sociedade Agrícola Quinta da Nave e Rebouça, Lda.	Rebouça				O	1	330,79
277	Sociedade Agrícola Quinta dos Carvalhos	Quinta dos Carvalhos				AQ	206	71,73
278	Sociedade Agrícola Ribeira de Nisa, Lda.	Risca do Ouro				Q	13	44,63
279	Sociedade Agropecuária Granja dos Castelos, Lda.	Monte de S. Martinho				H	20	107,35
280	Sociedade Olivícola Pecuária Jubesa, Lda	Rebouça e Anexos				R	7	160,68
281		Forninho do Bispo				M	3	237,25
282	Vitor Manuel L. Martins	Penedo Gordo				AI	24	1,83
283		Cabeço Barreira				AI	40	37,26

1.2.2 Inserção administrativa

Ao nível administrativo, a Zona de Intervenção Florestal (ZIF) localiza-se no Distrito e Concelho de Castelo Branco e Freguesias de Castelo Branco, Benquerenças e União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo.

Relativamente ao enquadramento 1:25 000, a ZIF encontra-se nas folhas das Cartas Militares n.º 280, 292, 293 e 304.

1.2.3 Localização e acessibilidade da exploração

A ZIF tem a particularidade de ser atravessada pela Autoestrada A23 na parte Noroeste. Surgem várias acessibilidades, nomeadamente Estradas Nacionais: EN18 (ligação entre Castelo Branco e Alcains); EN18-8 (sentido Castelo Branco - Malpica do Tejo e Lentiscais); EN112 (direção Castelo Branco - Salgueiro do Campo); EN233 (sentido Castelo Branco - Escalos de Cima).

2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE

Os fatores físicos mais relevantes para a caracterização de um povoamento florestal e das suas potencialidades são a altitude, declives, exposições, clima e os solos. A análise destes fatores foi feita com base na produção do Modelo Digital do Terreno (MDT), carta litológica e carta de solos da área de estudo.

2.1 Variáveis Fisiográficas - Altimetria, Declives e Exposições

2.1.1 Altimetria

A altitude influencia a variação dos elementos climáticos, afeta a distribuição do coberto vegetal, o tipo de intervenção e a condução dos povoamentos. O relevo provoca a formação de microclimas e tem uma grande influência nos regimes de ventos.

A altitude está frequentemente associada com a distribuição dos combustíveis, existindo espécies que não se adaptam a determinadas altitudes. No fundo dos vales junto das linhas de água é frequente encontrar culturas agrícolas. Associada com o aumento da altitude, existe a diminuição da temperatura em 1º C por cada 154 metros, sendo também a pluviosidade mais elevada no topo das cordilheiras.

Os valores de altitude da ZIF variam entre os 0 e 500 m. O Quadro 9 caracteriza em pormenor a variação e respetiva percentagem de área que cada classe representa.

Quadro 9 - Distribuição percentual das classes de altimétricas da ZIF.

UGF	Classes Altimétricas (m)	% Área
ZIF Castelo Branco	0 - 100	0,1
	100 - 200	18,3
	200 - 300	23,5
	300 - 400	58
	400-500	0,1

2.1.2 Declives

O declive tem uma influência direta numa série de processos, nomeadamente, no de erosão, na infiltração das águas e no ângulo de incidência dos raios solares. A inclinação do terreno condiciona também o uso que se dá a uma determinada área, bem como a utilização de maquinaria no terreno. No quadro 10 estão identificadas as percentagens correspondentes a cada classe de declive presente na ZIF. Estes valores são de certa forma subjetivos uma vez que não revelam a presença de afloramentos rochosos, nem a pedregosidade existente na camada superficial do solo.

Quadro 10 - Distribuição percentual das classes de declive da ZIF.

UGF	Classes Declive	% Área
ZIF Castelo Branco	0 - 10 %	79,3
	10 - 20 %	18,6
	20 - 30 %	2,1
	30 - 40 %	0,1

2.1.3 Exposições

A exposição, tal como a altitude, são fatores determinantes na distribuição das comunidades vegetais. As encostas orientadas a Sul e a Nascente recebem mais cedo e ao longo da maior parte do dia a radiação solar. Enquanto as encostas orientadas a Norte e a Poente, só a partir do meio-dia solar é que se consegue captar a energia do Sol. Numa perspetiva fitoclimática pode afirmar-se que as espécies vegetais heliófilas (esteva, tojo, rosmaninho etc.) distribuem-se preferencialmente nas encostas viradas a Sul e as espécies ciáfilas pelas encostas viradas a Norte. Um outro aspeto importante relacionado com as exposições de encostas passa pela carga combustível e pelo seu teor em humidade. Zonas com exposição Oeste e Sul encontram-se geralmente mais quentes e secas do que as expostas a Norte e Este, apresentando por isso, uma menor quantidade de combustível. No entanto, este combustível apresenta menor teor de humidade, logo maior propensão para a ignição. No quadro 11 é apresentada a distribuição da percentagem das classes de exposição da ZIF, verificando-se que dominam as encostas com exposição Sul.

Quadro 11 - Distribuição percentual das classes de exposição da ZIF.

UGF	Classes Exposição	% Área
ZIF Castelo Branco	Sem Exposição	1,9
	Este	30,4
	Sul	33,9
	Oeste	21,4
	Norte	12,4

2.1.4 Hidrografia

A Hidrografia, à semelhança de outros parâmetros biofísicos, é um aspeto de extrema importância no que respeita à biodiversidade e também para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

O concelho de Castelo Branco faz parte da bacia hidrográfica do Rio Tejo e é drenado por várias sub-bacias, das quais as mais importantes são a bacia do rio Ocreza e a bacia do rio Ponsul que drenam, respetivamente, cerca de 60% e de 35% da área do concelho. A restante área do concelho (cerca de 5%) é drenada por outras pequenas bacias afluentes do rio Tejo.

Na área da ZIF de Castelo Branco, existem barragens na área de influência com uma importância significativa, acessível a qualquer tipo de viaturas e meios aéreos (helicópteros) no caso de deflagrar um incêndio nesta zona. Também existem algumas charcas de menor capacidade, que podem ser excelentes locais para o abastecimento de meios de DFCI.

É delimitada a Sul pelo Rio Ponsul numa extensão de 14 km aproximadamente e a Norte pelo Rio Ocreza. No interior da ZIF, destacam-se os mais importantes, como a Ribeira da Lória, Ribeira da Pipa, Ribeira do Sapateiro, Ribeiro da Senhora de Mercurles, Ribeiro da Seta, Ribeiro das Perdizes, Ribeiro do Barco, Ribeiro do Cagavaio, Ribeiro do Forno, Ribeiro do Muro, Ribeiro do Varejão e Ribeiro da Fonte da Mula. (Mapa 1).

A vegetação associada às linhas de água e zonas húmidas desempenha um importante papel no funcionamento dos ecossistemas associados, proporcionando habitats de alimentação, abrigo e reprodução para um grande número de espécies terrestres, aquáticas e anfíbias, muitas delas com estatuto de conservação. A sua remoção ou artificialização conduz a uma perda de capacidade de suporte para a generalidade das espécies que dela dependem. **A manutenção destas zonas húmidas e da vegetação ripícola em geral tem uma importância fundamental para o ecossistema e no geral para a valorização da paisagem.**

2.2 Clima

O clima pode definir-se como o conjunto das condições meteorológicas vigentes durante um certo intervalo de tempo. É a principal causa determinante na distribuição de todos os seres vivos. Os dados climáticos são de grande importância para o planeamento das intervenções de ordenamento florestal, particularmente ao permitirem determinar o leque de espécies possíveis, prever o risco de erosão e estabelecer medidas para a sua mitigação. Tal como, planear e alertar os meios necessários para a prevenção dos incêndios, perceber o fluxo turístico, o tipo de uso do solo existente, que no seu conjunto permitam uma leitura geral da paisagem.

Para a caracterização climática da ZIF foram tidos em consideração os dados que constam no Atlas do Ambiente.

Quadro 12 - Dados Climáticos (Fonte: Atlas do Ambiente)

UGF	Temperatura (°C)	Precipitação (mm)	Humidade do Ar (%)	Geada (n.º dias)
ZIF de Castelo Branco	Entre 12,5 - 16	Entre 600 - 1400	Inferior a 65 Entre 65 - 75	Entre 10 - 50

A temperatura é um dos elementos mais importantes para a caracterização de um determinado clima. Tem influência direta no desenvolvimento vegetativo e está correlacionada com os mecanismos fisiológicos das plantas e dos animais. Um outro aspeto de relevância, é a distribuição sazonal da temperatura, que quando atinge valores muito elevados por períodos muito longos, conduz a um forte grau de secura dos combustíveis florestais, aspeto este por vezes determinante, na severidade de um fogo. Analisando o Quadro anterior, verifica-se que a UGF apresenta valores médios anuais de **temperatura** que oscilam entre os **12,5 e 16 °C**.

Relativamente à **precipitação**, os valores estão abrangidos por um intervalo entre os **600 e os 1400 mm**.

No que diz respeito a **humidade do ar**, apresenta valores de humidade **inferiores a 65% e no intervalo de 65 e 75 %**.

O interesse de englobar a **geada** na caracterização climática do território é devido à influência que este parâmetro tem sobre as culturas, dado que a sua ocorrência pode originar grandes prejuízos e perdas, especialmente em determinadas fases do desenvolvimento vegetativo. Toda a área de estudo insere-se nos intervalos de **10 a 50 dias**.

No que respeita às **Zonas ecológicas** é de referir:

A Carta Ecológica de Portugal baseia-se na silva climática onde são consideradas espécies florestais ou arborícolas indicadoras do clima e também em índices de caracterização termo pluviométricos. A Zona Ecológica é a unidade fundamental desta classificação e corresponde a um tipo de ambiente definido por agrupamentos de espécies florestais dominantes. A definição das Zonas Ecológicas teve como ponto de partida os cinco polos de diferenciação ecológica (Atlântico, Termo Atlântico, Oro-Atlântico, Eumediterrâneo e Ibérico). Definiram-se 30 Zonas Fitoclimáticas e 7 Zonas edafo-climáticas (Albuquerque, 1954).

A ZIF encontra-se abrangida por uma zona ecológica submediterrânea (**SM e SM.IM**) do tipo fitoclimática, que corresponde ao nível Basal (altitude inferior a 400m).

2.3 Solo

Os fatores edáficos são após os agentes climáticos, os elementos mais importantes que influenciam direta ou indiretamente a sucessão das comunidades vegetais. Na ZIF efetuou-se uma análise da litologia e da capacidade de uso do solo.

2.3.1 Litologia / Capacidade de Uso do Solo

Para a caracterização deste ponto, tomou-se de referência, a Carta Litológica de Portugal Continental, Atlas do Ambiente, elaborada pela Estação Agronómica Nacional.

No que respeita à natureza do perfil de solo, a ZIF de Castelo Branco apresenta 3 tipos de solo, Luviosolos (12,2%), Litossolos (41,2%) e Cambissolos (46,6%), (Quadro 13).

Quadro 13 - Tipos de Solo da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente)

UGF	Tipo de Solo	Área (ha)	%
ZIF de Castelo Branco	Luviosolos	1647,76	12,2
	Litossolos	5581,17	41,2
	Cambissolos	6315,14	46,6

Em termos litológicos, existem três tipos de formações, uma formação Sedimentar composta por cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos e calcários, que abrange 5,4% e aluviões, que abrange 3% da área da ZIF, uma segunda formação Sedimentar e Metamórfica (Complexo xisto-grauváquico), que abrange 41,7% da área e uma terceira formação de Rochas eruptivas plutónicas de granitos e rochas afins, que abrange 49,9% (Quadro 14).

Quadro 14 - Litologia da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente)

UGF	Complexo Litológico	Designação	Área (ha)	%
ZIF de Castelo Branco	Formação Sedimentar	Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos e calcários	737,96	5,4
		Aluviões	400,03	3,0
	Formação Sedimentar e Metamórfica	Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)	5642,82	41,7
	Rochas Eruptivas Plutónicas	Granitos e rochas afins	6763,26	49,9

Relativamente à capacidade de uso, os solos são agrupados em classes que apresentem o mesmo nível de limitações e/ou riscos de deterioração semelhantes, que afetam o seu uso durante um período de tempo longo. Como se pode verificar no quadro seguinte, na ZIF de Castelo Branco temos presente quatro classes de capacidade de uso do solo, a classe A (utilização agrícola), a classe F (utilização florestal), a classe A + F (Complexos) e a classe de utilização de Rios, Lagoas e Albufeiras (Quadro 15).

Quadro 15 - Capacidade de Uso do Solo da UGF

UGF	Classe	Utilização	Área (ha)	%
ZIF de Castelo Branco	-	Rios, Lagoas e Albufeiras	37,03	0,3
	Classe A	Agrícola	258,73	1,9
	Classe F	Não Agrícola (Florestal)	11139,66	82,2
	Classes A + F	Complexos	2108,65	15,6

2.4 Fauna, flora e habitats

Recursos faunísticos

Tendo em conta que cerca de 2,7% da ZIF é abrangida pela **Zona de Proteção Especial para Aves do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (PTZPE0042)**, estamos na presença de uma elevada riqueza faunística, onde podemos destacar as seguintes espécies.

Mamíferos: coelho bravo (*Oryctolagus cuniculus*), lebre (*Lepus granatensis*), raposa (*Vulpes vulpes*), saca-rabos (*Herpestes ichneumon*) e javali (*Sus scrofa*).

Aves: perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), gaio (*Garrulus glandarius*), pega-rabuda (*Pica pica*), gralha-preta (*Corvus corone*), melro (*Turdus merula*), pato-real (*Anas platyrhynchos*), galinha-d'água (*Gallinula chloropus*), galinhola (*Scolopax rusticola*), rola comum (*Streptopelia turtur*), codorniz (*Coturnix coturnix*), pombo-torcaz (*Columba palumbus*), tordo-comum (*Turdus philomelos*), tordo-ruivo (*Turdus iliacus*), tordeia (*Turdus viscivorus*), estorninho-malhado (*Sturnus vulgaris*).

Para além deste aspeto, a ZIF está inserida em 19 Zonas de Caça, **12 Zonas de Caça Associativas, 6 Zonas de Caça Turísticas e 1 Zona de Caça Municipal**, onde estão presentes um conjunto de espécies cinegéticas tais como: coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), lebre (*Lepus granatensis*), raposa (*Vulpes vulpes*), saca-rabos (*Herpestes ichneumon*), perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), tordos (*Turdus sp.*), pombo-torcaz (*Columba palumbus*), patos (*Anas sp.*), pega-rabuda (*pica pica*), gralha-preta (*Corvus corone*) e estorninho malhado (*stumus vulgaris*).

3 % da ZIF está identificada como **IBA (Important Bird Area)**, ou seja, é uma área com significado internacional para a conservação de aves à escala global. O programa IBA foi criado em 1981 pela Bird Life International, aplicando-se à escala mundial. Os critérios utilizados para a identificação destas zonas são compatíveis com os princípios de criação das Zonas de Proteção Especial para Aves.

Recursos florísticos

A componente florestal da **ZIF de Castelo Branco** é bastante acentuada, originando a seguinte composição florística:

Estrato Arbóreo:

- Azinheira - *Quercus rotundifolia*;
- Cupressus - *Cupressus sp.*;
- Carvalho negral - *Quercus pyrenaica*;
- Carvalho americano - *Quercus rubra*;
- Choupo - *Populus sp.*;
- Eucalipto - *Eucalyptus globulus*;
- Folhosas ripícolas - Amieiros, Salgueiros, Freixos;
- Freixo - *Fraxinus angustifolia*;
- Pinheiro bravo - *Pinus pinsater*;
- Pinheiro manso - *Pinus pinea*;
- Sobreiro - *Quercus suber*;

Estrato Arbustivo:

- Carqueja - *Baccharis trímera*;
- Codessos - *Adenocarpus sp*;
- Esteva - *Cistus ladanifer*;
- Giestas - *Cytisus sp*;
- Rosmaninho - *Lavandula stoechas*;
- Trovisco - *Daphne gnidium*;

Habitats

Na Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco **estão identificados habitats naturais e seminaturais de interesse comunitário, pelo que devem ser tidos em consideração:**

- Matos termomediterrânicos pré-desérticos (**habitat 5330**);
- Montados de *Quercus spp.* de folha perene (**habitat 6310**);
- Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia* (**habitat 91B0**);
- Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (**habitat 91E0**), subtipo Amiais Ripícolas (**habitat 91E0pt1**);
- Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba* (**habitat 92A0**), subtipo Salgueirais arbustivos de *Salix salviifolia subsp. Salviifolia* (**habitat 92A0pt4**).

No entanto, de acordo com os Estudos de Caracterização do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (ICNB, 2007) na ZIF de Castelo Branco existem espécies indicadoras dos seguintes habitats naturais e seminaturais de interesse comunitário:

- Carrascais, espargueirais e matagais afins acidófilos (**habitat 5330pt6**);
- Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofíticas (**habitat 8220pt1**);
- Montados de *Quercus spp.* de folha perene (**habitat 6310**) consociado a malhadais (**6220*pt2**);
- Matagais de *Flugea tinctoria* associados a leitos de estiagem inundados no Inverno (**habitat 92D0pt3**) consociados a cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculus fluitantis* e da *Callitriche-Batrachion* (**habitat 3260**) e a matos rasteiros de leitos de cheias rochosos de grandes rios (**habitat 6160pt4**).

Zonas Especiais

Relativamente às áreas protegidas, a **Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco** é abrangida por:

- **Parque Natural do Tejo Internacional** (529,45 ha - 3,9%), criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, tendo os seus limites sido retificados pelos Decretos Regulamentares n.ºs 3/2004, de 12 de fevereiro, e 21/2006, de 27 de dezembro e sujeito ao Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI), (Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro), (Mapa 10).

- **Zona de Proteção Especial para Aves do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (PTZPE0042), (2,7%)**, conforme a descrição na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, (Anexo II), (Mapa 10).

- **Important Bird Área (IBA)**, junto ao Rio Ponsul. É uma área com significado internacional para a conservação de aves à escala global. Este sítio caracteriza-se por uma elevada diversidade de espécies, com especial relevância para as tipicamente rupícolas, que nidificam nas encostas escarpadas do vale do Rio Tejo e afluentes, e algumas espécies estepárias, nas áreas de planalto contíguas às encostas (Mapa 10).

- **Corredores ecológicos**, em cerca de 15,6% (2119,56 ha) da área de estudo. A ZIF está abrangida por dois corredores ecológicos, um localizado ao longo do Rio Ocreza e outro ao longo do Rio Ponsul (Mapa 8 e 9).

Serão adiante descritas no **Programa de Gestão de Biodiversidade** medidas concretas de formar a salvaguardar estas áreas.

2.5 Pragas, doenças e infestantes

A fitossanidade florestal quando abordada exige a referência de alguns dos aspetos críticos que sendo determinantes para o estado de desenvolvimento das árvores, poderão ajudar o gestor na tomada de decisão.

A maior ou menor intensidade, bem como o seu grau de dispersão, do ataque de pragas em árvores isoladas ou povoamentos depende essencialmente do vigor com que estas se encontram, da qualidade da estação, de como foi efetuada a sua plantação e das condições climatéricas a que se encontram sujeitas. É de salientar que condições de seca extrema ou de encharcamento prolongado (stress hídrico), afetam a atividade das raízes, o vigor das árvores e aumentam a suscetibilidade a pragas e a doenças.

Para além dos aspetos já referidos, outros existem que podem ser determinantes na suscetibilidade ou resistência das árvores aos diferentes agentes e por conseguinte na forma como evolui o estado fitossanitário da floresta, tais como, operações de silvicultura essenciais à correta gestão, mas que se não forem executadas corretamente detêm um carácter negativo.

O Decreto-Lei n.º 95 de 8 de agosto de 2011, retificado pela Declaração de Retificação n.º 30-A de 7 de outubro de 2011, estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP). Assim, se na UGF for detetada a presença de coníferas identificadas como infetadas ou hospedeiras, deve dar-se cumprimento ao previsto no Decreto-Lei n.º 95 de 8 de agosto de 2011.

De acordo com a distribuição do uso do solo e das espécies florestais presentes com maior expressão na ZIF é de extrema importância **fazer referencia a pragas e doenças que afetam principalmente o Eucalipto, o Sobreiro, o Pinheiro bravo e a Azinheira (Quadros 16 e 17) e as que podem afetar (Quadro 18 e 19).**

Quadro 16 - Síntese de Pragas e Doenças presentes.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Eucalipto	Gorgulho do Eucalipto	Cancro do Eucalipto	Gorgulho do Eucalipto
			<ul style="list-style-type: none"> Inseto desfolhador que ataca folhas adultas e recém formadas; Ataques são intensos pode roer a casca dos ramos terminais. Provoca a quebra do crescimento, podendo levar à seca dos ramos terminais e à bifurcação dos troncos, com consequências em termos de aproveitamento da madeira; Luta química com fungicidas homologados; Medidas preventivas, aconselha-se a utilização em novas plantações de espécies ou clones de eucaliptos adaptadas às condições locais e tolerantes à doença, evitar adubações excessivas; Quando forem detetadas árvores doentes proceder ao corte e queima do material afetado.
			Cancro do Eucalipto
Pinheiro bravo	-	Processionária do pinheiro	<ul style="list-style-type: none"> Sintomas típicos da doença são lesões necróticas nos tecidos do caule, ao longo do tronco e nos ramos, manifestando-se inicialmente pelo escurecimento do tecido da casca e do lenho; Adotar meios de luta, como o uso de fungicidas homologados para esta doença em floresta; Como medidas preventivas aconselha-se a utilização de novas plantações de espécies ou clones de eucaliptos adaptadas às condições locais e tolerantes à doença e evitar adubações excessivas.
			Processionária do pinheiro
Azinheira	-	Fitóftora	<ul style="list-style-type: none"> A processionária é um lepidóptero, que se alimenta das folhas do pinheiro e outras coníferas; Os danos provocados pela processionária passa por árvores debilitadas que vão favorecer o aparecimento de outras pragas e provocar a morte de árvores mais debilitadas; A forma de identificar uma infestação de Processionária é através do seu estágio em cada época do ano. No Inverno os sintomas mais comuns são a formação de ninhos de seda nos topos dos pinheiros e na Primavera filas de lagartas a percorrerem os troncos dos pinheiros; O tratamento fitossanitário vai depender da época do ano, do local e do grau de infestação, mas passa por aplicação de inseticidas.
			Fitóftora
			<ul style="list-style-type: none"> Danos e sintomas: amarelecimento e seca generalizada da copa, ramos mortos ou com pouca folhagem, folhas secas e enroladas, podendo permanecer agarradas aos ramos, podridão do colo e das raízes; Os meios de luta a adotar passam por utilizar plantas sãs nos repovoamentos, efetuar a instalação de novos povoamentos em solos bem drenados e não movimentar solos que estejam contaminados.

Quadro 17 - Síntese de Pragas e Doenças presentes.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Sobreiro	Cobrilha da cortiça	Carvão do entrecasco	Carvão do Entrecasco
			<ul style="list-style-type: none"> Doença causada pelo fungo <i>Biscogniauxia mediterranea</i>; Os sintomas da doença são a descoloração e rarefação progressiva da copa, manchas negras na casca com exsudações de líquido viscoso e fendilhamento do tronco e ramos; Como medidas preventivas aconselha-se a monitorização de novos ataques, poda dos ramos e abate de árvores atacadas, remoção de material infetado e desinfecção de instrumentos de poda e descortiçamento.
			Cobrilha da cortiça
			<ul style="list-style-type: none"> É uma praga, em que o escaravelho tem 15mm de comprimento, cor verde-bronzeado, com franjas nos élitros ataca o tronco da árvore. Na sua forma larvar entram na cortiça para escavarem galerias e posteriormente na fase de adulto emergem por pequenos orifícios para o exterior; Os sintomas passam pelo aparecimento de manchas amareladas na casca e aquando a operação de descortiçamento, que se torna mais difícil e provoca feridas na árvore de difícil cicatrização, tornando-se uma porta de entrada para vários fungos; As medidas preventivas prendem-se com a adoção de técnicas culturais ou silvícolas adequadas e que visem melhorar as condições vegetativas do montado (Fertilizações, correção do pH do solo, etc.).

Quadro 18 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Eucalipto	-	Doença das manchas das folhas	Doença das manchas das folhas
			<ul style="list-style-type: none"> É uma doença causada por um fungo que ataca preferencialmente a folhagem juvenil, causando manchas mais ou menos irregulares. As manchas são castanho-claras e à sua volta têm uma área castanho-escura ou arroxeada; Esta doença está associada a períodos de maior humidade e temperatura, sendo mais frequente no Outono e Inverno; Os principais sintomas e consequências passam por ataques nas folhas jovens, podendo causar a perda parcial ou total das folhas e atrasa o crescimento da árvore e consequentemente a diminuição da produção; A aplicação de fungicidas em campo não é eficaz; A melhor forma de combater este fungo é preveni-lo através da utilização de plantas melhoradas.
Carvalho	Pulgão dos Carvalhos	-	Pulgão dos Carvalhos
			<ul style="list-style-type: none"> É um inseto coleóptero de caráter endêmico com presença frequente no centro e sul da Europa, sem nunca causar grandes motivos para alarme em Portugal; É conhecido por atacar, preferencialmente, o carvalho-alvarinho ou roble (<i>Quercus robur</i>) podendo atacar o sobreiro (<i>Quercus suber</i>) e o carvalho-cerquinho (<i>Quercus faginea</i>), e outras espécies como os amieiros (<i>Alnus spp</i>), a aveleira (<i>Corylus avellana</i>) e os salgueiros (<i>Salix spp</i>); As medidas para controlo devem ser aplicadas, preferencialmente, de abril a junho; Devem ser consideradas as medidas de luta cultural, a limpeza dos terrenos, carros e camiões, uma vez que este inseto se pode expandir a outras áreas através do transporte; Em certos países, os produtores florestais podem recorrer à luta química, através da pulverização com um inseticida regulador do crescimento ou com produtos à base de <i>Bacillus thuringiensis</i>, cuja aplicação deverá ser condicionada pelo estado de desenvolvimento larvar em que se encontra o inseto.

Quadro 19 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Pinheiro bravo	-	Nemátodo da madeira do pinheiro Cancro Resinoso do Pinheiro	Nemátodo da madeira do pinheiro
			<ul style="list-style-type: none"> O <i>Bursaphelenchus xylophilus</i> é o verme causador da doença da murchidão dos pinheiros; É obrigatório adotar medidas específicas para o seu controlo e erradicação; Os sintomas da doença são o súbito declínio e morte da árvore atacada e surgem mais rapidamente e de forma mais uniforme nos meses quentes do ano; Sempre que seja detetada a presença de coníferas identificadas como infestadas pelo NMP, os respetivos proprietários, usufrutuários e rendeiros são notificados para procederem ao abate e remoção dos exemplares afetados ou com sintomas de declínio; Como meios de luta, deve ser feito o abate e queima das árvores infetadas antes do início do período de voo do inseto (geralmente em maio).
			Cancro Resinoso do Pinheiro
Sobreiro	Cobrilha dos ramos Plátipo	-	Cobrilha dos ramos
			<ul style="list-style-type: none"> É uma praga, em que na forma adulta é de cor verde com faixas azuladas nos élitros e com 10 a 20mm de comprimento. Os sintomas passam por ramos mortos, casca levantada nos ramos, galerias debaixo da casca dos ramos e presença de larvas. Vai provocar a presença de folhas avermelhadas nos ramos, redução da produção de madeira, cortiça e bolota, deformações nas árvores se as galerias são perfuradas no ramo principal e árvores fortemente enfraquecidas que podem acabar por morrer; As medidas preventivas prendem-se com a adoção de técnicas culturais com podas e queima dos ramos atacados, na Primavera, antes da emergência dos adultos.
			Plátipo
Cupressus	-	Cancro cortical dos Cupressus	Cancro cortical dos Ciprestes
			<ul style="list-style-type: none"> O hospedeiro principal é o <i>Cupressus sempervirens</i> L., conhecido por cipreste comum; Os principais sintomas passam por lesões nos ramos ou troncos manifestam-se por um amarelecimento e seca de alguns setores da copa, os ramos atacados tomam rapidamente uma coloração castanho avermelhada e é possível observar fendilhamento longitudinal e uma abundante exsudação de resina, bem como uma coloração vermelho cardeal dos tecidos internos, quando se destaca a casca e avermelhamento e necrose dos tecidos subjacentes; Medidas preventivas: recomendado a utilização de clones/indivíduos mais resistentes, eliminação de ramos infetados e a destruição de árvores fortemente infetadas (Corte e Queima de resíduos); A transmissão da doença é propícia aquando movimentação de terra contaminada, as ferramentas de desrama e sacha quando contaminadas e em contactos com as árvores transmitem a doença; Como meios de luta, os tratamentos químicos são ineficazes e caros.

Relativamente à presença de infestantes na área da ZIF, surgem vários focos dispersos, de **Acácia-mimosa (*Acacia dealbata*)**, sendo que deve ser constantemente monitorizada e sempre que se detete algum novo foco, devem-se implementar os meios de luta adequados.

O Quadro 20 faz síntese dos métodos de controlo possíveis de serem utilizados para a infestante presente na ZIF.

Quadro 20 - Métodos de controlo utilizados na Acácia-mimosa.

CONTROLO	MÉTODO	OPERAÇÕES	
FÍSICO	Arranque Manual	<ul style="list-style-type: none">• Método adequado a Plântulas ou Plantas jovens ($\emptyset \leq 1\text{cm}$);• Realizar o arranque na época das chuvas, facilita a remoção;• Deve garantir a remoção das raízes de maiores dimensões.	
	Corte com Motorroçadora	<ul style="list-style-type: none">• Realizar em plantas jovens que germinaram por semente com $\emptyset \leq 3\text{ cm}$;• Realizar em dias quentes (Setembro a Outubro) em condições de segurança (risco incêndio).	
	Descasque	<ul style="list-style-type: none">• Realizar em plantas adultas com casca lisa, sem feridas;• Fazer anel contínuo no tronco a 30 cm do solo e remover toda a casca até ao solo (Março e Abril).	
FÍSICO + QUÍMICO	Corte combinado com aplicação de herbicida	<ul style="list-style-type: none">• Realizar e aplicar a plantas adultas. Corte do tronco rente ao solo quanto possível e aplicação imediata (impreterivelmente nos segundos que se seguem) de herbicida (princípio ativo: glifosato) na touça;• Se houver formação de rebentos com 25-50 cm de altura, estes devem ser alvo de pulverização foliar com herbicida (princípio ativo: glifosato).	
QUÍMICO	Aplicação foliar de herbicida	<ul style="list-style-type: none">• Aplica-se a rebentos jovens (25-50 cm de altura) ou germinação elevada (tipo tapete de acácias);• Pulverizar com herbicida (princípio ativo: glifosato) limitando à espécie-alvo (Março a Maio).	
	Injeção com herbicida	Golpe	Realizar golpes com um serrote em volta do tronco sem se tocarem com uma inclinação de 45°, injectar glifosato imediatamente em cada golpe, cerca de 1 ml por golpe.
		Entalhe	Fazer furos com berbequim com 10 cm de profundidade envolta do tronco com uma inclinação de 45°, aplicar 1 ml de herbicida imediatamente após o furo. Os furos devem ter entre eles 5-10 cm de distância.
	(Plantas Adultas)	Furos	
CONTROLO BIOLÓGICO + FOGO CONTROLADO		Não se aplica.	

2.6 Incêndios florestais, inundações e outros riscos naturais

A partir da informação disponibilizada no site do ICNF e SCRIF/IGeoE, relativa às estatísticas sobre os incêndios florestais, perigosidade, risco incêndio e áreas ardidas efetuou-se a análise deste conjunto de parâmetros. Este enquadramento será efetuado ao nível da Freguesia da área de estudo e particularizado sempre que possível à ZIF. Serão analisados parâmetros como, área ardida, risco de incêndio e perigosidade de incêndio florestal.

2.6.1 Ocorrências / Área ardida

Segundo os dados disponíveis no site do ICNF nos últimos 10 anos (período 2011-2021), existem registos de áreas ardidas na ZIF de Castelo Branco, nos anos de **2011** (135,71ha), **2014** (27,99ha), **2015** (14,96ha), **2016** (43,23ha), **2017** (3,30ha) e **2018** (28,93ha), (Figura 1 e Mapas 17 a 19).

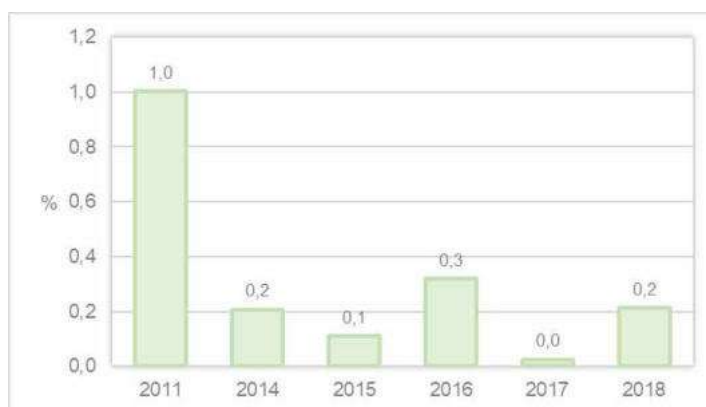


Figura 1 - Distribuição percentual da área ardida na ZIF.

2.6.2 Carta de Perigosidade

Em Portugal continental os prejuízos elevados resultantes da destruição de edificado e de vastas áreas de povoamentos florestais dos quais as populações retiram rendimentos, justifica a necessidade de se avaliar a perigosidade de incêndio florestal.

A utilização de variáveis com forte relação espacial para elaboração de um mapa de suscetibilidade e respetivas curvas de sucesso e de predição, com recurso a validação independente, permitem avaliar a perigosidade para todo o país, com base probabilística associada a cenários. Com um compromisso eficaz entre o número de variáveis e a capacidade preditiva é possível avaliar com objetividade a perigosidade de incêndio florestal.

A Cartografia de perigosidade de incêndio florestal utilizada no presente PGF é baseada na cartografia de perigosidade do PMDFCI do Município de Castelo Branco, sendo posteriormente cruzada com as parcelas da ZIF.

Na Figura 2, verifica-se que 44,2% da área apresenta perigosidade alta, 21,5% perigosidade baixa e 13% perigosidade muito alta, sendo as mais representativas na ZIF. Os Mapas 11 a 13 apresentam a distribuição geográfica das classes de perigosidade.

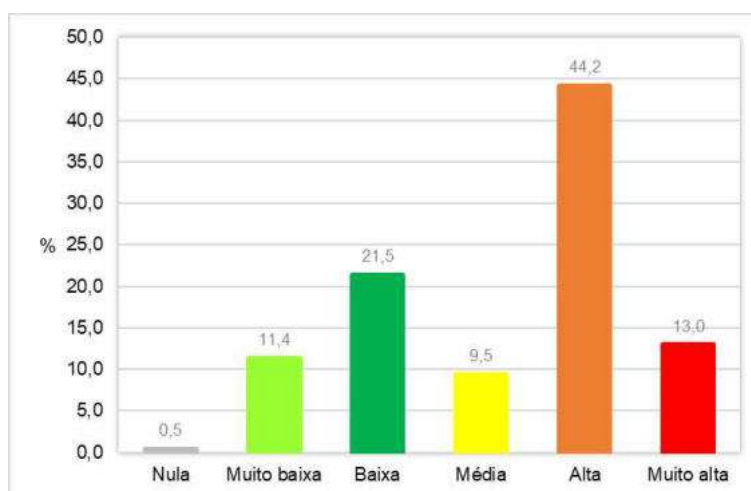


Figura 2 - Distribuição percentual da perigosidade de incêndio florestal na ZIF.

2.6.3 Carta de Risco de Incêndio

O risco de incêndio traduz-se no produto da perigosidade pelo dano potencial, sendo este último o resultado do produto entre o valor económico dos elementos em risco e a vulnerabilidade que lhe é intrínseca, expressa no grau de perda a que determinado elemento está sujeito.

As cartas de Risco de Incêndio Florestal têm por objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como a otimização dos recursos e infraestruturas disponíveis para a defesa e combate aos fogos florestais.

A deflagração de um incêndio nestas zonas, muitas delas já percorridas pelo fogo, torna uma situação que já é delicada, num acontecimento dramático, a nível ecológico e subsequentemente, ao nível da segurança para as populações.

Com recurso à análise do PMDFCI do Município de Castelo Branco foi elaborada a carta de risco de incêndio florestal para a ZIF e verificamos que a classe com maior expressão 35,1% corresponde a zonas onde o risco de incêndio é nulo, 30,4% das parcelas encontram-se em zonas onde o risco de incêndio é alto, a restante área subdivide-se pelas outras classes (Figura 3). Os Mapas 14 a 16 apresentam a carta de risco de incêndio.

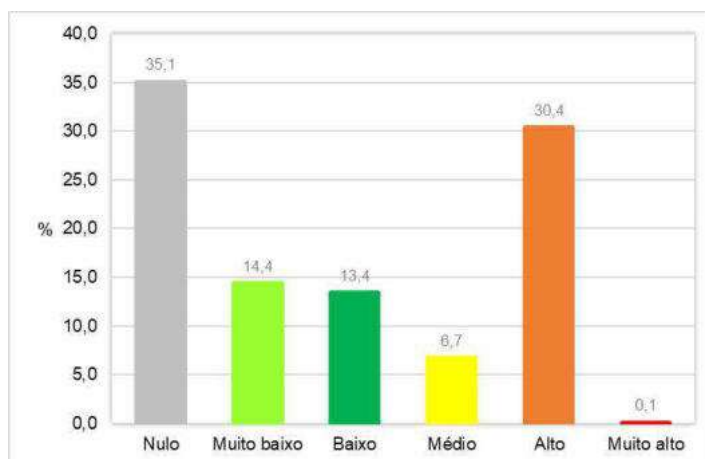


Figura 3 - Distribuição percentual do risco de incêndio florestal na ZIF.

3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

3.1 Restrições de utilidade pública

O Plano Diretor Municipal (PDM) estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção. O modelo de estrutura espacial assenta na classificação e na qualificação do solo.

O PDM define também as condicionantes/servidões e restrições de utilidade pública. Entende-se por servidão administrativa o ónus ou encargo imposto por uma disposição legal sobre uma propriedade, limitando o exercício do direito da propriedade, por razões de utilidade pública. Resulta imediatamente da Lei e do facto de existir um objeto que a Lei considere como dominante sobre os prédios vizinhos. Este estatuto contribui para maximizar a utilidade pública dos bens que

a determinam. Quando o interesse público a conservar é abstrato, não corporizado na utilidade de um objeto concreto, chama-se restrição de utilidade pública.

A ZIF localiza-se no Concelho de Castelo Branco, como tal segue os modelos de estrutura espacial do território municipal, **PDM de Castelo Branco**.

A atividade florestal está sujeita a algumas condicionantes legais que limitam o exercício do direito da propriedade, com vista a maximizar a utilidade pública de um determinado bem. Estas condicionantes resultam do reconhecimento da necessidade de salvaguardar o solo de usos indevidos ou limitar o solo a usos adequados.

De seguida faz-se referência às restrições de utilidade pública que podem ter maior impacto no planeamento florestal da ZIF (Mapas 21 a 23):

- **REN (Reserva Ecológica Nacional)** - Estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformações do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas. Tem como principais objetivos proteger os recursos naturais água e solo; prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação, de cheias, de erosão hídrica do solo etc. Nas áreas de REN são proibidas ações ou usos que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ampliação; vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais. Qualquer intervenção prevista para as parcelas em zona de REN não dispensa parecer da CCDR;
- **RAN (Reserva Agrícola Nacional)** - Tem como objetivo a proteção de áreas que sejam constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou por terem sido objeto de importantes investimentos destinados a aumentar a capacidade produtiva, mostrando-se assim mais vocacionados para uma agricultura moderna e racional;
- **Proteção a Espécies Florestais** - O sobreiro e azinheira estão protegidas por lei, o Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 maio que estabelece as medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira, estando este decreto sujeito a alterações pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho. Qualquer intervenção sobre estas espécies está sujeita a autorização do ICNF. Na cartografia estão representadas as áreas de Sobreiro e Azinheira (Mapas 21 a 23), no entanto sempre que estas espécies surgirem associadas a outras ou no Sub-Coberto serão protegidas;
- **Oliveiras** - O regime jurídico de proteção às oliveiras rege-se pelo DL n.º 120/86 de 28 de maio. O arranque e corte raso de olival só pode ser efetuado mediante prévia autorização concedida pelas direções regionais de agricultura da respetiva área, as autorizações serão concedidas quando se verifica qualquer uma das condições definidas no art.º 2 do DL 120/86. O arranque ou corte de oliveiras isoladas dispensa autorização prévia;

- **Domínio hídrico (servidão de margem)** - Relativamente ao domínio hídrico está presente o domínio fluvial (Rio Ponsul e Rio Ocreza). As correntes de água, lagos ou lagoas têm uma servidão de margem de 10 metros para cada lado (30 metros nas águas navegáveis), a partir da linha limite do leito. Não é permitida a execução de quaisquer obras, permanentes ou temporárias, nos leitos e nas margens, bem como no respetivo subsolo e no espaço aéreo correspondente, sem licença dos serviços competentes, quer estas sejam parcelas públicas ou privadas. A utilização do domínio hídrico com infraestruturas hidráulicas, culturas biogénicas, bem como a sementeira, plantação e corte de árvores está sujeita à obtenção de um título de utilização. **A ZIF é delimitada pelos Rios Ocreza a Norte e Ponsul a Sul e intercetada pela Ribeira D'Ega, Ribeira da Lória, Ribeira de S. Bartolomeu, Ribeira da Fonte santa, Ribeirinha, Ribeira do Sapateiro, Ribeira da Eira do Cavalo, Ribeira da Pipa, Ribeiro da Seta, Ribeiro das Casas, Ribeiro da Bica, Ribeiro do Muro e Barroca da Castanheira.**

- **Gasoduto** - As servidões relativas à passagem do gás pelos fins de interesse público a que se destinam, pelos riscos inerentes e previsíveis do funcionamento das instalações e perigosidade para o homem e para o ambiente justifica a criação de um regime de servidão estabelecida pela seguinte legislação: Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, altera do pelo DL n.º 232/90, de 16 de Julho, pelo DL n.º 274-A/93, de 4 de Agosto e pelo DL n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro (que republicou o DL n.º 374/89); Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de Julho alterado pelo DL n.º 183/94, de 1 de Julho e pelo DL n.º 7/2000, de 3 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 11/94, de 13 de Janeiro.

- **Infraestruturas de Transportes e Comunicações** - Autoestrada da Beira - Interior (A23), Estradas Nacionais (N18, N18-8, N112, N233 e N240,) e Estrada Municipal (EM551). Nos terrenos limítrofes da estrada e fora dos aglomerados populacionais é proibida a existência de árvores ou arbustos nas zonas de visibilidade ou a menos de 1m do limite da zona da estrada. É também proibido nas zonas de visibilidade as vedações de alvenaria, betão ou materiais semelhantes e muros que sirvam de suporte ou revestimento de terrenos sobranceiros.

- **Marcos geodésicos (Barreira, Feitoso, Fonte fundeira, Figueiredo, Fonte nova, Cancela cimeira, Gargalheira, Chão da granja, São martinho, Alcaide, Chaveiro, Fagundes e Martins)** - Os marcos geodésicos ou de triangulação cadastral têm zonas de proteção que abrangem uma área em redor do sinal, com o raio mínimo de 15m, estando aí condicionada a plantação de árvores;

- **Servidões de Passagem às Linhas de Média Tensão e Muito Alta Tensão** - Os proprietários dos terrenos onde se encontrem instaladas linhas consideradas de utilidade pública, bem como os proprietários dos terrenos confinantes às referidas linhas, não podem instalar neles plantações que possam prejudicar a exploração das linhas. Contudo, os referidos proprietários têm o direito de ser indemnizados pelo concessionário ou proprietário sempre que haja redução de rendimento, diminuição da área das propriedades ou quaisquer prejuízos provenientes da construção das linhas. **A Norte da Zona de Intervenção Florestal, existem servidões de passagem a linhas de média tensão e muito alta tensão;**

- **Rede Ferroviária (Linha da Beira Baixa)** - Os proprietários confinantes ou vizinhos de bens do domínio público ferroviário estão obrigados a abster-se de realizar obras, exercer atividades ou praticar atos que possam fazer perigar a segurança da circulação ferroviária e ou da infraestrutura ferroviária. Nos prédios confinantes ou vizinhos das linhas férreas ou outras instalações ferroviárias é proibido (art.º 15.º e 16.º do DL n.º 276/2003): fazer construções, edificações, aterros, depósitos de materiais ou plantação de árvores a distância inferior a 10 m; fazer escavações, qualquer que seja a profundidade, a menos de 5 m da linha férrea;

- **Património Arqueológico** - Monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada. A referida área integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, o ordenamento e gestão devem ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos existentes. Em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos, poderá ser estabelecido como reserva arqueológica de proteção, com vista a determinar o seu interesse. **Na ZIF estão presentes cerca de 31 monumentos e sítios (achados isolados, anta, arte rupestre, cromeleque, lagar, menir, necrópole, ponte, povoado, povoado fortificado, sepultura e vila), apresentados nos Mapas 21 a 23;**

- **Parque Natural do Tejo Internacional** - (Criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto, tendo os seus limites sido retificados pelos Decretos Regulamentares n.ºs 3/2004, de 12 de fevereiro, e 21/2006, de 27 de dezembro) e sujeito ao Plano de Ordenamento (POPNTI) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro). Este documento regulamenta, entre outras, a atividade florestal, interditando a plantação de novos povoamentos de eucalipto e condicionando a parecer vinculativo ou autorização do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a arborização, o adensamento e a reconversão de povoamentos florestais, quando não incluídos num Plano de Gestão Florestal já sujeito a parecer favorável do ICNF. **A ZIF integra 3,9% da área no PNTI e está abrangida pelas diferentes tipologias de proteção do Plano de Ordenamento que apresentam disposições específicas e condicionamentos à atividade florestal e cinegética;**

- **ZPE do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (PTZPE0042)** - A ZPE foi criada no âmbito da Diretiva das Aves. Conforme a descrição na Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, que publica o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, a ZPE é composta essencialmente pelos vales dos rios Tejo Ponsul, Aravil e Erges. Serão adiante descritas (Programa de Gestão da Biodiversidade) em maior detalhe as orientações de gestão previstas no Plano Sectorial para estas áreas. Cerca de 2,7% da ZIF está inserida em ZPE;

3.2 Instrumentos de planeamento florestal

Os Quadros seguintes fazem a síntese dos instrumentos de planeamento florestal onde a ZIF se insere, nomeadamente o PROF, com as principais orientações territoriais, silvícolas relevantes.

Quadro 21 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

PROF	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES		
		ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II			
PROF CI	1ª PRIORIDADE						
	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de redução de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais; • Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menos suscetibilidade ao fogo; • Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustíveis; • Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017; • Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar; • Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando a erradicação); • Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimentos suficiente para uma gestão conjunta eficaz; • Integrar as metas conservação do solo e da água nos PGF; • Integrar as metas de gestão de combustíveis nos PGF; • Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta; • Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recolha nas áreas agrupadas; • Promover a apicultura nas áreas agrupadas; • Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas. 	<p>Povoamentos puros de eucalipto</p> <p>Povoamentos puros de pinheiro-bravo</p> <p>Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro</p> <p>Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i></p> <p>Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i>, <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas</p>	<p>Eucalipto</p> <p>Pinheiro-bravo</p> <p>Medronheiro</p> <p>Lódão-bastardo</p> <p>Castanheiro</p> <p>Carvalho português</p> <p>Azinheira</p> <p>Sobreiro</p>	<p>Aveleira</p> <p>Cedro-do-Oregon</p> <p>Cedro-do-Buçaco</p> <p>Cipreste-comum</p> <p>Nogueira-preta</p> <p>Cerejeira-brava</p> <p>Pseudotsuga</p> <p>Pinheiro-larício</p> <p>Pinheiro-manso</p> <p>Pinheiro-insigne</p> <p>Pinheiro silvestre</p> <p>Carvalho-negral</p> <p>Carvalho-alvarinho</p> <p>Carvalho-americano</p>	Pd	Pt	Sc/P

Produção (Pd); Proteção (Pt); Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (C); Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores; (Sc/P); Recreio e valorização da paisagem (Re)



ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DA BEIRA INTERIOR

Av. General Humberto Delgado, 57 – 1º 6000-081 Castelo Branco Tel – 272325741 Fax – 272325782 Site – www.aflobei.pt email – aflobei@aflobei.pt

Quadro 22 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECIFICOS		SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES		
			ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II			
PROF CI	Floresta do Interior	2ª PRIORIDADE	Povoamentos puros de eucalipto Povoamentos puros de pinheiro-bravo Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i> Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Eucalipto Pinheiro-bravo Medronheiro Lódão-bastardo Castanheiro Carvalho português Azinheira Sobreiro	Aveleira Cedro-do-Oregon Cedro-do-Buçaco Cipreste-comum Nogueira-preta Cerejeira-brava Pseudotsuga Pinheiro-larício Pinheiro-manso Pinheiro-insigne Pinheiro silvestre Carvalho-negral Carvalho-alvarinho Carvalho-americano	Pd	Pt	Sc/I
		<ul style="list-style-type: none">• Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH;• Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar;• Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat;• Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies;• Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta;• Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção florestal;• Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça;• Valorizar espaços florestais através da sua utilização turística;• Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais.						
		3ª PRIORIDADE						
		<ul style="list-style-type: none">• Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000;• Ajustar as prioridades de intervenção da DFCI ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas;• Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF.						
		TRANSVERSAL A TODAS AS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS						
		<ul style="list-style-type: none">• Melhorar a gestão dos povoamentos existentes;• Aproveitar o potencial da regeneração natural.						

Produção (Pd); Proteção (Pt); Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (C); Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores; (Sc/P); Recreio e valorização da paisagem (Re)

Quadro 23 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

PROF	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECIFICOS		SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES		
			ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II			
PROF CI	Raia Sul	1ª PRIORIDADE			Cedro- Eucalipto (pred)			
		<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de redução de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais; • Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menos suscetibilidade ao fogo; • Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustíveis; • Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar; • Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando a erradicação); • Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimentos suficiente para uma gestão conjunta eficaz; • Integrar as metas de gestão de combustíveis nos PGF; • Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta; • Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recolha nas áreas agrupadas; • Promover a apicultura nas áreas agrupadas; • Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas. 	<p>Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro</p> <p>Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i></p> <p>Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i>, <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas</p>	<p>Pinheiro-bravo (pred)</p> <p>Medronheiro</p> <p>Lódão-bastardo</p> <p>Castanheiro</p> <p>Carvalho português</p> <p>Azinheira</p> <p>Sobreiro</p>	<p>Cedro- Eucalipto (pred)</p> <p>Aveleira</p> <p>Cedro-do-Buçaco</p> <p>Cipreste-comum</p> <p>Freixo</p> <p>Nogueira-preta</p> <p>Cerejeira-brava</p> <p>Pseudotsuga</p> <p>Pinheiro-manso</p> <p>Pinheiro-insigne</p> <p>Choupos</p> <p>Carvalho-negral</p> <p>Carvalho-alvarinho</p>	Pd	Pt	Sc/P

Produção (Pd); Proteção (Pt); Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (C); Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores; (Sc/P); Recreio e valorização da paisagem (Re)

Quadro 24 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECIFICOS	SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES		
		ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II			
PROF CI	Raia Sul	2ª PRIORIDADE			Eucalipto (pred)		
		<ul style="list-style-type: none"> Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH; Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF; Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta; Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça; Valorizar espaços florestais através da sua utilização turística; Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais. 	Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro	Pinheiro-bravo (pred) Medronheiro Lódão-bastardo Castanheiro Carvalho português Azinheira Sobreiro	Aveleira		
					Cedro-do-Buçaco		
					Cipreste-comum		
					Freixo		
					Nogueira-preta		
		3ª PRIORIDADE			Cerejeira-brava	Pd	Pt
		<ul style="list-style-type: none"> Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF. 	Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>		Pseudotsuga		Sc/P
		TRANVERSAL A TODAS AS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS			Pinheiro-manso		
		<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a gestão dos povoamentos existentes; Aproveitar o potencial da regeneração natural; Fomentar/apoiar a gestão, incluindo a gestão conjunta; Aumentar a produtividade cinegética. 	Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas		Pinheiro-insigne		
					Choupas		
					Carvalho-negral		
					Carvalho-alvarinho		

Produção (Pd); Proteção (Pt); Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (C); Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores; (Sc/P); Recreio e valorização da paisagem (Re)

Quadro 25 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

PROF	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECÍFICOS		SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES		
			ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II			
PROF CI	Tejo Internacional	1ª PRIORIDADE	<p>Povoamentos de sobreiro, carvalho-português e azinheira, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro</p> <p>Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i></p> <p>Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i>, <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas</p>	<p>Pinheiro-bravo (pred)</p> <p>Medronheiro</p> <p>Lódão-bastardo</p> <p>Carvalho português</p> <p>Azinheira</p> <p>Sobreiro</p>	<p>Eucalipto (pred)</p> <p>Aveleira</p> <p>Cedro-do-Buçaco</p> <p>Castanheiro</p> <p>Cipreste-comum</p> <p>Freixo</p> <p>Choupos</p> <p>Carvalho-alvarinho</p>	C	Pt	Sc/p
		<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e sistemas de produção que mantenham no tempo as condições favoráveis de infiltração e escoamento e proporcionem a pedogénese; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de redução de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais; • Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menos suscetibilidade ao fogo; • Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível; • Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017; • Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; • Promover objetivos e avaliação da conservação do solo e da água aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar; • Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando a erradicação); • Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimentos suficiente para uma gestão conjunta eficaz; • Integrar as metas de gestão de combustíveis nos PGF; • Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF; • Integrar as metas de conservação da natureza no PGF; • Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta; • Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta; • Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão de combustível aplicável aos sistemas de produção florestal; • Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça; • Promover o aumento da micorrização para a produção de cogumelos, promovendo a recolha nas áreas agrupadas; • Promover a apicultura nas áreas agrupadas; • Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas; • Valorizar os espaços florestais através da sua utilização turística; • Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais. 						

Produção (Pd); Proteção (Pt); Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (C); Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores; (Sc/P); Recreio e valorização da paisagem (Re)

Quadro 26 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

PROF CI	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECIFICOS	SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES		
		ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II			
Tejo Internacional	2ª PRIORIDADE	Povoamentos de sobreiro, carvalho-português e azinheira, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro		Eucalipto (pred)			
	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH; • Ajustar as prioridades de intervenção da DFCI ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas; • Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat; • Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo planos de Ação de espécies; • Integrar a gestão cinegética e silvopastoril na gestão de habitats e espécies a conservar; 		Pinheiro-bravo (pred)	Aveleira			
			Medronheiro	Cedro-do-Buçaco			
			Lódão-bastardo	Castanheiro	C	Pt	Sc/p
	TRANSVERSAL A TODAS AS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS	Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i>		Cipreste-comum			
			Carvalho português	Freixo			
			Azinheira	Choupos			
			Sobreiro	Carvalho-alvarinho			
		Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas					
	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a gestão dos povoamentos existentes; • Aproveitar o potencial da regeneração natural; • Aumentar a produtividade cinegética. 						

Produção (Pd); Proteção (Pt); Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (C); Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores; (Sc/P); Recreio e valorização da paisagem (Re)

A **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio**, que aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e o **Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro** que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (art.º 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro) estabelecem as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Os PMDFCI têm por missão o estabelecimento de ações de prevenção, que incluam a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Os PMDFCI avaliam a vulnerabilidade do concelho aos incêndios e propõe a implementação de medidas e de ações para o período de vigência de 10 anos, no âmbito da prevenção e do combate, visando a defesa da floresta contra incêndios (DFCI), nomeadamente, na gestão de infraestruturas, definição de zonas críticas, definição de prioridades de defesa, estabelecimento de mecanismos e procedimentos de coordenação entre os vários intervenientes na DFCI.

A Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco está abrangida pelo **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Castelo Branco (PMDFCI - Castelo Branco)**. Este plano tem por missão o estabelecimento de ações de prevenção, que incluam a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

As ações que sustentam os PMDFCI procurarão satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nos principais eixos estratégicos definidos no PNDFCI, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio de 2006. Tais ações serão organizadas e hierarquizadas em função do impacto esperado na resolução dos problemas detetados, segundo o Despacho n.º 443-A/2018 que homologa o regulamento do PMDFCI.

O PMDFCI do respetivo Concelho é analisado ao nível da ZIF, tanto no que respeita à descrição e identificação das infraestruturas como ao nível das intervenções (Programa de Infraestruturas), a DFCI que têm um papel relevante na gestão da mesma, nomeadamente, faixas de gestão de combustíveis e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, rede viária, pontos de água e etc.

3.3 Instrumentos de gestão territorial

À presente data, a ZIF está inserida nos seguintes instrumentos de gestão territorial:

- **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)** - aprovado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro;
- **Plano Diretor Municipal de Castelo Branco (PDM de Castelo Branco);**
- **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castelo Branco (PMDFCI Castelo Branco);**
- **Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI)**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro;
- **Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042)** aprovada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro de 1999.

3.4 Outros ónus relevantes para a gestão florestal

Apoios Financeiros do Estado

No que respeita a projetos com relevância na área da ZIF em causa, foram realizados diversos, ao abrigo de quadros comunitários, que atualmente já se encontram concluídos (Mapas 27 a 29).

Ao abrigo do **PRODER (2007 - 2013)**, foram elaboradas e executadas pela entidade gestora da ZIF algumas candidaturas, nomeadamente:

1. **Medida 1.3 «Promoção da Competitividade Florestal», Ação 1.3.1 «Melhoria Produtiva dos Povoamentos»**

Os projetos tiveram como principal objetivo beneficiar povoamentos já instalados, produzir materiais florestais de qualidade e promover a valorização económica de subprodutos e resíduos florestais. Foram realizadas podas de formação, desramas, controlo da vegetação manual e mecânica e fertilizações. Na área de influência dos projetos ainda se procedeu beneficiação de rede viária e rede divisional (PA 18828 e PA 14309).

2. **Ação 2.3.1 «Minimização dos Riscos», Sub-ação 2.3.1.1 «Defesa da Floresta Contra Incêndios»**

O projeto teve como objetivo aumentar a resistência e resiliência dos espaços florestais aos incêndios, reduzir a incidência dos incêndios florestais e infraestruturas o território. Intervencionou-se **mosaicos de gestão de combustível** realizando o controlo da vegetação espontânea e **faixas de gestão de combustível na rede primária** com controlo da vegetação espontânea, podas e desramas. Beneficiou-se também a rede viária florestal no interior da rede primária e 2 pontos de água (PA 14665 e PA 17891).

3. Medida 2.3 «Gestão dos Espaços Florestais e Agroflorestais», Ação 2.3.3.1, «Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais»

O projeto teve como objetivo atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos. Foram realizadas operações de limpeza do leito e ramos pendentes das margens no interior da linha de água, limpeza total da vegetação heliófila, limpeza de mato manual e limpeza das margens exteriores através do corte manual de ramos e matos heliófilos (PA 18789 e PA 29096).

Mais recentemente ao abrigo do **PDR2020 (2014 - 2020)**, foram elaboradas e executadas pela entidade gestora da ZIF algumas candidaturas, nomeadamente:

1. Ação 8.1 «Silvicultura Sustentável», Operação 8.1.3 «Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos»

O projeto teve como objetivo a prevenção e defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos, incluindo sinalização de infraestruturas e prevenção contra agentes bióticos e instalação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, incluindo sinalização de infraestruturas. Foram realizadas operações ao nível da rede primária, dos mosaicos de parcelas de gestão de combustível e beneficiação da rede viária florestal (PA 25976).

2. Ação 8.1 «Silvicultura Sustentável», Operação 8.1.5 «Melhoria da Resiliência e do valor Ambiental das Florestas»

O projeto teve como objetivo reabilitar povoamentos como estando em más condições vegetativas. Foram realizadas intervenções ao nível das áreas de Sobreiro, bem como podas, correção de densidades, eliminação de resíduos, limpeza de mato e tratamento do solo (PA 16926).

3. Ação 8.1 «Silvicultura Sustentável», Operação 8.1.5 «Melhoria da Resiliência e do valor Ambiental das Florestas»

O projeto teve como objetivo reabilitar povoamentos como estando em más condições vegetativas. Foram realizadas intervenções bem como podas, aproveitamento da regeneração natural, tratamento do solo (local 1), adensamento e colocação de protetores (local 2), (PA 40503).

4. Ação 8.1 «Silvicultura Sustentável», Operação 8.1.5 «Melhoria da Resiliência e do valor Ambiental das Florestas»

O projeto teve como objetivo intervir em áreas com folhosas e resinosas. Foram realizadas intervenções ao nível de poda nas áreas de folhosas, correção de densidades nas áreas de resinosas, desrama, eliminação de resíduos e limpeza de matos. Foram realizadas operações de beneficiação ao nível da rede divisional e da rede viária florestal (PA 50095).

Zonas de Caça

A gestão das zonas de caça é fundamental ao sucesso da atividade cinegética, cujas ações de manejo de habitat são uma prioridade, quer pela realização de zonas de sementeira, incrementadoras de um regime alimentar diversificado e abundante, que atrai e mantém as espécies faunísticas num dado habitat, quer pela manutenção de bosquetes com espécies ripícolas (orlas), fomentadoras da presença de avifauna, desta forma podemos concluir que as zonas de caça potenciam o aumento da biodiversidade na floresta e favorecem a defesa da mesma relativamente aos incêndios, na medida que originam áreas de descontinuidade, fundamentais na prevenção e combate a incêndios florestais. Em termos cinegéticos, a ZIF de Castelo Branco encontra-se inserida nas zonas de caça mencionadas nos quadros seguintes, existindo áreas que se encontram em terrenos sem ordenamento cinegético (Mapas 24 a 26).

Quadro 27 - Zonas de Caça que englobam a ZIF (Fonte: ICNF)

Tipo/Designação	Concessionário	Município	Area (ha)	Portaria	Processo
ZCA da Boa Esperança	Associação Recreativa do Bairro da Boa Esperança	Castelo Branco	3672,44	Concessão - 599/98 de 24 de Agosto de 1998; Anexação - 360/01 de 09 de Abril de 2001; Anexação - 1516/04 de 31 de Dezembro de 2004; Anexação - 1076/06 de 04 de Outubro de 2006; Desanexação - 1622/07 de 26 de Dezembro de 2007; Anexação - 534-ANEX/10 de 19 de Julho de 2010; Renovação - 534-RENOV/10 de 19 de Julho de 2010; Desanexação - D447/16 de 13 de Julho de 2016; Correção - D N690-C/20 de 14 de Dezembro de 2020	Proc. N° 2024 - ICNF
ZCA da Feiteira	Associação de Caçadores do Alagão		317,78	Concessão - 1157/05 de 11 de Outubro de 2005	Proc. N° 4171 - ICNF
ZCA da Tapada da Misericórdia	Associação Recreativa de Caça e Pesca Alcainense		209,91	Concessão - D 532-COM/15 de 21 de Agosto de 2015	Proc. N° 6530 - ICNF
ZCA do Alagão	Associação de Caçadores de Castelo Branco		184,64	Concessão - 1003/05 de 06 de Outubro de 2005	Proc. N° 4104 - ICNF
ZCA do Alagão II			131,02	Concessão - 733/10 de 19 de Agosto de 2010	Proc. N° 5530 - ICNF
ZCA do Monte da Magana	Léguas de Aventura - Clube de Caçadores		342,74	Concessão - D N601/19 de 23 de Outubro de 2019	Proc. N° 7204 - ICNF
ZCA do Monte da Ponte	Associação de Caça e Pesca do Monte da Silveira		112,55	Concessão - D 5710/17 de 23 de Novembro de 2017	Proc. N° 6943 - ICNF

Quadro 28 - Zonas de Caça que englobam a ZIF (Fonte: ICNF)

Tipo/Designação	Concessionário	Município	Área (ha)	Portaria	Processo
ZCA do Vale da Pereira	Associação de Caça e Pesca O Carvalhal	Castelo Branco	679,99	Concessão - 1465/08 de 17 de Dezembro de 2020; Renovação - D N675/20 de 03 de Dezembro de 2020	Proc. Nº 5113 - ICNF
ZCA Rebouça de Baixo	Associação de Caça e Pesca da Nave		332,22	Concessão - 1614/07 de 24 de Dezembro de 2007	Proc. Nº 4806 - ICNF
ZCA dos Maxiais	Associação Desportiva de Caça e Pesca de Maxiais		1549,44	Concessão - 682/99 de 23 de Agosto de 1999; Anexação - 926/00 de 02 de Outubro de 2000; Anexação/Desanexação - 227/02 de 12 de Março de 2002; Renovação - DESP 510/11 de 30 de Setembro de 2011; Anexação - DESP 510-ANEX/11 de 30 de Setembro de 2011; Desanexação - D N616/19 de 08 de Novembro de 2019; Desanexação - D N672/20 de 03 de Dezembro de 2020;	Proc. Nº 2185 - ICNF
ZCA do Monte Fidalgo	CL Caça e Pesca M. B. L.		501,60	Concessão - 722-010/92 de 15 de Julho de 1992; Anexação - 896-Z1/95 de 15 de Julho de 1995; Renovação - 1227/07 de 21 de Setembro de 2007; Renovação - D S279/19 de 07 de Maio de 2019; Anexação - D S279-ANEX/19 de 07 de Maio de 2019; Anexação - D N 675-ANEX/20 de 03 de Dezembro de 2020	Proc. Nº 1192 - ICNF
ZCA Pedra da Légua e Outras	Associação Recreativa de Caça e Pesca Alcainense		1310,51	Concessão - 615-M2/91 de 08 de Julho de 1991; Anexação - 667-N1/93 de 14 de Julho de 1993; Anexação - 544-Z/96 de 04 de Outubro de 1996; Anexação - 307/02 de 20 de Março de 2002; Renovação - 570/03 de 16 de Julho de 2003; Renovação - 317/09 de 30 de Março de 2009; Anexação - D328/12 de 14 de Agosto de 2012; Anexação - D 10/14 de 15 de Janeiro de 2014; Renovação - D 532/15 de 21 de Agosto de 2015; Anexação - D 532-ANE/15 de 21 de Agosto de 2015; Anexação - D S586/17 de 29 de Setembro de 2017	Proc. Nº 829 - ICNF

Quadro 29 - Zonas de Caça que englobam a ZIF (Fonte: ICNF)

Tipo/Designação	Concessionário	Município	Área (ha)	Portaria	Processo
ZCM da Taberna Seca II	Associação Caça e Pesca da Taberna Seca	Castelo Branco	499,42	Concessão - D 10/16 de 08 de Janeiro de 2016; Anexação - D N434/20 de 10 de Agosto de 2020	Proc. Nº 6596 - ICNF
ZCT da Pedra da Légua	Jaime Silva Lopes		533,26	Concessão - D 532-C02/15 de 21 de Agosto de 2015; Anexação - D S637/17 de 18 de Outubro de 2017; Transmissão - D N284/20 de 08 de Junho de 2020	Proc. Nº 6531 - ICNF
ZCT do Monte Chaveiro, Pote e Borralheiro	Neves, Martins, Barata - Apoio Social, Lda.		572,29	Concessão - D S677/17 de 07 de Novembro de 2017	Proc. Nº 6936 - ICNF
ZCT do Monte da Barreira	Sociedade Agrícola Rebouça de Cima, Lda.		649,81	Concessão - D 334/13 de 17 de Julho de 2013; Anexação - D 129/16 de 02 de Março de 2016	Proc. Nº 6140 - ICNF
ZCT Monte de de São Luis	Monte da Manga - Sociedade Agrícola de Grupo, Lda.		536,18	Concessão - 1221/10 de 06 de Dezembro de 2010; Anexação/Desanexação - D S559/16 de 16 de Agosto de 2016	Proc. Nº 5626 - ICNF
ZCT Pombal	Maria Luísa dos Reis Mota de Campos		1028,78	Concessão - 586/08 de 17 de Julho de 2008; Renovação - D N186/20 de 21 de Abril de 2020; Correção - D N186/20 de 21 de Abril de 2020	Proc. Nº 4871 - ICNF
ZCT Ponsul	Lazer e Floresta - Emp. Desenv. Agro-florestal, Imobiliário		720,43	Concessão - 5/11 de 05 de Janeiro de 2011	Proc. Nº 5659 - ICNF

O desenvolvimento destas áreas privilegia um aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, que é garantido através da prestação de serviços adequados, definidos nos Planos de Ordenamento e Exploração Cinegéticos (POEC).

Sendo a exploração cinegética um aproveitamento com interesse económico, dever-se-á ter em conta um conjunto de intervenções que favoreçam e fomentem esta atividade.

As espécies cinegéticas exploradas são essencialmente de caça menor como, lebre (*Lepus granatensis*), coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), raposa (*Vulpes vulpes*), saca-rabos (*Herpestes ichneumon*), perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), gaio (*Garrulus glandarius*), pega-rabuda (*Pica pica*), gralha-preta (*Corvus corone*), Melro (*Turdus merula*), Pato-real (*Anas platyrhynchos*), Galinha d'água (*Gallinula chloropus*), Galinhola (*Scolopax rusticola*), Rola-comum (*Streptopelia turtur*), Codorniz (*Coturnix coturnix*), Pombo-torcaz (*Columba palumbus*), Tordo-comum (*Turdus philomelos*), Tordo-ruivo (*Turdus iliacus*), Tordeia (*Turdus visvivorus*), estorninho-malhado (*Sturnus vulgaris*) e como caça maior o javali (*Sus scrofa*).

As ações de correção de densidades de espécies cinegéticas prejudiciais à fauna, flora, pescas, florestas, agricultura e pecuária revestem-se de carácter pontual e são submetidas a pedidos de autorização do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. A fiscalização dos atos ilegais como caça furtiva é feita pelas entidades gestoras de caça.

Neste sentido, aquando da elaboração do programa operacional para a ZIF de Castelo Branco, ter-se-á em consideração a prática desta atividade.

4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS

4.1 Infraestruturas florestais

4.1.1 Rede viária florestal (RVF)

A RVF (Rede Viária Florestal) é composta por um conjunto de vias de comunicação que atravessam ou dão acesso aos espaços florestais e que cumprem funções que permitem o acesso, exploração e defesa desses espaços em especial no que respeita a atividades de DFCI.

De modo geral a rede viária florestal é nada mais do que, caminhos florestais, que dão passagem durante todo o ano a todo o tipo de veículos; estradas, em que a circulação sem restrições durante o ano é limitada aos veículos todo-o-terreno, desempenhando uma função primordial de servir às operações e compartimentação florestais; trilhos, que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tratores e máquinas florestais.

A RVF surge sob duas formas, RVF fundamental (1ª e 2ª Ordem), a de maior interesse para a DFCI sobre a qual se desenvolve a restante RVF, garantindo o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infraestruturas DFCI e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, RVF complementar, que engloba todas as restantes vias, de eventual importância para a gestão florestal e para todas as funções ligadas à DFCI.

A RVF é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI. No contexto da DFCI, a RVF desempenha funções de:

- Rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de incêndio, mas também aos pontos de reabastecimento de água e combustível;
- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de combate encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança; e
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.

A RVF constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais.

A acessibilidade aos espaços florestais constitui também um aspeto relevante para o ordenamento florestal e escoamento dos produtos florestais, assim como para a implementação de espaços de recreio e lazer para as populações.

No Quadro 30 pode analisar-se em detalhe a distribuição da Rede Viária Florestal (RVF) na ZIF.

Quadro 30 - Distribuição da Rede Viária Florestal da ZIF.

Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco	Descrição da Rede Viária			Comprimento	Unidades
	Rede Viária Florestal (RVF)	<u>Fundamental</u>	2ª Ordem	78 629,21	m
			1ª Ordem	8843,67	
		<u>Complementar</u>		761 263,39	
	Total da RVF (m)				848 736,27
	Densidade da RVF (m/ha)				62,6

A rede viária florestal da ZIF totaliza cerca de 848 736,27 m de extensão, o que representa uma densidade de 62,6 m /ha. Tendo em conta que o seu estado de conservação é razoável, prevê-se apenas a regularização da plataforma, limpeza/abertura de valetas e regularização do piso consoante as necessidades, de forma permitir a deslocação de meios terrestres em boas condições (Mapas 30 a 32).

4.1.2 Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Existe a presença de algumas edificações dispersas na área da ZIF que são utilizadas pelos proprietários como locais de armazenamento e apoio ao desenvolvimento de pequenas áreas agrícolas (nomeadamente, hortas para consumo próprio). É do interesse dos proprietários a preservação das mesmas (Mapas 30 a 32).

4.1.3 Infraestruturas DFCL

A Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco dispõe de diversos pontos de água (designados por barragem e charca), com dimensão e capacidade de armazenamento variável e alimentadas por linhas de água de capacidade distinta. As mesmas encontram-se em bom estado de conservação, sendo a água utilizada para abeberamento das espécies cinegéticas e na DFCL para abastecimento dos meios de combate. Devendo estes estarem regularizados de acordo com o Decreto-lei nº 93/2008 de 4 de junho com alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 32 de 11/2008 de junho (Mapas 30 a 32).

No que diz respeito a faixas de gestão de combustível (FGC) que surgem na área de estudo teve-se em consideração o PMDFCI do respetivo Concelho e estão identificadas no quadro 31 e Mapas 30 a 32.

Quadro 31 - Quantificação das Componentes da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustíveis da ZIF.

Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco	Código da descrição da faixa / mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)
	1	FGC às edificações em espaços rurais (50 m)	668,81
	2	FGC aos aglomerados populacionais (125 m)	26,77
	3	FGC a parques de campismo, infraestruturas florestais de recreio, parques industriais, plataformas logísticas e aterros sanitários (100 m)	17,25
	4	FGC à rede viária florestal (10 m)	96,37
	7	FGC às Linhas Elétricas de muito alta tensão (10 m)	37,20
	8	FGC à rede primária (125 m)	321,64
	11	Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	285,22
	12	FGC Pontos de água (30 m)	221,40

No Programa Operacional de infraestruturas adiante descrito, serão previstas as intervenções silvícolas e as medidas a adotar ao nível da DFCI. No que respeita à Rede Viária Florestal é apresentado um quadro síntese das intervenções preconizadas, que tem como base aspetos como, estado de conservação da rede viária florestal, e manutenção das infraestruturas DFCI.

4.1.4 Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

No que respeita ao Ordenamento Cinegético, a ZIF é composta por **12 Zonas de Caça Associativa, 6 Zonas de Caça Turística e uma Zona de Caça Municipal**. Para conhecer em detalhe as infraestruturas de apoio a gestão devem ser consultados os **POEC das Zonas de Caça** referidas no Ponto 3.4 (Quadros 27 a 29).

4.1.5 Infraestruturas de apoio à silvopastorícia

Existe presença de algumas edificações dispersas na área da ZIF que são utilizadas pelos proprietários como locais de apoio à silvopastorícia. É do interesse dos proprietários a preservação das mesmas (Mapas 30 a 32).

4.1.6 Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo

Existe presença de algumas edificações dispersas na área da ZIF que são utilizadas como locais de recreio e turismo, bem como o Parque de Campismo Municipal de Castelo Branco, o complexo desportivo do Bairro do Valongo e o Kartódromo de Castelo Branco. É do interesse dos proprietários a preservação das mesmas (Mapas 30 a 32).

4.2 Caracterização socioeconómica da propriedade

A competitividade da fileira florestal portuguesa, nomeadamente nos casos do pinheiro bravo e do eucalipto, está fortemente condicionada pelo custo das respetivas matérias-primas, que se encontram entre as mais altas do mundo. Nestas matérias-primas, a exploração florestal (corte, recheia e transporte) representa, frequentemente, 50% ou mais do valor de venda nos locais de destino.

O uso de planeamento e da aplicação de melhores práticas operacionais são fundamentais não só para reduzir os custos das operações, mas também para minimizar os impactes ambientais e de segurança associados à atividade de exploração florestal lenhosa e não lenhosa.

Para que a componente da exploração florestal continue no futuro de forma sustentável o gestor terá em conta aspetos como, a gestão sustentada dos recursos de forma a manter os níveis de produção, mas também a alguma diversidade na paisagem, preservação da regeneração natural e praticas adequadas que minimizem possíveis impactes decorrentes da exploração.

Para que a componente da exploração florestal continue no futuro de forma sustentável deverá ter-se em conta aspetos como, a gestão sustentada dos recursos de forma a manter os níveis de produção, mas também a alguma diversidade na paisagem, preservação da regeneração natural e praticas adequadas que minimizem possíveis impactes decorrentes da exploração.

Relativamente à **ZIF de Castelo Branco**, atualmente a **exploração de madeira e cortiça surgem como produtos principais** e além desta atividade são exploradas outras de forma garantir um desenvolvimento sustentável, nomeadamente, a exploração de olival, vinha e a caça ordenada. Na execução de todas estas atividades procura-se constantemente valorizar e manter um equilíbrio dos valores de conservação de biodiversidade, da flora e fauna existentes.

No que respeita à **zonagem funcional** esta incidiu apenas nos **espaços florestais (floresta e incultos)**, teve sempre presente o conceito de uso múltiplo florestal, segundo o qual todas as áreas florestais desempenham mais do que uma função. A atribuição das diferentes funções gerais resultou da análise dos bens e serviços proporcionados pelos espaços da exploração.

As diversas funções desempenhadas pelos espaços florestais e agro-florestais, de acordo com **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)**, encontram-se agrupadas nas seguintes funções:

- Espaços florestais e agro-florestais com função de Produção (Pd);
- Espaços florestais e agro-florestais com função de Proteção (Pt);

A função de (C) e (Re) embora consideradas em segundo plano desempenham de forma indireta um papel importante na medida em que a ZIF se encontra inserida no Parque Natural do Tejo Internacional, na Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul e no Important

Bird Área do Tejo Internacional, apresentando um grande potencial para o desenvolvimento de atividades ligadas à natureza e à conservação da biodiversidade em geral.

- Espaços florestais e agro-florestais com função de Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos (C);
- Espaços florestais e agro-florestais com função de recreio, enquadramento e estética da paisagem (Re).

4.2.1 Função de produção

A função de produção é a que apresenta maior expressão na ZIF e incide maioritariamente nas áreas ocupadas por povoamentos de Carvalho negral, Eucalipto, Pinheiro bravo, Freixo e Cupressus através da obtenção de madeira como produto final e nos povoamentos de sobreiro que tem como intuito a obtenção de cortiça.

Devido à diversidade de espécies existente nos povoamentos, será abordada com maior ênfase apenas as espécies principais, sendo assim apresenta-se de seguida as diferentes finalidades na obtenção de produtos finais.

As parcelas ocupadas com **Sobreiro** têm como finalidade a obtenção de cortiça como produto final principal e lenho como produto secundário.

Nas parcelas de **Azinheira**, os objetivos principais, prendem-se com a obtenção de fruto e lenho.

As áreas de **Pinheiro manso** têm como objetivo principal a produção de pinha seguido do aproveitamento da madeira que sai em desbaste e no fim de ciclo de exploração.

Todas as outras espécies como **Carvalho negral**, **Eucalipto**, **Pinheiro bravo**, **Freixo** e **Cupressus**, têm como finalidade a produção de lenho para madeira, podendo ser utilizado em diferentes finalidades, nomeadamente para preservação (postes), para serração, para desenrolar e para trituração (pasta de papel ou aglomerados).

4.2.2 Função de proteção

A função de proteção foi atribuída a áreas constituídas por folhosas ripícolas que constituem as galerias ripícolas da ZIF e desempenham um papel importante ao nível da proteção da rede hidrográfica (estabilização das margens, filtração de nutrientes, etc.), da compartimentação e valorização da paisagem e da proteção do solo.

As parcelas de incultos (matos) desempenham um papel importante ao nível da proteção do solo e da água.

Todas as áreas ocupadas por sobreiro e azinheira têm como função secundária a proteção, uma vez que estamos na presença de espécies protegidas por lei. As ações preconizadas para as diferentes parcelas acautelam a manutenção da biodiversidade e o seu ordenamento.

4.2.3 Função de silvopastorícia, caça e pesca

Uma vez que a ZIF se encontra integrada em várias Zonas de Caça, a exploração cinegética ordenada e sustentada é um outro recurso que pode permitir retirar rendimentos adicionais da floresta. Além disso apresenta benefícios que contribuem para o aspeto social e ambiental considerados positivos, contribuindo também para o desenvolvimento local.

A silvopastorícia propriamente dita, desenvolve-se essencialmente nas **zonas de montado (sobreiro e azinho)** mais aberto com pastagem natural no sub-coberto sendo estas áreas utilizadas para produção de bovinos de carne, ovinos e caprinos, sendo a bolota e a pastagem natural a base da sua alimentação. O pastoreio também é fundamental para a gestão de combustível, reduzindo assim o risco de incêndio.

4.2.4 Função de conservação

Embora a **função de conservação não esteja atribuída a nenhuma área específica da ZIF** (habitats e das espécies de fauna e flora) é importante, sendo que está essencialmente associada às Galerias Ripícolas, por representarem importantes áreas de refúgio, reprodução e alimentação da fauna silvestre e por apresentarem uma riqueza específica elevada do ponto de vista da flora.

No que respeita à função de conservação o POPNTI estabelece áreas com interesse do ponto de vista da conservação da biodiversidade, que permitem proteger espécies ameaçadas, habitats prioritários, solos sensíveis, linhas de água ou outros valores de conservação identificados, e que podem ou não carecer da implementação de medidas de gestão em benefício destes valores.

As ações preconizadas para as diferentes parcelas acautelam a manutenção da biodiversidade e o seu ordenamento.

4.2.5 Função de recreio, enquadramento e estética da paisagem

Embora a **função de enquadramento paisagístico e recreio não esteja atribuída a nenhuma área específica da ZIF**, dada a presença do Parque de Campismo e da Pista de Motocross, são duas infraestruturas que possibilitam a realização de atividades que contribuem para bem-estar físico, psíquico, espiritual e social da população.

O Quadro seguinte faz a síntese do zonamento funcional da ZIF, considerando a ocupação atual. Os Mapas 30 a 32 representam a sua distribuição geográfica relativa à Função principal.

Quadro 32 - Classificação funcional da ZIF.

Ocupação do Solo		Função	Área (ha)	
Atual	Futura		2020	2039
Montado de Sobreiro		Produção	1926,09	
Montado de Azinheira				
Montado de Sobreiro e Azinheira				
Azinheira				
Azinheira e Carvalho Negral				
Azinheira e Pinheiro Bravo				
Azinheira e Pinheiro manso				
Azinheira e Sobreiro				
Azinheira, Sobreiro e Pinheiro Bravo				
Choupo				
Carvalho-negral				
Carvalho Negral e Azinheira				
Carvalho Negral e Eucalipto				
Carvalho Negral e Pinheiro Bravo				
Carvalho Negral e Sobreiro				
Cupressus e Sobreiro				
Eucalipto				
Eucalipto e Azinheira				
Eucalipto e Pinheiro Bravo				
Eucalipto e Sobreiro				
Eucalipto e Carvalho Negral				
Freixo				
Misto de Resinosas e Folhosas				
Outras Folhosas				
Pinheiro Bravo				
Pinheiro Bravo, Eucalipto e Azinheira				
Pinheiro Bravo e Sobreiro				
Pinheiro Bravo e Carvalho Negral				
Pinheiro Bravo, Sobreiro e Azinheira				
Pinheiro Manso				
Pinheiro Manso e Sobreiro				
Sobreiro				
Sobreiro e Azinheira				
Sobreiro e Eucalipto				
Sobreiro e Carvalho Negral				
Sobreiro e Pinheiro Manso				
Sobreiro e Pinheiro Bravo				
Sobreiro e Carvalho Americano				
Outras superfícies Agrícolas >> Pov. puro de Sobreiro		S/função >> Produção	24,46	
Folhosas ripícolas		Proteção	1611,05	
Matos				

B - MODELO DE EXPLORAÇÃO

1 Caracterização e Objetivos de Exploração

1.1 Caracterização dos Recursos

1.1.1 Caracterização geral

De acordo com a nomenclatura classificativa adotada (Anexo I), a distribuição dos principais usos e ocupação do solo atual e futura na ZIF são os apresentados nos Quadros 33 e 34 e cartografados nos Mapas 33 a 35.

Quadro 33 - Uso e Ocupação do Solo da ZIF.

Ocupação Atual					Ocupação Futura	
Uso do Solo	%	Nível II	Designação	Área (ha)	Nível I	Nível II
Florestal	38,2	EC	Eucalipto	1352,75	S/ ALTERAÇÃO	
		SB	Sobreiro	901,20		
		CN	Carvalho Negral	309,86		
		CP	Cupressus	171,66		
		CNSB	Carvalho Negral e Sobreiro	168,76		
		FR	Folhosas Ripícolas	166,26		
		AZ	Azinheira	152,71		
		PB	Pinheiro Bravo	130,92		
		PMSB	Pinheiro Manso e Sobreiro	127,73		
		CNAZ	Carvalho Negral e Azinheira	113,66		
		PM	Pinheiro Manso	103,16		
		AZSB	Azinheira e Sobreiro	54,13		
		SBPM	Sobreiro e Pinheiro Manso	48,82		
		AZSBPB	Azinheira, Sobreiro e Pinheiro Bravo	42,60		
		ECCN	Eucalipto e Carvalho Negral	28,95		
		FRX	Freixo	22,27		
		SBCN	Sobreiro e Carvalho Negral	21,81		
		PBECAZ	Pinheiro Bravo, Eucalipto e Azinheira	17,76		
		MRF	Misto de Resinosas e Folhosas	13,94		
		SBPB	Sobreiro e Pinheiro Bravo	12,63		
		CNEC	Carvalho Negral e Eucalipto	11,92		
		AZCN	Azinheira e Carvalho Negral	11,74		
		SBAZ	Sobreiro e Azinheira	10,93		
		SBEC	Sobreiro e Eucalipto	10,06		
		PBSB	Pinheiro Bravo e Sobreiro	9,42		
		ECSB	Eucalipto e Sobreiro	7,35		
		PBCN	Pinheiro Bravo e Carvalho Negral	6,41		
		CNPB	Carvalho Negral e Pinheiro Bravo	5,49		
		OF	Outras Folhosas	4,46		
		AZPM	Azinheira e Pinheiro Manso	3,83		
		PBSBAZ	Pinheiro Bravo, Sobreiro e Azinheira	3,14		
		CHP	Choupo	3,04		
		AZPB	Azinheira e Pinheiro Bravo	2,72		
		ECAZ	Eucalipto e Azinheira	0,77		
		ECPB	Eucalipto e Pinheiro Bravo	0,57		
		SBCVA	Sobreiro e Carvalho Americano	0,44		
		CPSB	Cupressus e Sobreiro	0,14		
Agro-Florestal	3,5	AFNA	Espaço Agro-Florestal não Arborizado	203,25	S/ ALTERAÇÃO	
		MAZ	Montado de Azinho	129,76		
		MSB	Montado de Sobreiro	23,95		
		MSBAZ	Montado Sobreiro e Azinho	13,19		

Quadro 34 - Uso e Ocupação do Solo da ZIF.

Ocupação Atual					Ocupação Futura	
Uso do Solo	%	Nível II	Designação	Área (ha)	Nível I	Nível II
Agrícola	36,4	CA	Culturas Arvenses	400,32	S/ ALTERAÇÃO	
		HO	Horta	1,38		
		OL	Olival	934,57		
		OLPO	Olival e Pomar	4,27		
		OLVI	Olival e Vinha	5,25		
		OSA	Outras Superfícies Agrícolas	2299,93	FL	Pov. Puro de Sobreiro
			Outras Superfícies Agrícolas	24,46		
		PO	Pomar	17,05		
		PP	Prados ou Pastagens	33,39		
		RG	Culturas de Regadio	120,18		
	VI	Vinha	33,07	S/ ALTERAÇÃO		
Incultos	16,5	MA	Matos			1750,50
Improdutivos	1,5	IP	Improdutivos	158,58	S/ ALTERAÇÃO	
Infraestruturas	3,3	AS	Área Social	16,37	S/ ALTERAÇÃO	
		IA	Infraestrutura de Apoio	76,57		
		IR	Infraestrutura de recreio	19,21		
		RD	Rede Divisional	0,89		
		RF	Rede Ferroviária	5,66		
		RV	Rede Viária	51,25		
		RVF	Rede Viária Florestal	175,36		
Superfícies aquáticas	0,6	BR	Barragem	10,76	S/ ALTERAÇÃO	
		CH	Charca	34,59		
		LA	Linha de Agua	16,23		
		PC	Poco	0,08		

De acordo com a análise dos Quadros 33 e 34 a **componente Florestal** é a dominante na ZIF, **representando 38,2% da área total**, sendo os povoamentos de Eucalipto (*Eucalyptus globulus*), Sobreiro (*Quercus suber*) e Carvalho Negral (*Quercus pyrenaica*) os mais abundantes.

A **componente Agrícola** é o **segundo uso mais representativo (36,4%)**, as três ocupações mais representativas são as Outras Superfícies Agrícolas, Olival e Culturas Arvenses. **Futuramente algumas áreas identificadas como Outras Superfícies Agrícolas perspetivam-se arborizar com Sobreiro.**

A componente de Incultos ocupa **16,5% da ZIF**, onde estão incluídos os Matos (Esteva - *Cistus ladanifer*; Giestas - *Cytisus sp*; Rosmaninho - *Lavandula stoechas*; Carqueja - *Baccharis trímpera*, Codessos - *Adenocarpus sp* e Tovisco - *Daphne gnidium*).

Surge também a **componente Agro Florestal (3,5%)** onde constam os espaços agro florestais não arborizados e todas as zonas de montado de sobre e azinho puros e mistos.

A restante área da ZIF está dividida pelas **Infra-estruturas (3,3%)**, **Improdutivos(1,5%)** e **Superfícies Aquáticas (0,6%)**

1.1.2 Compartimentação da propriedade, definição e delimitação das parcelas

Procedeu-se à divisão da exploração em zonas homogêneas utilizando como critérios as características edafo-climáticas e a distribuição das espécies no terreno. Foram definidos talhões para todos os usos do solo tendo em consideração as áreas que futuramente serão pastagem, de modo a ter uma caracterização que inclui toda a área da UGF.

A compartimentação foi efetuada para a área da ZIF na totalidade (**Aderentes e Não aderentes**), excluindo apenas as áreas com **PGF Próprio**.

A definição das zonas homogêneas permitiu a definição de **Talhões** que se subdividiram em **Parcelas** que são as unidades básicas de gestão florestal.

Após atribuição dos Talhões procedeu-se à **divisão parcelar, que incidiu nos espaços Florestais, Áreas agrícolas, Incultos e espaços Agro-florestais**. Não foram atribuídas parcelas às infraestruturas, improdutivo e superfícies aquáticas.

No que diz respeito à área dos **aderentes sem PGF Próprio**, ou seja abrangidos pelo **PGF da ZIF** serão definidos **PIOS (Planos de Intervenção Operacionais)**, a restante área de **não aderentes** mas que se encontra sob gestão do **PGF da ZIF** irão ser estabelecidas operações silvícolas mínimas (**OSM**).

A ZIF foi dividida em **45 Talhões (A a SS)** e cada talhão num número variável de parcelas. Os Quadros 35 e 36 apresentam a compartimentação global da ZIF e os Mapas 39 a 41 apresentam a distribuição geográfica.

Quadro 35 - Compartimentação da ZIF (Talhões e Parcelas).

Uso e Ocupação do Solo		Talhão	Parcela	Área (ha)	Função
Florestal	Eucalipto	A	50	90,45	Produção
	Sobreiro	B	116	416,86	
	Carvalho Negral	C	35	309,86	
	Carvalho Negral e Sobreiro	D	13	165,84	
	Folhosas Ripícolas	E	88	101,38	Proteção
	Azinheira	F	25	134,31	Produção
	Pinheiro Bravo	G	62	130,92	
	Pinheiro Manso e Sobreiro	H	18	176,56	
	Azinheira e Carvalho Negral	I	7	125,40	
	Pinheiro Manso	J	7	25,75	
	Azinheira e Sobreiro	K	5	12,97	
	Azinheira, Sobreiro e Pinheiro Bravo	L	3	45,74	
	Carvalho Negral e Eucalipto	M	11	40,88	
	Freixo	N	2	1,63	
	Pinheiro Bravo, Eucalipto e Azinheira	O	10	17,76	
	Misto de Resinosas e Folhosas	P	4	8,71	
	Pinheiro Bravo e Sobreiro	Q	3	10,30	
	Eucalipto e Sobreiro	R	5	17,41	
	Carvalho Negral e Pinheiro Bravo	S	2	11,90	
	Outras Folhosas	T	10	4,46	
	Azinheira e Pinheiro Manso	U	1	3,83	

Quadro 36 - Compartimentação da ZIF (Talhões e Parcelas).

Uso e Ocupação do Solo		Talhão	Parcela	Área (ha)	Função		
Florestal	Choupo	V	4	3,04	Produção		
	Azinhiera e Pinheiro Bravo	W	2	2,72			
	Eucalipto e Azinhiera	X	1	0,77			
	Eucalipto e Pinheiro Bravo	Y	1	0,57			
	Sobreiro e Carvalho Americano	Z	1	0,44			
	Cupressus e Sobreiro	AA	1	0,14			
Agrícola	Outras Superfícies Agrícolas - Pov. Puro de Sobreiro	BB	5	24,46			
	Outras Superfícies Agrícolas	CC	306	2298,37			
	Olival	DD	253	919,91			
	Culturas Arvenses	EE	107	311,14			
	Culturas de Regadio	FF	13	120,18			
	Vinha	GG	83	33,07			
	Pomar	HH	34	17,05			
	Olival e Vinha	II	4	5,25			
	Olival e Pomar	JJ	2	4,27			
	Horta	KK	9	1,38			
Incultos	Matos	LL	525	1509,68	Proteção		
Agroflorestal	Espaço Agro-Florestal não Arborizado	MM	13	203,25	Produção		
	Montado de Azinho	NN	7	129,76			
	Montado de Sobreiro	OO	16	23,95			
	Montado Sobreiro e Azinho	PP	1	13,19			
Infraestruturas	Área Social	QQ		268,50			
	Infraestrutura de Apoio						
	Infraestrutura de recreio						
	Rede Divisional						
	Rede Ferroviária						
	Rede Viária						
Rede Viária Florestal	RR		152,39				
Improdutivos				Improdutivos			
Superfícies Aquáticas				Barragem		SS	49,35
				Charca			
	Linha de Agua						
	Poço						

1.1.3 Componente florestal

1.1.3.1 Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos

Tal como referido no Ponto B 1.1.1 e Quadros 33 e 34, atualmente a componente florestal representa cerca de **38,2 % da área total da ZIF**, sendo os povoamentos de Eucalipto (*Eucalyptus globulus*), Sobreiro (*Quercus suber*) e Carvalho Negral (*Quercus pyrenaica*) os mais abundantes.

É também importante efetuar uma síntese das principais características dos povoamentos à presente data, bem como as alterações que irão existir no futuro. O Quadro 37 representa a síntese das principais características dos povoamentos, atual e futura.

Quadro 37 - Características dos povoamentos da ZIF (Atual e Futura).

Características dos povoamentos		Atual		Futura	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%
Origem	Plantação	707,48	34,9	731,94	35,7
	Regeneração Natural	1254,37	61,1	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Plantação / Reg. Natural	37,78	1,84		
	Reg. Natural / Plantação	27,82	1,36		
Estrutura	Irregular	1320,45	64,4	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Regular	707,48	34,9	731,94	35,7
Regime	Alto Fuste	1395,86	68,8	1420,32	69,3
	Talhadia	487,29	23,7	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Alto Fuste/ Talhadia	135,61	6,6		
	Talhadia / Alto fuste	8,69	0,4		
Composição	Puro	1262,89	62,3	1287,35	62,8
	Misto	764,56	37,3	Sem alteração das características dos povoamentos	

1.1.3.2 Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar - dp)

Quadro 38 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação do solo	Sub-coberto	Rotação	Idade	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM	Cortiça	Função	MS												
A	A1 a A6	10,39	Eucalipto	GIESTAS, CODESSOS	1ª	5-6	PL	R	T	P	4X2		S/D		PD	EC1												
	A7	0,30			2ª	10-15																						
	A8	3,44		GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS		15-20																						
	A9	0,32		GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, CODESSOS, ROSMANINHO		17																						
	A10	0,10				22																						
	A11 e A12	0,23				27																						
	A13 a A16	3,95		GIESTA, CODESSOS	3ª	2					4X2																	
	A17	0,28		ESTEVA, GIESTA, URZE		4						S/D																
	A18	0,61		GIESTAS, CODESSOS		5-6						S/D																
	A19 a A23	12,56		ESTEVA, GIESTA		6-7					4X2																	
	A24 a A25	9,05		GIESTAS, ESTEVAS, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS		7-8																						
	A26	0,19		GIESTAS, ESTEVAS, CODESSOS, ROSMANINHO		7-9						S/D																
	A27 e A28	1,95		ESTEVA, GIESTA		8-10					4X2																	
	A29 a A31	5,43		GIESTAS, ESTEVA, TROVISCO, CODESSOS		10-12																						
	A32	3,30		GIESTA, ESTEVA, CODESSOS		12						S/D																
	A33 a A35	0,43				12-14																						
	A36 e A37	2,22		GIESTAS, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS		14-16																						
	A38 a A48	9,31				15-20																						
	A49 a A50	26,39		GIESTAS, CODESSOS	4ª	2																						
	B	B1 a B7		17,48	Sobreiro	S/MATO						3					PL	R	AF	P	6X4		S/D	ADULTOS 2007				
B8		6,92	GIESTA, ESTEVA, ROSMANINHO, CODESSOS	6		VIRGEM																						
B9 a B13		33,82	ESTEVA, GIESTA, URZE, ROSMANINHO, CODESSOS	10-11		ADULTOS 2009																						
B14		1,11		10-15		VIRGEM																						
B15 a B18		25,74	GIESTAS, ESTEVAS, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS	12-15		6X4	300-400		ADULTOS 2009																			
B19 a B45		110,42	ESTEVA, GIESTA, CODESSOS	15-20					VIRGEM																			
B46 a B56		58,19	GIESTAS, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO, CODESSOS	20					2013																			
B57 a B75		70,83	ESTEVA, GIESTA, ROSMANINHO	22					2007																			
B76		2,79	GIESTAS, ESTEVAS, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS	25-40		RN	I		100-150			2009																
B77		1,53		60-80		PL	R						2015															
B78		1,73		70-80									S/MARCAÇÃO															
B79 a B82		9,51		80-90		RN	I						VIRGEM															
B83 a B86		3,43		ADULTO																	S/MARCAÇÃO							
B87 a B92		4,88																			VIRGEM							
B93		0,43																			S/MARCAÇÃO							
B94		6,76																			VIRGEM							
B95 a B97		4,05	VIRGEM																									
B98		2,21	2009																									
B99		0,33	GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS	ADULTOS										2012														
B100 a B103		10,02												2013														
B104 a B106		8,19												200-300	2014													
B107		2,72																										
B108 a B109		9,47	GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO, CODESSOS			PL	R					200-300	2014															
			RN	I		100-150																						

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhadia), P (Puro), M (Misto), Produção (PD), Proteção (PT), Silvopastorícia / Caça (SP/C), Conservação (C); F (Futura)



Quadro 39 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação do solo	Sub-coberto	Rotação	Idade	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM	Cortiça	Função	MS		
B	B110	3,61	Sobreiro	ESTEVA, GIESTA		JOVENS/ADULTOS	RN	I	AF	P		100-150	S/D	S/MARCAÇÃO	PD	SB2		
	B111 a B116	20,69		GIESTAS, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS										VIRGEM/2007				
C	C1 a C3; C5 a C14; C25 a C35	295,16	Carvalho Negral	GIESTAS, ESTEVAS, CODESSOS, ROSMANINHO		S/D	RN	I	T	P		100-150	S/D		S/D		PD	CN
	C4; C15 a C24	14,70		GIESTAS, ESTEVAS, CODESSOS, ROSMANINHO														
D	D1 a D4	94,66	Carvalho Negral e Sobreiro ou Sobreiro e Carvalho Negral	GIESTAS, ESTEVAS, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS		S/D	RN	I	AF	M			400-500	S/D	S/D	2014	PD	CN.SB2 e SB2.CN
	D5 e D8	38,39				20-40							150-200			2013		
	D6 e D7	3,24				20-50							100-150			S/MARCAÇÃO		
	D9 e D10	7,74				ADULTOS							150-200			2013		
	D11 e D12	19,50											100-150			S/MARCAÇÃO		
	D13	2,31				50-100							S/MARCAÇÃO					
E	E1 a E88	101,38	Folhosas Ripícolas			S/D	RN	I	AF/T	M			S/D	S/D		PT	FOLHOSAS RIPICOLAS	
F	F1 a F3	18,92	Azinheira	ESTEVA, GIESTA		12	PL	R	AF	P	6X4		1-2		PD	AZ		
	F4 a F17	80,17				10-30	RN	I	AF	P	S/D	1-3						
	F18 a F25	35,22				80-100						3-5						
G	G1	4,36	Pinheiro Bravo	S/MATO		2	RN	I	AF	P		S/D	S/D		PD	PB		
	G2 e G3	5,48		ESTEVA, GIESTA													3	
	G4	0,18		ESTEVA, GIESTA, ROSMANINHO		15-20						300-400						
	G5	0,53		GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO, CODESSOS		20-25						700-900						
	G6 a G17	66,60		GIESTA, CODESSOS, ROSMANINHO		25-30						PL					R	S/D
	G18	0,28																
	G19 a G62	53,49																
H	H1	39,68	Pinheiro Manso e Sobreiro ou Sobreiro e Pinheiro Manso	ESTEVA, GIESTA, SILVAS, ROSMANINHO		8	PL	R	AF	M	8X2		S/D	VIRGEM	PD	PM1.SB1 e SB2.PM1		
	H2 a H11	48,83		ESTEVA, GIESTA		12-14					6X4							
	H12 a H14	47,08		GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO, CODESSOS		14-16					8X2							
	H15 a H18	40,97		ESTEVA, GIESTA		17												
I	I1 a I3	67,53	Carvalho Negral e Azinheira ou Azinheira e Carvalho Negral	GIESTAS, ESTEVAS, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS		S/D	RN	I	AF	M		200-300	S/D		PD	CN.AZ e AZ.CN		
	I4	9,45		ESTEVA, GIESTA		70-80						25-50	3-5					
	I5 a I7	48,42		ESTEVA, GIESTA		S/D			T			S/D	S/D					
J	J1 e J2	14,15	Pinheiro Manso	ESTEVA, GIESTA, URZE, TROVISCO, CODESSOS		12	PL	R	AF	P	6X4		S/D			PD	PM1	
	J3 a J5	10,20		GIESTA, ESTEVA, ROSMANINHO, CODESSOS		15-20						S/D						
	J6 e J7	1,40		S/MATO		S/D												
K	K1 a K3	2,04	Azinheira e Sobreiro ou Sobreiro e Azinheira	GIESTAS, ESTEVAS, ROSMANINHO		15-20	RN	I	AF	M		S/D	S/D		2006	PD	AZ.SB	
	K4	9,28		ESTEVA, GIESTA		ADULTOS						200-300		S/D				2012
	K5	1,65		GIESTAS, ESTEVAS, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS								150-200						
L	L1 e L2	42,60	Azinheira, Sobreiro e Pinheiro Bravo ou Pinheiro Bravo, Sobreiro e Azinheira	ESTEVA, GIESTA, CODESSOS E ROSMANINHO		15-20	RN	I	AF	M		300-400	2-3		PD	AZ.SB.PB		
	L3	3,14		ESTEVA, GIESTA, TROVISCO, CODESSOS		S/D						S/D	S/D			PB.SB1.AZ		
M	M1 a M8	11,93	Carvalho Negral e Eucalipto ou Eucalipto e Carvalho Negral	GIESTAS, ESTEVAS, CODESSOS, ROSMANINHO	3ª	EC 8-10	RN	I	T	M		200-300	S/D		PD	CN.EC1 e EC1.CN		
	M9 a M11	28,95			2ª	EC 20 / CN 40-60	PL/RN											
N	N1 e N2	1,63	Freixo	GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS		12-15	PL	R	AF	P		300-400	S/D		PD	FR		

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhadia), P (Puro), M (Misto), Produção (PD), Proteção (PT), Silvopastorícia / Caça (SP/C), Conservação (C); F (Futura)



Quadro 40 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação do solo		Sub-coberto	Rotação	Idade	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM	Cortiça	Função	MS	
O	O1 a O10	17,76	Pinheiro Bravo, Eucalipto e Azinheira		ESTEVA, GIESTA, CODESSOS	3ª	PB 25-30 / EC 6 / AZ 10-40	RN/PL	I	AF/T	M		S/D	S/D		PD	PB.EC1.AZ	
P	P1 a P4	8,71	Misto de Resinosas e Folhosas		S/MATO			PL	R	AF	M					PD	CP.CR	
Q	Q1 e Q2	9,42	Pinheiro Bravo e Sobreiro ou Sobreiro e Pinheiro Bravo		ESTEVA, GIESTA, CODESSOS, CARQUEIJA, ROSMANINHO		10-15	RN	I	AF	M		S/D	S/D		PD	PB.SB1	
	Q3	0,88			ESTEVA, GIESTA, CODESSOS E ROSMANINHO								ADULTOS		100-150	2014	PD	SB2.PB
R	R1	0,23	Eucalipto e Sobreiro ou Sobreiro e Eucalipto		GIESTAS, ESTEVAS, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS	2ª	EC 8-12 / SB 9-11	PL/RN	I	T/AF	M		S/D	S/D		PD	EC1.SB1	
	R2	7,12				EC 9-11 / SB 20-40	AF/T			50-100			S/MARCAÇÃO			SB2.EC1		
	R3 a R5	10,06				3ª		SB 20-50 / EC 9-11		RN/PL								
S	S1	5,49	Carvalho Negral e Pinheiro Bravo ou Pinheiro Bravo e Carvalho Negral		GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO, CODESSOS		15-20	RN	I	AF	M		100-150	S/D		PD	CN.PB e PB.CN	
	S2	6,41					PB 25-30 / CV 40-45			AF/T			150-200					
T	T1 a T10	4,46	Outras Folhosas				S/D	RN	I	AF	M		S/D	S/D		PD		
U	U1	3,83	Azinheira e Pinheiro Manso		ESTEVA, GIESTA, SILVAS, ROSMANINHO		S/D	RN	I	AF	M		S/D	S/D		PD	AZ.PM1	
V	V1 a V4	3,04	Choupo		GIESTA, CODESSOS, ROSMANINHO		25-30	PL	R	AF	P		400-500	6-9		PD	CH	
W	W2	2,08	Azinheira e Pinheiro Bravo		ESTEVA, GIESTA, URZE, TROVISCO		10-15	RN	I	AF	M		S/D	S/D		PD	AZ.PB	
	W1	0,64			GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO, CODESSOS		25-30											
X	X1	0,77	Eucalipto e Azinheira		GIESTA, ESTEVA, ROSMANINHO, CODESSOS		3ª	EC 12	PL/RN	I	T/AF		M	S/D				S/D
Y	Y1	0,57	Eucalipto e Pinheiro Bravo		GIESTA, ESTEVA, CARQUEJA		2ª	17	PL/RN	I	T/AF		M	S/D		S/D	PD	EC1.PB
Z	Z1	0,44	Sobreiro e Carvalho Americano		GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO, CODESSOS			ADULTOS	RN	I	AF		M	50-100	S/D	S/MARCAÇÃO	PD	SB2.CR
AA	AA1	0,14	Cupressus e Sobreiro					S/D	PL/RN	I	AF		M	100-150	S/D		PD	CP.SB1
BB *1	BB1 a BB5	24,46	Outras Superfícies Agrícolas	Sobreiro				0	PL	R	AF	P	10X5				PD	SB1
LL	LL1 a LL525	1509,68	Matos		GIESTA, ESTEVA, CARQUEIJA, ROSMANINHO E CODESSOS								S/D	S/D		PT		
NN	NN1 a NN7	129,76	Montado de Azinho		ESTEVA, GIESTA, ROSMANINHO			ADULTO	RN	I	AF	P						PD
OO	OO1 a OO7	9,84	Montado de Sobreiro					ADULTOS	RN	I	AF	P	100-150	S/D	S/D	2006	PD	SB2
	OO8 a OO12	13,06			ESTEVA, GIESTA								2007					
	OO13 a OO15	0,67			GIESTA, ESTEVA, CARQUEJA								2014					
	OO16	0,38			S/MATO								S/D					
PP	PP1	13,19	Montado Sobreiro e Azinho		ESTEVA, GIESTA	ADULTOS		RN	I	AF	M	S/D	S/D	2006	PD	SB1.AZ		

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto), Produção (PD), Proteção (PT), Silvopastorícia / Caça (SP/C), Conservação (C); F (Futura)

*1 Talhão BB à data é ocupado pela Componente Agrícola - Outras Superfícies Agrícolas, mas num futuro próximo prevê-se a sua conversão através da instalação de um Povoamento de Sobreiro

1.1.4 Componente silvopastoril

A componente silvo pastoril da ZIF, desenvolve-se essencialmente nas zonas de montado (sobro e azinho) mais aberto com pastagem natural no sub-coberto, áreas estas que são utilizadas para produção principal de bovinos de carne, ovinos e caprinos, sendo a bolota e a pastagem natural a base da sua alimentação. O pastoreio é também de extrema importância ao nível da gestão de combustível, diminuindo assim o risco de incêndio.

Futuramente prevê-se continuar a explorar esta atividade, **sempre que se verifique impacto na componente florestal (regeneração natural e nas áreas com arborizações novas), de forma conciliar as duas componentes, deverão ser utilizadas de técnicas de proteção do arvoredo.**

1.1.5 Componente cinegética, aquícola e apícola

No que respeita à componente cinegética, a ZIF é composta por várias Zonas de Caça (ver ponto 3.4). Sendo assim, tudo o que respeite ao fomento cinegético, espécies, alimentação e refúgio deve ser consultado nos respetivos Planos de Ordenamento e Exploração Cinegética (POEC) das zonas de caça em questão.

Segundo informações disponíveis no PMDFCI, à data de elaboração do PGF da ZIF não existem concessões de pesca na área em causa.

No que respeita à componente apícola não foi efetuado um levantamento exaustivo da existência de apiários, no entanto as condições naturais presentes na ZIF aparentam ter potencial para o desenvolvimento desta atividade, dada a presença de matos importantes para a flora melífera como é o caso do rosmaninho, urze, carqueja, etc.

1.1.6 Componente de recursos geológicos e energéticos

Cerca de **38,2%** da área da ZIF é composta por Floresta, a exploração de biomassa florestal poderá no futuro ser uma possibilidade para a obtenção de receitas adicionais. Atualmente este recurso não é aproveitado.

Relativamente aos recursos geológicos com expressão como sejam pedreiras, minas ou saibreiras não se verifica a presença na ZIF.

1.2 Definição dos objetivos de exploração

A política de gestão florestal para a ZIF identifica os objetivos estratégicos a prosseguir, tendo em consideração as orientações transpostas nas diretrizes dos instrumentos de ordenamento do território e de planeamento florestal. Além disso, considera as necessidades de mercado e as funções de proteção do solo, a minimização de impactes ambientais, bem como os interesses e expectativas da Entidade Gestora.

Um dos grandes objetivos é **garantir uma gestão florestal sustentável**, por forma a permitir a **distribuição regular das receitas e custos**, garantindo a vigência da produção para o futuro **nunca explorando acima da capacidade natural de reposição**.

Outro grande objetivo passa por **explorar o potencial produtivo dos povoamentos** existentes, ao nível da **produção de madeira e cortiça** essencialmente, para transformação em produtos de maior **valor acrescentado** através da condução dos mesmos consoante a espécie em causa.

A política de gestão florestal da UGF assenta nos seguintes princípios:

- Desenvolver todas as atividades inerentes à gestão florestal da ZIF de forma sustentável, na vertente ambiental e social;
- Quando se verifique arborizações, utilizar espécies florestais adequadas às condições edafo-climáticas que caracterizam a ZIF;
- Explorar o potencial produtivo dos povoamentos existentes, ao nível da produção de madeira, cortiça e fruto com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado através da condução dos mesmos consoante a espécie em causa;
- Promover as boas práticas silvícolas na gestão florestal, através da utilização de técnicas que conduzam a uma gestão florestal sustentável e responsável;
- Minimizar o risco de incêndio através de planeamento adequado da gestão de combustíveis;
- Reduzir a continuidade horizontal da vegetação para minimizar a suscetibilidade à propagação dos incêndios;
- Garantir a compatibilização da gestão dos recursos cinegéticos com a gestão dos espaços florestais;
- Promover o aproveitamento da regeneração natural das espécies autóctones presente, como é o caso da azinheira;
- Gerir os espaços florestais de forma a promover a diversidade faunística e florística;
- Utilizar técnicas e equipamentos que permitam reduzir ou evitar impactes ambientais adversos, dedicando especial atenção aos relacionados com a proteção do solo;
- Preservar as áreas definidas como proteção/conservação aplicando apenas operações silvícolas mínimas; e
- Cumprir a legislação aplicável à atividade florestal.

2. Adequação ao PROF

Para além dos princípios orientadores definidos para a ZIF, deverão ainda ser tidos em conta os objetivos específicos do PROF para as várias sub-regiões homogéneas. O Quadro 41 apresenta os objetivos do PROF sobre os quais a gestão da ZIF vai contribuir de forma direta no decorrer das ações a implementar ao longo do período de vigência do PGF.

Quadro 41 - Objetivos específicos das sub-regiões homogéneas que englobam a ZIF.

	PROF	Sub-região homogénea	Objetivos específicos
Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco	PROF CI	Floresta do Interior	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; • Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menos suscetibilidade ao fogo; • Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível; • Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017; • Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar.
		Tejo Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre o sobreiro, carvalho-português e azinheira puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. • Priorizar a transformação de parte da área de matos em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos. • A gestão dos matagais é da maior importância nesta sub-região, relevando o contributo da sua utilização silvopastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.
		Raia Sul	<ul style="list-style-type: none"> • A expansão de áreas florestais deverá incidir prioritariamente sobre sobreiro e o carvalho-português em povoamentos puros ou mistos, com aproveitamento do medronheiro, bem como nas espécies associadas à galeria ripícola. • O eucalipto apresenta aptidão produtiva classificada como “Regular” em 80,4% do território da SRH pelo que a sua superfície deverá tendencialmente manter-se ou diminuir no contexto geral da aplicação das normas do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização • Priorizar a transformação de parte da área de mato em povoamentos das espécies acima descritas com sistemas silvopastoris e cinegéticos associados permitirá incrementar a diversidade e descontinuidade dos povoamentos. • A gestão dos matagais é da maior importância nesta sub-região, relevando o contributo da sua utilização silvopastoril e cinegética, para o desenvolvimento de sistemas menos suscetíveis ao fogo.

Quadro 42 - Quadro resumo da contribuição para as metas do PROF

Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco	Contribuição para as metas PROF	Vigência do PGF	
		Início	Fim
	% de espaços florestais (floresta e matos)	42%	43%
	% de arborização	9%	9,5%
	% Áreas com aproveitamento de regeneração natural	16%	
	% Composição florestal	63 % Povoamentos puro 37% Povoamentos mistos	
	Eucalipto	1352,75 ha	
	Sobreiro	901,22 ha	925,68 ha
	Carvalho-negral	309,86 ha	
	Cupressus	171,66 ha	
	Azinheira	152,71 ha	
	Pinheiro bravo	130,91 ha	
	Pinheiro manso	103,16 ha	
	Folhosas ripícolas	166,26 ha	

3. Programas operacionais

De acordo com o Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro que regulamenta o PGF, foram seguidas as orientações dadas pelo PROF que abrange a ZIF (**PROF CENTRO INTERIOR**). No quadro seguinte estão identificados os modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo as espécies presentes na ZIF.

Quadro 43 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo a legislação do PROF Centro Interior.

Povoamento	Composição do povoamento e objetivo	Código
Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>)	Puro de eucalipto em talhadia, para produção de lenho para trituração	EC1
Sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	Puro de Sobreiro, para produção de cortiça e lenho como produto secundário	SB1
Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	Puro de azinheira em alto fuste, para produção de fruto, lenha e/ou lenho	AZ
Pinheiro bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	Puro de pinheiro-bravo, para produção de lenho	PB
Pinheiro manso (<i>Pinus pinea</i>)	Puro de pinheiro manso, em alto fuste, produção de lenho e fruto	PM
Cípreste (<i>Cupressus</i> sp.)	Puro de cípreste comum, para produção de lenho	CP
Choupo (<i>Populus</i> spp.)	Puro de choupo, para produção de lenho	CH
Freixo (<i>Fraxinus angustifolia</i>)	Puro de Freixo para proteção e lenho como produto secundário	FR
Carvalho negral (<i>Quercus pyrenaica</i>)	Puro de carvalho negral, para produção de lenho	CN

No que respeita aos modelos de silvicultura afetos aos diferentes **Programas Operacionais de Gestão**, foram efetuadas as adaptações necessárias impostas pela estação aos modelos silvicultura do PROF-CI.

Quadro 44 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo a legislação do PROF Centro Interior.

Povoamento	Composição do povoamento e objetivo	Código
Folhosas Ripícolas	Folhosas ripícolas para proteção dos recursos hídricos	F.RIP
Invasoras lenhosas (Acácia mimosa)	Controlo de invasoras lenhosas	CIL

Cada Programa Operacional de Gestão faz referência aos modelos de silvicultura das ocupações dominantes e mais representativas na ZIF. As áreas mistas têm na base estes modelos com as adaptações necessárias.

De importância também relevante é o **Talhão T - Parcelas T1 a T10** que é constituído por Outras Folhosas, não é apresentado modelo de silvicultura, serão executadas operações silvícolas mínimas (OSM) sempre que se justifique.

O **Talhão E - Parcelas E1 a E88**, constituído por **Folhosas Ripícolas (Salgueiros, Amieiros e Freixos)**, onde o modelo de silvicultura não vem contemplado no PROF-CI, no presente PGF estas áreas estão classificadas como zonas de conservação/proteção, e serão alvo operações silvícolas mínimas (OSM) sempre que se justifique.

3.1 Programa de gestão de biodiversidade

Tendo em consideração o enquadramento no ponto 2.4 (Fauna, Flora e Habitats) existem orientações que devem ser tidas em consideração, já que a ZIF está inserida no **Parque Natural do Tejo Internacional e Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional, Erges e Pônsul**.

De acordo com o **Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI)**, existem diferentes tipologias de proteção e um conjunto de objetivos/medidas definidos para as diferentes áreas que têm de ser consideradas no decorrer da gestão da ZIF, nomeadamente: (Adaptado do POPNTI) (Anexo I e Mapa 20).

Espaços de Proteção Total:

Integram áreas de nidificação e de repouso essenciais para diversas espécies de aves de conservação prioritária e espécies raras da flora, correspondendo algumas zonas de escarpada do Rio Tejo e Ribeira do Aravil.

Medidas:

- Garantir a manutenção dos elementos e dos processos naturais em estado tendencialmente imperturbável, nomeadamente devido à presença de ninhos de aves de conservação prioritária e espécies raras da flora biologicamente muito sensíveis.

Espaços de Proteção Parcial - Tipo I:

Compreendem as zonas que contêm valores naturais e paisagísticos cujo significado e importância, do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade. Estas áreas destinam -se a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos, correspondendo na UGF maioritariamente à área ocupada pelo zambujal/carrascal e áreas de matos.

Medidas:

- Manter os usos do solo existentes, eventuais alterações desde que compatíveis com a manutenção ou recuperação do estado de conservação dos valores naturais presentes, permitidas a título excecional e sujeitas a autorização do ICNF;
- As operações florestais, incluindo a limpeza de matos, a abertura de aceiros ou o arranjo de caminhos, estão sujeitas a autorização do ICNF;
- Nestas áreas é interdita a edificação, com exceção das obras de conservação.

Espaços de Proteção Parcial - Tipo II:

Compreendem as zonas que contêm valores naturais e paisagísticos relevantes e de sensibilidade moderada, incluindo as que constituem enquadramento ou transição para as áreas de proteção total e de proteção parcial do tipo I. Estas áreas integram áreas florestais e agro -florestais dominadas pelo sobreiro e pela azinheira e as áreas críticas para a conservação de aves estepárias onde a agricultura de sequeiro, a gestão cinegética e a pastorícia permitem manter os habitats naturais herbáceos.

As áreas de proteção parcial do tipo II destinam -se a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos e dos usos e atividades a eles associados.

Medidas:

- Nas áreas de proteção parcial do tipo II devem manter -se os usos agrícolas, florestais e pecuários do solo existentes à data da publicação deste Regulamento que respeitem a legislação em vigor, sendo eventuais alterações, desde que compatíveis com a manutenção ou recuperação do estado de conservação dos valores naturais presentes, permitidas a título excecional e sujeitas a autorização do ICNF;
- Nestas áreas é interdita a edificação, com exceção dos arraiais existentes, nos termos previstos nos artigos 25.º e 33.º, e das estruturas de apoio agro -pecuário, sendo contudo permitidas obras de conservação e reconstrução nas restantes edificações dispersas e existentes;

- São interditas quaisquer ações de arborização, independentemente das espécies utilizadas, de forma a manter os habitats naturais herbáceos etc.

Espaços de Proteção Complementar - Tipo I:

O objetivo destas áreas é compatibilizar as intervenções humanas com os valores naturais e paisagísticos. Sendo assim deve-se:

- Preservar as espécies autóctones (sobreiro, neste caso), efetuando o mínimo de mobilizações de solo, de modo manter as árvores com bom vigor vegetativo, proteger e preservar sempre que ocorram exemplares de regeneração natural.

Espaços de Proteção Complementar - Tipo II:

Este nível de proteção corresponde a áreas de eucaliptal, necessitando de uma gestão no sentido da sua recuperação. O objetivo principal desta área de intervenção específica é encontrar formas de gestão florestal que permitam aumentar o seu valor natural e paisagístico.

Medidas:

Nestas áreas são permitidas as operações florestais necessárias à exploração dos povoamentos existentes, incluindo a realização de cortes, desbastes e limpeza, ficando sujeitas a autorização do ICNF, as operações florestais que envolvam:

- Os cortes, desbastes e limpezas a menos de 500 m das áreas incluídas no regime de proteção total;
- A abertura de novos acessos e aceiros; e
- A reconversão dos povoamentos existentes, incluindo a rearborização com outras espécies arbóreas;

Segundo o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24/04, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02, nas áreas abrangidas por uma **Zona de Proteção Especial (ZPE)**, (Anexo II), ou por uma **Zona Especial de Conservação (ZEC)**, é proibida, visando a proteção das espécies de aves aí existentes, a:

- Captura, abate ou detenção de espécies de aves selvagens inscritas no Anexo-I da Diretiva 79/409/CEE e de espécies de animais constantes dos Anexos B-II e B-IV dos Decreto-Lei mencionados, qualquer que seja o método utilizado;
- Perturbação dessas espécies, nomeadamente durante o período de reprodução, de dependência, de hibernação e de migração;
- Destruição, danificação, recolha ou detenção dos seus ninhos, mesmo vazios, e ovos; e
- Deterioração ou destruição dos locais ou áreas de repouso dessas espécies.

Nas **áreas abrangidas pela ZPE**, devem ser tomadas medidas de gestão que incidam primordialmente na conservação das aves rupícolas, para espécies típicas do bosque mediterrânico muito ameaçadas, nomeadamente a Águia-imperial Ibérica e o Abutre-negro e para algumas espécies estepárias, das quais uma que apenas pode ser encontrada nesta ZPE, a Ganga, sendo relevante a:

- Conservação e recuperação de povoamentos florestais autóctones e promoção de áreas de matagal mediterrânico;
- Preservação dos maciços rochosos e habitats rupícolas;
- Adoção de práticas silvícolas específicas de modo minimizar os impactos no habitat das espécies; e
- Manutenção da tranquilidade dos locais de nidificação ou alimentação destas espécies.

Tendo em conta que a ZIF integra o **corredor ecológico do Rio Ponsul e do Rio Ocreza**, onde os espaços de refúgio são extremamente importantes tanto para os mamíferos como para as aves, algumas delas em sérios riscos de extinção, devem assim ser tomadas medidas de manutenção e fomento destas áreas na ZIF, nomeadamente:

- Efetuar o mínimo de mobilizações de solo de modo evitar os riscos de erosão;
- Manter a tranquilidade dos locais de nidificação ou alimentação das espécies;
- Proteger e promover sempre que possível a regeneração natural de espécies autóctones;
- Proteger e manter as galerias ripícolas pouco intervencionadas; e
- Adotar práticas silvícolas específicas de modo minimizar os impactos no habitat das espécies.

Relativamente às intervenções culturais, algumas permitem uma adequada conservação do solo, enquanto outras conduzem a uma perda física deste recurso e a situações, por vezes, preocupantes de erosão. Assim, pretende-se nos povoamentos florestais instalados nas encostas de maior declive proceder a intervenções culturais moderadas sem causar agressividade quer em termos de solo, quer da própria paisagem.

Pretende-se preservar a regeneração natural das espécies autóctones. Nas áreas destinadas à proteção/conservação, deve-se intervir o menos possível, devendo apenas efetuar-se o controlo da vegetação espontânea de modo a diminuir o risco de incêndio.

Cumprindo as orientações de gestão enunciadas, pretende-se proporcionar uma melhoria contínua quer ao nível da biodiversidade, quer da própria paisagem.

É importante referir que qualquer intervenção nas áreas que intersectem o PNTI e a ZPE deve ser solicitado Parecer/Enquadramento às entidades competentes nesta matéria.

3.2 Programa de gestão da produção lenhosa

Os modelos de silvicultura adotados para identificar a sequência das operações silvícolas necessárias para a **gestão dos povoamentos dedicados à produção lenhosa**, encontram-se listados de seguida. No decorrer da calendarização das operações na gestão florestal preconizada adiante descritas, em alguns casos foi necessário efetuar adaptações das operações à estação.

- **EC1 - Povoamento puro de Eucalipto, em talhadia, cujo objetivo principal é a produção de lenho para trituração.**

Quadro 45 - Modelo de Silvicultura para o Eucalipto (EC1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Arranque/ Destruição de Cepos	Operação realizada em rearborizações e reconversões de povoamentos em subprodução após corte. Para a realização da operação pode recorrer-se à utilização de uma Enchó (ou Enxó), que permite arrancar e destroçar parcialmente raízes de árvores de médio e grande porte (cepos e toíças).
0	Plantação	A aplicar no início da primeira rotação, ou seja, na instalação do povoamento. No início do outono, permitindo um bom desenvolvimento radicular, mas expondo a geadas e encharcamentos. Quando realizada a partir de meados de fevereiro, a plantação é mais homogénea e com menores custos, mas o sistema radicular pode não estar totalmente desenvolvido no verão. Densidade inicial: 1100 a 1400 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas
	Rebentamento de toíça	A aplicar para iniciar as rotações superiores à 1ª. Após o corte as toíças voltam a rebentar passando a explorar-se o eucalipto em talhadia.
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. A realizar no fim da primavera, caso o grau de infestação justifique economicamente o seu controlo. Mobilizar superficialmente o terreno entre as linhas de plantação. Completar com mondas à volta das pequenas árvores.
Aos 14 e 26	Adubação de Manutenção	A fazer ao longo da vida do povoamento e também consoante as carências existentes na estação em causa. Geralmente é efetuada aquando a limpeza de mato.
Aos 14 e 26	Desbaste das toíças (2ª e 3ª rotações)	Escolher, cerca de um ano e meio após o corte, as varas que deverão ficar até ao fim da revolução. Conveniente deixar 1 a 3 varas por toíça, escolhidas de entre as mais vigorosas, para compensar eventuais perdas. A época de corte recomendável é o período de repouso vegetativo, pois minimiza a mortalidade das toíças. Devem sobretudo ser evitadas as épocas húmidas e quentes, pelo risco de surgirem fungos.
Aos 12, 24 e 36	Corte final das toíças	A fazer preferencialmente quando a árvore está em estágio de dormência total.

- **PB - Povoamento puro de Pinheiro bravo, cujo objetivo principal é a produção de lenho.**

Quadro 46 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro bravo (PB) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
2-3	Aproveitamento da Regeneração Natural	Em povoamentos já instalados, é assegurada por assentamento de cortes sucessivos ou cortes de sementeira. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Geralmente é abundante, contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. O sucesso depende das características da estação.
0	Sementeira	Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos. Em linhas, entre outubro e novembro, às primeiras chuvas, sobretudo nas situações mais secas.
0	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. É o método mais usado entre nós. Em linhas, entre outubro e novembro. Densidade inicial: entre 1300 e 1700 plantas por hectare.
1	Retanção	Consiste na reposição das árvores mortas.
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Realizar com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. A efetuar manualmente nas linhas de plantação.
	Limpeza de mato suplementar	Tem como objetivo reduzir o risco de incêndio. Realizar quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	Limpeza do Povoamento	Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
Aos 15 e 20	Desramação	Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Desramação das árvores selecionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções. Desramam-se árvores com DAP compreendido entre os 10 e os 15 cm. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base. Na segunda desramação faz-se a escolha definitiva das árvores de futuro, até 300-500 por hectare.
Aos 20, 30 e 40	Desbaste	Obtenção de receitas intermédias e seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical).
Entre os 40 -70	Corte de realização	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento. A realizar entre os 40 e os 70 anos, dependendo do objetivo e da qualidade da estação. Densidade final: entre 300 a 500 árvores por hectare.

- **PM1 - Povoamento puro de Pinheiro manso, para produção de lenho e fruto como produto secundário.**

Quadro 47 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro manso (PM1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Sementeira	A germinação pode ser irregular. Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos. A realizar no período de repouso vegetativo.
	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. A efetuar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 800 a 1300 árvores por hectare. Para otimizar a produção de fruto a densidade pode ser menor e o compasso deve ser definitivo, recorrendo à enxertia para obtenção de melhores frutos.
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Têm como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Executar manualmente nas linhas de plantação.
Entre os 8 e os 12 e Entre os 20 e 25	Desramação	Realiza-se com o objetivo de melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo. A efetuar sobre o fuste, removendo apenas os ramos do terço inicial do tronco. Nas árvores em frutificação cortar os ramos inferiores, que não produzem flores femininas.
Entre os 15 e os 20 e aos 28,38 e 48	Desbastes	Realizados pelo baixo, com o objetivo de aumentar o espaçamento entre as árvores, estimulando o crescimento em diâmetro do tronco e proporcionando condições de boa frutificação. Realizar quando houver contacto entre as copas, removendo em cada uma cerca de 20% das árvores.
Entre os 80 e 100	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção de receita do povoamento.

- **CN - Povoamento puro de carvalho negral, para produção de lenho.**

Quadro 48 - Modelo de Silvicultura para o Carvalho negral (CN) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas. A realizar no Outono, após as primeiras chuvas. Densidade inicial: 800 a 1100 árvores/ha. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas.
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas.
Entre 1-10	Limpeza de Mato	A realizar quando a vegetação infestante entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizar manualmente, nas linhas de plantação.
Aos 6 e 9	Poda de Formação	Realizada com objetivo de garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação. A realizar nas plantas mais vigorosas e melhor conformadas, bem distribuídas no povoamento, até um máximo de 400 por hectare.
Aos 12 e 18	Desramação	Realizadas com o objetivo de melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo. Suprimem-se os ramos de baixo para cima em 2 operações sucessivas, espaçadas no tempo. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total.
Aos 22, 35, 48 e 74	Desbaste	Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Os primeiros desbastes deverão ser desbastes seletivos pelo alto mistos, retirando 15 a 25% das árvores no primeiro e 25 a 30% nos seguintes. Mais tarde deverão ser desbastes seletivos pelo baixo, com a preocupação de não danificar os indivíduos provenientes da regeneração natural.
120	Corte Final	Termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento.

- **CXA - Povoamento puro de Carvalho americano, cujo objetivo principal é a produção de lenho**

Quadro 49 - Modelo de Silvicultura para o Carvalho americano (CXA) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	A realizar durante o período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 1500 a 1800 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas.
1	Retanção	Consiste na reposição das árvores mortas.
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizada mecânica ou manualmente, nas entrelinhas e manualmente nas linhas de plantação.
7	Limpeza do Povoamento	Realizada com objetivo de reduzir a densidade do povoamento a menos de 1400 plantas por hectare, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores deste e privilegiando a eliminação de árvores mortas, doentes e mal conformadas.
16	Poda de Formação	Realizada com objetivo de garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação.
Aos 19 e 23	Desramação	Podem ser realizadas em simultâneo com as podas de formação, até 1/3 da altura total.
Aos 16, 31 e 46	Desbaste	Deverão ser efetuados desbastes, retirando cerca de 25% das árvores existentes no povoamento em cada operação.
62	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento.

- **CH - Povoamento puro de Choupo, cujo objetivo principal é a produção de lenho**

Quadro 50 - Modelo de Silvicultura para o Choupo (CH) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	Usam-se plantas clonais, instaladas a compasso definitivo com a densidade de 200 a 400 árvores por hectare. A realizar no período de repouso vegetativo
1	Retanção	Consiste na reposição das árvores mortas
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência direta com as jovens plantas. Indispensáveis durante os primeiros anos, até ao fecho do copado.
2-5	Poda de Formação	Efetua-se com objetivo de eliminar os ramos demasiadamente grossos ou que compitam com o eixo principal da árvore.
-	Desramação	Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. O choupo desrama naturalmente mal, sendo necessária a desramação artificial até 8 m de altura, não excedendo 1/2 da altura da copa. Preconiza-se em termos gerais a realização de 2 a 3 desramas.
-	Corte Final	A idade de corte depende do clone utilizado, da qualidade da estação e da densidade de plantação. Em Portugal as revoluções variam entre 12 e 20 anos. A exploração em revolução curta está condicionada por disposições legais.

- **CP - Povoamento puro de Cipreste comum, cujo objetivo principal é a produção de lenho.**

Quadro 51 - Modelo de Silvicultura para o Cipreste comum (CP) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	A realizar durante o período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 1100 a 1600 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas.
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas.
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as plantas jovens. Realizada mecânica ou manualmente, nas entrelinhas e manualmente nas linhas de plantação.
Entre os 6 e 10	Limpeza do Povoamento	Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores deste e privilegiando a eliminação de árvores mortas, doentes e mal conformadas.
Aos 10, 16 e 22	Desramação	Tem como finalidade melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.
25	Desbaste	A realizar pelo baixo, numa só operação, entre os 20 e os 30 anos, retirando 30 a 40% das árvores, para que a densidade final seja de 600 a 800 árvores por hectare.
65	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento.

- **FR - Povoamento puro de Freixo, para produção de lenho**

Quadro 52 - Modelo de Silvicultura para o Freixo (FR) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	É aconselhável em solos fundos, ligeiros, férteis e frescos, de pH próximo de 7 e textura franca. Especialmente indicada para terrenos agrícolas abandonados e terrenos ribeirinhos. Instalação de 800 a 1000 plantas por hectare, a efectuar no período de repouso vegetativo. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas.
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas.
Entre 1-10	Limpeza de Mato	São muito sensíveis à concorrência das plantas espontâneas nas primeiras idades. Limpeza manual nas linhas de plantação, antes da rebentação, enquanto a altura média das árvores variar entre 1 e 6 metros. Realizar até as plantas deixarem de correr o risco de serem dominadas pela vegetação espontânea. Em faixas e/ou mecânica ou manualmente, junto às plantas.
15	Poda de Formação	Realizada com objetivo de garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação. A realizar nas melhores árvores (vigorosas e bem conformadas), no máximo de 400 por hectare, bem distribuídas no terreno.
Aos 18 e 22	Desramação	Suprimem-se os ramos de baixo para cima. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total; na primeira passagem desrama-se até 2 a 3 m de altura.
30	Desbaste	Deverá ser efetuado um desbaste pelo baixo, retirando cerca de 25% das árvores existentes no povoamento.
60	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento.

3.2.1 Programa de cortes e desbastes

Segundo os modelos de silvicultura seguidos e que tiveram na base da calendarização das operações, pode-se verificar que durante o período de vigência do PGF, algumas parcelas serão alvo de desbaste (DB) e corte (C). O quadro seguinte sintetiza as áreas de corte e desbastes e respetivo ano de intervenção.

Quadro 53 - Quantificação das áreas de cortes e desbastes durante o período de vigência do PGF.

Espécie	Talhão/Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2º Quinquênio	3º Quinquênio	4º Quinquênio						
Eucalipto	A32	3,30	C													
	A35 a A37	2,31														
	A9	0,05						C								
	A26	0,19														
	A27 e A28	1,96	C													
	M1 a M8	9,00														
	O10	0,75						C								
	A17 a A23	13,46														
Pinheiro bravo	G13 a G18	25,20			DB			DB		DB						
	Q1 e Q2	7,48														
	W1	0,56						C								
	L1 e L2	42,31														
	Q2	1,94														

3.3 Programa de Gestão do Aproveitamento de Recursos Não Lenhosos e Outros Serviços Associados

Os modelos de silvicultura adotados para identificar a sequência das operações silvícolas necessárias para a gestão dos povoamentos dedicados à produção não lenhosa, encontram-se descritos de seguida.

- **SB1 - Povoamento puro de Sobreiro, cujo objetivo principal é a produção de cortiça e lenho como produto secundário.**

Quadro 54 - Modelo de Silvicultura para o Sobreiro (SB1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
2-3	Aproveitamento da Regeneração Natural	Em povoamentos já instalados, é assegurada por assentamento de cortes sucessivos ou de sementeira. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. O sucesso depende das características da estação.
0	Sementeira	A realizar no repouso vegetativo, entre outubro e novembro, às primeiras chuvas, em zonas de verão mais seco, ou até mais tarde em situações mais chuvosas. Não é viável quando existe o risco de as sementes serem consumidas por animais.
0	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Realizar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial entre 400 e 700 árvores por ha.
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Inicialmente controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da vegetação acompanhante.
7	Desramação	Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. A efetuar nas plantas com tendência para ramificar junto ao solo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.
Aos 14 e 36	Poda de Formação	Remover todos os ramos laterais até uma altura de 3 m, não retirando mais de 30 % da copa viva, com o objetivo de promover o crescimento dum fuste mais direito e contribuir para uma copa mais equilibrada. Em sobreiros adultos, restringir à supressão de ramos.
Ao longo da vida do povoamento	Desbaste	O objetivo consiste em proporcionar condições de desfogo necessárias às árvores de futuro. Deve retirar-se as árvores defeituosas, doentes, debilitadas e as que estiverem em concorrência com as mais bem conformadas e com as melhores produtoras de cortiça. Grau de coberto das copas após desbaste: 40 % a 50%.
30 A partir dos 40	Desbóia Descortiçamentos	O PAP (perímetro do tronco a 1.30 m do solo) mínimo é de 70 cm e a altura máxima a descorticar não pode exceder o dobro do PAP. Respeitar as alturas máximas de descortiçamento e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor. O intervalo mínimo entre descortiçamentos é de 9 anos.
A partir dos 40	Poda de Manutenção	Efetua-se com objetivos sanitários, removendo-se os ramos secos e enfraquecidos, ou para melhorar a iluminação interna da copa. Efetuar sempre que necessário e nunca nos 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descortiçamento.

- **AZ - Povoamento puro de Azinheira para produção de fruto, lenha e/ou lenho.**

Quadro 55 - Modelo de Silvicultura para a Azinheira (AZ) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
2-3	Aproveitamento da Regeneração Natural	É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável ou no caso de existir pastoreio de gado. O sucesso depende das características da estação
0	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. A efetuar no período de repouso vegetativo. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas. Densidade inicial: entre 400 e 800 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da restante vegetação acompanhante.
9	Desramação	Efetuar nas plantas com tendência para ramificar e que tenham porte arbustivo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da planta.
Aos 14 e 20	Poda de formação	Para garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação, até uma altura de 3 m. A realizar em plantas bem distribuídas. Selecionar 2 a 4 pernas bem distribuídas em redor do tronco para constituir uma copa em forma de uma taça aberta.
A partir dos 38	Podas de Manutenção	Com objetivos sanitários ou de favorecimento da frutificação. A realizar em média de 10 em 10 anos, não cortar mais de 30% da copa viva.

3.3.1 Programa de gestão suberícola

Com a entrada em vigor do Decreto de lei n.º 155/2004 de 30 de junho, que regulamenta as medidas de proteção dos sobreiros e das azinheiras, ficou estabelecido que a partir do ano de 2030 não será permitida a exploração de sobreiros em meças.

Isto significa que se, em 2030, um sobreiro ainda se encontrar explorado em meças, o subericultor terá de aguardar que a totalidade da cortiça de reprodução que a árvore está a formar atinja, pelo menos, 9 anos de criação (ou, excecionalmente, 8, mediante autorização especial do ICNF), para poder descortiçar.

Se o Subericultor deixar para depois de 2030 o acerto das meças, tal poder-lhe-á trazer prejuízos graves. Isto porque:

- pode então ter de aguardar bastantes anos até lhe ser permitido voltar a descortiçar (e, assim, voltar a obter rendimento da cortiça); e
- Se for necessária uma espera prolongada, no fim, parte da cortiça encontrar-se-á, muito provavelmente, com uma idade de criação avançada (13 ou mais anos), o que é geralmente motivo de desvalorização.

Relativamente à execução do descortiçamento existe um conjunto de indicadores que nos permitem avaliar se o descortiçamento está a ser bem executado, nomeadamente:

- Só desboiar sobreiros com PAP (Perímetro Altura do Peito), medido sobre a cortiça, ≥ 70 cm;
- Só extrair cortiça secundeira ou amadia com 9 ou mais anos de idade de criação, exceto se devidamente autorizado;
- Não exceder os limites definidos na legislação, no que respeita a altura de descortiçamento e para o perímetro, medido sobre a cortiça, no limite superior do descortiçamento (≥ 70 cm);
- Não descortiar “em meças” árvores habitualmente exploradas em “pau batido”, nem árvores exploradas pela primeira vez, visto que, a partir de 2030 não será permitida a exploração de sobreiros em “meças”;
- Não provocar danos no entrecasco;
- Evitar que os golpes do machado, ao efetuar as incisões, provoquem feridas no entrecasco, que, apesar de cicatrizarem muito bem, originam irregularidades que aparecem na futura prancha, efetuando esta ação por trabalhadores experientes ou recorrendo às ferramentas mecânicas recentemente aparecidas no mercado;
- Após o descortiçamento, inscrever, com tinta branca indelével e de forma visível sobre a superfície explorada dos sobreiros, o algarismo das unidades do ano da tiragem da cortiça. No caso de a extração ocorrer em manchas ou folhas, apenas é obrigatória a inscrição nos sobreiros que as delimitam;
- Em anos de seca e no caso de árvores enfraquecidas (que apresentem desfolha elevada) recomenda-se o adiamento do descortiçamento para a campanha seguinte;
- Os calços (cortiça formada na base da árvore junto ao solo) devem ser retirados como medida de precaução sanitária;
- Após descortiar uma árvore doente, desinfetar as ferramentas com produtos não proibidos pelo Código Internacional de Práticas Rolheiras (CIPR), devendo também evitar-se o seu contacto com o solo;
- A pilha de cortiça não deve estar em contacto com o solo, deve ser garantido não só o seu arejamento, orientando-a perpendicularmente aos ventos dominantes, mas também que sob ela não se acumula água da chuva; e
- Devem ser cumpridas todas as normas de Segurança e Higiene no Trabalho.



Um outro aspeto de extrema importância prende-se com o preenchimento do *Manifesto de Produção Suberícola* por parte do produtor, é obrigatório o preenchimento da declaração da cortiça virgem, secundeira ou amadia extraída. O conhecimento da quantidade de cortiça extraída no País é fundamental para a definição de políticas, para a tomada de decisões pelos subericultores e para a programação da atividade de transformação industrial. Só o preenchimento correto do *Manifesto de Produção Suberícola* e o seu reenvio ao ICNF vão permitir obter esse conhecimento. Os dados contidos no formulário são recolhidos para fins exclusivamente estatísticos.

O quadro seguinte faz a síntese das áreas de descortiçamento e respetivos talhões durante o período de vigência do PGF.

Quadro 56 - Tiragem de cortiça durante o período de vigência do PGF.

Talhão	Parcela	Área (ha)	Ano da Última Tiragem de Cortiça	Ano das Próximas Tiragens
B	1 a 6	17,44	2016	2025 + 3º Quinquénio (2034)
	29 e 30	26,94	S/Marcação	Desbóia (2025) + 3º Quinquénio (2034)
	82	0,39	2018	2º Quinquénio (2027) + 3º Quinquénio (2036)
	98	2,21		
	101	3,15	2013	2024 + 3º Quinquénio (2033)
	104	0,35	2014	2023 + 3º Quinquénio (2032)
	106 e 107	7,53		
	111	0,70	2016	2025 + 3º Quinquénio (2034)
	113	1,67		
	115 e 116	16,96		
D	5	8,95	2013	2024 + 3º Quinquénio (2033)
	12	0,48		
K	4	9,28	2015	2023 + 3º Quinquénio (2032)
Q	3	0,88	2014	
PP	1	13,19	2015	2024 + 3º Quinquénio (2033)
OO	4	1,69	2015	
	5	3,43	2015	2025 + 3º Quinquénio (2034)
	8 a 12	10,36	2016	

3.3.2 Programa de gestão cinegética

Como já foi referido anteriormente (ver ponto 3.4) a ZIF constitui 12 Zonas de Caça Associativa, 6 Zonas de Caça Turística e 1 Zona de Caça Municipal com elevado potencial cinegético tanto para caça maior como caça menor, o sucesso da gestão cinegética, residirá numa implementação cuidada de medidas de ordenamento, de forma garantir a compatibilização desta atividade com as atividades agroflorestais presentes.

É indispensável um enquadramento das ações previstas para executar no período de vigência do PGF na vertente florestal, com a atividade cinegética, de forma a torná-las compatíveis. Para tal,

à partida definiu-se aquele que se considera o período crítico em matéria de cinegética, ou seja, o período onde se prevê que possa haver perturbação das populações cinegéticas (essencialmente, o veado), com reflexos na reprodução e na exploração das mesmas. Como se sabe a tranquilidade é um fator essencial na estabilidade das populações silvestres, sejam cinegéticas ou não. Este período estende-se a partir de 15 de maio a 30 de junho e de 15 de agosto a 31 de dezembro. Um outro aspecto que não deve ser esquecido, é o facto de a caça ter um forte impacto na regeneração natural, que terá de ser tido em conta de forma a garantir o seu desenvolvimento, podendo passar por a utilização de técnicas de proteção individual de plantas ou instalação de cercas.

As ações a implementar deverão basear-se em larga medida na melhoria do *habitat*, de modo a aproximá-lo dos requerimentos ecológicos das espécies presentes. A atuação específica em cada caso depende das carências detetadas, mas fundamentalmente deverá ir no sentido de melhorar as áreas de refúgio, reprodução e alimentação, reduzindo o efeito dos principais fatores limitantes a considerar: excesso de gado, predação, carência de água e alimento e coberto adequado.

Apresenta-se de seguida algumas medidas de fomento desta atividade:

- Sempre que possível, devem ser mantidos bosquetes de mato que têm como principal objetivo funcionar como refúgios para proteção contra os predadores ou condições adversas, proporcionando sombra e abrigo contra o frio, a chuva, ou o vento;
- Preconiza-se a manutenção e limpeza de nascentes para um melhor acesso ao recurso por parte das espécies cinegéticas; e
- Sempre que se efetue podas ou desbastes seria interessante deixar alguns resíduos destas intervenções que seriam estrategicamente colocados no terreno de modo a proporcionarem coberto de refúgio ou mesmo de reprodução.

Uma vez que a ZIF se encontra abrangida pelo Parque Natural do Tejo Internacional, a atividade cinegética apresenta condicionamentos conforme disposto nos Planos de Ordenamento das respetivas Áreas Protegidas, nomeadamente:

- A aprovação dos planos de ordenamento e exploração cinegética está sujeita a parecer vinculativo do ICNF;
- Nas áreas de proteção parcial do tipo I, a atividade cinegética será condicionada sempre que for suscetível para a reprodução de espécies faunísticas sensíveis. Assim, o POPNTI estabelece que na criação ou renovação de áreas de caça devem ser incorporadas medidas de conservação da fauna nas áreas de proteção total e parcial do tipo I, designadamente através de condicionamentos à atividade cinegética, segundo parecer vinculativo do ICNF; Nas áreas de caça atualmente em exploração, o ICNF, fica obrigado a informar a entidade gestora sobre quais as áreas e períodos críticos para a reprodução da fauna onde devem ser acordadas regras para a minimização de eventuais impactes;

- A atividade cinegética deve basear-se preferencialmente na exploração sustentável das populações naturais e não no abate de animais libertados especificamente com esse objetivo;
- As ações de repovoamento e de reforço cinegético carecem de parecer do ICNF, e devem ser feitas com animais geneticamente semelhantes aos da população recetora e que apresentem bom estado sanitário, utilizando preferencialmente animais capturados no braviao num raio máximo de 50 km do local do repovoamento; e
- A realização de montarias está sujeita a prévia comunicação ao ICNF, que poderá, por necessidades de compatibilização com a conservação dos valores naturais presentes ou face à previsão de realização de outras atividades, não as permitir ou estabelecer-lhes condicionamentos.

3.3.3 Programa de gestão de invasoras lenhosas (infestantes)

A espécie invasora presente na ZIF é a Acácia-mimosa (*Acacia dealbata*). Sendo considerada uma espécie invasora lenhosa não lhe é atribuída qualquer tipo de função e modelo de silvicultura.

No entanto, devem ser tomadas medidas no período de vigência do respetivo PGF de modo promover a sua erradicação evitando assim a propagação desta infestante.

O quadro seguinte apresenta a síntese e calendarização das intervenções nas invasoras lenhosas previstas para os quinquénios da vigência do respetivo PGF de modo a controlar e se possível diminuir as áreas de propagação da infestante.

Quadro 57 - Calendarização das intervenções nas invasoras lenhosas para o período de vigência do PGF.

Método de Controlo	Anos de Intervenção							
	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQuinq	3ºQuinq	4ºQuinq
Físico + Químico							Monitorização	

3.4 Programa de infraestruturas

O programa de infraestruturas contempla intervenções para toda a área da ZIF, existem intervenções inteiramente da responsabilidade do proprietário e outras cuja responsabilidade é de terceiros.

O Quadro 58 apresenta a síntese e calendarização das intervenções previstas na ZIF para os próximos quinquénios, no entanto proceder-se-á à manutenção constante de todas as infraestruturas DFCI e à construção de outras mediante as necessidades.

A calendarização das intervenções ao nível das infraestruturas DFCI tem de ser encarada como um aspeto dinâmico de forma a promover uma gestão fácil, objetiva e com elevado grau de eficiência durante o período de vigência do PGF.

Quadro 58 - Calendarização das intervenções nas infraestruturas para o período de vigência do PGF.

Zona de Intervenção Florestal de Castelo Branco	Tipo de intervenção	Anos / Área de Intervenção							
		2022	2023	2024	2025	2026	2ºQuinq	3ºQuinq	4ºQuinq
	Rede Viária Florestal	<u>Manutenção Gradual</u> : 2022, 2025, 2ºQ, 3ºQ e 4ºQ = 808,74 km							
	Beneficiação de Pontos de Água	<u>Manutenção Gradual</u> : 2023, 2026, 2ºQ, 3ºQ e 4ºQ							
	FGC às edificações em espaços rurais (50 m)	668,81 ha (replicar de 2 em 2 anos)							
	FGC aos aglomerados populacionais (125 m)	53,42 ha							
	FGC a parques de campismo, infraestruturas florestais de recreio, parques industriais, plataformas logísticas e aterros sanitários (100 m)	41,72 ha							
	FGC à rede viária florestal (20 m)	97,41 ha							
	FGC às Linhas Elétricas de muito alta tensão (10 m)	(Faixa da responsabilidade da REN, definido no PMDFCI) 88,43 ha							
	FGC Rede Primária (125 m)	329,00 ha							
Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	855,67 ha								
FGC aos pontos de Água (30m)	222,30 ha								

Aquando a realização das operações ao nível das **Faixas de Gestão de Combustível à Rede Primária (FGC-RP)**, deverão ser tidos em consideração os seguintes aspetos:

- No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- No estrato arbustivo e subarbustivo devem ser cumpridas as seguintes: garantir a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infraestruturas e o limite externo da FGC; a altura máxima da vegetação deve variar em função da percentagem de cobertura do solo; e

- Os estratos arbóreos, arbustivo e subarbustivo remanescente devem ser organizados espacialmente de forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis.

De uma forma geral as intervenções a executar ao nível das FGC-RP são:

- Limpeza de mato (manual e/ou mecânica);
- Podas;
- Desramas; e
- Eliminação de Resíduos.

Na implementação deste tipo de faixas (**Faixa de Redução de Combustível**) deve-se ter em consideração a **necessidade de manutenção futura**, pelo que deverão ser construídas/beneficiadas de modo a promover uma gestão fácil, objetiva e com elevado grau de eficiência.

Ao nível da **rede viária florestal**, tendo em conta que o seu estado de conservação é razoável, prevê-se apenas a **regularização do piso, limpeza de valetas e abertura se necessário** por forma a permitir a deslocação de meios terrestres de forma rápida e eficaz.

No que respeita as **Faixas de Gestão de Combustível**, seguem os requisitos que constam no Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (artº 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro).

3.5 Programa de Operações Silvícolas Mínimas

O programa de operações silvícolas mínimas (OMS) pretende elencar:

- Operações legalmente obrigatórias quanto à defesa da floresta contra incêndios, à defesa contra agente bióticos e à proteção dos recursos naturais, água e solo, tendo em consideração o **Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (artº 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro).**

As OSM incluem operações como **Limpeza de mato (manual e/ou mecânica), podas, desramas e eliminação de Resíduos**. Estas intervenções são executadas no âmbito das FGC identificadas no Programa de Infraestruturas e em outras zonas como:

- Todos os **Talhões-Parcelas que intersectam com FGC à Rede Viária Florestal**, Linhas Elétricas, Rede primária, Aglomerados populacionais, Parques de campismo, infraestruturas florestais de recreio, parques industriais, plataformas logísticas e aterros sanitários, Pontos de Água e Edificações em espaços rurais;

- O Talhão - Parcela E1 a E88, constituído por Folhosas Ripícolas (Freixos, Salgueiro e Amieiro), será alvo operações silvícolas mínimas (OSM) sempre que se justifique, operações estas realizadas no decorrer da Beneficiação da Galeria Ripícola (BGR).

3.6 Gestão florestal preconizada (Calendarização das Intervenções)

Um dos objetivos do PGF é a identificação temporal das várias ações preconizadas para ZIF, nomeadamente, a elaboração de um PIO (Plano de Intervenção Operacional) entre outros Programas.

Foram definidos PIOS para as áreas dos Aderentes sem PGF Próprio, abrangidos pelo PGF da ZIF.

Para os Não Aderentes sem PGF Próprio foram apenas definidas Operações Silvícolas Mínimas (OSM), à exceção da Rede de Faixas de Gestão de Combustível à Rede Primária que dada a sua importância ao nível da DFCI foram escalonadas operações, designadamente gestão de combustível (GC) entre outras, tanto nas áreas de aderentes como de não aderentes.

Na distribuição anual das intervenções foram consideradas algumas premissas que facilitaram a calendarização das operações e permitirão garantir a sustentabilidade da gestão, nomeadamente:

- As podas nos Sobreiros devem ser efetuadas 2-3 anos antes ou após o descortiçamento;
- No caso das áreas de Eucalipto e de acordo com o desenvolvimento dos rebentos, efetuar a seleção de varas 2-3 anos após o corte;
- Efetuar a Gestão de Combustível regular e concertada com o PMDFCI;
- No decorrer da manutenção dos povoamentos, evitar gradagens contínuas nas áreas florestais com problemas de erosão, utilizando preferencialmente o corta-mato em detrimento da grade.

No período vigência do presente PGF é importante acautelar várias situações que podem ocorrer, fazemos referência a uma delas, nomeadamente:

- Nas áreas definidas como de produção, tendo em vista otimizar a produção e a qualidade do material obtido, seguir-se-á uma silvicultura mais intensivo. **No caso das áreas cuja prioridade não é a produção, os modelos são menos intensivos e mais flexíveis;**
- Em todas as áreas a intervir deve-se **preservar a regeneração natural das espécies autóctones**, dando-se prioridade à seleção de espécies folhosas em detrimento das resinosas;
- Nas áreas com **objetivos de proteção**, deve-se **intervir o menos possível**, ou seja, evitar mobilizações e aproveitar sempre que possível a regeneração natural, uma vez que pressupõe menores custos e menores impactes ambientais;

- **Aquando da realização de podas de formação, recomenda-se a aplicação de intervenções pouco intensas**, bem como a limitação apenas às árvores com probabilidade de integrarem o povoamento de futuro. Na realização destas operações deve-se ter especial atenção ao intervir em árvores que apresentem sintomas de doenças, devendo proceder-se a desinfeção dos instrumentos de poda, evitando assim o contacto com árvores sãs;
- Estão previstas operações de seleção de varas nas áreas de Eucaliptal, no entanto, é no momento da intervenção que a Entidade Gestora e/ou aderente avaliam se efetivamente a operação será executada podendo equacionar a reconversão destas áreas caso a rebentação não seja vigorosa ou os povoamentos se encontrem em subprodução; e
- **No caso de flutuações de mercado**, ocorrência de riscos naturais (incêndios, pragas, doenças) e até do desenvolvimento propriamente dito das espécies florestais lenhosas (Eucalipto e Pinheiro bravo) pode ser necessário reestruturar a calendarização das operações, garantindo a sustentabilidade.

No futuro e com recurso a apoios comunitários poderão vir a **efetuar-se candidaturas que apoiem a gestão da ZIF, ao nível:**

- **Florestações/Reflorestações;**
- **Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas;**
- **Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos; e**
- **Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos.**

No que diz respeito a possíveis Florestações/Reflorestações, sejam elas por sementeira, plantação ou aproveitamento da regeneração natural, deve apresentar como densidades mínimas previstas:

- Sobreiro e/ou azinheira - 60 a 120 N;
- Pinheiro manso - 60 a 120 N;
- Outras folhosas - 150 a 200 N; e
- Outras resinosas - 400 a 500 N.

As ações contempladas ao nível das florestações/reflorestações são: preparação do terreno, plantação, sementeira e/ou adensamento, retanchar, sacha e amontoar, instalação de culturas melhoradoras do solo e proteções individuais de plantas.

Todas as ações referidas nos Planos de Intervenção Operacional (PIO) serão sempre que possíveis enquadradas no Quadro Comunitário de Apoio.



Os quadros da calendarização das intervenções apresentam a seguinte informação:

- Ocupação Solo;
- Talhão / Parcela;
- Área de intervenção;
- Tipo de intervenção (ver nomenclatura Quadro 59); e
- Ano de intervenção.

Quadro 59 - Nomenclatura da calendarização das intervenções.

Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamento
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo

Detalhes das Operações

- No que respeita à operação de **Beneficiação de Galeria Ripícola (BGR)** - Talhão E, o mesmo inclui as seguintes intervenções: **limpeza de leito, corte de ramos pendentes, gestão seletiva de matos heliófilos, preservação da regeneração natural, eliminação de resíduos e pode também incluir estacaria com espécies autóctones (Freixo e Salgueiro) caso se justifique;**
- A operação de Gradagem (GRD) nas áreas de eucalipto inclui a operação de eliminação do mato e incorporação dos resíduos resultantes da operação de seleção de varas;
- Podem existir nos PIO operações que se replicam dois anos consecutivos, este aspeto é justificado pelo facto de incluírem duas épocas de intervenção, na medida em que pode não ser possível a sua conclusão no ano em que têm início; e
- Podem existir nos PIO, nas áreas de sobreiro, operações de poda (poda de formação), desbóia e/ou tiragem de cortiça no mesmo ano. Aquando da realização de podas, tendo por finalidade a melhoria da qualidade do material lenhoso, e no mesmo ano exista desbóia e/ou tiragem de cortiça, é de referir que a desbóia e/ou tiragem de cortiça é realizada nas árvores que não são alvo de podas;

- De uma forma geral as intervenções a executar ao nível das Faixas de Gestão de Combustível à Rede Primária (FGC-RP) são: Limpeza de mato (manual e/ou mecânica), podas desramas e eliminação de resíduos;

Todas as ações referidas nos PIOS (Quadros 60 a 97) serão sempre que possíveis enquadradas no **Quadro Comunitário de Apoio**. Os Mapas 42 a 65 representam a sua distribuição geográfica.



Quadro 60 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Eucalipto	A1	1,82	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A2	0,49	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A3	3,50	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A4	1,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A5	0,15	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A6	3,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A7	0,30	OSM	OSM					OSM	
	A8	3,44	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A9	0,05	C			SV+GRD			LM	
	A9	0,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A10	0,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A11	0,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A12	0,11	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A13	0,88	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A14	2,16	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A15	0,04	OSM	OSM					OSM	
	A16	0,87	OSM	OSM					OSM	
	A17	0,28		LM					LM+C	
	A18	0,61	SV+GRD						C+SV+GRD	
	A19	1,58		GRD					C+SV+GRD	
	A20	2,14		GRD					C+SV+GRD	
	A21	3,70		GRD					C+SV+GRD	
	A22	3,74	SV+GRD						C+SV+GRD	
	A23	1,40	SV+GRD						C+SV+GRD	
	A24	7,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A25	1,65	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A26	0,19	GRD					C	SV+GRD	
	A27	1,33				C			SV+GRD	
	A28	0,62	OSM			C			SV+GRD	
	A29	0,19	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 61 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Eucalipto	A30	2,72	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A31	2,52	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A32	3,30	C			SV+GRD			GRD	
	A33	0,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A34	0,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A35	0,09	C			SV+GRD			GRD	
	A35	0,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A36	2,01	C			SV+GRD			GRD	
	A37	0,21	C			SV+GRD			GRD	
	A38	2,11	LM+SV	LM+SV					LM	
	A39	0,01	LM+SV	LM+SV					OSM	
	A40	2,08	OSM	OSM					OSM	
	A42	0,56	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A43	0,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A44	0,11	LM+SV	LM+SV					LM	
	A45	2,41	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A46	0,47	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	A47	0,16	LM+SV	LM+SV					LM	
	A48	1,04	LM+SV	LM+SV					LM	
	A49	10,77	OSM	OSM					OSM	
	A50	15,62	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Sobreiro	B1	0,94	LM+PD(Jovens)+ADM			TC (Adultos)			LM+PD(Jovens)+TC(Adultos)	
	B2	3,12	LM+PD(Jovens)+ADM			TC (Adultos)			LM+PD(Jovens)+TC(Adultos)	
	B3	8,92	LM+PD(Jovens)+ADM			TC (Adultos)			LM+PD(Jovens)+TC(Adultos)	
	B4	2,86	LM+PD(Jovens)+ADM			TC (Adultos)			LM+PD(Jovens)+TC(Adultos)	
	B5	1,17	LM+PD(Jovens)+ADM			TC (Adultos)			LM+PD(Jovens)+TC(Adultos)	
	B6	0,43	LM+PD(Jovens)+ADM			TC (Adultos)			LM+PD(Jovens)+TC(Adultos)	
	B7	0,04	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B8	6,92		LM+PD					LM+PD	
	B9	14,76		LM+PD+ADM					LM+PD	
	B10	8,41		LM+PD+ADM					LM+PD	

Quadro 62 - Calendarização das intervenções (cont.).

			Anos de Intervenção									
Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039		
Sobreiro	B11	8,31		LM+PD+ADM					LM+PD			
	B12	0,70		LM+PD+ADM					LM+PD			
	B13	1,64		LM+PD+ADM					LM+PD			
	B14	1,11		LM+PD					LM+PD			
	B15	15,66	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B16	5,29	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B17	2,58	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B18	2,20	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B19	16,56	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B20	3,25	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B21	4,42	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B22	1,86	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B23	6,45	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B24	0,34	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B25	6,22			LM+PD+CD+ER+ADM				LM+PD+ER			
	B26	0,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B27	1,93			LM+PD+CD+ER+ADM				LM+PD+ER			
	B28	6,37			LM+PD+CD+ER+ADM				LM+PD+ER			
	B29	22,75	PF+CD+ER+TS	PF+CD+ER+TS		D		PF/PM+ER+ER+LM+TS	TC+LM	PM+ER+LM		
	B30	4,19	PF+CD+ER+TS	PF+CD+ER+TS		D		PF/PM+ER+ER+LM+TS	TC+LM	PM+ER+LM		
	B31	3,38		LM+PD+ER						LM+PD		
	B32	0,89		LM+PD+ER						LM+PD		
	B33	0,19		LM+PD+ER	LM+PD							
	B34	1,47		LM+PD+ER	LM+PD							
	B35	2,18		LM+PD+ER	LM+PD							
	B36	4,16		LM+PD+ER	LM+PD							
	B37	4,75		LM+PD+ER	LM+PD							
	B38	3,72	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B39	0,57	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B40	4,34	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		
	B41	0,96	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM		

Quadro 63 - Calendarização das intervenções (cont.).

			Anos de Intervenção										
Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039			
Sobreiro	B42	0,51	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM			
	B43	1,66	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD				
	B44	5,40	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD				
	B45	1,85	LM+PD+ER	OSM					OSM				
	B46	11,35		PD+CD+ADM+ER					PD+CD+ADM+ER		PD+ADM+ER		
	B47	1,35		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B48	3,69		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B49	8,35		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B50	1,55		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B51	12,83		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B52	7,86		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B53	4,20		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B54	0,31		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B55	4,48		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B56	2,22		PD+CD+ADM+ER	PD+CD+ADM+ER				PD+ADM+ER				
	B57	2,46		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B58	0,47	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER				
	B59	0,30		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B60	12,22		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B61	11,67		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B62	3,14		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B63	4,87		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B64	0,65	OSM	LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				OSM				
	B65	0,95	OSM	LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				OSM				
	B66	0,06	OSM	LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				OSM				
	B67	2,52	OSM	LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				OSM				
	B68	13,61		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B69	13,97		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B70	0,41		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				
	B71	0,05	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER				
	B72	0,08		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER				

Quadro 64 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Sobreiro	B73	2,29		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER	
	B74	1,06	OSM	LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				OSM	
	B75	0,05		LM+PD+CD+ADM+ER	LM+PD+CD+ADM+ER				LM+PD+ER	
	B76	2,79	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B77	1,53	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B78	1,73	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B79	0,25	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B80	3,34	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B81	5,53	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B82	0,39		LM+PD				TC	TC+LM+PD	
	B83	1,75	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B84	0,46	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B85	0,94	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B86	0,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B87	1,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B88	1,36		PD+ER+CP	PD+ER+CP				LM+PD	
	B89	0,36		LM					LM	
	B89	1,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B90	0,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B91	0,63	LM	LM					LM	
	B92	0,08		LM					LM	
	B93	0,43	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B94	6,76		LM+PD					LM+PD	
	B95	0,70	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B96	2,77	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B97	0,58	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B98	2,21		LM+PD				TC	TC+LM+PD	
	B99	0,33	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B100	4,00	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B101	3,15			LM+TC				TC+LM+PD	
	B102	0,32	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 65 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Sobreiro	B103	2,55	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B104	0,35		LM+TC				LM+PD	LM+TC	LM+PD
	B105	3,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B106	4,81		LM+TC				LM+PD	LM+TC	LM+PD
	B107	2,72		LM+TC				LM+PD	LM+TC	LM+PD
	B108	0,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B109	9,11	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B110	3,61		LM+PD					LM+PD	
	B111	0,70	PD+ER+CP			TC			LM+PD+TC	
	B112	0,80	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B113	1,67	PD+ER+CP			TC			LM+PD+TC	
	B114	0,56	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	B115	13,10	PD+ER+CP			TC			LM+PD+TC	
	B116	3,86	PD+ER+CP			TC			LM+PD+TC	
Carvalho Negral	C1	0,84	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C2	1,62		LM+PD					LM+PD	
	C3	4,70		LM+PD					LM+PD	
	C3	2,88	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C4	0,21	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C5	19,43		LM+PD					LM+PD	
	C6	8,98		LM+PD					LM+PD	
	C7	17,25		LM+PD					LM+PD	
	C8	6,76		LM+PD					LM+PD	
	C9	91,58		LM+PD					LM+PD	
	C10	15,09		LM+PD					LM+PD	
	C11	7,22	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C12	0,09	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C13	2,03	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	C14	2,37	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C15	3,13	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C16	3,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C17	1,82		LM+PD					LM+PD	

Quadro 66 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Carvalho Negral	C17	0,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C18	0,46		LM+PD					LM+PD	
	C19	1,00		LM+PD					LM+PD	
	C19	1,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C20	0,16		LM+PD					LM+PD	
	C21	0,42		LM+PD					LM+PD	
	C22	0,50		LM+PD					LM+PD	
	C22	1,31	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C23	0,21		LM+PD					LM+PD	
	C24	0,69		LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	C25	1,43		LM+PD					LM+PD	
	C25	10,82	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C26	7,84		LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	C27	21,30		LM+PD					LM+PD	
	C27	5,51	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	C28	0,04	OSM	OSM					OSM	
	C29	0,09		OSM					OSM	
	C30	0,25	OSM	OSM					OSM	
	C31	0,29		LM+PD					LM+PD	
	C32	25,36	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	C33	7,89	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	C34	18,01	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	C35	15,49	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER	
Carvalho Negral e Sobreiro	D1	54,76	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D2	34,90	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D3	4,52	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D4	0,48	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D5	8,95			LM+TC				TC+LM	LM+PD
	D5	27,51	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D6	0,70	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D7	2,54	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 67 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Carvalho Negral e Sobreiro	D8	1,93	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D9	1,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D10	6,02		LM+PD					LM+PD	
	D10	0,60	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Sobreiro e Carvalho Negral	D11	18,64	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D12	0,48			LM+TC				TC+LM+PD	
	D12	0,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	D13	2,31		LM+PD					LM+PD	
Folhosas Ripícolas	E1	0,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E2	3,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E3	5,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E4	0,62	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E5	0,15	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E6	0,34	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E7	0,68	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E8	1,47	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E9	0,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E10	0,66	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E11	0,25			BGR				BGR	
	E11	0,13	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E12	0,14			BGR				BGR	
	E13	0,18	OSM	OSM					OSM	
	E14	0,13	OSM	OSM					OSM	
	E15	0,09	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E16	0,08			BGR				BGR	
	E17	0,02			BGR				BGR	
	E17	0,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E18	0,02			BGR				BGR	
	E18	0,02	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E19	4,17			BGR				BGR	
	E19	1,25	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E20	0,04	OSM	OSM					OSM	

Quadro 68 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Folhosas Ripícolas	E21	7,29			BGR				BGR	
	E21	0,33	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E22	3,09			BGR				BGR	
	E23	1,61			BGR				BGR	
	E24	0,70			BGR				BGR	
	E25	0,02			BGR				BGR	
	E25	0,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E26	0,46			BGR				BGR	
	E26	0,02	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E27	0,26			BGR				BGR	
	E27	2,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E28	0,12	OSM	OSM					OSM	
	E29	0,07	OSM	OSM					OSM	
	E30	0,34	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E31	0,08	OSM	OSM					OSM	
	E32	0,13	OSM	OSM					OSM	
	E33	0,61	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E34	2,52	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E35	0,79	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E36	1,07	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E37	0,88	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E38	0,60		BGR	BGR				BGR	
	E39	0,86			BGR				BGR	
	E40	0,80			BGR				BGR	
	E40	1,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E41	0,59			BGR				BGR	
	E42	0,15	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E43	0,17	OSM		BGR				BGR	
	E44	0,39			BGR				BGR	
	E45	0,39			BGR				BGR	
	E46	0,29	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E47	0,22			BGR				BGR	

Quadro 69 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Folhosas Ripícolas	E47	0,30	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E48	0,66	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E49	0,33	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E50	0,97			BGR				BGR	
	E51	2,11			BGR				BGR	
	E51	3,82	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E52	0,45	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E53	0,69			BGR				BGR	
	E54	0,25			BGR				BGR	
	E55	0,47			BGR				BGR	
	E56	1,29			BGR				BGR	
	E57	0,51		BGR	BGR				BGR	
	E58	0,75			BGR				BGR	
	E59	0,48	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E60	0,05		BGR	BGR				BGR	
	E61	0,28		BGR	BGR				BGR	
	E62	0,47		BGR	BGR				BGR	
	E63	3,20			BGR				BGR	
	E64	2,05		BGR	BGR				BGR	
	E65	0,79			BGR				BGR	
	E66	0,67			BGR				BGR	
	E67	1,00			BGR				BGR	
	E68	3,06			BGR				BGR	
	E69	0,30			BGR				BGR	
	E69	0,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E70	0,04			BGR				BGR	
	E70	0,07	OSM	OSM					OSM	
	E71	0,12			BGR				BGR	
	E71	1,96	OSM	OSM					OSM	
	E72	1,16	OSM	OSM					OSM	
	E73	0,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E74	0,24	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 70 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Folhosas Ripícolas	E75	1,21	OSM	OSM					OSM	
	E76	0,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E77	0,08	OSM	OSM					OSM	
	E78	2,18	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E79	5,45	OSM	OSM					OSM	
	E80	0,32	OSM	OSM					OSM	
	E81	0,01	OSM	OSM					OSM	
	E82	2,75	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E83	2,23	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E84	4,70	OSM	OSM					OSM	
	E85	0,18	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E86	0,42	OSM	OSM					OSM	
	E87	5,21	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	E88	0,32	OSM	OSM					OSM	
Azinheira	F1	11,45		LM+PD+ADM					LM+PD+ADM	
	F2	1,35		LM+PD+ADM					LM+PD+ADM	
	F3	6,11		LM+PD+ADM					LM+PD+ADM	
	F4	2,02		LM+PD					LM+PD	
	F5	0,92		LM+PD					LM+PD	
	F6	47,53	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	F7	0,57		LM+PD					LM+PD	
	F8	1,22		LM+PD					LM+PD	
	F9	1,69	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	F10	3,88	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	F11	5,08		LM+PD					LM+PD	
	F12	1,73		LM+PD					LM+PD	
	F13	1,12		LM+PD					LM+PD	
	F14	10,38		LM+PD					LM+PD	
	F15	1,41		LM+PD					LM+PD	
	F16	0,46		LM+PD					LM+PD	
	F17	2,15		LM+PD					LM+PD	
	F18	7,69		LM+PD					LM+PD	

Quadro 71 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Azinheira	F19	0,24		LM+PD					LM+PD	
	F20	1,43		LM+PD					LM+PD	
	F21	0,43		LM+PD					LM+PD	
	F22	0,59		LM+PD					LM+PD	
	F23	13,00		LM+PD+ER+ADM	LM+PD+ER+ADM				LM+PD+ER+ADM	
	F24	10,37	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	F25	1,47	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Pinheiro Bravo	G1	4,36			APRN+CD+DR+LM				LM+DR	
	G2	3,96			APRN+CD+DR+LM				LM+DR	
	G3	1,52			APRN+CD+DR+LM				LM+DR	
	G4	0,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G5	0,53	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G6	0,39	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G7	0,80	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G8	0,22	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G9	0,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G10	5,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G11	12,22	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G12	1,53	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G13	16,13			LM+DR+DB				LM	
	G13	16,88	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G14	5,17			LM+DR+DB				LM	
	G14	0,34	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G15	0,12			LM+DR+DB				LM	
	G16	2,87			LM+DR+DB				LM	
	G16	3,04	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G17	0,82			LM+DR+DB				LM	
	G17	0,93	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G18	0,10			LM+DB				LM	
	G18	0,19	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G19	0,05	OSM	OSM					OSM	
	G20	0,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 72 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Pinheiro Bravo	G21	0,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G22	2,24	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G23	0,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G24	3,66	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G25	3,23	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G26	0,09	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G27	3,51	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G28	0,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G29	0,77	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G30	0,70	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G31	7,71	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G32	7,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G33	1,03	OSM	OSM					OSM	
	G34	0,93	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G35	1,92	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G36	1,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G37	3,47	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G38	0,03	OSM	OSM					OSM	
	G39	0,03	OSM	OSM					OSM	
	G40	0,74	OSM	OSM					OSM	
	G41	0,90	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G42	1,01	OSM	OSM					OSM	
	G43	0,02	OSM	OSM					OSM	
	G44	0,20	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G45	0,35	OSM	OSM					OSM	
	G46	0,53	OSM	OSM					OSM	
	G47	1,18	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G48	0,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G49	0,48	OSM	OSM					OSM	
	G50	1,48	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G51	0,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G52	1,68	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 73 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Pinheiro Bravo	G53	2,82	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G54	0,78	OSM	OSM					OSM	
	G55	0,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G56	0,07	OSM	OSM					OSM	
	G57	0,42	OSM	OSM					OSM	
	G58	0,00	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G59	0,07	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	G60	0,68	OSM	OSM					OSM	
	G61	0,01	OSM	OSM					OSM	
	G62	0,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Sobreiro e Pinheiro Manso	H1	39,68		PD+DR+LM					PD+DR+LM	
	H2	2,15		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H3	7,81		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H4	6,92		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H5	1,51		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H6	1,23		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H7	4,50		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H8	12,59		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H9	3,61		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H10	6,84		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H11	1,67		LM+PD+DR+ER+ADM	LM+PD+DR+ER+ADM				LM+PD+DR	
	H12	0,94	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Pinheiro Manso e Sobreiro	H13	30,82	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	H14	15,32	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	H15	7,16	LM+PD+DR+ER	LM+PD+DR+ER					LM+PD+DR	
	H16	16,18	LM+PD+DR+ER	LM+PD+DR+ER					LM+PD+DR	
	H17	4,61	LM+PD+DR+ER	LM+PD+DR+ER					LM+PD+DR	
	H18	13,02	LM+PD+DR+ER	LM+PD+DR+ER					LM+PD+DR	
Carvalho Negral e Azinheira	I1	6,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	I2	48,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	I3	12,75	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 74 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Azinheira e C. Negral	I4	9,45		PD+ER+CP	PD+ER+CP				LM+PD	
Carvalho Negral e Azinheira	I5	42,45	LM+PD+ER	LM+PD+ER					LM+PD+ER	
	I6	1,19		LM+PD					LM+PD	
	I6	2,48	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Azinheira e C. Negral	I7	2,30		LM+PD+ER+ADM	LM+PD+ER+ADM				LM+PD+ER+ADM	
Pinheiro Manso	J1	0,23	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	J2	13,92	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	J3	6,96		LM+DR					LM	
	J4	0,20		LM+DR					LM	
	J5	3,04		LM+DR					LM	
	J6	0,14		LM					LM	
	J6	0,78	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	J7	0,48		LM					LM	
Azinheira e Sobreiro	K1	1,77		LM+PD+ER+ADM	LM+PD+ER+ADM				LM+PD+ER+ADM	
	K2	0,05		LM+PD+ER+ADM	LM+PD+ER+ADM				LM+PD+ER+ADM	
	K3	0,22		LM+PD+ER+ADM	LM+PD+ER+ADM				LM+PD+ER+ADM	
Sobreiro e Azinheira	K4	9,28		LM+PD+ER+ADM	TC				TC+LM+PD(Az)+ER+ADM	
	K5	1,65	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Azinheira, Sobreiro e P. Bravo	L1	40,70		LM+PD+ER+ADM					LM+PD+C(Pb)	
	L2	1,61		LM+PD+ER+ADM					LM+PD+C(Pb)	
	L2	0,29	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
P. Bravo, Sobreiro e Azinheira	L3	3,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Carvalho Negral e Eucalipto	M1	0,98	OSM	LM+PD		C(Ec)			LM+PD+SV	
	M2	0,33		LM+PD		C(Ec)			LM+PD+SV	
	M3	0,11		LM+PD		C(Ec)			LM+PD+SV	
	M4	0,85		LM+PD		C(Ec)			LM+PD+SV	
	M5	0,17		LM+PD		C(Ec)			LM+PD+SV	

Quadro 75 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
C. Negral e Eucalipto	M6	1,49		LM+PD		C(Ec)			LM+PD+SV	
	M7	1,91		LM+PD		C(Ec)			LM+PD+SV	
	M7	2,91	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	M8	3,17		LM+PD		C(Ec)			LM+PD+SV	
Eucalipto e C. Negral	M9	0,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	M10	1,54	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	M11	27,01	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Freixo	N1	0,86	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	N2	0,77	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Pinheiro Bravo, Eucalipto e Azinheira	O1	8,81	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O2	0,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O3	1,33	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O4	0,86	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O5	0,23	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O6	0,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O7	0,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O8	0,59	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O9	1,55	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	O10	0,75		LM+PD+DR					C(Ec)+SV+LM+PD(Az)	
	O10	3,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Misto de Resinosas e Folhosas	P1	0,18	OSM	OSM					OSM	
	P2	2,64		LM+PD+DR					LM+PD+DR	
	P3	0,58	OSM	OSM					OSM	
	P4	5,30		LM+PD+DR					LM+PD+DR	
Pinheiro Bravo e Sobreiro	Q1	3,98	PF+ER+LM	PF+ER+LM		D		PF/PM+ER+LM+DB(Pb)	TC+LM	PF/PM+ER+LM+DB(Pb)
	Q2	1,94		PD+DR+LM					PD+LM+DB(Pb)	
	Q2	3,22	PF+ER+LM	PF+ER+LM		D		PF/PM+ER+LM+DB(Pb)	TC+LM	PF/PM+ER+LM+DB(Pb)
	Q2	0,28	PF+ER+LM	PF+ER+LM		D		PF/PM+ER+LM+DB(Pb)	TC+LM	PF/PM+ER+LM+DB(Pb)
Sobreiro e P. Bravo	Q3	0,88		LM+TC				LM+PD	LM+TC	LM+PD

Quadro 76 - Calendarização das intervenções (cont.).

			Anos de Intervenção							
Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Eucalipto e Sobreiro	R1	0,23	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	R2	7,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Sobreiro e Eucalipto	R3	1,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	R4	8,52	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	R5	0,19	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
C. Negral e P. Bravo	S1	5,49		LM+PD					LM	
P. Bravo e C. Negral	S2	6,41		LM+PD(Cn)					LM	
Outras Folhosas	T1	0,51	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	T2	0,20	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	T3	0,44	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	T4	0,66	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	T5	0,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	T6	0,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	T7	0,19		OSM					OSM	
	T8	1,30		OSM					OSM	
	T9	0,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	T10	0,36	OSM	OSM				OSM		
Azinheira e P. Manso	U1	3,83						LM+PD		LM+PD
Choupo	V1	2,00						OSM		OSM
	V2	0,30			OSM	OSM	OSM			
	V3	0,56		OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	V4	0,19		OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Azinheira e Pinheiro Bravo	W1	0,56		LM+PD(Az)					LM+C(Pb)	
	W1	0,07	OSM	OSM		OSM	OSM	OSM	OSM	
	W2	2,08		LM+PD+DR					LM+PD+DR	
Eucalipto e Azinheira	X1	0,77	C(Ec)		SV+LM+PD(Az)				LM+PD(Az)	
Eucalipto e P. Bravo	Y1	0,57	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Sobreiro e C. Americano	Z1	0,44			LM+PD				LM+PD	
Cupressus e Sobreiro	AA1	0,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM



Quadro 77 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Outras Superfícies Agrícolas >> Sobreiro	BB1	5,84		PT+PL+AD+ICM	PT+PL+AD+ICM	R+SA			LM+PD+ADM	
	BB2	0,10		PT+PL+AD+ICM	PT+PL+AD+ICM	R+SA			LM+PD+ADM	
	BB3	7,37		PT+PL+AD+ICM	PT+PL+AD+ICM	R+SA			LM+PD+ADM	
	BB4	3,16		PT+PL+AD+ICM	PT+PL+AD+ICM	R+SA			LM+PD+ADM	
	BB5	7,99		PT+PL+AD+ICM	PT+PL+AD+ICM	R+SA			LM+PD+ADM	
Outras Superfícies Agrícolas	CC266	1,59	OSM	OSM					OSM	
	CC267	0,44	OSM	OSM					OSM	
	CC268	0,29	OSM	OSM					OSM	
	CC269	0,66	OSM	OSM					OSM	
	CC270	1,10	OSM	OSM					OSM	
	CC271	0,27	OSM	OSM					OSM	
	CC272	1,61	OSM	OSM					OSM	
	CC273	0,64	OSM	OSM					OSM	
	CC274	7,34	OSM	OSM					OSM	
	CC275	0,03	OSM	OSM					OSM	
	CC276	5,09	OSM	OSM					OSM	
	CC277	1,54	OSM	OSM					OSM	
	CC278	2,34	OSM	OSM					OSM	
	CC279	0,53	OSM	OSM					OSM	
	CC280	0,03	OSM	OSM					OSM	
	CC281	1,28	OSM	OSM					OSM	
	CC282	1,03	OSM	OSM					OSM	
	CC283	0,27	OSM	OSM					OSM	
	CC284	1,47	OSM	OSM					OSM	
	CC285	0,70	OSM	OSM					OSM	
	CC286	0,45	OSM	OSM					OSM	
	CC287	0,01	OSM	OSM					OSM	
	CC288	0,03	OSM	OSM					OSM	
	CC289	1,78	OSM	OSM					OSM	
	CC290	1,93	OSM	OSM					OSM	
	CC291	3,45	OSM	OSM					OSM	

Quadro 78 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Outras Superfícies Agrícolas	CC292	0,11	OSM	OSM					OSM	
	CC293	0,44	OSM	OSM					OSM	
	CC294	0,03	OSM	OSM					OSM	
	CC295	0,06	OSM	OSM					OSM	
	CC296	0,01	OSM	OSM					OSM	
	CC297	0,15	OSM	OSM					OSM	
	CC298	1,81	OSM	OSM					OSM	
	CC305	1,51	OSM	OSM					OSM	
Olival	DD136	0,98	GC	GC					GC	
	DD238	0,87	OSM	OSM					OSM	
	DD239	0,99	OSM	OSM					OSM	
	DD240	1,71	OSM	OSM					OSM	
	DD241	0,06	OSM	OSM					OSM	
	DD242	0,64	OSM	OSM					OSM	
	DD243	1,76	OSM	OSM					OSM	
	DD244	1,04	OSM	OSM					OSM	
	DD245	0,18	OSM	OSM					OSM	
	DD246	0,00	OSM	OSM					OSM	
	DD247	0,05	OSM	OSM					OSM	
	DD248	0,11	OSM	OSM					OSM	
	DD253	0,74	OSM	OSM					OSM	
Culturas Arvenses	EE99	0,16	OSM	OSM					OSM	
	EE100	0,05	OSM	OSM					OSM	
	EE101	0,38	OSM	OSM					OSM	
	EE102	0,40	OSM	OSM					OSM	
	EE103	0,68	OSM	OSM					OSM	
	EE104	0,42	OSM	OSM					OSM	
	EE105	1,23	OSM	OSM					OSM	
Culturas de Regadio	FF8	0,85	OSM	OSM					OSM	
	FF9	0,03	OSM	OSM					OSM	
	FF10	0,08	OSM	OSM					OSM	
	FF11	0,63	OSM	OSM					OSM	

Quadro 79 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Vinha	GG81	0,04	OSM	OSM					OSM	
	GG82	0,21	OSM	OSM					OSM	
Pomar	HH34	0,16	OSM	OSM					OSM	
Matos	LL1	34,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL2	18,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL3	29,62	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL4	0,64	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL5	1,55	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL6	11,39		GC					GC	
	LL7	16,77		GC					GC	
	LL8	6,49		GC					GC	
	LL8	0,53	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL9	3,53		GC					GC	
	LL9	5,77	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL10	7,07	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL11	3,82		GC					GC	
	LL12	15,78	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL13	3,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL14	17,39	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL15	3,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL16	0,32		GC					GC	
	LL17	0,30	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL18	0,23	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL19	0,16	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL20	2,96	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL21	9,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL22	0,02		GC					GC	
	LL23	4,77		GC					GC	
	LL24	0,51	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL25	0,50		GC					GC	
	LL26	0,44		GC					GC	
	LL27	0,61	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	

Quadro 80 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL28	0,57		GC					GC	
	LL29	10,80	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL30	0,22		GC					GC	
	LL31	0,19	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL32	0,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL33	0,57		GC					GC	
	LL34	1,96		GC					GC	
	LL35	2,40		GC					GC	
	LL36	0,21		GC					GC	
	LL37	3,47	GC	GC					GC	
	LL38	0,65		GC					GC	
	LL39	0,95	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL40	5,32	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL41	5,46		GC					GC	
	LL41	10,50	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL42	0,15		GC					GC	
	LL43	0,21		GC					GC	
	LL44	0,03		GC					GC	
	LL45	1,21	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL46	0,46	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL47	0,36		GC					GC	
	LL48	0,66	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL49	0,21		GC					GC	
	LL50	0,97	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL51	0,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL52	0,25	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL53	0,53		GC					GC	
	LL53	0,69	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL54	2,36		GC					GC	
	LL54	0,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL55	0,28		GC					GC	
	LL56	0,24	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 81 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL57	0,52	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL58	0,49	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL59	0,18	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL60	0,73	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL61	0,38		GC					GC	
	LL62	2,86	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL63	0,57	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL64	1,42	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL65	6,04		GC					GC	
	LL65	1,96	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL66	0,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL67	0,75		GC					GC	
	LL67	1,26	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL68	0,67	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL69	0,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL70	2,43	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL71	0,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL72	0,22	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL73	1,61	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL74	1,65	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL75	2,09	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL76	4,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL77	0,19		GC					GC	
	LL78	5,85		GC					GC	
	LL78	0,65	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL79	1,98	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL80	1,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL81	0,46		GC					GC	
	LL82	0,20		GC					GC	
	LL83	0,85	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL84	2,01	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL85	1,92	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 82 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL86	1,26	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL87	0,98		GC					GC	
	LL88	2,91	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL89	0,54		GC					GC	
	LL89	2,88	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL90	1,33	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL91	0,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL92	0,51	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL93	0,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL94	0,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL95	1,58		GC					GC	
	LL96	0,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL97	0,68	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL98	0,07	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL99	1,45	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL100	0,83		GC					GC	
	LL101	18,86		GC					GC	
	LL102	1,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL103	0,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL104	0,56	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL105	3,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL106	0,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL107	10,26	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL108	0,84	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL109	0,09	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL110	5,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL111	0,26	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL112	0,94	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL113	7,04	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL114	0,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL115	0,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL116	4,30	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 83 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL117	1,43	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL118	1,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL119	1,55		GC					GC	
	LL119	0,74	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL120	0,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL121	6,07	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL122	0,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL123	2,72	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL124	1,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL125	0,81		GC					GC	
	LL126	1,01		GC					GC	
	LL127	0,70		GC					GC	
	LL128	3,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL129	0,96	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL130	2,91	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL131	1,47	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL132	0,84	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL133	0,41	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL134	0,69	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL135	0,19	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL136	27,54	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL137	12,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL138	0,94	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL139	0,61	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL140	5,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL141	27,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL142	3,25	GC	GC					GC	
	LL143	0,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL144	4,15		GC					GC	
	LL144	4,41	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL145	0,72	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL146	10,00	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 84 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL147	2,17		GC					GC	
	LL148	0,18	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL149	3,63		GC					GC	
	LL150	0,53	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL151	0,35		GC					GC	
	LL151	4,97	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL152	2,44	GC	GC					GC	
	LL152	2,71	OSM	OSM					OSM	
	LL153	2,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL154	0,13		GC					GC	
	LL155	0,32		GC					GC	
	LL156	1,33		GC					GC	
	LL157	2,77		GC					GC	
	LL158	1,00		GC					GC	
	LL159	14,46	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL160	38,40		GC					GC	
	LL160	14,95	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL161	2,53	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL162	2,11	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL163	3,84	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL164	2,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL165	2,98	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL166	78,81	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL167	5,43	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL168	5,35	GC	GC					GC	
	LL169	10,12		GC					GC	
	LL170	0,74		GC					GC	
	LL171	0,19		GC					GC	
	LL172	0,49		GC					GC	
	LL173	1,32		GC					GC	
	LL174	3,90	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL175	0,11	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 85 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL176	3,15		GC					GC	
	LL176	1,64	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL177	2,15	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL178	1,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL179	22,64	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL180	4,20	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL181	211,67		GC					GC	
	LL181	12,02	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL182	77,19	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL183	11,90	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL184	2,69	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL185	11,85	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL186	2,42	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL187	0,19		GC					GC	
	LL188	0,88		GC					GC	
	LL189	0,66		GC					GC	
	LL190	0,74	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL191	1,63	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL192	2,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL193	0,04	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL194	10,63		GC					GC	
	LL195	0,74	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL196	0,28		GC					GC	
	LL196	0,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL197	0,63		GC					GC	
	LL198	0,91	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL199	1,61		GC					GC	
	LL200	0,37	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL201	0,41	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL202	0,79	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL203	0,19	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL204	0,07	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 86 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL205	0,01	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL206	0,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL207	0,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL208	0,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL209	0,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL210	0,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL211	0,39	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL212	8,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL213	2,69	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL214	0,50	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL215	0,57	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL216	1,80	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL217	0,54	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL218	0,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL219	0,58	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL220	0,95	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL221	0,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL222	0,24		GC					GC	
	LL222	3,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL223	0,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL224	1,04	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL225	0,39	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL226	0,54	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL227	1,71	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL228	1,71	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL229	5,29	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL230	0,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL231	2,60	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL232	1,13		GC					GC	
	LL233	0,09		GC					GC	
	LL233	12,63	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL234	0,03		GC					GC	

Quadro 87 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL235	0,26		GC					GC	
	LL236	2,64	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL237	3,52		GC					GC	
	LL237	1,25	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL238	0,40		GC					GC	
	LL238	1,65	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL239	0,22		GC					GC	
	LL240	0,70		GC					GC	
	LL241	0,23		GC					GC	
	LL241	3,01	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL242	2,56	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL243	1,98	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL244	3,84	GC	GC					GC	
	LL245	2,90	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL246	0,16	GC	GC					GC	
	LL247	0,37	GC	GC					GC	
	LL248	0,54	GC	GC					GC	
	LL249	0,93	GC	GC					GC	
	LL250	0,18		GC					GC	
	LL251	0,23		GC					GC	
	LL252	0,11		GC					GC	
	LL253	0,69	GC	GC					GC	
	LL254	0,08		GC					GC	
	LL255	0,20		GC					GC	
	LL256	0,07		GC					GC	
	LL257	0,32		GC					GC	
	LL258	0,04		GC					GC	
	LL259	0,13		GC					GC	
	LL260	0,16		GC					GC	
	LL261	0,17		GC					GC	
	LL262	0,10		GC					GC	
	LL263	0,13		GC					GC	

Quadro 88 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL264	0,26		GC					GC	
	LL265	0,48		GC					GC	
	LL266	0,37		GC					GC	
	LL267	0,40		GC					GC	
	LL268	0,33		GC					GC	
	LL269	0,17		GC					GC	
	LL270	0,75		GC					GC	
	LL271	0,62		GC					GC	
	LL272	0,23		GC					GC	
	LL273	0,65		GC					GC	
	LL274	0,27		GC					GC	
	LL274	0,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL275	0,20		GC					GC	
	LL276	0,11		GC					GC	
	LL277	0,04		GC					GC	
	LL278	4,17	GC	GC					GC	
	LL279	0,70	OSM	OSM					OSM	
	LL280	2,61	OSM	OSM					OSM	
	LL281	0,74	OSM	OSM					OSM	
	LL282	0,17	OSM	OSM					OSM	
	LL283	10,65	OSM	OSM					OSM	
	LL284	16,74	OSM	OSM					OSM	
	LL285	0,55	OSM	OSM					OSM	
	LL286	0,55	OSM	OSM					OSM	
	LL287	0,30	OSM	OSM					OSM	
	LL288	1,34	OSM	OSM					OSM	
	LL289	0,40	OSM	OSM					OSM	
	LL290	1,94	OSM	OSM					OSM	
	LL291	0,11	OSM	OSM					OSM	
	LL292	0,78	OSM	OSM					OSM	
	LL293	0,59	OSM	OSM					OSM	
	LL294	0,11	OSM	OSM					OSM	

Quadro 89 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL295	0,48	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL296	0,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL297	3,07	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL298	0,23	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL299	0,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL300	0,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL301	0,11	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL302	0,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL303	0,26	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL304	0,78	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL305	0,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL306	0,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL307	0,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL308	6,99	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL309	2,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL310	0,21	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL311	0,08	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL312	0,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL313	0,02	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL314	0,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL315	0,31	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL316	0,12	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL317	0,15	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL318	0,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL319	0,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL320	4,28	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL321	1,09	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL322	0,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL323	0,01	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL324	0,35	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL325	0,19	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL326	2,43	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM



Quadro 90 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL327	0,69	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL328	0,01	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL329	0,73	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL330	0,13	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL331	0,91	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL332	0,48	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL333	6,98	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL334	0,15	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL335	1,24	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL336	0,02	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL337	0,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL338	0,29	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL339	0,14		GC					GC	
	LL340	0,65	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL341	0,58	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL342	0,14		GC					GC	
	LL343	0,14		GC					GC	
	LL344	0,08		GC					GC	
	LL345	0,53	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL346	0,06	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL347	1,16	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL348	0,20	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL349	0,69	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL350	0,16	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL351	0,07		GC					GC	
	LL352	0,22	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL353	0,27	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL354	0,32		GC					GC	
	LL355	0,22		GC					GC	
	LL356	0,23		GC					GC	
	LL357	0,70		GC					GC	
	LL358	1,04		GC					GC	

Quadro 91 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL359	1,26		GC					GC	
	LL360	0,58		GC					GC	
	LL361	1,02		GC					GC	
	LL362	0,28		GC					GC	
	LL363	0,05		GC					GC	
	LL364	0,02		GC					GC	
	LL365	0,01		GC					GC	
	LL366	0,06		GC					GC	
	LL367	0,28		GC					GC	
	LL368	0,21		GC					GC	
	LL369	0,04		GC					GC	
	LL370	0,85		GC					GC	
	LL371	0,63		GC					GC	
	LL372	0,69		GC					GC	
	LL373	0,31		GC					GC	
	LL374	2,44		GC					GC	
	LL375	0,14		GC					GC	
	LL376	0,17		GC					GC	
	LL377	3,69		GC					GC	
	LL378	0,40		GC					GC	
	LL379	0,43	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL380	0,43		GC					GC	
	LL381	2,55	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL382	3,59	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL383	0,27		GC					GC	
	LL384	0,90	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL385	0,21	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL386	0,23		GC					GC	
	LL387	22,17		GC					GC	
	LL388	0,57		GC					GC	
	LL389	0,51		GC					GC	
	LL390	0,42	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 92 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL391	0,05	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL392	0,04	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL393	0,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL394	15,21		GC					GC	
	LL395	13,14		GC					GC	
	LL396	0,25		GC					GC	
	LL397	0,82		GC					GC	
	LL398	0,25		GC					GC	
	LL399	0,16		GC					GC	
	LL400	2,34		GC					GC	
	LL401	0,19		GC					GC	
	LL402	3,07		GC					GC	
	LL403	2,76		GC					GC	
	LL404	7,16		GC					GC	
	LL404	14,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL405	1,80		GC					GC	
	LL406	2,88		GC					GC	
	LL407	2,97		GC					GC	
	LL408	0,75		GC					GC	
	LL409	1,47		GC					GC	
	LL410	0,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL411	1,91	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL412	0,41	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL413	0,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL414	0,15	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL415	1,21	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL416	0,14		GC					GC	
	LL416	1,20	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL417	0,44	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL418	0,80	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL419	2,36		GC					GC	
	LL420	1,40	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM

Quadro 93 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL421	0,49	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL422	0,78	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL423	4,32		GC					GC	
	LL423	5,03	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL424	8,20		GC					GC	
	LL425	0,21		GC					GC	
	LL426	0,11		GC					GC	
	LL427	1,90		GC					GC	
	LL428	1,75		GC					GC	
	LL429	0,49		GC					GC	
	LL430	0,13	OSM	OSM					OSM	
	LL432	0,23	OSM	OSM					OSM	
	LL433	2,12	OSM	OSM					OSM	
	LL434	2,22	OSM	OSM					OSM	
	LL435	2,45	OSM	OSM					OSM	
	LL436	0,77	OSM	OSM					OSM	
	LL437	1,43	OSM	OSM					OSM	
	LL438	0,69	OSM	OSM					OSM	
	LL439	0,39	OSM	OSM					OSM	
	LL440	0,88	OSM	OSM					OSM	
	LL441	0,34	OSM	OSM					OSM	
	LL442	1,25	OSM	OSM					OSM	
	LL443	0,11	OSM	OSM					OSM	
	LL444	0,55	OSM	OSM					OSM	
	LL445	0,08	OSM	GC					GC	
	LL446	1,97	OSM	GC					GC	
	LL447	0,28	OSM	OSM					OSM	
	LL448	0,52	OSM	OSM					OSM	
	LL449	0,31	OSM	OSM					OSM	
	LL450	0,01	OSM	OSM					OSM	
	LL451	2,00	OSM	OSM					OSM	

Quadro 94 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL453	6,26	OSM	OSM					OSM	
	LL454	4,36	OSM	GC					GC	
	LL455	0,21	OSM	GC					GC	
	LL456	0,13	OSM	GC					GC	
	LL457	0,19	OSM	GC					GC	
	LL457	0,04	OSM	OSM					OSM	
	LL458	0,24	OSM	GC					GC	
	LL459	3,00	OSM	OSM					OSM	
	LL460	1,78	OSM	OSM					OSM	
	LL461	0,85	OSM	OSM					OSM	
	LL462	5,43	OSM	OSM					OSM	
	LL463	2,08	OSM	OSM					OSM	
	LL464	0,58	OSM	OSM					OSM	
	LL465	1,68	OSM	OSM					OSM	
	LL466	1,78	OSM	OSM					OSM	
	LL467	0,20	OSM	GC					GC	
	LL468	0,20	OSM	OSM					OSM	
	LL469	0,65	GC	GC					GC	
	LL470	2,30	OSM	OSM					OSM	
	LL471	0,38	OSM	GC					GC	
	LL472	1,68	OSM	OSM					OSM	
	LL473	0,69		GC					GC	
	LL473	1,79	OSM	OSM					OSM	
	LL474	0,47	OSM	OSM					OSM	
	LL475	0,65	GC	GC					GC	
	LL476	0,06	GC	GC					GC	
	LL477	0,10	OSM	OSM					OSM	
	LL478	0,00	OSM	OSM					OSM	
	LL479	0,42	OSM	OSM					OSM	
	LL480	0,92	OSM	OSM					OSM	
	LL481	0,00	OSM	OSM					OSM	
	LL482	0,21	OSM	OSM					OSM	

Quadro 95 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL483	0,16	OSM	OSM					OSM	
	LL484	0,19	OSM	OSM					OSM	
	LL485	0,14	OSM	OSM					OSM	
	LL486	0,15	OSM	OSM					OSM	
	LL487	0,13	OSM	OSM					OSM	
	LL488	0,06	OSM	GC					GC	
	LL489	0,52	OSM	GC					GC	
	LL490	0,41	OSM	GC					GC	
	LL491	0,11	OSM	OSM					OSM	
	LL492	0,03	OSM	OSM					OSM	
	LL493	0,13	OSM	OSM					OSM	
	LL494	0,02	OSM	OSM					OSM	
	LL495	0,11	OSM	OSM					OSM	
	LL496	0,01	OSM	OSM					OSM	
	LL497	0,10		GC					GC	
	LL498	13,63	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL499	3,76	GC	GC					GC	
	LL500	0,23	OSM	OSM					OSM	
	LL501	1,79	GC	GC					GC	
	LL502	2,50		GC					GC	
	LL503	0,24	GC	GC					GC	
	LL504	0,16		GC					GC	
	LL504	1,07	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL505	0,91	GC	GC					GC	
	LL506	2,13	GC	GC					GC	
	LL507	0,80	GC	GC					GC	
	LL508	0,20		GC					GC	
	LL509	1,07	GC	GC					GC	
	LL510	0,32	GC	GC					GC	
	LL511	1,85	OSM	OSM					OSM	
	LL512	0,11	GC	GC					GC	
	LL513	0,26	GC	GC					GC	

Quadro 96 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Matos	LL514	0,67	GC	GC					GC	
	LL515	0,88	GC	GC					GC	
	LL516	1,46		GC					GC	
	LL517	0,84		GC					GC	
	LL518	0,72	GC	GC					GC	
	LL519	0,17		GC					GC	
	LL520	0,06		GC					GC	
	LL521	0,15		GC					GC	
	LL522	0,08		GC					GC	
	LL523	1,17	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL524	0,76	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	LL525	0,34	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Montado de Azinho	NN1	6,90		PD+ER+CP	PD+ER+CP				LM+PD	
	NN2	0,77		PD+ER+CP	PD+ER+CP				LM+PD	
	NN3	11,09		LM+PD+ER+ADM	LM+PD+ER+ADM				LM+PD	
	NN4	72,51		PD+ER+CP	PD+ER+CP				LM+PD	
	NN5	0,49			LM+PD				LM+PD	
	NN6	36,86			LM+PD				LM+PD	
	NN7	1,14	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Montado de Sobreiro	OO1	1,21	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO2	2,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO3	0,57	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO4	1,69	OSM	OSM	TC				TC+LM+DR+PD+ER	
	OO5	3,43	OSM	OSM	TC				TC+LM+DR+PD+ER	
	OO6	0,32	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO7	0,52	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO8	2,11	LM+PD			TC			LM+PD+TC	
	OO8	0,96	OSM			OSM			OSM	
	OO9	1,49	LM+PD			TC			LM+PD+TC	
	OO10	0,32	LM+PD			TC			LM+PD+TC	
	OO11	1,23	LM+PD			TC			LM+PD+TC	
	OO12	5,20	LM+PD			TC			LM+PD+TC	

Quadro 97 - Calendarização das intervenções (cont.).

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	Anos de Intervenção							
			2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	2032-2036	2037-2039
Montado de Sobreiro	OO12	1,75	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO13	0,21	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO14	0,36	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO15	0,10	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
	OO16	0,38	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM	OSM
Montado Sobreiro e Azinho	PP1	13,19		LM+PD+ER+ADM	TC				TC+LM+PD(Az)+ER+ADM	
Improdutivos	RR	3,59	OSM	OSM					OSM	

4. Bibliografia

Albuquerque, J. P. M. 1954. Carta Ecológica de Portugal. DGSA, Lisboa, Portugal.

Aliança Florestal, Celbi, Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Instituto Superior de Agronomia, Silvicaíma, Unimadeiras. 2007. Planeamento Operacional e Boas Práticas de Exploração Florestal. Projecto AGRO 667. Setúbal, Portugal.

AFN. 2002. Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios. Direcção Geral das Florestas, Lisboa, Portugal.

AFN. 2007. Manual de Procedimentos para a Elaboração de Planos de Gestão Florestal em Matas Nacionais e Perímetros Florestais. Lisboa, Portugal.

AFN. 2009. Estratégia Nacional para as Florestas. <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/6-b-2015-66432466>

ICNF. 2019. NORMAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO FLORESTAL. <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/norm-tecn>

ICNF. 2012. Guia Técnico para elaboração do PMDFCI. <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/Guia-Tecnico-PMDFCI-AFN-Abril2012-v1.pdf/view>

ICNF. 2019. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI). <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/prof-em-vigor>

Alves, A. A., 1988. Técnicas de Produção Florestal, 2ª Edição. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, Portugal. 331 pp.

CAP, Confederação dos Agricultores de Portugal, 2004. Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável, Lisboa, 42 pp.

Diário da República. 2006. Decreto - Lei n.º 124/06 - Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. DR nº 123 Série I de 28/06/2006.

Diário da República. 2008. Decreto - Lei n.º 166/2008 - Estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. DR nº 162 Série I de 22/08/2008.

Diário da República. 2009. Decreto - Lei n.º 73/2009 - Aprova o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional. DR nº 63 Série I de 31/03/2009.



Federação dos Produtores Florestais de Portugal (2001b) Manual de Procedimentos para Aplicação de Indicadores de Gestão Florestal Sustentável. Federação dos Produtores Florestais de Portugal, Lisboa.

FPPF, Federação de Produtores Florestais de Portugal. Manual de Instruções para o Trabalho de Campo, Lisboa, 40 pp. http://www.fppf.pt/downloads/docs/Manual_Campo.pdf (Data de Consulta 04/07/2007).

GTF. 2020. Plano Operacional Municipal de Castelo Branco.

GTF. 2020. Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Castelo Branco.

DGT 2019. Carta Administrativa Oficial de Portugal.

<https://www.dgterritorio.gov.pt/Carta-Administrativa-Oficial-de-Portugal-CAOP2019>

IPMA. 2012. Instituto Português do Mar e da Atmosfera.
<http://www.ipma.pt/resources.www/light/index.html>

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Carta Ecológica.
http://www.iambiente.pt/atlas/dl/download.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_cecologica.

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Carta Litológica.
http://www.iambiente.pt/atlas/dl/download.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_clitologica.

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Humidade média anual do ar.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_humrelativa

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente. 2003. Precipitação média anual.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_prectota

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente. 2003. Temperatura média anual do ar.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_temperatura

Público. 2007. Comunicação Social, S.A. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Árvores e Florestas de Portugal - Proteger a Floresta “Incêndios, pragas e doenças”. Volume 8. Lisboa, Portugal.



ANEXO I - NORMAS DE CARTOGRAFIA DE OCUPAÇÃO DO SOLO



CARTOGRAFIA DE OCUPAÇÃO DO USO DO SOLO

A cartografia de ocupação do solo ao nível da unidade de gestão, é uma ferramenta base que orienta as decisões relativas às intervenções florestais, quer ao nível mais geral do ordenamento do uso do solo, quer ao nível mais concreto do planeamento das intervenções culturais a efectuar. Desta forma a estratificação será baseada em diversos critérios hierarquicamente relacionados ao nível da composição, estrutura, e que esteja sujeita ao mesmo conjunto de práticas de gestão, de aplicação uniforme na respectiva área. Será digitalizada sobre a última cobertura aerofotográfica ortorectificada disponível e complementada com levantamentos efectuados com recurso a GPS (Global Positioning System).

- Nível 1 - Natureza da utilização do solo
- Nível 2 - Ocupação principal e secundária
- Nível 3 - Caracterização adicional das ocupações quando necessário

Será delimitada e classificada qualquer porção de terreno de área igual ou superior a 2500 m² e de largura média igual ou superior a 15 metros. Serão considerados os seguintes estratos:

QUANTO À NATUREZA DA UTILIZAÇÃO DO SOLO (NÍVEL 1)

Agrícola (AG)

Quando a parcela é constituída por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes.

Florestal (FL)

Quando na parcela se apresentem formações arbóreas constituídas por essências florestais, ou formações não arbóreas com a presença dessas espécies atingindo um grau de coberto igual ou superior a 10%. Entende-se por grau de coberto, a razão entre a área da projecção horizontal da copa e a área total da parcela. As áreas de plantações, sementeiras recentes, queimadas e as sujeitas a corte raso, serão igualmente incluídas nesta utilização, independentemente do grau do coberto.

Agro-Florestal (AGFL)

Quando a parcela tem simultaneamente uma utilização agrícola, através da instalação de culturas temporárias ou permanentes e uma utilização florestal. Nestas áreas normalmente desenvolvem-se atividades de pastorícia, sob-coberto, como é o caso do montado.

Incultos (IC)

Terrenos com cobertura vegetal com porte arbustivo, lenhosos ou herbáceas, de origem natural, onde não se verifique uma actividade agrícola ou florestal, podendo resultar de um pousio agrícola, constituir uma pastagem espontânea ou terreno pura e simplesmente abandonado. Incluem-se ainda os terrenos que estando mobilizados para arborização, não estejam ainda semeados ou plantados.

Improdutivos (IP)

Parcelas constituídas por terrenos praticamente estéreis do ponto de vista da produção vegetal

Infra-estruturas (IE)

Nesta classificação englobam-se, rede divisional e rede viária com largura superior a 6 m, pavilhões, área social e outro tipo de infra-estruturas. Em relação a esta utilização do solo não é considerada a dimensão mínima.

Águas (HH)

Cursos de água permanentes com largura média superior a 10 m, barragens e charcas. Em relação a esta utilização do solo não é considerada a dimensão mínima.

QUANTO À OCUPAÇÃO DO SOLO (NÍVEL 2)

O atributo ocupação do solo é definido pela caracterização das ocupações principal e secundária, que se repetirão no caso de uma ocupação única.

Ocupação do solo de natureza agrícola (AG):

- Culturas de sequeiro (CA)
- Culturas de regadio (RG)
- Cultura temporárias (CT)
- Olival (OL)
- Vinha (VI)
- Pomar (PO)
- Prados ou pastagens (PP)
- Horta (HO)
- Outras Superfícies Agrícolas (OSA)

Ocupação do solo de natureza floresta (FL):

- Pinheiro Bravo (PB)
- Pinheiro Manso (PM)
- Sobreiro (SB)
- Carvalhos (CV)
- Carvalho americano (CVA)
- Carvalho negral (CN ou QP)
- Azinheira (AZ)
- Eucalipto (EC)
- Medronheiro (MD)
- Acácia (AC)
- Freixo (FRX)
- Salgueiros (SALG)
- Choupo (CHP)
- Bétula (BT)
- Cerejeira (CRJ)
- Pseudotsugas (PSD)
- Cupressus (CP)
- Pinheiro larício (PL)
- Castanheiro (CST)
- Folhosas ripícolas (FR)
- Outras Folhosas (OF)

- Outras Resinosas (OR)
- Outras quercíneas (OQ)
- Misto de Resinosas e Folhosas (MRF)
- Misto de Folhosas (MF)
- Zambujal / Azinhal (ZB/AZ)

Ocupação do solo de natureza agro-florestal (AGFL):

- Montado de Sobre (MSB)
- Montado de Azinho (MAZ)
- Montado Misto (MAZSB)
- Espaço agro-florestal não arborizado (AFNA)
- Espaço agro-florestal c/ árvores dispersas (AFAD)

Em relação aos povoamentos florestais de porte arbóreo consideram-se duas situações distintas:

- **Povoamentos puros**, quando uma só espécie é responsável por mais de 75% do coberto, neste caso a única espécie presente será quer a ocupação principal quer a ocupação secundária;
- **Povoamentos mistos**, quando, havendo várias espécies em presença, nenhuma atinge os 75% do coberto; neste caso considerar-se-á a espécie dominante responsável pela maior parte do coberto - como a ocupação principal e a espécie dominada como a ocupação secundária.

Ocupação do solo com Infra-estruturas (IE):

- Rede Viária Florestal (RVF)
- Rede Divisional (RD)
- Faixa de Gestão de Combustível (FGC)
- Faixa de Protecção à Linha Água (FPLA)
- Área Social (AS)
- Infra-estruturas de Apoio (IA)
- Infra-estrutura degradada (ID)
- Infra-estrutura de recreio (IR)
- Outras Infra-estruturas (OI)
- Rede Ferroviária (RF)

Ocupação do solo de natureza inculto (IC):

Terreno com cobertura vegetal com porte arbustivo, lenhoso ou herbáceas, de origem natural, onde não se verifique actividade agrícola ou florestal, podendo resultar de um pousio agrícola, constituir uma pastagem espontânea ou terreno simplesmente abandonado.

- Arbustivo baixo ou subarbustivo (MA)
- Pastagens naturais espontâneas (PNAT)
- Área agrícola abandonada (AA)
- Zonas Húmidas (ZH)

Ocupação do solo com superfícies aquáticas (HH):

- Barragem (BR)
- Charca (CH)
- Linha de Água (LA)
- Poço (PC)
- Reservatório (RS)

CARACTERIZAÇÃO ADICIONAL (NÍVEL 3)

Utilização agrícola e incultos

No caso das utilizações agrícola e incultos, a existência de arvoredos dispersos será indicada pelo código da espécie respetiva.

Utilização improdutivo

- Afloramentos rochosos (AFLR)
- Cascalheiras (CASC)
- Areias Fluviais (ARE)

Utilização florestal

No caso da utilização florestal, será necessário classificar os estratos de acordo com o nível de coberto do solo:

Quanto ao grau de coberto:

- Floresta dispersa, 10-30% (20)
- Floresta densa, 30-50% (40)
- Floresta muito densa, >50% (75)
- Sementeiras ou plantações jovens (Jv)
- Fogos (últimos 2 anos) (Fg)
- Regeneração natural (Rn)
- Cortes rasos (Cr)

Nos cortes rasos em povoamentos explorados em talhadia utilizar-se-á o código equivalente a um grau de cobertura equivalente ao povoamento adulto.

Codificação dos estratos

O número de estratos considerado nesta área depende das combinações dos vários níveis de classificação que se encontrarem na prática. Um estrato, constituído por todas as manchas que tenham a mesma classificação, ficará completamente definido por 3 códigos, correspondentes a 8 caracteres alfanuméricos, de modo a ser possível codificar os diversos critérios de classificação acima expostos. Assim:

- Código para a natureza da utilização do solo -2 caracteres
- Código para a ocupação do solo - 4 caracteres (2 para a ocupação principal e 2 para a ocupação secundária)
- Código para a caracterização adicional dos povoamentos florestais -2 caracteres

REDE VIÁRIA

Para além de constituir um elemento básico da estratégia de defesa da floresta contra os incêndios, permite a circulação para o aproveitamento dos recursos naturais existentes.

Será representada por linhas e classificada por categorias, conforme o seu objectivo e assim:

- **REDE Viária Florestal (RVF)** - constituem vias principais e podem ser transitáveis por todo o tipo de viaturas, deveriam ter uma largura da faixa de rodagem de pelo menos 3,5 m e as valetas 0,5 m.
- **Estradões (E)** - constituem vias secundárias, entroncam nos caminhos florestais. São normalmente transitáveis durante todo o ano por veículos todo-o-terreno e em parte do ano por outros veículos

HIDROGRAFIA

Digitalização directa das linhas de água a partir da cartografia militar 1:25.000

LINHAS DE ALTA E MÉDIA TENSÃO

Digitalização directa das linhas de a partir do ortofoto ou carta militar, caso não seja possível faz-se levantamento com GPS.

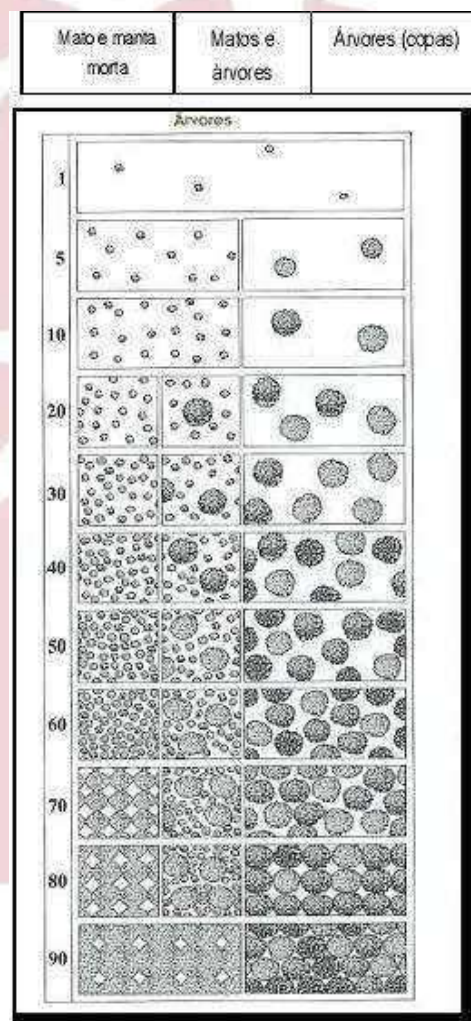
PONTOS DE COTA

Digitalização a partir da cartografia militar 1:25.000, com a respectiva cota e identificação no caso de vértices geodésicos.

OUTROS PONTOS DE INTERESSE

Devido á sua menor dimensão, estes serão representados por pontos (ex. casas isoladas).

PERCENTAGENS DE COBERTO



Percentagens de cobertura, adaptado de Direcção-Geral das Florestas (1999).

ANEXO II - PLANO SECTORIAL REDE NATURA 2000 (ZPE)



Zonas de Protecção Especial

ZPE

TEJO INTERNACIONAL, ERGES E PÔNSUL

CÓDIGO

PTZPE0042

DATA E DIPLOMA DE CLASSIFICAÇÃO

Decreto de Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro de 1999

ÁREA

25 775 ha

CÓDIGOS NUT

PT129 - Beira Interior Sul - 100 %

CONCELHOS ENVOLVIDOS

CONCELHO	ÁREA (ha)	% DO CONCELHO CLASSIFICADO	% DA ZPE NO CONCELHO
Castelo Branco	12192,031	8 %	47 %
Idanha-a-Nova	11300,922	8 %	44 %
Vila Velha de Rodão	968,73	3 %	4 %

RELAÇÕES COM OUTRAS ÁREAS CLASSIFICADAS DE ÂMBITO NACIONAL

Parque Natural do Tejo Internacional (76%) - Diploma de classificação: Decreto Regulamentar n.º 9/2000 de 18 de Agosto

RELAÇÕES COM ÁREAS CLASSIFICADAS DE ÂMBITO INTERNACIONAL

Não se aplica

CARACTERIZAÇÃO

A ZPE é composta essencialmente pelos vales dos rios Tejo Pônsul, Aravil e Erges e seus afluentes, caracterizados por encostas bastante declivosas, cobertas por matagal mediterrânico rico e diverso, com afloramentos rochosos frequentes, dominados pelo xisto e, pontualmente, granito (canhões fluviais de Salvaterra do Extremo e Segura). As áreas adjacentes, mais aplanadas, cobertas por montado de azinho, eucaliptais, terrenos de cultivo maioritariamente tradicional (olival e cereais de sequeiro), pastagens e matos esclerófilos.

Este mosaico de habitats, constituído por áreas semi-naturais pouco intervencionadas, montados com e sem sub-coberto e áreas de uso agro-pecuário extensivo, associado a uma cada vez mais organizada gestão cinegética, possibilitam a existência de populações importantes de aves ameaçadas tipicamente rupícolas e associadas ao bosque mediterrânico.

A área caracteriza-se por albergar uma elevada diversidade de espécies, com especial relevância para aquelas tipicamente rupícolas, que nidificam nas encostas escarpadas do vale do Rio Tejo e afluentes (Cegonha-preta *Ciconia nigra*, Bufo-real *Bubo bubo*, Britango *Neophron percnopterus*, Grifo *Gyps fulvus*, Águia de Bonelli *Hieraaetus fasciatus*, Águia-real *Aquila chrysaetos* e Chasco-preto *Oenanthe leucura*), algumas das espécies típicas do bosque mediterrânico que se contam entre as mais ameaçadas da Europa, como a Águia-imperial *Aquila adalberti* (sendo o único local onde se reproduz em Portugal) e o Abutre-negro *Aegypius monachus* (também com nidificação confirmada recentemente) e ainda para algumas espécies tipicamente estepárias com elevado estatuto de conservação em Portugal, que frequentam as áreas de planalto abertas contíguas às encostas. É o único sítio em Portugal onde ainda se pode encontrar a Ganga *Pterocles alchata*, espécie que se considerava como extinta no país. Esta ZPE suporta o maior efectivo populacional de Cegonha-preta *Ciconia nigra* a nível das ZPE nacionais e uma proporção significativa das grandes águias e dos abutres, sendo o único local do país onde se reproduzem a Águia imperial e a Ganga, ambas provavelmente extintas como reprodutoras há cerca de 3 décadas e que recentemente recolonizaram o nosso país.

Zonas de Protecção Especial

ESPÉCIES ALVO DE ORIENTAÇÕES DE GESTÃO - Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I

CÓDIGO	ESPÉCIE	ESPÉCIE ALVO / CRITÉRIO	ANEXO I
A030	<i>Ciconia nigra</i>	A4i, B1i, B2, C6	Sim
A073	<i>Milvus migrans</i>	C6	Sim
A074	<i>Milvus milvus</i>	C6	Sim
A077	<i>Neophron percnopterus</i>	B2, C6	Sim
A078	<i>Gyps fulvus</i>	B2, C6	Sim
A079	<i>Aegypius monachus</i>	C6	Sim
A080	<i>Circus gallicus</i>	C6	Sim
A091	<i>Aquila chrysaetos</i>	C6	Sim
A405	<i>Aquila adalberti</i>	C6	Sim
A092	<i>Hieraetus pennatus</i>	B2, C6	Sim
A093	<i>Hieraetus fasciatus</i>	B2, C6	Sim
A205	<i>Pterocles alchata</i>	C6	Sim
A215	<i>Bubo bubo</i>	C6	Sim
A225	<i>Caprimulgus ruficollis</i>	A3	
A242	<i>Melanocorypha calandra</i>	C6	Sim
A243	<i>Calandrella brachydactyla</i>	C6	Sim
A279	<i>Oenanthe leucura</i>	B2, C6	Sim
A399	<i>Elanus caeruleus</i>	C6	Sim
	Passeriformes migradores de matos e bosques	A3, C6	

Outras Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I

CÓDIGO	ESPÉCIE	ANEXO I
A031	<i>Ciconia ciconia</i>	Sim
A095	<i>Falco naumanni</i>	Sim
A099	<i>Falco subbuteo</i>	
A113	<i>Coturnix coturnix</i>	
A226	<i>Apus apus</i>	
A227	<i>Apus pallidus</i>	
A229	<i>Alcedo atthis</i>	Sim
A230	<i>Merops apiaster</i>	
A233	<i>Jynx torquilla</i>	
A245	<i>Galerida theklae</i>	Sim
A246	<i>Lullula arborea</i>	Sim
A252	<i>Hirundo daurica</i>	
A257	<i>Anthus pratensis</i>	
A268	<i>Cercotrichas galactotes</i>	
A271	<i>Luscinia megarhynchos</i>	
A278	<i>Oenanthe hispanica</i>	
A285	<i>Turdus philomelos</i>	
A286	<i>Turdus iliacus</i>	
A300	<i>Hippolais polyglotta</i>	
A302	<i>Sylvia undata</i>	Sim
A303	<i>Sylvia conspicillata</i>	
A304	<i>Sylvia cantillans</i>	
A306	<i>Sylvia hortensis</i>	
A322	<i>Ficedula hypoleuca</i>	
A337	<i>Oriolus oriolus</i>	
A341	<i>Lanius senator</i>	
A355	<i>Passer hispaniolensis</i>	
A365	<i>Carduelis spinus</i>	

Zonas de Protecção Especial

PRINCIPAIS USOS E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO COM RESPECTIVAS PERCENTAGENS

Tipo de uso do solo	Área (ha)	Percentagem (%)
Áreas agro/ silvo/ pastoris	5617,592	21,80
Áreas agrícolas arvenses	1304,82	5,06
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas	1693,246	6,57
Matos e Pastagens naturais	3111,951	12,08
Floresta	8152,074	31,64
Zonas húmidas	718,483	2,79
Outros (áreas urbanas e industriais, áreas sem coberto vegetal)	23,558	0,09
Não classificado	12,569	0,05
Sem cartografia	5129,668	19,91

Fonte – COS 90

CARACTERIZAÇÃO AGRO-FLORESTAL

Área da ZPE: 29% Agrícola e 87% Florestal

Uso Agrícola - SAU: 7 564 ha:

Culturas Principais (% da SAU)	OTE Principais (% da SAU)
Past.Permanentes: 69% Forragens/Prados tempor.: 31%	OTE Pecuária: 66% - Espec.Ovinos/Caprinos: 31%; - Herbívoros não especializados: 30%
Olival:8%	OTE Culturas Permanentes:27% - Cult.Perm.Dominantes:18%

- Nº explorações agrícolas: 124
- SAU por exploração: 61 ha
- SAU menos produtiva: 53%;

Uso Florestal- 22 537 ha:

Tipo	% área do Sítio	Composição
Matos	34%	
Espécies	53%	24% Eucalipto; 21% Azinheira; 6% Sobreiro; 2% Carvalho
Regime de Caça Especial	92%	

1. Dinâmicas Socio-económicas

- Dinâmicas Territoriais: 94% da área do Sítio Rural Frágil
- Propensão para o Abandono - % da SAU do Sítio:
 - com Rend.Trabalho < 60% da média da região - 0%
 - com elevado risco de abandono após desligamento total das ajudas – 0%

2. Sistemas dominantes

Nesta área dominam os espaços florestais, constituídos por povoamentos de eucalipto e montados de azinheira e sobreiro, com utilização associada à produção pecuária extensiva.

Em termos de uso agrícola, surgem maioritariamente áreas de sob-coberto de montado, de incultos e de culturas arvenses associadas a pousios prolongados em sistema de rotação. A produção pecuária baseia-se no sistema de exploração em regime extensivo, principalmente de ovinos, o qual representa uma contribuição de cerca de 25% para a MBT média por exploração na zona.

Zonas de Protecção Especial

Em termos de estrutura fundiária é de notar que cerca de 10% das explorações integram a classe de explorações ≥ 100 ha, perfazendo cerca de 80% da S.A.U., ou seja, a maior parte da S.A.U. está incluída em explorações de grande dimensão

3. Programas / Projectos Específicos

3.1 Medidas de Apoio

No quadro das medidas agro-ambientais que integram o programa RURIS, encontra-se em fase de implementação, desde o início de 2005 o Plano Zonal Agro-Ambiental do Parque Natural do Tejo Internacional, o qual disponibiliza apoios específicos a sistemas agro-florestais importantes para a preservação dos valores de conservação.

3.1. Áreas de Regadio

Verifica-se uma pequena sobreposição desta ZPE ao Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova.

3.2. Produtos de Qualidade

Associado a esta área aparece o “Queijo de Castelo Branco” (DOP)

INDICADORES SOCIOECONÓMICOS

Indicador	ZPE	Total Rede <i>natura</i>	Portugal Continental	Unidade	Período
População residente HM	242	329376	10356117	indivíduos	2001
População Presente HM	236	313188	10148259	indivíduos	2001
Densidade populacional	0,94	17,08	113,20	hab/km ²	2001
Taxa de actividade	13,64	38.14	48.20	%	2001
Índice de Poder de Compra	0,61	48.68	96.55	%	2002
Percentagem de população agrícola	15,41	15.93	11.38	%	1999
Taxa de produtores agrícolas singulares com idade entre 25 e 55 anos	23,75	32.88	34.15	%	1999
Taxa de produtores agrícolas singulares com idade superior a 55 anos	76,25	67.12	65.85	%	1999
Percentagem de área agrícola beneficiada pelas medidas agroambientais	3,39	2.10	2.20	%	2001
Percentagem de ocupação da área agrícola	12,40	27,59	35,29	%	1990
Percentagem de ocupação do coberto florestal	45,32	31,27	36,91	%	1990

Fonte – COS 90, INE e MADRP

FACTORES DE AMEAÇA

Os factores de ameaça mais relevantes para as espécies que justificam a classificação da ZPE estão relacionados, por um lado, com a perturbação dos locais de nidificação ou de alimentação das diferentes espécies devido à utilização da barragem e de outros pontos sensíveis como locais para actividades de lazer (navegação a motor, canoagem, pesca, passeios pedestres), actividades agro-silvícolas (abertura, limpeza e caminhos, desmatamentos) e extractivas (extração de inertes), e por outro lado com factores que contribuem para a degradação da qualidade do habitat, nomeadamente o abandono de práticas agrícolas tradicionais, gestão deficiente de algumas zonas de caça condicionada. Por último, salienta-se ainda a persistência de factores que contribuem para a mortalidade não natural de algumas das espécies presentes, nomeadamente o uso indiscriminado de venenos e o abate a tiro.

ORIENTAÇÕES DE GESTÃO

As orientações de gestão para a ZPE Tejo internacional, Erges e Pônsul são dirigidas prioritariamente para a conservação das aves rupícolas, para espécies típicas do bosque mediterrânico muito ameaçadas, nomeadamente a Águia imperial Ibérica e o Abutre-negro e para algumas espécies estepárias, das quais uma que apenas pode ser encontrada nesta ZPE, a Ganga. Neste âmbito deverá ser encarada como fundamental a manutenção da tranquilidade dos locais de nidificação ou alimentação destas espécies, a manutenção e incremento de manchas florestais de montado de sobro e azinho, a manutenção das áreas de matagal mediterrânico e a substituição das áreas de eucaliptal por montados. Em locais específicos, é fundamental assegurar a manutenção do habitat pseudo-estepários. É também essencial a manutenção das práticas agrícolas e pecuárias tradicionais de carácter extensivo e assegurar uma correcta gestão cinegética, visando uma exploração equilibrada de espécies cinegéticas essenciais na cadeia alimentar de muitas destas espécies, o incremento das populações de Coelho-bravo e banir o uso de venenos como meio de controlo de predadores (também utilizado nas explorações pecuárias). Consequentemente, deverão ser implementadas restrições de uso e normas de utilização que salvaguardem a tranquilidade dos locais de nidificação, mas que permitam o usufruto da natureza e da observação das espécies em causa e viabilizados e disponibilizados mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais extensivas e numa correcta gestão cinegética, de modo a assegurar a preservação dos valores da ZPE Tejo Internacional, Erges e Pônsul e promover e desenvolver a competitividade económica e social das actividades que a sustentam.

As orientações de gestão identificadas nesta ficha decorrem da transposição das orientações associadas a um conjunto de espécies consideradas como mais representativas da ZPE "Espécies alvo de orientações de gestão" e que uma vez tidas em conta levarão à conservação não só dessas espécies, mas de todas as espécies de aves de conservação obrigatória nesta área.

Na área do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha-a-Nova, para além das orientações de gestão identificadas, deverão ver-se cumpridas as exigências das boas práticas agrícolas em vigor.

DETALHE DAS ORIENTAÇÕES DE GESTÃO COM REFERÊNCIA AOS VALORES NATURAIS

AGRICULTURA E PASTORÍCIA

Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Calandrella brachydactyla; Caprimulgus ruficollis; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Neophron percnopterus; Pterocles alchata

Assegurar mosaico de habitats

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Calandrella brachydactyla; Caprimulgus ruficollis; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus migrans; Milvus milvus; Neophron percnopterus

Condicionar a intensificação agrícola

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Calandrella brachydactyla; Caprimulgus ruficollis; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Pterocles alchata

Manter olival tradicional existente

Aquila chrysaetos; Hieraaetus fasciatus; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques

Promover cerealicultura extensiva

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Calandrella brachydactyla; Elanus caeruleus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra; Milvus migrans; Milvus milvus; Neophron percnopterus; Pterocles alchata

Zonas de Protecção Especial

Restringir uso de agro-químicos / adoptar técnicas alternativas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Calandrella brachydactyla; Caprimulgus ruficollis; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra; Milvus migrans; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques; Pterocles alchata

Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Caprimulgus ruficollis; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Neophron percnopterus

Manter práticas de pastoreio extensivo

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Calandrella brachydactyla; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Milvus migrans; Milvus milvus; Neophron percnopterus; Pterocles alchata

Adoptar práticas de pastoreio específicas (nas áreas de ocorrência da espécie)

Pterocles alchata

Conservar / recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo

Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Neophron percnopterus; Passeriformes migradores de matos e bosques

SILVICULTURA

Adoptar práticas silvícolas específicas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Caprimulgus ruficollis; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Neophron percnopterus

Tomar medidas que impeçam a florestação (nas áreas abertas de características pseudoestepárias onde as espécies estão presentes)

Melanocorypha calandra; Pterocles alchata

Condicionar a florestação (na área não abrangida pela medida anterior)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Calandrella brachydactyla; Caprimulgus ruficollis; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus milvus; Neophron percnopterus; Oenanthe leucura; Passeriformes migradores de matos e bosques

Conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus migrans; Milvus milvus; Oenanthe leucura; Passeriformes migradores de matos e bosques

Manter / melhorar ou promover manchas de montado aberto (em áreas concretas de acordo com o uso de habitat das espécies)

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Caprimulgus ruficollis; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus migrans; Milvus milvus; Neophron percnopterus; Passeriformes migradores de matos e bosques

Conservar / recuperar vegetação ribeirinha autóctone

Milvus migrans; Milvus milvus

Zonas de Protecção Especial

Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos

Circaetus gallicus; Hieraaetus pennatus; Milvus migrans; Milvus milvus; Passeriformes
migradores de matos e bosques

Promover a regeneração natural

Elanus caeruleus; Hieraaetus pennatus

Reduzir risco de incêndio

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Caprimulgus ruficollis; Ciconia nigra; Circaetus gallicus ;
Hieraaetus fasciatus; Milvus migrans; Oenanthe leucura

Impedir introdução de espécies não autóctones / controlar existentes

Calandrella brachydactyla; Caprimulgus ruficollis; Melanocorypha calandra; Oenanthe leucura;
Passeriformes migradores de matos e bosques; *Pterocles alchata*

Condicionar mobilização do solo

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Gyps fulvus; Hieraaetus
fasciatus; Neophron percnopterus

CONSTRUÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS

Condicionar a construção de infra-estruturas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Calandrella brachydactyla;
Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus
migrans; Milvus milvus; Neophron percnopterus; Pterocles alchata

Condicionar expansão urbano-turística

Calandrella brachydactyla; Ciconia nigra; Hieraaetus pennatus; Melanocorypha calandra

Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Circaetus
gallicus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus migrans; Milvus milvus;
Neophron percnopterus

Restringir construção de barragens em zonas sensíveis

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Gyps fulvus;
Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Neophron percnopterus

Restringir construção de açudes em zonas sensíveis

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Gyps fulvus;
Hieraaetus fasciatus; Neophron percnopterus

Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água

Ciconia nigra

Melhorar transposição de barragens / açudes (para os peixes, fonte de alimento das aves)

Ciconia nigra

ORDENAMENTO CINEGÉTICO

Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Circaetus
gallicus; Elanus caeruleus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus
migrans; Neophron percnopterus; Pterocles alchata

Zonas de Protecção Especial

Estabelecer programa de repovoamento / fomento / reintrodução de presas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus; Milvus milvus; Neophron percnopterus

Criar pontos de água: charcas e bebedouros artificiais

Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus migrans; Milvus milvus; Neophron percnopterus

OUTROS USOS E ACTIVIDADES

Condicionar o acesso

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Milvus milvus; Neophron percnopterus

Condicionar pesca

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Neophron percnopterus

Controlar os níveis de água nas zonas de nidificação

Ciconia nigra

Incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação

Calandrella brachydactyla; Melanocorypha calandra; Milvus migrans; Pterocles alchata; Pterocles alchata

Ordenar actividades de recreio e lazer

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Melanocorypha calandra; Neophron percnopterus

Ordenar / Regularizar a actividade de observação de espécies da fauna

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Milvus migrans; Milvus milvus; Neophron percnopterus

Ordenar acessibilidades

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Neophron percnopterus

Tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos

Aegypius monachus; Ciconia nigra

Regular uso de açudes e charcas

Ciconia nigra; Pterocles alchata

Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados

Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Neophron percnopterus; Oenanthe leucura

Promover áreas de matagal mediterrânico

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Caprimulgus ruficollis; Circaetus gallicus; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Hieraaetus pennatus; Neophron percnopterus; Passeriformes migradores de matos e bosques

Regular dragagens e extracção de inertes

Aquila chrysaetos; Bubo bubo; Ciconia nigra; Gyps fulvus; Neophron percnopterus

Zonas de Protecção Especial

Monitorizar, manter / melhorar qualidade da água

Ciconia nigra

Adquirir / arrendar terrenos

Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Neophron percnopterus; Oenanthe leucura

Reduzir mortalidade acidental (por atropelamento)

Caprimulgus ruficollis

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

Controlar efectivos de animais assilvestrados

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Calandrella brachydactyla; Gyps fulvus; Melanocorypha calandra; Milvus milvus; Neophron percnopterus; Pterocles alchata

Criar / Gerir campos de alimentação de aves necrófagas

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Gyps fulvus; Milvus milvus; Neophron percnopterus

Promover alimentação artificial

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Gyps fulvus; Hieraaetus fasciatus; Neophron percnopterus

Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição inter-específica

Ciconia nigra; Neophron percnopterus; Pterocles alchata

Estabelecer contratos de gestão com proprietários /gestores de terrenos em áreas prioritárias

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus; Milvus milvus; Neophron percnopterus

Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Ciconia nigra; Hieraaetus fasciatus

Estabelecer programa de repovoamento / reintrodução

Aquila adalberti

Tomar medidas que impeçam o corte, a colheita e a captura de espécies

Aegypius monachus; Aquila adalberti; Aquila chrysaetos; Ciconia nigra; Circaetus gallicus; Elanus caeruleus; Hieraaetus fasciatus; Milvus milvus; Passeriformes migradores de matos e bosques

ANEXO III - REGULAMENTO POPNTI



Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de Agosto, tendo os seus limites sido rectificadas pelos Decretos Regulamentares n.ºs 3/2004, de 12 de Fevereiro, e 21/2006, de 27 de Dezembro.

A criação do PNTI justificou-se pela necessidade de promover a conservação de valores de relevante importância biológica no sentido de assegurar condições de reprodução para espécies muito susceptíveis à perturbação como sejam a cegonha-negra, o abutre do Egipto, o grifo, a águia-real, a águia de Bonelli e o bufo-real, entre outras espécies.

O interesse na protecção, conservação e gestão deste território encontra-se demonstrado pela necessidade de assegurar a conservação dos valores naturais que estiveram na origem da classificação desta área como Parque Natural, pelo citado Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de Agosto, e como zona de protecção especial (ZPE), pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro, no âmbito da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Directiva Aves), integrando, nessa medida, a Rede Natura 2000.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2004, de 20 de Março, determinou a elaboração do Plano de Ordenamento do PNTI, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que aprovou o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

A comissão mista de coordenação, da qual fizeram parte os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, bem como os competentes serviços da administração central directa e indirecta que contribuem para assegurar a prossecução dos interesses públicos sectoriais com incidência sobre a área de intervenção do presente plano especial de ordenamento do território, emitiu parecer sobre o Plano de Ordenamento do PNTI, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro emitiu parecer favorável, no que se refere à compatibilização deste Plano com os demais instrumentos de gestão territorial com incidência na área de intervenção.

Foram tidos em conta os resultados da discussão pública, que decorreu entre 13 de Julho e 28 de Agosto de 2007, na versão final do Plano de Ordenamento do PNTI.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (POPNTI), cujo Regulamento e respectivas plantas de síntese e de condicionantes são publicados em anexo à presente resolução, dela fazendo parte integrante.

2 — Determinar que os planos municipais de ordenamento do território que não se conformem com as disposições do POPNTI devem ser objecto de alteração por adaptação, nos termos do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e no prazo constante no n.º 2 do mesmo artigo.

3 — Estabelecer que os originais dos elementos referidos no n.º 1 da presente resolução, bem como os elementos

a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento do POPNTI, ficam disponíveis, para consulta, no Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Presidência do Conselho de Ministros, 10 de Julho de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

REGULAMENTO DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO TEJO INTERNACIONAL**CAPÍTULO I****Disposições gerais****Artigo 1.º****Natureza jurídica e âmbito**

1 — O Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional, abreviadamente designado por POPNTI, tem a natureza jurídica de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, bem como os programas e projectos a realizar na sua área de intervenção.

2 — O POPNTI aplica-se à área identificada na respectiva planta de síntese, adiante designada por área de intervenção, abrangendo parte dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

Artigo 2.º**Objectivos**

1 — O POPNTI estabelece os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na sua área de intervenção com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações aí presentes.

2 — Constituem objectivos gerais do POPNTI:

a) Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correcta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objectivos que presidiram à classificação como parque natural;

b) Corresponder aos imperativos de conservação dos *habitats* naturais da fauna e flora selvagens protegidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro;

c) Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a protecção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das actividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área protegida;

d) Determinar, atendendo aos valores em causa, os estatutos de protecção adequados às diferentes áreas, bem como definir as respectivas prioridades de intervenção.

3 — Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de Agosto, na redacção dada pelos Decretos Regulamentares n.ºs 3/2004, de

12 de Fevereiro, e 21/2006, de 27 de Dezembro, constituem objectivos específicos do POPNTI:

a) Corrigir os processos que possam conduzir à degradação dos valores naturais e paisagísticos em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;

b) Assegurar a participação activa das entidades públicas e privadas e das populações residentes ou que exercem a sua actividade na área do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), de modo a serem atingidos os objectivos de protecção e promoção dos valores naturais nele existentes e o desenvolvimento sustentável da região;

c) Promover a visitação no PNTI, integrando a informação, sensibilização e participação da sociedade civil em geral para a conservação do património natural e cultural em presença, através de actividades lúdicas, de recreio e lazer, e que proporcionem o envolvimento da população local e a melhoria da sua qualidade de vida;

d) Promover e divulgar o turismo de natureza;

e) Promover a investigação científica e o conhecimento dos ecossistemas presentes, bem como a monitorização dos seus *habitats* naturais e das populações das espécies da flora e da fauna, contribuindo para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico;

f) Promover a educação ambiental, divulgação e conhecimento dos valores naturais e sócio-culturais, contribuindo assim para o reconhecimento do valor do PNTI e sensibilizando para a necessidade da sua protecção, especialmente entre os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região;

g) Assegurar a informação, sensibilização e formação, em particular das populações locais, com vista à participação da sociedade civil na gestão dos valores naturais em presença e no desenvolvimento sustentável da região;

h) Concertar com as autoridades espanholas as medidas de conservação e gestão dos valores naturais.

4 — Os objectivos do correcto ordenamento do PNTI devem ser atingidos através da concretização das medidas expressas no programa de execução que acompanha este plano de ordenamento.

Artigo 3.º

Conteúdo documental

1 — O POPNTI é constituído por:

a) Regulamento;

b) Planta de síntese, à escala de 1:25 000.

2 — O POPNTI é acompanhado por:

a) Planta de condicionantes, à escala de 1:25 000;

b) Planta da situação existente;

c) Relatório;

d) Planta de enquadramento;

e) Programa de execução;

f) Estudos de caracterização;

g) Elementos gráficos;

h) Participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação.

Artigo 4.º

Definições

Sem prejuízo das definições constantes de diplomas em vigor, para efeitos de aplicação do presente Regulamento são adoptadas as seguintes definições:

a) «Acção de conservação da natureza», acção que visa a manutenção ou a recuperação do estado de conservação

favorável de *habitats* naturais e espécies da flora e da fauna selvagens;

b) «Actividade cinegética», todos os actos que visam capturar, vivo ou morto, qualquer espécime da fauna cinegética que se encontre em liberdade no meio natural, nomeadamente a procura, a espera, a perseguição e a recolha de caça abatida;

c) «Arborização», plantação ou sementeira de espécies florestais com potencial arbóreo para funções de produção, protecção, conservação, recreio e enquadramento paisagístico;

d) «Área bruta de construção», valor numérico, expresso em metros quadrados (m²), resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores incluindo comunicações verticais (nomeadamente escadas, rampas e caixas de elevadores) e alpendres e excluindo os espaços livres de uso público cobertos pelas edificações, zonas de sótãos sem pé-direito regulamentar, terraços descobertos e estacionamentos e serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios;

e) «Arraiais», conjunto próximo e inter-relacionado de espaços e edificações residenciais, agrícolas, pecuárias e de apoio àquelas actividades, que se constituem como assento de laboura;

f) «Cércea», dimensão vertical da construção, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço, incluindo andares recuados, mas excluindo acessórios: chaminés, casa de máquinas de ascensores, depósitos de água, etc.;

g) «Competições desportivas», actividades de natureza desportiva quando exercidas em regime de competição e devidamente enquadradas pelas respectivas estruturas associativas ou federativas;

h) «Construção preexistente», edificação legal cujo estado de conservação permita identificar claramente as respectivas características, designadamente tipologia, linha arquitectónica, área e volumetria;

i) «Introdução», disseminação ou libertação, por acção humana, intencional ou accidental, de espécimes da flora ou da fauna, incluindo gâmetas, sementes, ovos, propágulos ou qualquer porção que possa sobreviver ou reproduzir-se, fora da área natural de distribuição, passada ou presente, da respectiva espécie, subespécie ou taxon inferior;

j) «Navegação», acto de navegar em que se percorrem rios e respectivas albufeiras com embarcações com ou sem motor, para fins de recreio ou profissionais;

l) «Pavilhão de caça», infra-estrutura de apoio aos caçadores no exercício da caça;

m) «Pontão, ancoradouro e embarcadouro», plataformas flutuantes (ou fixas) para acostagem e acesso às embarcações, normalmente incluindo passadiço de ligação à margem;

n) «Renaturalização», acção destinada a repor as condições naturais de determinada área, consistindo em soluções específicas para cada situação a determinar com base no controlo das acessibilidades, descompactação do solo e plantação de espécies vegetais características das formações autóctones;

o) «Repovoamento», reforço da população de uma espécie da flora ou da fauna, através da disseminação ou libertação de um ou mais espécimes;

p) «Requalificação», acção que visa a melhoria de imagem ou desempenho de um espaço degradado ou desqualificado;

q) «Turismo de natureza», produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais;

r) «Utilização actual do solo», propósito económico ou social para o qual a terra é utilizada, designadamente florestal ou agrícola.

Artigo 5.º

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

1 — Na área de intervenção do POPNTI aplicam-se todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor, nomeadamente as decorrentes dos seguintes regimes jurídicos:

- a) Reserva Ecológica Nacional;
- b) Reserva Agrícola Nacional;
- c) Povoamentos de sobreiro e azinheira e seus exemplares isolados;
- d) Restrições às alterações de uso do solo em terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios;
- e) Domínio hídrico:
 - i) Cursos de água, com seus leitos e margens;
 - ii) Albufeira de Monte Fidalgo, incluindo leito e margem;
- f) Zona reservada da albufeira de Monte Fidalgo;
- g) Protecção a vias de transportes e comunicações:
 - i) Estrada municipal;
 - ii) Estrada regional;
- h) Património arqueológico;
- i) Linhas eléctricas de média tensão existentes;
- j) Captação de água/nascente;
- l) Outras condicionantes:
 - i) Marco geodésico;
 - ii) Incultos.

2 — As áreas abrangidas pelas servidões administrativas e restrições de utilidade pública referidas no número anterior, bem como as áreas integradas na zona de protecção especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul e na zona terrestre de protecção da albufeira de Monte Fidalgo, encontram-se representadas na planta de condicionantes, com excepção das áreas referidas nas alíneas c) e e) do número anterior, sendo que no caso da alínea d) apenas no que respeita às margens.

3 — Nas áreas objecto de servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, os usos e construções que vierem a merecer parecer favorável das entidades competentes, nos termos da legislação aplicável, não dispensam o cumprimento obrigatório das regras constantes do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Albufeira de Monte Fidalgo

1 — O ordenamento da albufeira classificada e respectiva zona terrestre de protecção é efectuado através de plano de ordenamento de albufeira de águas públicas.

2 — O regime que venha a ser definido no plano referido no número anterior deve atender ao disposto no presente

Regulamento, reflectindo a especificidade decorrente dos objectivos da protecção e valorização dos recursos naturais em presença com especial incidência para os recursos hídricos nas suas componentes qualidade e quantidade.

Artigo 7.º

Património arqueológico

1 — O aparecimento de vestígios arqueológicos durante quaisquer trabalhos ou obras em qualquer zona da área de intervenção do POPNTI, obriga à imediata suspensão dos mesmos e à sua imediata comunicação à entidade que tutela o bem cultural e às demais autoridades competentes, em conformidade com as disposições legais em vigor.

2 — Nos locais classificados como sítios arqueológicos, quaisquer trabalhos ou obras que impliquem revolvimento e ou movimentação de terras ficam condicionados à realização de trabalhos de caracterização arqueológica prévia e acompanhamento arqueológico, devidamente autorizados nos termos da legislação em vigor, devendo ser definidas as medidas de salvaguarda adequadas a cada caso, ao abrigo da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Disposições comuns

Artigo 8.º

Ações e actividades a promover

Na área de intervenção do POPNTI, constituem acções e actividades a promover:

a) A manutenção e a recuperação do estado de conservação favorável dos *habitats* naturais e espécies características do PNTI, através da execução de medidas e acções adequadas de planeamento e gestão do território;

b) A conservação e a recuperação populacional de espécies de aves listadas no anexo A-1 do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, correspondendo assim aos imperativos de conservação decorrentes da inclusão do território do PNTI na zona de protecção especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro, bem como de outras espécies com estatuto de ameaça que aí ocorrem;

c) A valorização e a requalificação da paisagem;

d) A adequação da utilização do solo ao regime de protecção definido pelo presente Regulamento, promovendo os sistemas e práticas de exploração agrícola, pecuária e florestal consentâneas com os objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade;

e) A requalificação das áreas onde as utilizações actuais do solo contribuem para a degradação dos recursos e valores naturais, nomeadamente os eucaliptais explorados e abandonados, compatibilizando a sua utilização com os objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade;

f) A gestão activa da floresta que potencie o seu uso múltiplo e a redução do risco de incêndio através de medidas preventivas compatíveis com a conservação dos valores naturais;

g) A valorização dos recursos cinegéticos e aquícolas, compatibilizando a sua exploração com os objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade;

h) A promoção de acções de informação e formação com os intervenientes no território, criando condições para o desenvolvimento de uma gestão participada;

i) O apoio e o fomento do desenvolvimento sustentável através da promoção dos produtos tradicionais de base regional e do desenvolvimento de actividades turísticas que respeitem e promovam os valores naturais da região;

j) O turismo de natureza que potencie a correcta fruição dos valores locais do PNIT;

l) O apoio à definição, divulgação, sinalização e gestão de percursos;

m) A educação ambiental e o reconhecimento dos valores naturais e do património cultural construído, bem como a fruição de valores locais como a paisagem, a gastronomia e o artesanato;

n) O apoio às acções de conservação e reconstrução do património construído, compatibilizando a sua exploração com os objectivos de conservação da natureza;

o) O desenvolvimento e a promoção de trabalhos de investigação e monitorização dos valores naturais, de forma a obter permanentemente informação científica e técnica que permita o planeamento e gestão adaptativa do território;

p) A correcta articulação e cooperação transfronteiriça na exploração sustentável e na conservação e gestão dos recursos e valores naturais;

q) As acções de vigilância e fiscalização.

Artigo 9.º

Actos e actividades interditos

Na área de intervenção do POPNTI, para além daqueles cuja interdição decorre de legislação específica e sem prejuízo das disposições específicas previstas para as áreas sujeitas a regimes de protecção, são interditos os seguintes actos e actividades:

a) A introdução de espécies não indígenas, com as excepções previstas na legislação específica aplicável, e a utilização na actividade cinegética de espécies não indígenas;

b) A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de protecção legal, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, bem como a perturbação ou a destruição dos seus *habitats*, com excepção das acções de âmbito científico e de gestão levadas a efeito ou devidamente autorizadas pelo ICNB, I. P.;

c) O exercício da actividade cinegética em regime não ordenado;

d) A descarga de excedentes de pesticidas ou de caldas de pesticidas e de águas de lavagem com uso de detergentes, nos cursos e planos de água, no solo ou no subsolo;

e) O vazamento de entulhos, detritos, lixos, materiais de construção, areias e outros resíduos sólidos e a instalação de depósitos de sucatas, ferro-velho e veículos;

f) As competições desportivas de veículos motorizados terrestres fora das estradas asfaltadas, bem como o esquí aquático e a circulação de motos de água ou similares;

g) A circulação de quaisquer veículos, motorizados e não motorizados, fora das estradas e caminhos existentes, com excepção dos tractores e máquinas agrícolas e veículos de carga, quando ao serviço de explorações agrícolas, pecuárias ou florestais sitas na área do Parque Natural do Tejo Internacional ou em situações de combate a incêndios florestais;

h) O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de vigilância ou combate a incêndios e operações de salvamento;

i) A instalação de estabelecimentos industriais dos tipos 1 e 2;

j) A prospecção, pesquisa, corte, extracção e exploração de massas minerais e inertes;

l) A plantação de novos povoamentos de eucalipto;

m) A instalação de parques eólicos;

n) Qualquer edificação na zona reservada da albufeira de Monte Fidalgo, excepto as infra-estruturas de apoio à utilização da albufeira;

o) O lançamento de foguetes ou balões com mecha acesa, bem como outras actividades pirotécnicas.

Artigo 10.º

Actos e actividades condicionados

1 — Sem prejuízo dos pareceres, autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como das disposições específicas previstas para as áreas sujeitas a regimes de protecção, ficam sujeitos a parecer vinculativo do ICNB, I. P., os seguintes actos e actividades:

a) Quaisquer obras de construção, reconstrução e ampliação;

b) A instalação de infra-estruturas eléctricas e telefónicas aéreas, de infra-estruturas subterrâneas de telecomunicações, de gás natural, de saneamento básico, bem como o aproveitamento de energias renováveis com excepção do disposto na alínea m) do artigo anterior;

c) A instalação de novas actividades pecuárias, em regime de estabulação, de semiestabulação e com intensidades de pastoreio superiores a duas cabeças normais por hectare;

d) A arborização, o adensamento e a reconversão de povoamentos florestais;

e) A realização de provas de pesca desportiva e a actividade de pesca turística;

f) A instalação de estabelecimentos aquícolas;

g) A abertura de novas estradas, caminhos, acessos ou aceiros, bem como o alargamento ou beneficiação de vias existentes, com excepção das obras de conservação periódicas e correntes que não impliquem alteração da plataforma da estrada nas estradas regionais e estradas municipais;

h) As utilizações dos recursos hídricos, incluindo a navegação;

i) Os planos de gestão e exploração da pesca;

j) As obras e intervenções de recuperação ou alteração da rede de drenagem natural e de regularização de cursos de água;

l) A prospecção, pesquisa e exploração de recursos geológicos, com excepção dos referidos na alínea j) do artigo anterior.

2 — Sem prejuízo dos pareceres, autorizações ou das aprovações legalmente exigíveis, bem como das disposições específicas previstas para as áreas sujeitas a regimes de protecção, ficam sujeitos a autorização do ICNB, I. P., os seguintes actos e actividades:

a) O corte de vegetação ripícola com porte arbóreo ou arbustivo, excepto quando estiverem em causa razões fitossanitárias devidamente comprovadas pela entidade competente na matéria;

b) Os passeios organizados que envolvam mais de 10 veículos motorizados quando realizados em caminhos não asfaltados;

c) As obras de escassa relevância urbanística identificadas nas alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 6.º-A do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE);

d) As alterações da utilização actual do solo que abranjam áreas contínuas superiores a 5 ha, considerando-se contínuas as parcelas que distem entre si menos de 500 m;

e) A instalação de actividades agrícolas não tradicionais na área do Parque Natural do Tejo Internacional, designadamente regadios, estufas e estufins;

f) As intervenções no património vernáculo edificado, designadamente estruturas para retenção e distribuição de água, tais como tanques de rega, chafarizes, levadas e açudes, e muros de pedra;

g) A destruição de sebes vivas dos campos agrícolas e a instalação de vedações;

h) A instalação de tendas, caravanas e outros abrigos de campismo;

i) A colheita de cogumelos para fins comerciais;

j) A fotografia ou filmagem profissional para fins comerciais ou publicitários em espaços públicos;

l) A realização de competições desportivas, espectáculos, festas populares, feiras e mercados;

m) A recolha de espécimes ou amostras zoológicas, botânicas ou geológicas, com fins científicos, bem como a instalação de equipamento de recolha de dados ambientais.

3 — A realização das obras de escassa relevância urbanística identificadas nas alíneas a), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 6.º-A do RJUE fica sujeita a comunicação prévia obrigatória ao ICNB, I. P.

4 — A comunicação prévia referida no número anterior pode ser rejeitada pelo ICNB, I. P., no prazo previsto no n.º 3 do artigo 40.º do presente Regulamento, equivalendo a falta de notificação da rejeição, no prazo referido, à admissão da comunicação prévia, podendo o interessado dar início às obras.

5 — Exceptuam-se do disposto nos n.ºs 1 e 2 as operações florestais conformes com plano de gestão florestal eficaz, nos casos em que, no âmbito da aprovação daquele plano, o ICNB, I. P., tenha emitido parecer favorável.

6 — O ICNB, I. P., pode fazer depender de uma análise de incidências ambientais a emissão de autorização ou parecer para a prática dos actos e actividades indicados nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo e nos artigos 14.º, 16.º, 18.º, 20.º e 22.º

CAPÍTULO III

Áreas sujeitas a regimes de protecção

SECÇÃO I

Âmbito e tipologias

Artigo 11.º

Âmbito

1 — A área de intervenção do POPNTI integra áreas prioritárias para a conservação da natureza, sujeitas a diferentes níveis de protecção e de uso.

2 — O nível de protecção de cada área é definido de acordo com a importância dos valores biofísicos presentes e a respectiva sensibilidade ecológica, estando a sua delimitação expressa na planta de síntese.

Artigo 12.º

Tipologias

Na área de intervenção do POPNTI encontram-se identificadas as seguintes tipologias sujeitas a regime de protecção:

a) Áreas de protecção total;

b) Áreas de protecção parcial:

i) Áreas de protecção parcial do tipo I;

ii) Áreas de protecção parcial do tipo II;

c) Áreas de protecção complementar:

i) Áreas de protecção complementar do tipo I;

ii) Áreas de protecção complementar do tipo II.

SECÇÃO II

Zonamento

SUBSECÇÃO I

Áreas de protecção total

Artigo 13.º

Âmbito e objectivos

1 — As áreas de protecção total compreendem as zonas onde predominam sistemas de valores naturais e paisagísticos de reconhecido valor e interesse, incluindo formações geológicas, paisagísticas e ecológicas, com elevado grau de naturalidade, que assumem, no seu conjunto, um carácter excepcional com elevada sensibilidade ecológica.

2 — As áreas de protecção total integram áreas de nidificação e de repouso essenciais para diversas espécies de aves de conservação prioritária e espécies raras da flora.

3 — As áreas de protecção total têm como objectivos:

a) Garantir a manutenção dos elementos e dos processos naturais em estado tendencialmente imperturbável;

b) Preservar amostras ecologicamente representativas num estado dinâmico e evolutivo.

Artigo 14.º

Disposições específicas das áreas de protecção total

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º e salvo o disposto no n.º 4 do presente artigo, nas áreas de protecção total a presença humana só é permitida:

a) Por razões de investigação científica;

b) Para monitorização ambiental e para realização de acções de salvaguarda e gestão da área e dos interesses de conservação que levaram à sua classificação;

c) Nos casos de vigilância e fiscalização pelas entidades competentes;

d) Em situações de risco ou calamidade;

e) Aos proprietários ou aos seus mandatários ou comissários;

f) Em casos excepcionais de visita devidamente justificados.

2 — Nos casos referidos nas alíneas *a)*, *b)* e *f)* do número anterior, a presença humana está sujeita a autorização prévia do ICNB, I. P.

3 — Nas áreas de protecção total é interdita a edificação, a actividade cinegética, salvo a recolha de caça abatida, e a apicultura.

4 — Nas áreas referidas no número anterior deve manter-se a cobertura do solo por matagais e bosques mediterrânicos naturais, sendo permitidos os usos florestais, agrícolas e pecuários existentes à data de publicação do presente Regulamento que respeitem a legislação em vigor, até à concretização de acordos a estabelecer entre as partes interessadas ou à aquisição dos terrenos.

5 — Em caso de perda ou destruição, por alguma forma, dos valores que levaram à classificação de uma zona como área de protecção total, a mesma não perde essa classificação e as entidades que causaram essa perda ou destruição devem desenvolver, em articulação com o ICNB, I. P., todas as acções necessárias para assegurar a reposição das condições preexistentes.

SUBSECÇÃO II

Áreas de protecção parcial

DIVISÃO I

Áreas de protecção parcial do tipo I

Artigo 15.º

Âmbito e objectivos

1 — As áreas de protecção parcial do tipo I compreendem as zonas que contêm valores naturais e paisagísticos cujo significado e importância, do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade, se assumem no seu conjunto como relevantes ou, tratando-se de valores excepcionais, apresentam uma sensibilidade moderada.

2 — Estas áreas servem de tampão às áreas mais críticas em termos de conservação da natureza, integrando também zonas de tamujal e zambujal bem conservados, e de matagal mediterrânico.

3 — Estas áreas destinam-se a contribuir para a manutenção dos valores naturais e paisagísticos, sendo permitidas utilizações do solo e dos recursos hídricos compatíveis com a conservação desses valores.

4 — Na zona fluvial, este nível de protecção aplica-se a troços de rio onde é essencial manter níveis reduzidos de perturbação humana devido à nidificação de aves rupícolas muito sensíveis e à importância que assumem para a conservação e gestão das comunidades de peixes dulciaquícolas existentes.

Artigo 16.º

Disposições específicas das áreas de protecção parcial do tipo I

1 — Nas áreas de protecção parcial do tipo I devem manter-se os usos agrícolas, florestais e pecuários do solo existentes à data da publicação deste Regulamento que respeitem a legislação em vigor, sendo eventuais alterações, desde que compatíveis com a manutenção ou recuperação do estado de conservação dos valores naturais presentes, permitidas a título excepcional e sujeitas a autorização do ICNB, I. P.

2 — A apicultura, bem como quaisquer operações florestais, incluindo a limpeza de matos, a abertura de

aceiros ou o arranjo de caminhos, estão sujeitas a autorização do ICNB, I. P., sendo aplicável às operações florestais o disposto no n.º 5 do artigo 10.º do presente Regulamento.

3 — É permitida a pesca a partir das margens, com excepção dos locais assinalados na planta de síntese como interditos a esta actividade, nos quais serão criadas zonas de protecção ao abrigo da legislação da pesca nas águas interiores.

4 — Nestas áreas é interdita a edificação, com excepção das obras de conservação.

5 — Nas águas interiores incluídas neste nível de protecção a navegação é interdita, com excepção das seguintes situações:

a) Investigação e divulgação científica;

b) Monitorização ambiental e realização de acções de conservação da natureza e de salvaguarda dos interesses que levaram à classificação do PNTI;

c) Vigilância e fiscalização pelas entidades competentes;

d) Recolha de espécimes de caça maior abatidos;

e) Em situações de risco ou calamidade.

6 — Nos casos referidos nas alíneas *a)*, *b)* e *d)* do número anterior, a navegação está sujeita a parecer vinculativo do ICNB, I. P.

DIVISÃO II

Áreas de protecção parcial do tipo II

Artigo 17.º

Âmbito e objectivos

1 — As áreas de protecção parcial do tipo II compreendem as zonas que contêm valores naturais e paisagísticos relevantes e de sensibilidade moderada, incluindo as que constituem enquadramento ou transição para as áreas de protecção total e de protecção parcial do tipo I, nomeadamente aquelas cuja importância para a conservação das espécies da flora e da fauna e dos *habitats* naturais depende da manutenção de usos agrícolas e agro-florestais.

2 — As áreas de protecção parcial do tipo II integram:

a) As áreas florestais e agro-florestais dominadas pelo sobreiro e pela azinheira e as áreas críticas para a conservação de aves estepárias onde a agricultura de sequeiro, a gestão cinegética e a pastorícia permitem manter os *habitats* naturais herbáceos;

b) Os troços fluviais de sensibilidade moderada.

3 — As áreas de protecção parcial do tipo II destinam-se a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos e dos usos e actividades a eles associados.

Artigo 18.º

Disposições específicas das áreas de protecção parcial do tipo II

1 — Nas áreas de protecção parcial do tipo II devem manter-se os usos agrícolas, florestais e pecuários do solo existentes à data da publicação deste Regulamento que respeitem a legislação em vigor, sendo eventuais alterações, desde que compatíveis com a manutenção ou recuperação do estado de conservação dos valores naturais presentes,

permitidas a título excepcional e sujeitas a autorização do ICNB, I. P.

2 — Nestas áreas é interdita a edificação, com excepção dos arraiais existentes, nos termos previstos nos artigos 25.º e 33.º, e das estruturas de apoio agro-pecuário, sendo contudo permitidas obras de conservação e reconstrução nas restantes edificações dispersas e existentes.

3 — Nas zonas indicadas na planta de síntese são interditas quaisquer acções de arborização, independentemente das espécies utilizadas, de forma a manter os *habitats* naturais herbáceos.

4 — Nas águas interiores abrangidas por este regime de protecção é permitida a pesca a partir das margens, com excepção dos locais assinalados na planta de síntese como interditos a esta actividade.

5 — Nas águas interiores incluídas neste nível de protecção a navegação é interdita, com excepção das seguintes situações:

- a) Investigação e divulgação científica;
- b) Monitorização ambiental e realização de acções de conservação da natureza e de salvaguarda dos interesses que levaram à classificação da área;
- c) Vigilância e fiscalização pelas entidades competentes;
- d) Recolha de espécimes de caça maior abatidos;
- e) Situações de risco ou calamidade;
- f) Controlo de espécies exóticas;
- g) Actividade marítimo-turística entre 1 de Agosto e 1 de Janeiro;
- h) Pesca profissional entre 1 de Agosto e 1 de Janeiro, nos termos e condições estabelecidos no presente Regulamento e em regulamentação específica.

6 — Nos casos referidos nas alíneas a), b), d), f), g) e h) do número anterior, a navegação está sujeita a parecer vinculativo do ICNB, I. P.

SUBSECÇÃO III

Áreas de protecção complementar

DIVISÃO I

Áreas de protecção complementar do tipo I

Artigo 19.º

Âmbito e objectivos

1 — As áreas de protecção complementar do tipo I compreendem as zonas que estabelecem o enquadramento, transição ou minimização de impactes relativamente a áreas de protecção total ou parcial, incluindo elementos naturais e paisagísticos relevantes e com um elevado potencial de valorização mediante o desenvolvimento de acções de gestão adequadas.

2 — Este nível de protecção engloba áreas com interesse agrícola e agro-silvo-pastoril que, embora sejam *habitats* essenciais para a alimentação de espécies prioritárias da fauna, pela sua sensibilidade ecológica não se justifica incluir noutros níveis de protecção.

3 — O objectivo destas áreas é compatibilizar as intervenções humanas com os valores naturais e paisagísticos e minimizar os impactes relativamente às áreas de protecção total e parcial.

Artigo 20.º

Disposições específicas das áreas de protecção complementar do tipo I

1 — Para além do disposto no artigo 10.º, nas áreas de protecção complementar do tipo I ficam ainda sujeitos a parecer vinculativo do ICNB, I. P., os seguintes actos e actividades:

- a) A instalação de novos estabelecimentos industriais do tipo 3;
- b) As alterações e ampliações de estabelecimentos industriais existentes, independentemente da sua tipologia;
- c) As obras de construção, reconstrução, conservação e ampliação, quando associadas às actividades de agricultura, pastorícia e apicultura e no âmbito do plano de pormenor previsto no n.º 1 do artigo 26.º;
- d) As obras de reconstrução, conservação e ampliação de edificações, nas seguintes situações:
 - i) Habitação própria;
 - ii) Turismo de natureza;
 - iii) Pavilhões de caça;
- e) As obras de construção, reconstrução, conservação ou ampliação das infra-estruturas de apoio à utilização da albufeira, entendidas estas como estruturas de natureza amovível ou desmontável, nomeadamente pontões, ancoradouros e embarcadouros, devidamente identificados na planta síntese.

2 — Relativamente às obras referidas nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea d) do número anterior, a emissão de parecer favorável pelo ICNB, I. P., depende da observação dos seguintes critérios:

- a) As edificações devem integrar-se na envolvente natural e ser construídas em compatibilidade com os valores paisagísticos, ecológicos e culturais em presença;
- b) Área bruta de construção máxima:
 - i) Edifício residencial — 200 m²;
 - ii) Projectos de turismo de natureza — 500 m²;
 - iii) Pavilhões de caça — 300 m²;
 - iv) A cêrcea máxima dos edifícios, com excepção de silos, depósitos de água ou instalações especiais devidamente justificadas é de 6,5 m, medidos à platibanda ou beirado;

c) Excluem-se dos valores atrás indicados as obras de reconstrução que incidam sobre edificação com área bruta de construção já superior.

3 — Nas águas interiores incluídas neste nível de protecção, no período entre 15 de Fevereiro e 31 de Julho, é interdita a navegação com e sem motor, de recreio e marítimo-turística, bem como a pesca lúdica ou profissional.

4 — No período referido no número anterior, constituem excepções à interdição de navegação, as acções enquadradas em:

- a) Investigação e divulgação científica;
- b) Monitorização ambiental e realização de acções de conservação da natureza e de salvaguarda dos interesses que levaram à classificação da área;

- c) Vigilância e fiscalização pelas entidades competentes;
- d) Recolha de animais em montarias;
- e) Situações de risco ou calamidade.

5 — Nos casos referidos nas alíneas a), b) e d) do número anterior, a navegação está sujeita a parecer vinculativo do ICNB, I. P.

DIVISÃO II

Áreas de protecção complementar do tipo II

Artigo 21.º

Âmbito e objectivos

1 — As áreas de protecção complementar do tipo II compreendem zonas que apresentam situações de marcada degradação ambiental mas cuja recuperação é necessária devido a estabelecerem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactes relativamente a áreas de protecção total, parcial ou complementar do tipo I, podendo também apresentar localmente alguns elementos naturais e paisagísticos relevantes.

2 — Este nível de protecção corresponde a áreas de eucaliptal e pinhal, explorado ou abandonado, necessitando de uma gestão no sentido da sua recuperação.

3 — O objectivo principal destas áreas é a recuperação ambiental para que lhes seja possível cumprirem funções de conservação dos valores naturais e paisagísticos e de amortecimento de impactes relativamente às áreas incluídas nos níveis de protecção anteriormente referidos.

Artigo 22.º

Disposições específicas das áreas de protecção complementar do tipo II

1 — As áreas de protecção complementar do tipo II devem ser alvo de projecto específico a elaborar pelo ICNB, I. P., em colaboração com a Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e os respectivos proprietários no prazo máximo de três anos, visando a compatibilização dos objectivos da produção florestal com os objectivos da conservação da natureza e da biodiversidade, nos termos do disposto no artigo 24.º

2 — Até à elaboração e implementação no terreno do projecto referido no número anterior é interdita a edificação nestas áreas, com excepção das obras de conservação nas construções preexistentes.

3 — Após a implementação do projecto específico referido no n.º 1, a edificabilidade nestas áreas deve obedecer ao disposto nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 20.º

4 — Nestas áreas são permitidas as operações florestais necessárias à exploração dos povoamentos existentes, incluindo a realização de cortes, desbastes e limpeza, ficando sujeitas a autorização do ICNB, I. P., as operações florestais que envolvam:

- a) Os cortes, desbastes e limpezas a menos de 500 m das áreas incluídas no regime de protecção total;
- b) A abertura de novos acessos e aceiros;
- c) A reconversão dos povoamentos existentes, incluindo a rearboreização com outras espécies arbóreas.

CAPÍTULO IV

Áreas de intervenção específica

Artigo 23.º

Âmbito e tipologias

1 — As áreas de intervenção específica compreendem espaços com elevado interesse, real ou potencial, para a conservação do património natural e cultural, que devido a fortes acções antrópicas a que são sujeitas necessitam de medidas específicas de protecção, recuperação, reconversão ou reabilitação.

2 — As áreas de intervenção específica integram as seguintes tipologias:

a) Área de intervenção específica para a conservação da natureza e da biodiversidade:

i) Área de intervenção específica do eucaliptal e pinhal;

b) Áreas de intervenção específica para a valorização do património natural e cultural:

i) Arraiais;

ii) Área de intervenção específica do Ponsul.

Artigo 24.º

Área de intervenção específica do eucaliptal e pinhal

1 — Esta área de intervenção específica corresponde a espaços ambientalmente degradados devido à sua ocupação por eucaliptal e por manchas mistas de eucaliptal e pinhal.

2 — O objectivo principal desta área de intervenção específica é encontrar formas de gestão florestal que permitam aumentar o seu valor natural e paisagístico.

3 — Sem prejuízo dos aspectos técnicos que devem ser ponderados em cada caso, a intervenção específica deve preferencialmente ser feita através das seguintes acções:

a) Reconversão de áreas de eucaliptal, nomeadamente dos eucaliptais abandonados, degradados ou de baixa produtividade, onde se encontrar uma exploração florestal alternativa, preferencialmente baseada em espécies autóctones;

b) Diversificação estrutural dos povoamentos de eucalipto que vierem a ser mantidos, com criação de descontinuidades nas manchas, com intercalação de povoamentos de espécies autóctones como o sobreiro e azinheira;

c) Criação de clareiras, distribuições etárias mais variadas, presença de grandes árvores, descontinuidades no coberto arbóreo, entre outras medidas.

4 — Os planos de intervenção específica a elaborar no âmbito destas áreas serão desenvolvidos e suportados pelo ICNB, I. P., em colaboração com a DGRF e os respectivos proprietários.

5 — A implementação dos projectos é da responsabilidade dos respectivos proprietários.

Artigo 25.º

Arraiais

1 — Esta área de intervenção específica corresponde a situações de povoamento característico da região da Raia, vulgarmente designadas por arraiais.

2 — Os arraiais considerados neste Regulamento são os seguidamente elencados, estando devidamente identificados na planta de síntese:

- a) Arraial do Couto do Javiel;
- b) Arraial da Cubeira;
- c) Arraial dos Pardinhas;
- d) Arraial da Pasteira;
- e) Arraial das Salineiras.

3 — No prazo máximo de um ano a contar da data de publicação do presente Regulamento, o ICNB, I. P., conjuntamente com as autarquias, identificará outros arraiais passíveis de serem sujeitos a intervenção específica, nos termos do presente Regulamento.

4 — O objectivo desta área de intervenção específica é promover a valorização, recuperação, reabilitação ou conservação do património edificado, incluindo quando relevante a sua adaptação para utilizações relacionadas com a educação ambiental, turismo de natureza, acolhimento de visitantes e investigação científica.

5 — Sem prejuízo dos aspectos técnicos que devem ser ponderados em cada caso, as intervenções no património edificado devem ser planeados em conjunto com os proprietários, considerando pelo menos os seguintes aspectos:

- a) Avaliação da necessidade de realização de obras de conservação, reconstrução, ampliação e alteração;
- b) Avaliação da adequação das edificações para actividades relacionadas com a educação ambiental, turismo de natureza, acolhimento de visitantes e de investigação científica.

6 — Relativamente às obras de construção, reconstrução e ampliação das edificações, a emissão de parecer favorável pelo ICNB, I. P., nos termos previstos no artigo 10.º, está dependente da observação dos seguintes critérios:

- a) O abastecimento de água, a drenagem de esgotos e o abastecimento de energia eléctrica devem ser assegurados por sistema autónomo ou, nos casos possíveis, por ligações às redes existentes;
- b) As novas edificações e ampliações não podem ultrapassar os 500 m² da área bruta de construção máxima;
- c) A cêrcea máxima dos edifícios, com excepção de silos, depósitos de água ou instalações especiais devidamente justificadas é de 6,5 m, medidos à platibanda ou beirado.

7 — A implementação das intervenções específicas em cada um dos arraiais identificados será feita pelos seus legítimos proprietários, em função dos seus interesses, em colaboração com o ICNB, I. P.

Artigo 26.º

Área de intervenção específica do Ponsul

1 — A área de intervenção específica do Ponsul, assinalada na planta de síntese, inclui o espaço de desenvolvimento turístico classificado no Plano Director Municipal de Castelo Branco e está submetida a plano de pormenor.

2 — Esta área abrange espaços cujo regime de protecção é de nível complementar I, a qual contém valores naturais e paisagísticos de sensibilidade moderada.

3 — Os objectivos desta área de intervenção específica são a sua requalificação e renaturalização mediante um novo ordenamento do espaço, privilegiando a sua utili-

zação pública como zona de acesso ao rio e de apoio às actividades turísticas, náuticas e de lazer.

CAPÍTULO V

Usos e actividades

Artigo 27.º

Princípios orientadores

Salvo o disposto na legislação aplicável e no presente Regulamento, nomeadamente no que respeita aos diferentes níveis de protecção delimitados na área de intervenção do POPNTI, definem-se para os seguintes usos e actividades, nos artigos seguintes, um conjunto de práticas de acordo com os objectivos de conservação da natureza em presença e de correcta gestão dos recursos naturais:

- a) Agricultura e pastoreio;
- b) Florestas;
- c) Actividade cinegética;
- d) Pesca;
- e) Navegação na albufeira de Monte Fidalgo;
- f) Edificações e infra-estruturas;
- g) Actividades desportivas e recreativas;
- h) Turismo de natureza;
- i) Percursos;
- j) Investigação científica e monitorização.

Artigo 28.º

Agricultura e pastoreio

1 — As actividades agrícolas e pastoris devem ser desenvolvidas de forma a garantir o seu papel essencial na manutenção dos *habitats* naturais e da estrutura da paisagem, respeitando o disposto no presente Regulamento, na legislação em vigor e no Código das Boas Práticas Agrícolas.

2 — Os sistemas de incentivo às actividades agrícolas que venham a incidir especificamente na área de intervenção do POPNTI devem visar de forma prioritária a manutenção dos sistemas extensivos de produção, incluindo:

- a) Os cereais de sequeiro, as leguminosas e as forragens;
- b) O sistema policultural tradicional;
- c) O olival tradicional, excepto o instalado em declives superiores a 16%;
- d) A pecuária extensiva com recurso a raças adaptadas às condições locais, incluindo espécies autóctones nacionais e preferencialmente as raças autóctones da região, ovinos (Merinos da Beira Baixa e Churro do Campo) e caprinos (Charnequeira).

3 — Na área de intervenção do POPNTI deverão ser fomentados modos de produção sustentáveis, incluindo a produção integrada e a produção biológica em todas as culturas e produções vegetais e animais.

4 — Nas áreas não condicionadas à actividade agrícola, o ICNB, I. P., deve informar os agricultores das áreas e períodos ou épocas que considere críticos para a nidificação ou reprodução da fauna existente e acordar com as demais entidades a aplicação de medidas de minimização de eventuais impactes.

Artigo 29.º

Florestas

1 — As actividades florestais na área de intervenção do POPNTI devem ser desenvolvidas de acordo com os objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade e com as orientações estratégicas do plano regional de ordenamento florestal, privilegiando-se a floresta de espécies indígenas e a exploração sustentável em regime de uso múltiplo.

2 — As actividades florestais devem ser desenvolvidas com base em PGF aprovados pelas entidades competentes.

3 — Na área de intervenção do POPNTI devem ser utilizadas preferencialmente na arborização as seguintes espécies: sobreiro (*Quercus suber*), azinheira (*Quercus rotundifolia*), carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), medronheiro (*Arbutus unedo*), freixo (*Fraxinus angustifolia*), choupo-negro (*Populus nigra*), amieiro (*Alnus glutinosa*), salgueiro-branco (*Salix alba*), zelha (*Acer mospessulanum*) e zimbro (*Juniperus oxycedrus*).

4 — Todos os projectos de arborização com espécies resinosas devem prever a compartimentação com folhosas, sendo que a superfície ocupada por folhosas não deve ser inferior a 25 % da superfície arborizada.

5 — Sempre que os projectos de arborização e beneficiação incidam em zonas de galerias ripícolas e linhas de água onde exista arvoredor e tamujais, deve ser prevista a manutenção ou recuperação das galerias ripícolas, designadamente com amieiros (*Alnus glutinosa*), salgueiros (*Salix salviaefolia*, *Salix atrocinerea* e *Salix eleagnos*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) e lódão (*Celtis australis*).

6 — O valor ecológico e a sustentabilidade das áreas actualmente ocupadas por eucaliptal devem ser aumentados no âmbito das intervenções específicas previstas no artigo 24.º

Artigo 30.º

Actividade cinegética

1 — A caça é exercida, exclusivamente, em regime ordenado.

2 — É permitido o exercício da caça nas condições expressas na legislação aplicável e no presente Regulamento, assegurando-se a compatibilidade com os valores presentes na área de intervenção do POPNTI nos termos do disposto nos números seguintes.

3 — A compatibilização prevista no número anterior deve ser assegurada através da articulação e coordenação entre entidades interessadas na actividade cinegética, designadamente o ICNB, I. P., a DGRF, os gestores cinegéticos, as associações de caçadores e outras organizações não governamentais.

4 — O ICNB, I. P., promove, em articulação com a DGRF, a elaboração dos planos globais de gestão (PGG) e dos planos específicos de gestão (PEG) necessários para assegurar o ordenamento, gestão e exploração integrados dos recursos cinegéticos e a sua compatibilização com a conservação dos valores naturais.

5 — A aprovação dos planos de ordenamento e exploração cinegética, dos planos de gestão e dos planos anuais de exploração das zonas de caça está sujeita a parecer vinculativo do ICNB, I. P.

6 — Nas áreas de protecção parcial do tipo 1, a actividade cinegética será condicionada sempre que for suscep-

tível de provocar perturbação nos locais e períodos críticos para a reprodução de espécies faunísticas sensíveis.

7 — Para os efeitos previstos no número anterior, estabelece-se que:

a) Na criação ou renovação de áreas de caça devem ser incorporadas medidas de conservação da fauna nas áreas de protecção total e parcial do tipo 1, designadamente através de condicionamentos à actividade cinegética, segundo parecer vinculativo do ICNB, I. P.;

b) Nas áreas de caça actualmente em exploração, o ICNB, I. P., fica obrigado a informar a entidade gestora sobre quais as áreas e períodos críticos para a reprodução da fauna onde devem ser acordadas regras para a minimização de eventuais impactes.

8 — Sem prejuízo das autorizações previstas na legislação específica, os serviços do ICNB, I. P., podem proceder a operações de censo e monitorização de populações animais, incluindo nestes a fauna cinegética, em toda a área de intervenção do POPNTI, nomeadamente:

a) A marcação com dispositivos de seguimento ou a aplicação de marcas visuais;

b) A instalação de dispositivos de captura.

9 — A realização das operações referidas no número anterior deve ser articulada com os legítimos proprietários e com as entidades concessionárias das zonas de caça, por forma a minimizar as perturbações sobre a actividade cinegética e sobre outras actividades em curso na propriedade.

10 — A actividade cinegética deve basear-se preferencialmente na exploração sustentável das populações naturais e não no abate de animais libertados especificamente com esse objectivo.

11 — As acções de repovoamento e de reforço cinegético carecem de parecer do ICNB, I. P., e devem ser feitas com animais geneticamente semelhantes aos da população receptora e que apresentem bom estado sanitário, utilizando preferencialmente animais capturados no bravia num raio máximo de 50 km do local do repovoamento.

12 — O território que não se encontre subordinado ao regime cinegético ordenado será objecto de proposta de criação de zonas de interdição à caça ou de constituição de zonas de regime cinegético ordenado, de acordo com a legislação em vigor.

13 — A realização de montarias está sujeita a prévia comunicação ao ICNB, I. P., que poderá, por necessidades de compatibilização com a conservação dos valores naturais presentes ou face à previsão de realização de outras actividades, não as permitir ou estabelecer-lhes condicionamentos.

Artigo 31.º

Pesca

1 — O exercício da pesca é permitido nas condições expressas na legislação aplicável e no presente Regulamento, assegurando-se a compatibilidade com os valores presentes na área de intervenção do POPNTI nos termos do disposto nos números seguintes.

2 — A pesca à linha a partir das margens, profissional e lúdica, é permitida fora das áreas interditas à pesca, identificadas na planta de síntese.

3 — Nas zonas de protecção, as áreas interditas ao exercício da pesca são delimitadas e sinalizadas, nos termos da legislação aplicável.

4 — A prática da pesca profissional nas águas interiores internacionais, nomeadamente nos rios Tejo e Erges, é objecto de regulamentação específica a elaborar pelas entidades competentes.

Artigo 32.º

Navegação na albufeira de Monte Fidalgo

1 — A navegação é permitida nas condições expressas na legislação aplicável e no presente Regulamento, assegurando-se a compatibilidade com os valores presentes na área de intervenção do POPNTI, nos termos do disposto nos números seguintes.

2 — A navegação é permitida nos troços dos rios Tejo e Ponsul incluídos nas áreas de protecção parcial do tipo II e de protecção complementar do tipo I.

3 — É permitido a acostagem e amarração de embarcações nas zonas de instalação de pontões, ancoradouros e embarcadouros, devidamente identificados na planta de síntese.

4 — O acesso ao rio fora dos locais previstos no número anterior é permitido a acções enquadradas em:

- a) Investigação e divulgação científica;
- b) Monitorização ambiental e realização de acções de conservação da natureza e de salvamento dos interesses que levaram à classificação da área;
- c) Vigilância e fiscalização pelas entidades competentes;
- d) Recolha de animais em montarias;
- e) Em situações de risco ou calamidade.

5 — Sem prejuízo das restrições previstas na legislação aplicável e no presente Regulamento, a navegação fica sujeita a parecer vinculativo do ICNB, I. P., o qual especificará as condições em que a navegação pode ser efectuada nos troços e períodos navegáveis e as actividades que podem ser desenvolvidas.

6 — Em toda a área navegável dos rios Tejo e Ponsul, só pode operar, em cada momento, uma embarcação marítimo-turística.

Artigo 33.º

Edificações e infra-estruturas

1 — Sem prejuízo da legislação em vigor, a emissão de licenças e a admissão de comunicações prévias depende do cumprimento das regras constantes do presente Regulamento.

2 — O traçado arquitectónico das edificações deve adoptar os valores essenciais da arquitectura tradicional da região, procurando-se, em particular, a integração dos elementos da fachada, devendo utilizar-se tanto quanto possível no projecto elementos tipológicos de composição e materiais tradicionais da região.

3 — Durante a execução dos projectos devem ser tomadas as medidas cautelares necessárias para minimizar as perturbações ambientais e reduzir os impactes negativos correspondentes.

4 — Nos casos aplicáveis, é necessária a apresentação do respectivo projecto de saneamento básico que contemple soluções adequadas para o abastecimento de água,

drenagem, tratamento e destino final das águas residuais e a remoção e tratamento dos resíduos sólidos.

5 — As habitações isoladas, as edificações afectas ao turismo da natureza e outras construções que produzam efluentes susceptíveis de serem lançados nos cursos ou planos de águas são obrigatoriamente ligados aos sistemas de drenagem municipal ou, caso tal não seja viável, ser dotados de sistemas de tratamento eficazes, nos termos do presente Regulamento e da legislação em vigor.

Artigo 34.º

Actividades desportivas e recreativas

1 — O ICNB, I. P., deve definir os locais de prática para os diferentes tipos de actividades, para efeitos de elaboração da Carta de Desporto de Natureza, bem como os critérios para a boa execução das diferentes actividades desportivas e recreativas.

2 — Os pedidos para a realização de competições e convívios devem obedecer ao presente Regulamento e mencionar os seguintes elementos:

- a) A actividade a realizar, período de duração e objectivos;
- b) O número de participantes previsto;
- c) Os locais pretendidos, unidades e pontos de apoio (definidos em planta geral à escala de 1:25 000 e a escala de pormenor adequada);
- d) A quantidade de público previsto e estacionamento.

3 — O ICNB, I. P., pode colocar condições e restrições à realização das provas referidas no número anterior de forma a salvaguardar densidades de uso, capacidades de carga e a compatibilidade entre essas actividades e os objectivos de conservação da natureza e biodiversidade.

Artigo 35.º

Turismo de natureza

1 — Na área de intervenção do POPNTI é permitida a actividade de turismo de natureza de acordo com o disposto no presente Regulamento e com a legislação específica em vigor.

2 — O desenvolvimento de projectos turísticos deve contribuir para o desenvolvimento económico local e para um quadro de equilíbrio da oferta e procura entre as diferentes modalidades do turismo de natureza.

3 — As potencialidades e recursos para o turismo de natureza são, essencialmente, o património natural, histórico e sócio-cultural do PNTI, possibilitando o desenvolvimento de um diversificado conjunto de actividades de recreio e lazer, passíveis de atrair visitantes com interesses diversificados.

Artigo 36.º

Percursos

1 — Compete ao ICNB, I. P., em articulação com as entidades interessadas, definir novos percursos para passeios pedestres, equestres ou para bicicleta, de pequena e grande rota.

2 — Na definição dos percursos devem ser considerados eixos que não colidam com os valores e interesses de conservação da natureza, designadamente as condicionantes de acesso definidas nos regimes de protecção.

3 — A delimitação dos percursos deve privilegiar a educação ambiental, a divulgação e reconhecimento dos valores naturais e do património cultural construído, bem como a fruição de valores locais como sejam a gastronomia, artesanato, produtos de excepção, entre outros, contribuindo desta forma para o desenvolvimento social e económico local.

4 — Os percursos referidos devem ser articulados temporal e espacialmente com outras actividades, nomeadamente com a realização de festas, feiras e romarias, percursos temáticos de património cultural e actividade cinegética.

5 — Compete ao ICNB, I. P., apoiar a definição, sinalização, divulgação e gestão dos percursos estabelecidos, podendo recorrer ao apoio das entidades que considere convenientes ou que se encontrem mais aptas para o efeito.

Artigo 37.º

Investigação científica e monitorização

1 — O ICNB, I. P., deve promover os trabalhos de investigação científica e de monitorização ambiental necessários para avaliar as necessidades de planeamento e gestão da área de intervenção do POPNTI, bem como o grau de eficácia das medidas e acções de gestão adoptadas.

2 — Os trabalhos de investigação e monitorização a promover pelo ICNB, I. P., devem permitir a avaliação regular do estado de conservação dos *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna que ocorrem na área de intervenção do POPNTI, os listadas nos anexos A-I, B-I, e B-II do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

3 — O ICNB, I. P., deve privilegiar os trabalhos de longo termo, que permitam obter informação sobre a evolução dos *habitats* naturais e espécies da flora e da fauna que ocorrem na área de intervenção do POPNTI, como é o caso do acompanhamento das populações nidificantes de aves planadoras rupícolas.

4 — A realização de trabalhos de investigação científica na área de intervenção do POPNTI está sujeita a autorização do ICNB, I. P., sendo obrigatório o envio para este de uma cópia de todos os relatórios e publicações decorrentes desses trabalhos.

5 — Sempre que a metodologia dos trabalhos implique perturbação, captura, corte, colheita ou morte de organismos, a autorização do ICNB, I. P., terá em consideração o local do estudo e avaliará a sua relevância para os objectivos do POPNTI e para a conservação da natureza e da biodiversidade.

CAPÍTULO VI

Regime sancionatório

Artigo 38.º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do presente plano compete ao ICNB, I. P., e às autarquias locais, sem prejuízo do exercício dos poderes de fiscalização e polícia que, em razão da matéria, competirem a outras entidades públicas.

Artigo 39.º

Contra-ordenações e medidas de tutela

1 — A prática dos actos e actividades interditos, bem como a prática não autorizada dos actos e actividades condicionados, previstos no presente Regulamento, constitui contra-ordenação nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, e nos termos do n.º 1 do artigo 104.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

2 — Ao processamento das contra-ordenações, à aplicação e destino das coimas, à aplicação de sanções acessórias e à adopção de medidas de reposição da situação anterior à infracção aplica-se o disposto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de Abril, sem prejuízo da legislação em vigor para as diferentes actividades.

3 — A tentativa e a negligência são puníveis.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 40.º

Autorizações e pareceres

1 — As autorizações, aprovações ou pareceres previstos no presente Regulamento não precludem nem substituem as demais licenças, autorizações ou aprovações exigíveis nos termos da lei.

2 — As autorizações e pareceres emitidos pelo ICNB, I. P., são sempre vinculativos.

3 — O prazo para emissão de autorizações e pareceres pelo ICNB, I. P., é de 45 dias.

4 — A ausência de autorização ou parecer no prazo previsto no número anterior equivale à emissão de autorização ou parecer favorável.

5 — Nos casos em que os actos e actividades previstos no presente Regulamento estejam sujeitos a avaliação de impacte ambiental, a autorização ou parecer a emitir pelo ICNB, I. P., são dispensados quando tenha sido emitida declaração de impacte ambiental, expressa ou tácita, favorável ou favorável condicionada.

6 — As autorizações e pareceres emitidos pelo ICNB, I. P., ao abrigo do presente Regulamento caducam decorridos dois anos após a data da sua emissão.

7 — São nulos os actos praticados em violação do presente Regulamento.

Artigo 41.º

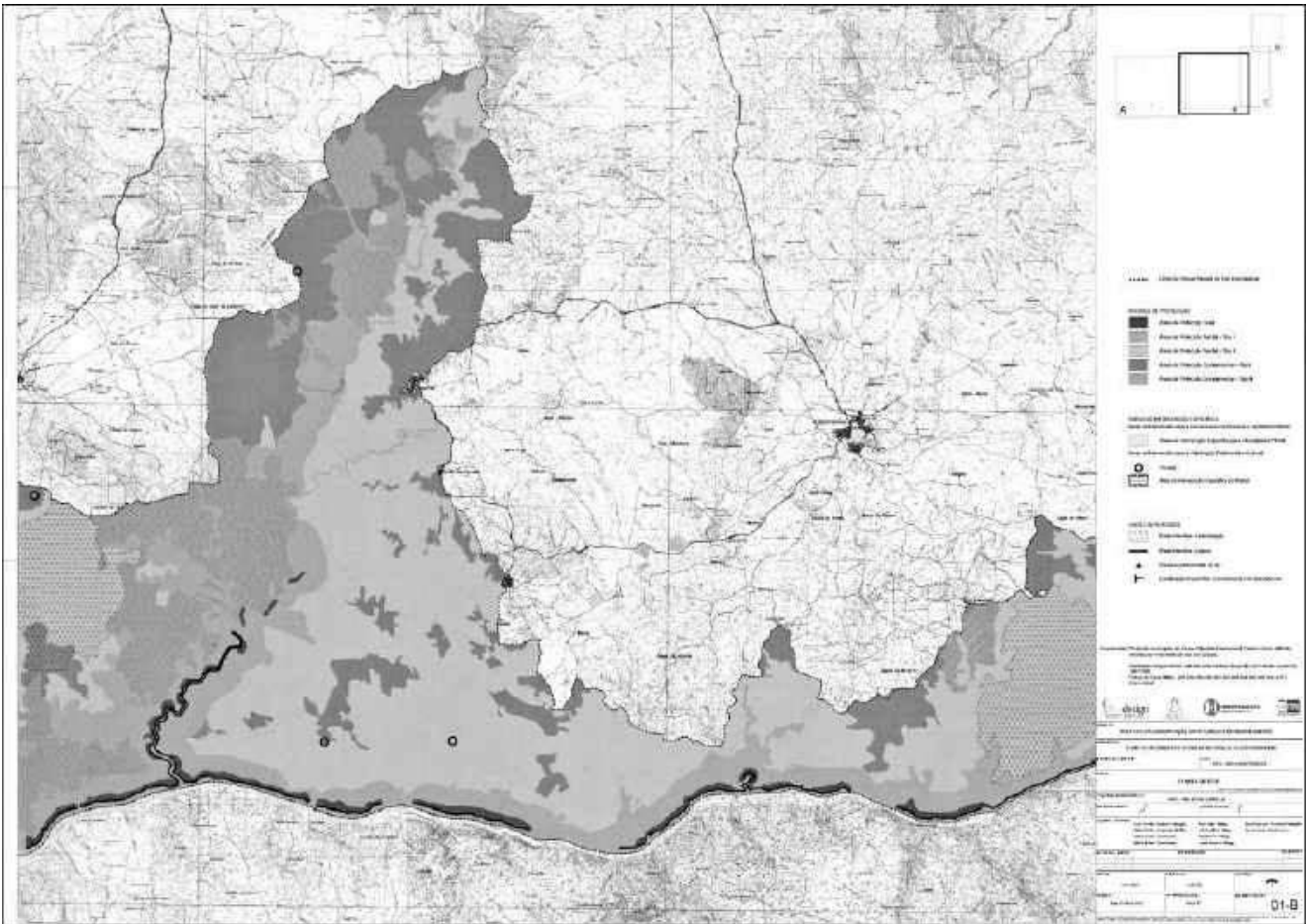
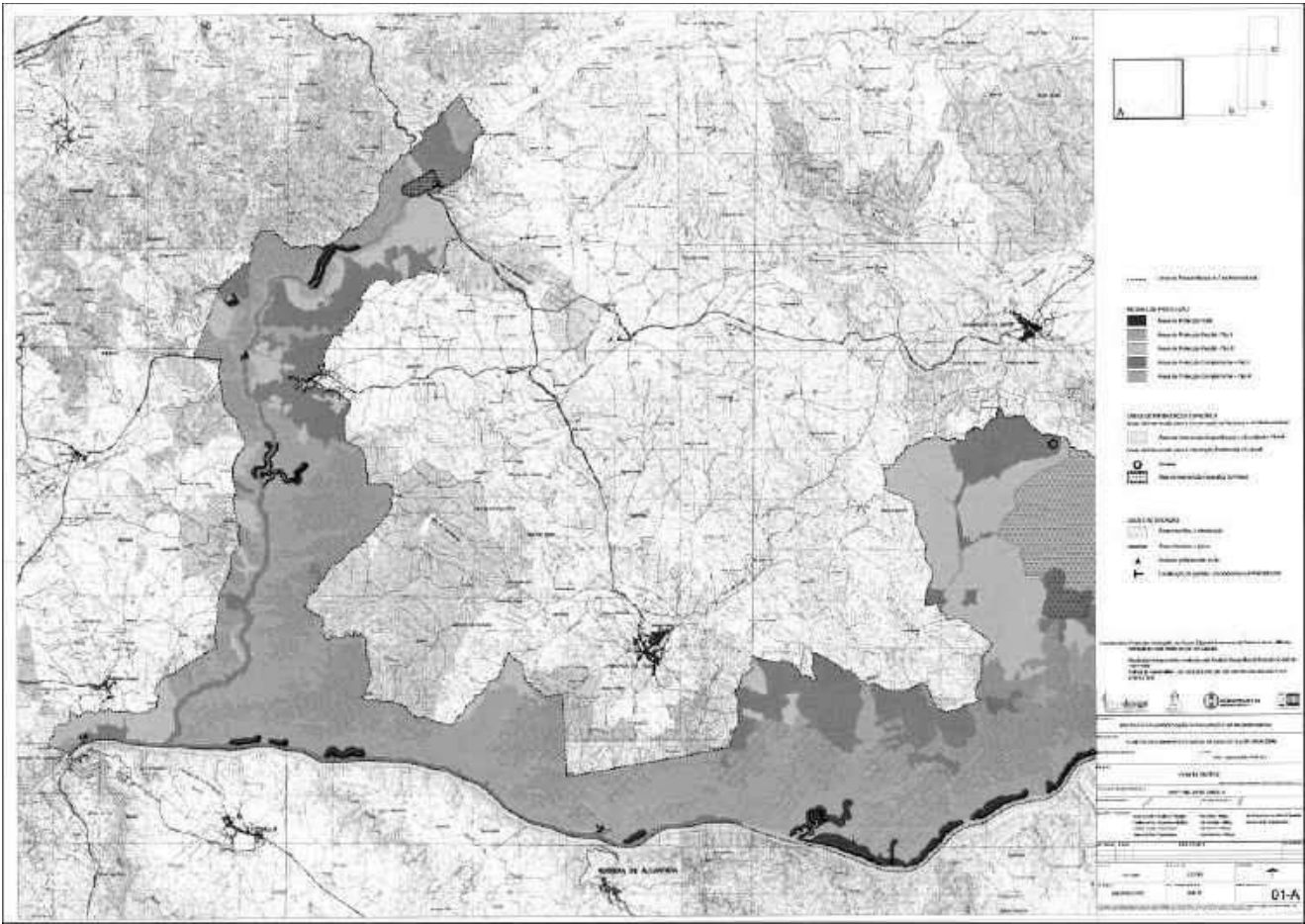
Efeitos revogatórios

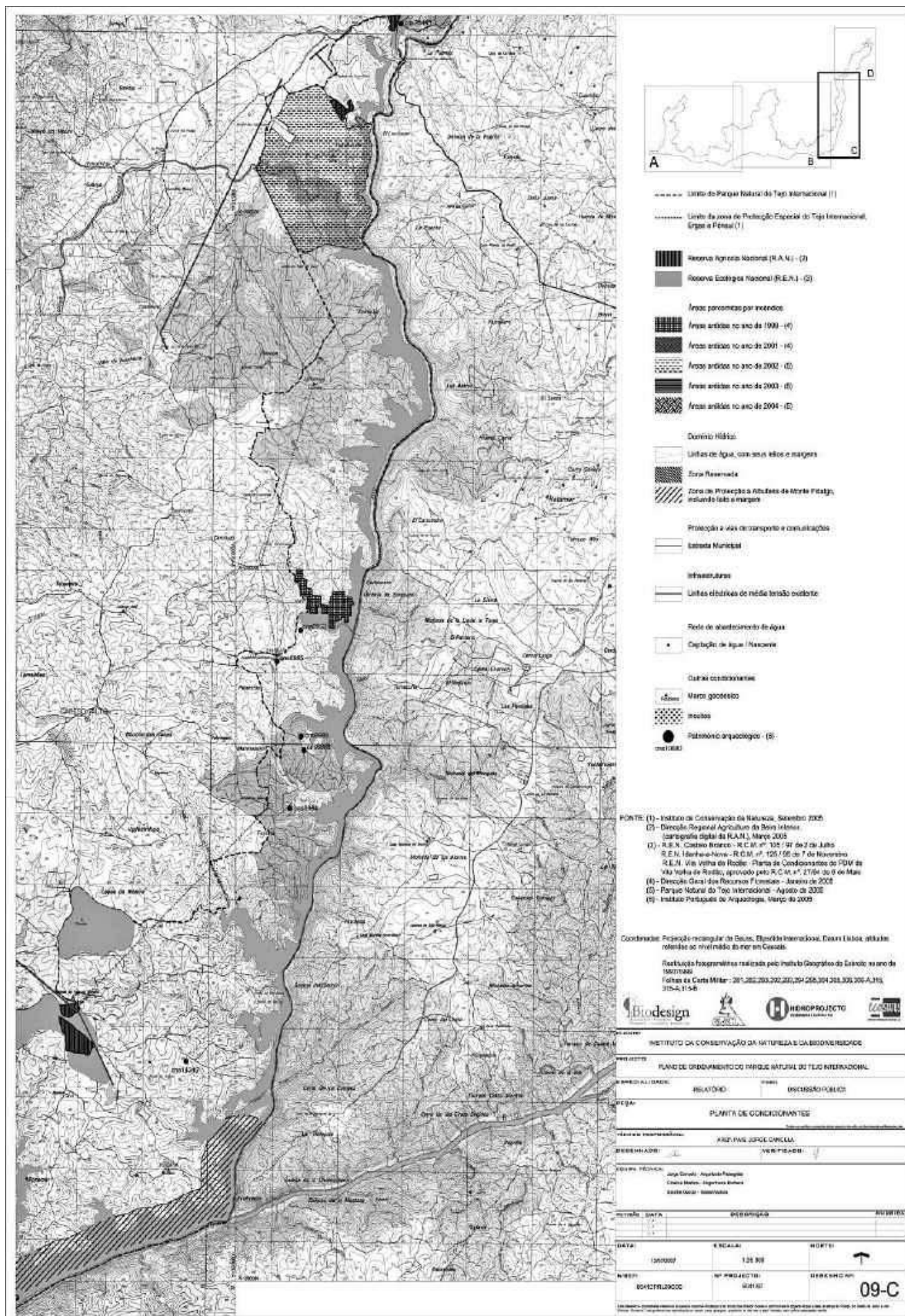
Nos termos do n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, com a publicação do POPNTI são revogados os artigos 12.º, 13.º, 14.º, 16.º e 18.º do Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de Agosto, na redacção dada pelos Decretos Regulamentares n.ºs 3/2004, de 12 de Fevereiro, e 21/2006, de 27 de Dezembro.

Artigo 42.º

Entrada em vigor

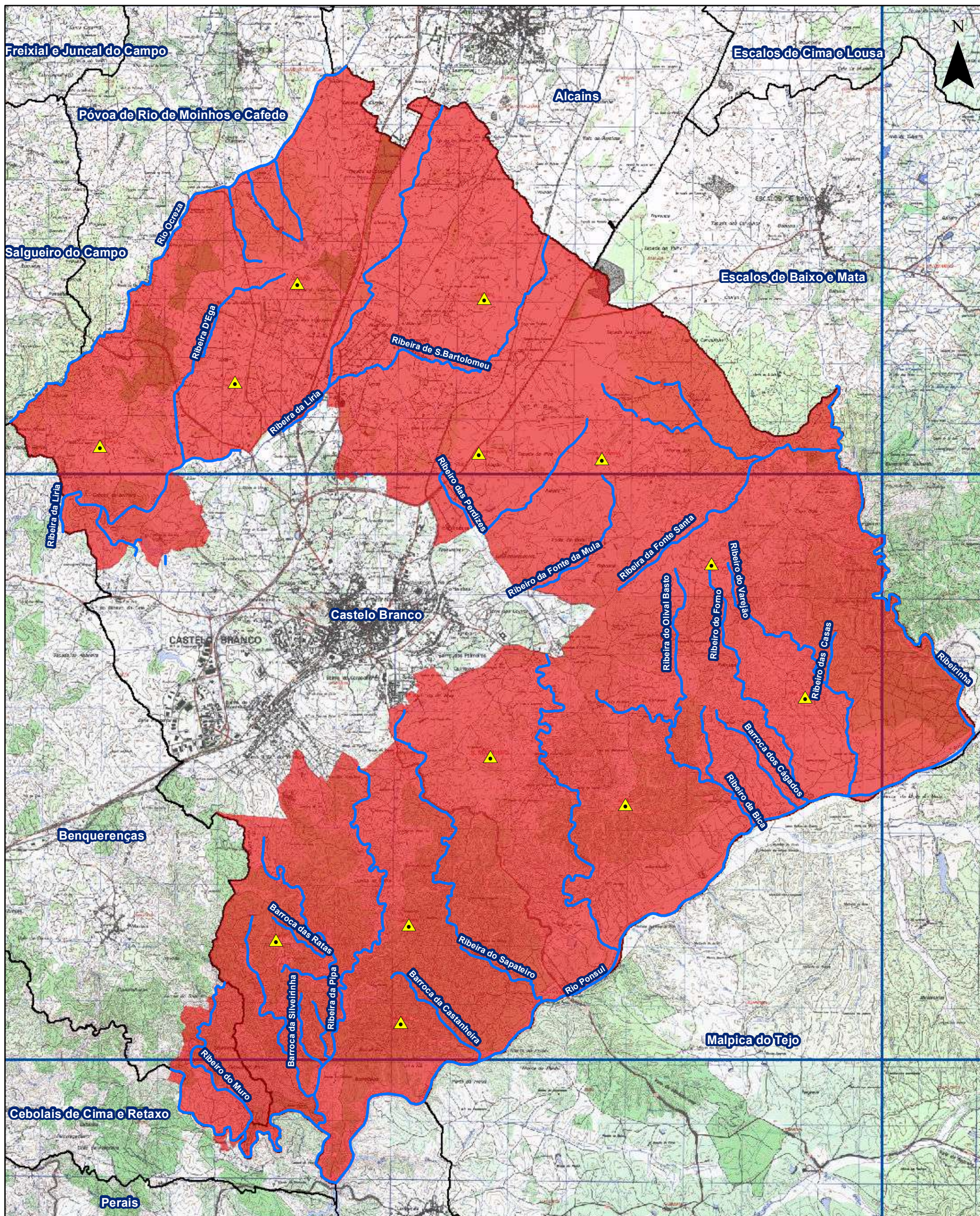
O POPNTI entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.





ANEXO IV - CARTOGRAFIA DE PORMENOR





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- Vértices Geodésicos
- Linhas de Água

Limite da Área de Intervenção :

- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

MAPA DE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:60 000

Mapa n.º 1

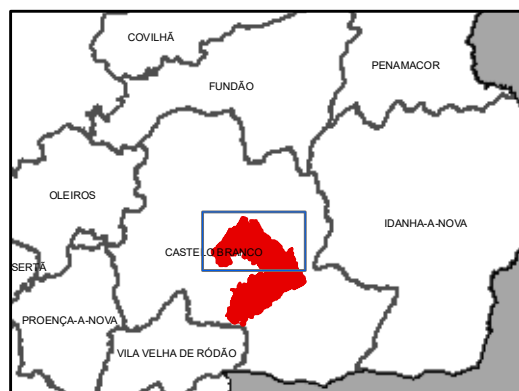
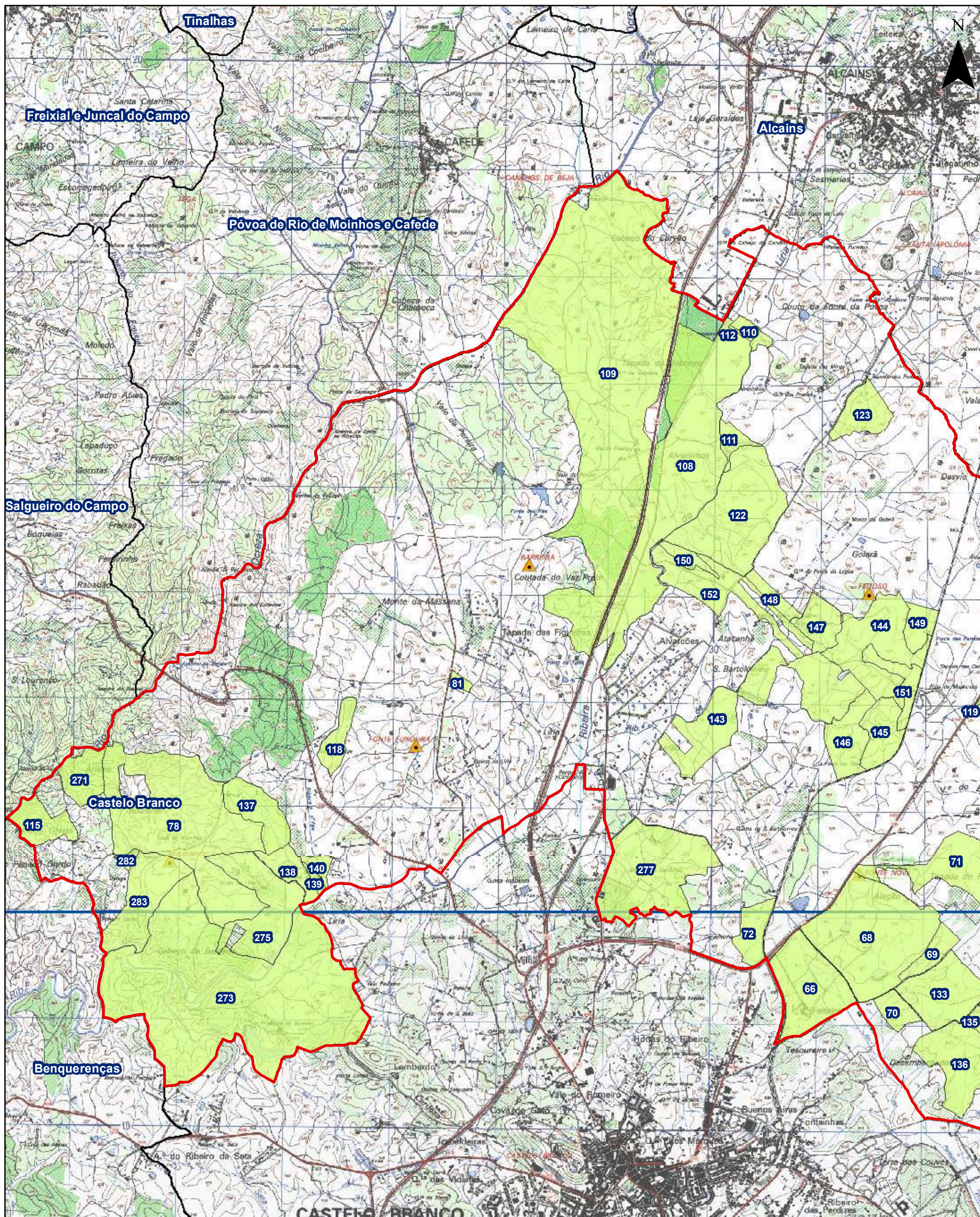
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- Vértices Geodésicos

Limite da Área de Intervenção :

- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha
- Área Aderente - Prédios Rústicos = 7 215,95ha

MAPA DA ÁREA ADERENTE (PRÉDIOS RÚSTICOS) ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 2

Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

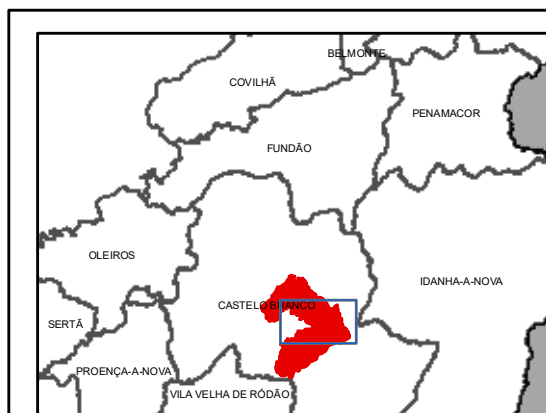
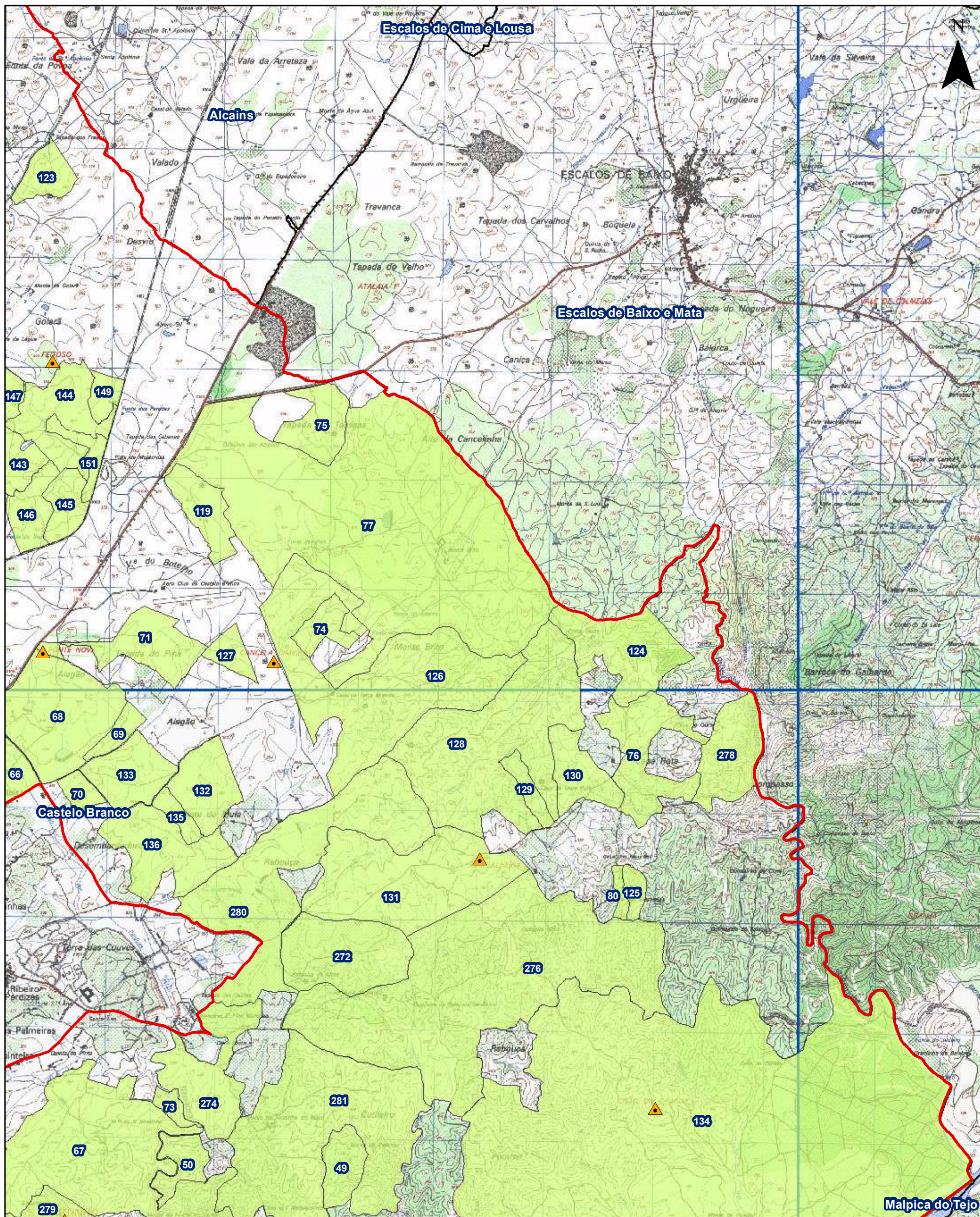
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Produtores
Florestais
do Alentejo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- Vértices Geodésicos

Limite da Área de Intervenção :

- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha
- Área Aderente - Prédios Rústicos = 7 215,95ha

MAPA DA ÁREA ADERENTE (PRÉDIOS RÚSTICOS) ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 3

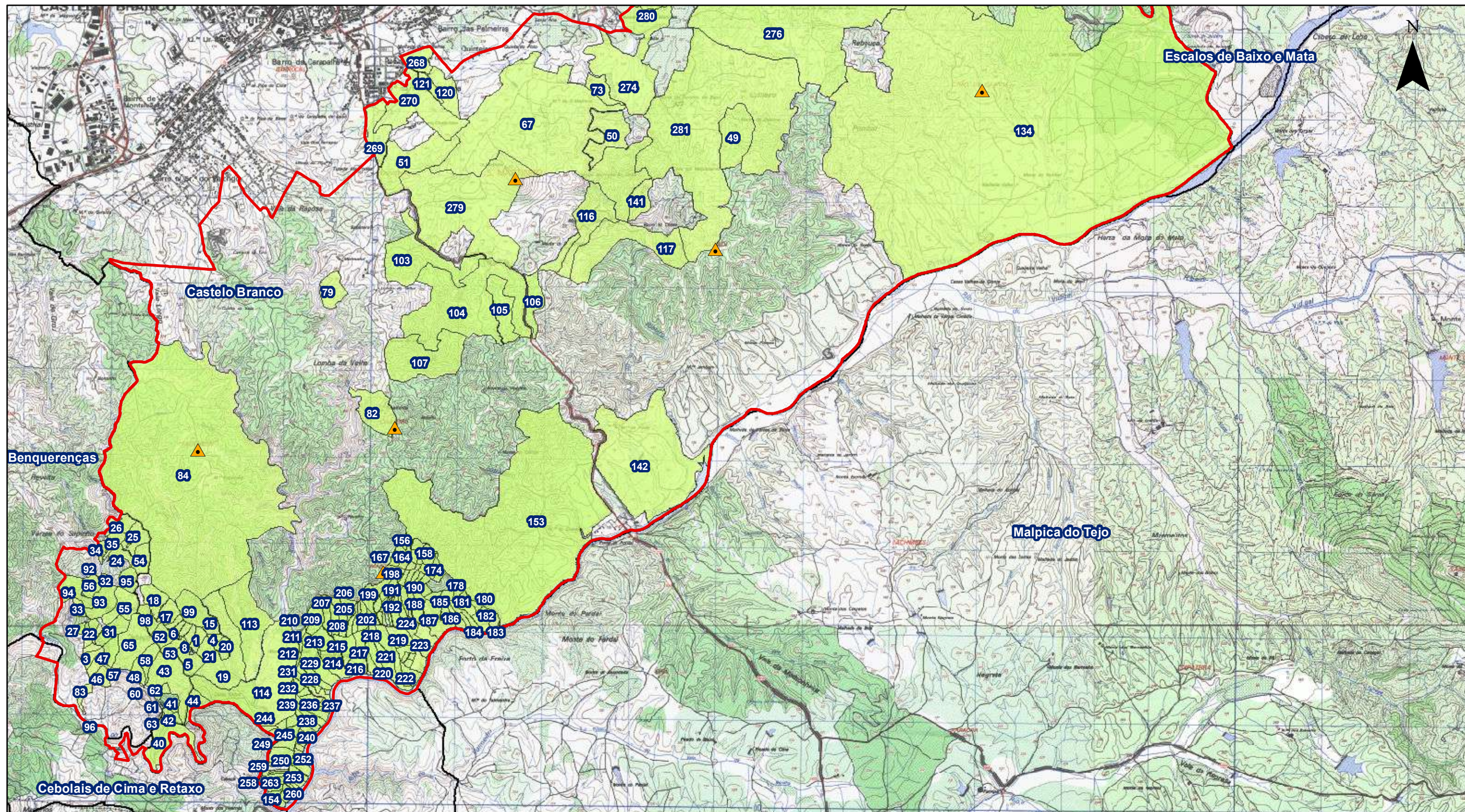
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- Vértices Geodésicos

Limite da Área de Intervenção :

- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha
- Área Aderente - Prédios Rústicos = 7 215,95ha

MAPA DE ÁREA ADERENTE (PRÉDIOS RÚSTICOS) (NÚCLEO DE PENAMACOR)

1:42 000

Mapa n.º 4

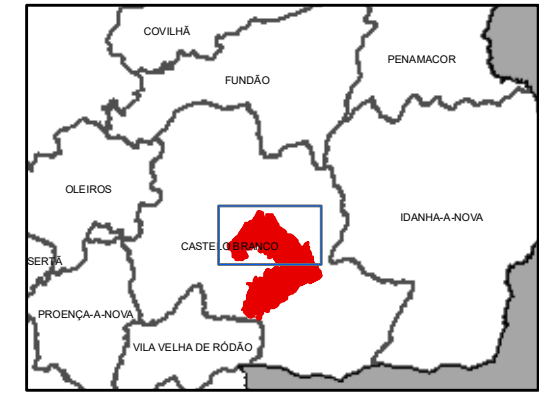
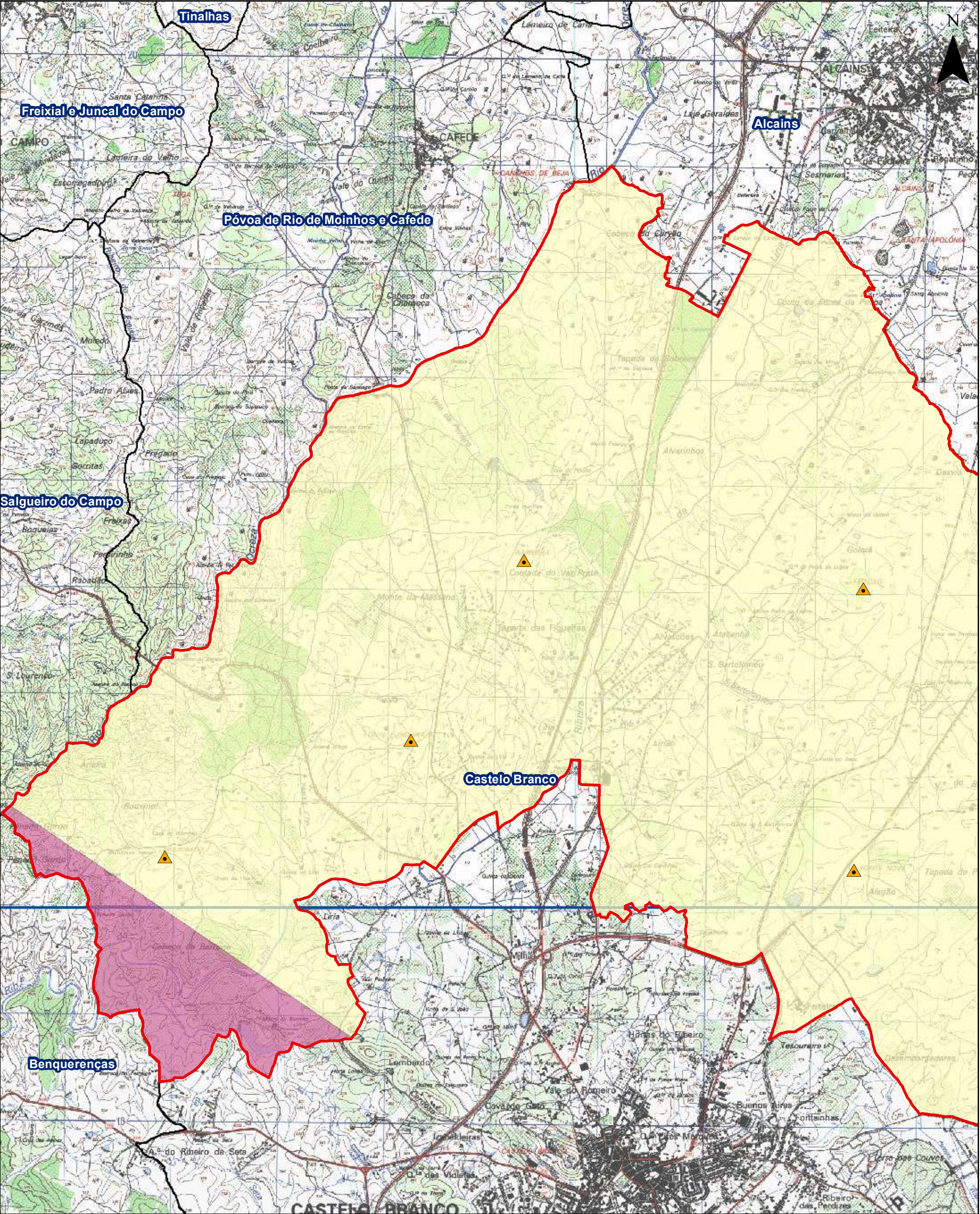
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022






Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Tipo de Solos :

- Cambissolos
- Litossolos
- Luvisolos

 Vértices Geodésicos

**MAPA DA TIPO DE SOLOS
ZIF DE CASTELO BRANCO**

1:33 000

Mapa n.º 5

Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

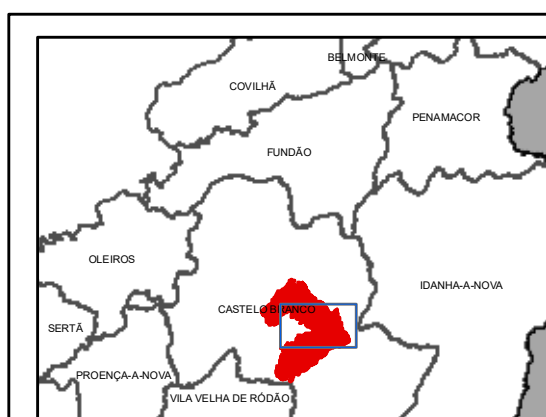
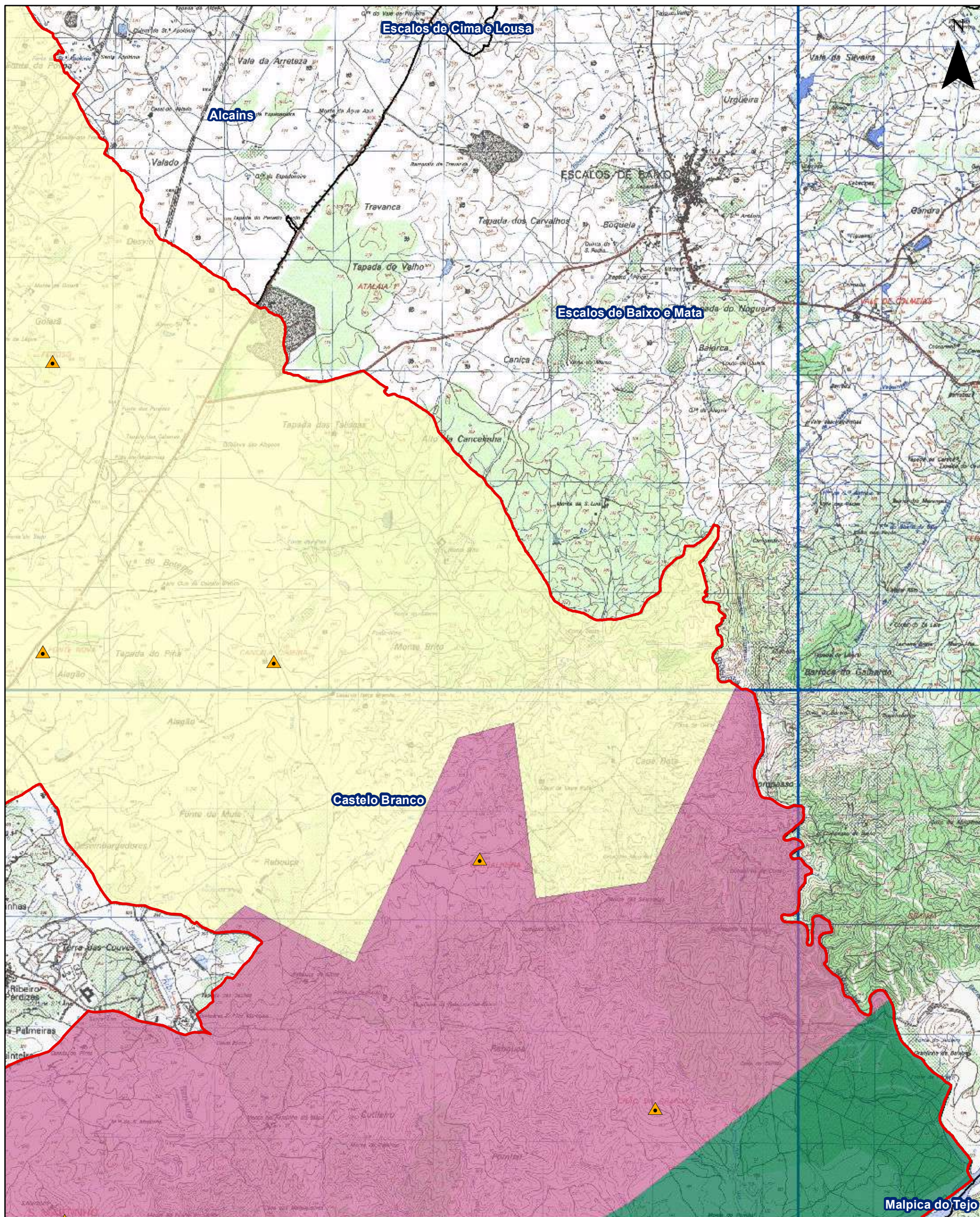
Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Produtores
Ribeirinhos
do Alentejo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Tipo de Solos :

- Cambissolos
- Litossolos
- Luvisolos

▲ Vértices Geodésicos

MAPA DE TIPO DE SOLOS ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 6

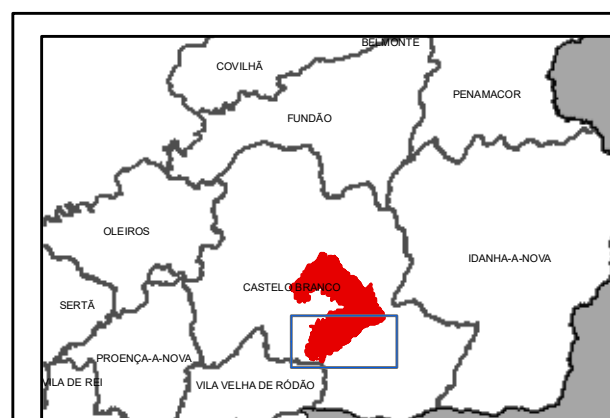
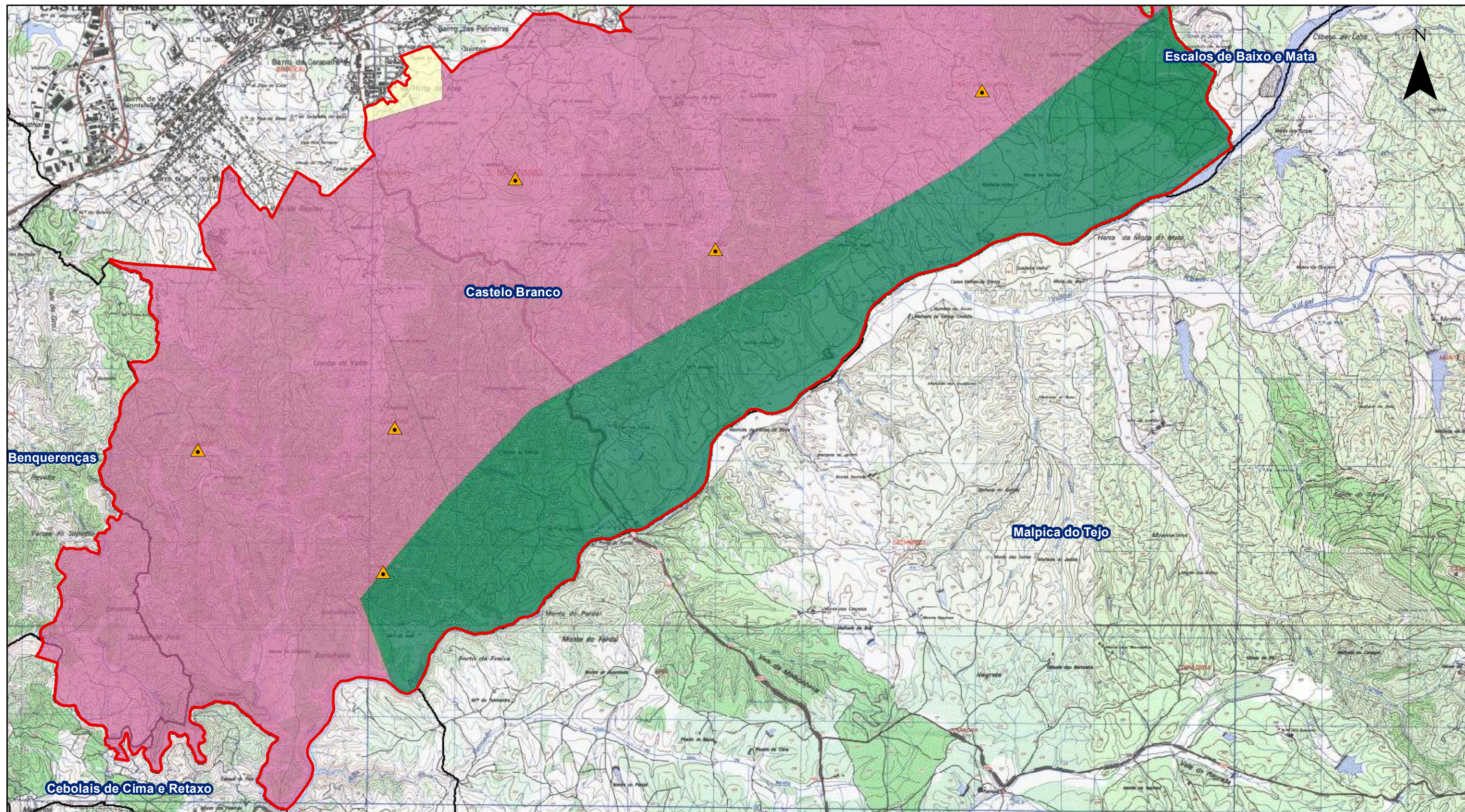
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)




Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022






Enquadramento :

-  Espanha
-  Limites Administrativos - Freguesias
-  ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Tipo de Solos :

-  Cambissolos
-  Litossolos
-  Luvisolos

 Vértices Geodésicos

MAPA DE TIPO DE SOLOS ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 7

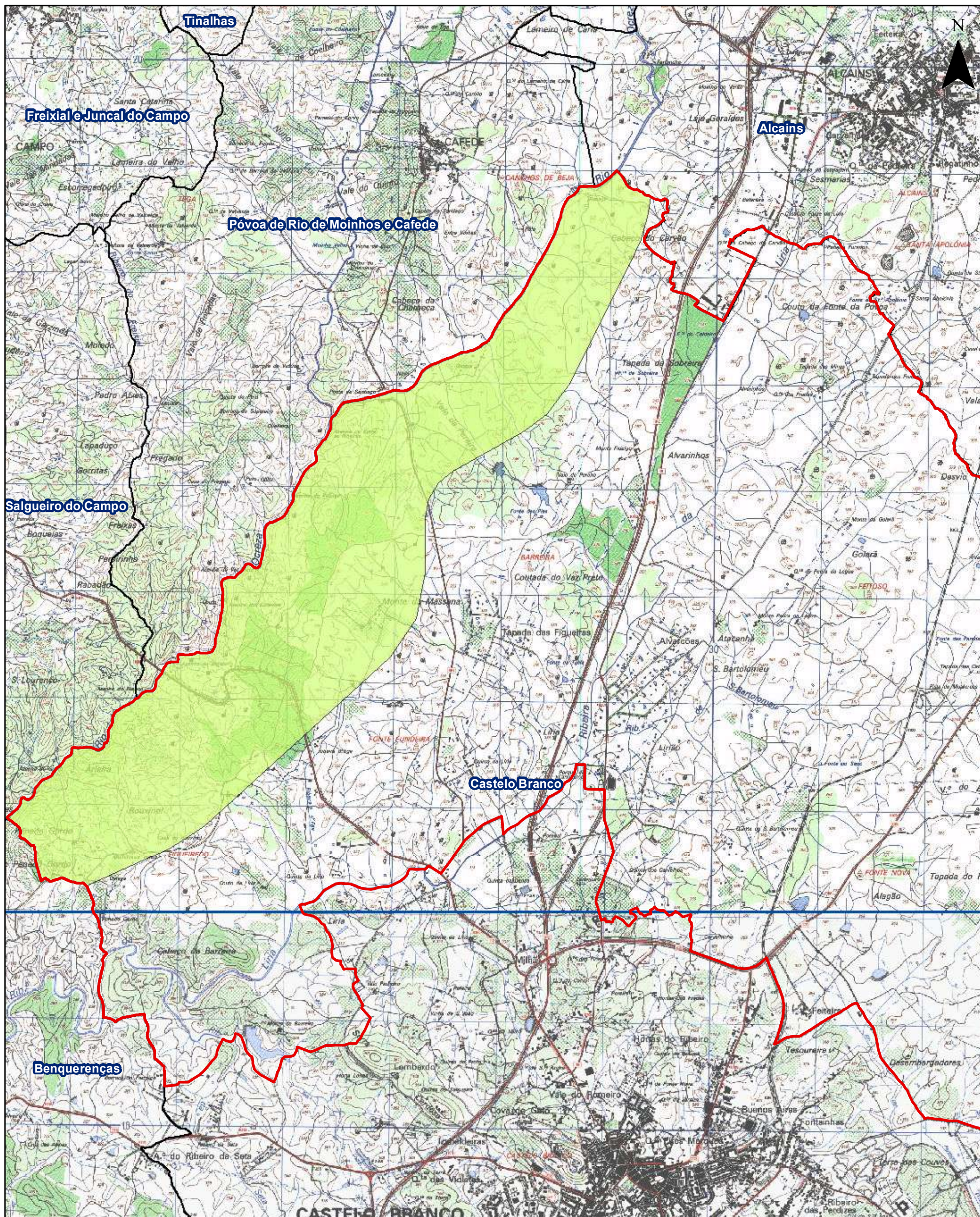
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

Espanha



Limites Administrativos - Freguesias



ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Áreas Classificadas e Corredores Ecológicos :



Corredor Ecológico

MAPA DE ÁREAS CLASSIFICADAS E CORREDORES ECOLÓGICOS ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 8

Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

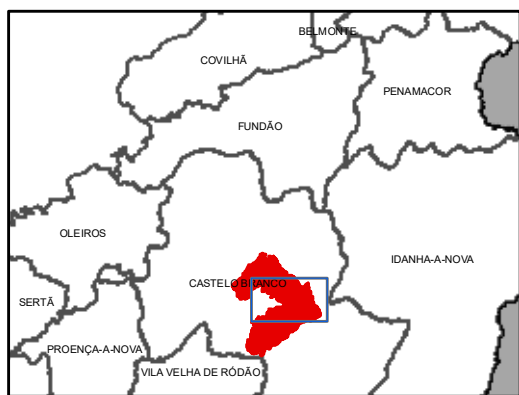
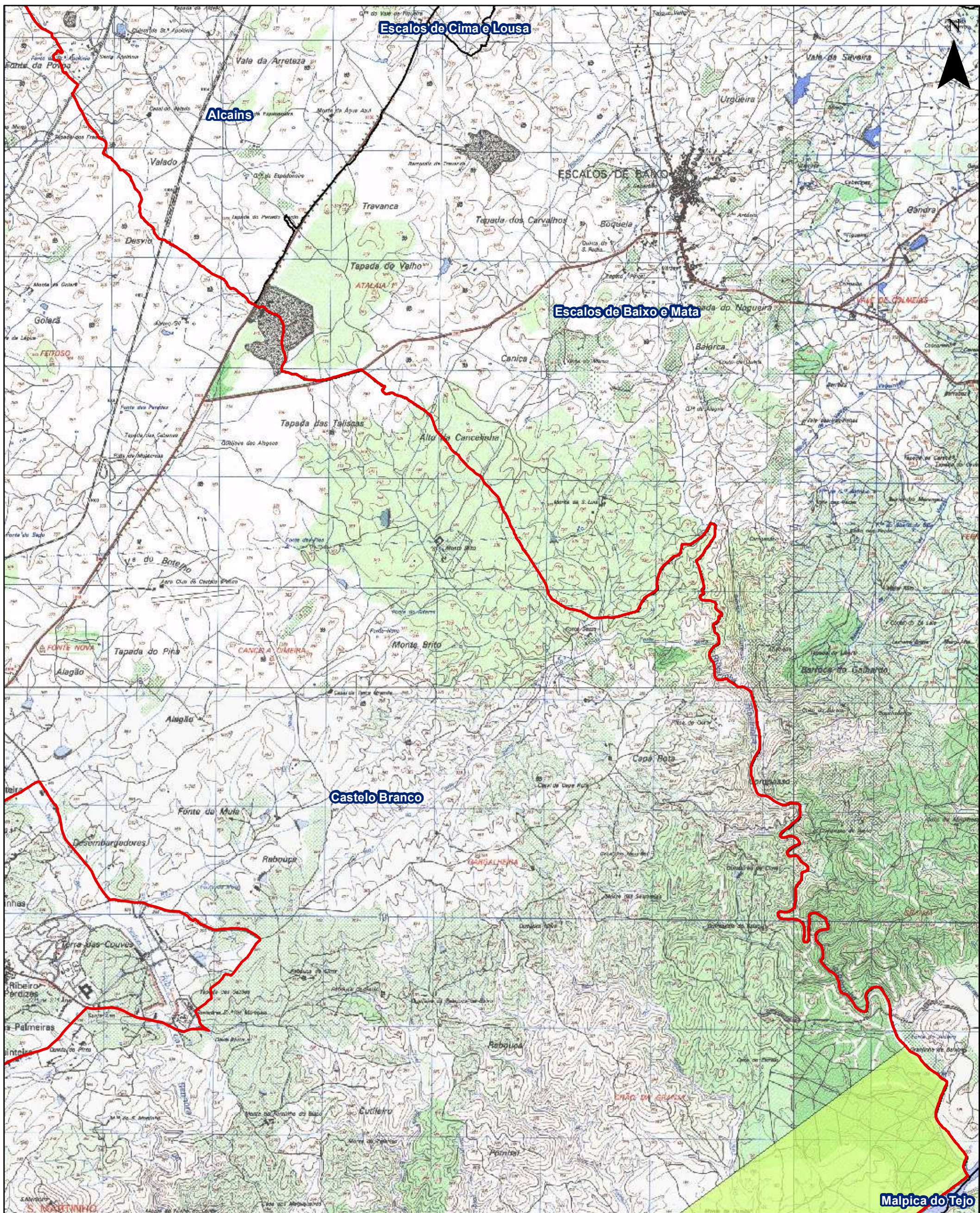
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Produtores
Florestais
do Alentejo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Áreas Classificadas e Corredores Ecológicos :

- Corredor Ecológico

MAPA DE ÁREAS CLASSIFICADAS E CORREDORES ECOLÓGICOS ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 9

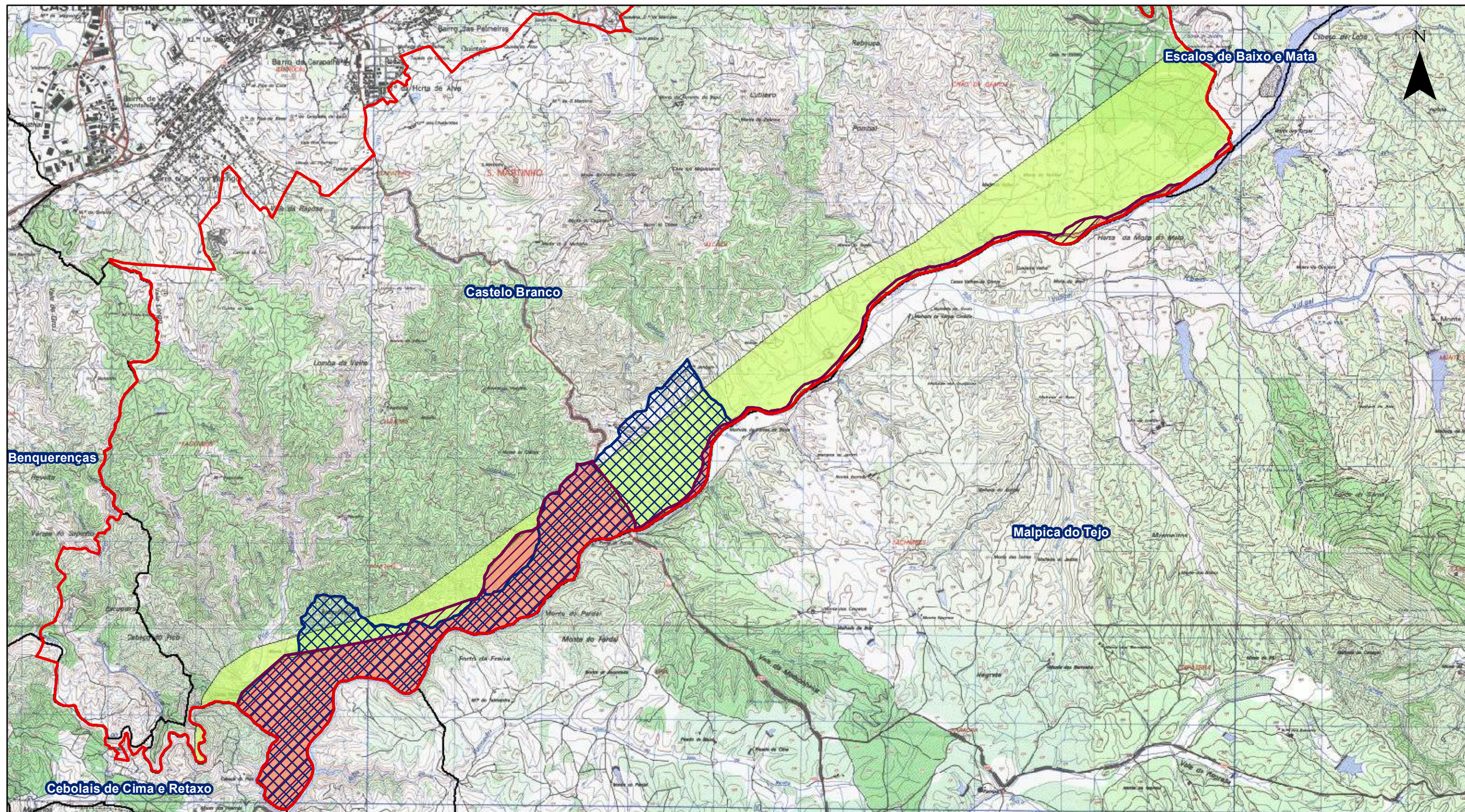
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Áreas Classificadas e Corredores Ecológicos :

- IBA do Tejo Internacional (PT013)
- Parque Natural do Tejo Internacional
- Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional (PTZPE0042)
- Corredor Ecológico

MAPA DE ÁREAS CLASSIFICADAS E CORREDORES ECOLÓGICOS ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 10

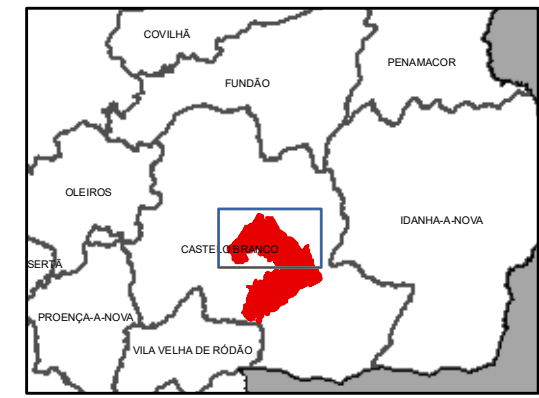
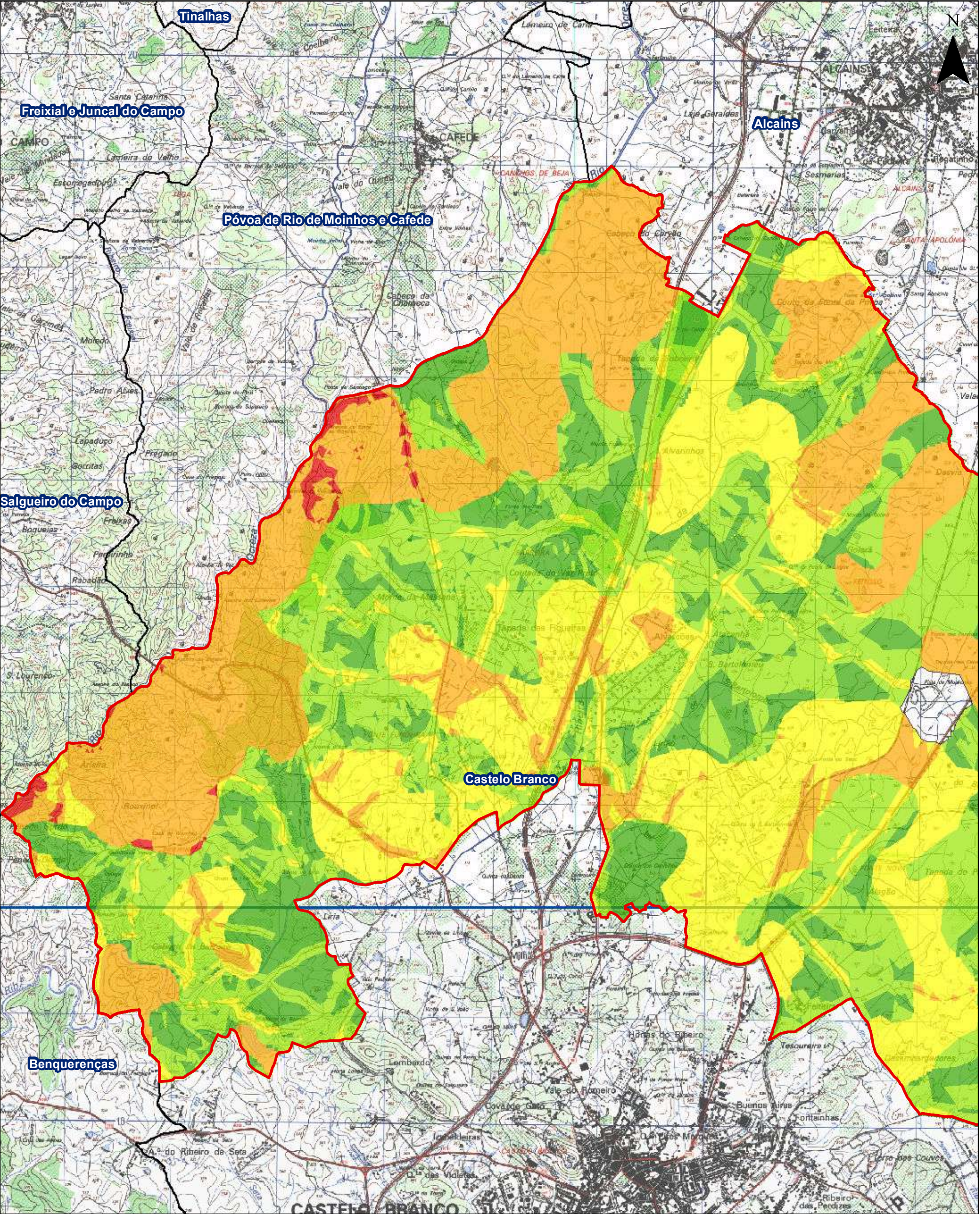
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Perigosidade de Incêndio Florestal :

Nula	Média
Muito baixa	Alta
Baixa	Muito alta

MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000 Mapa n.º 11

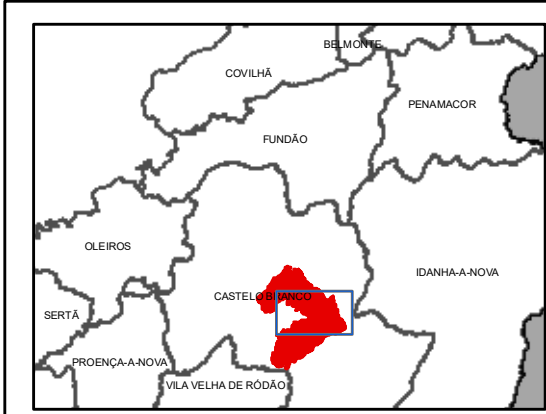
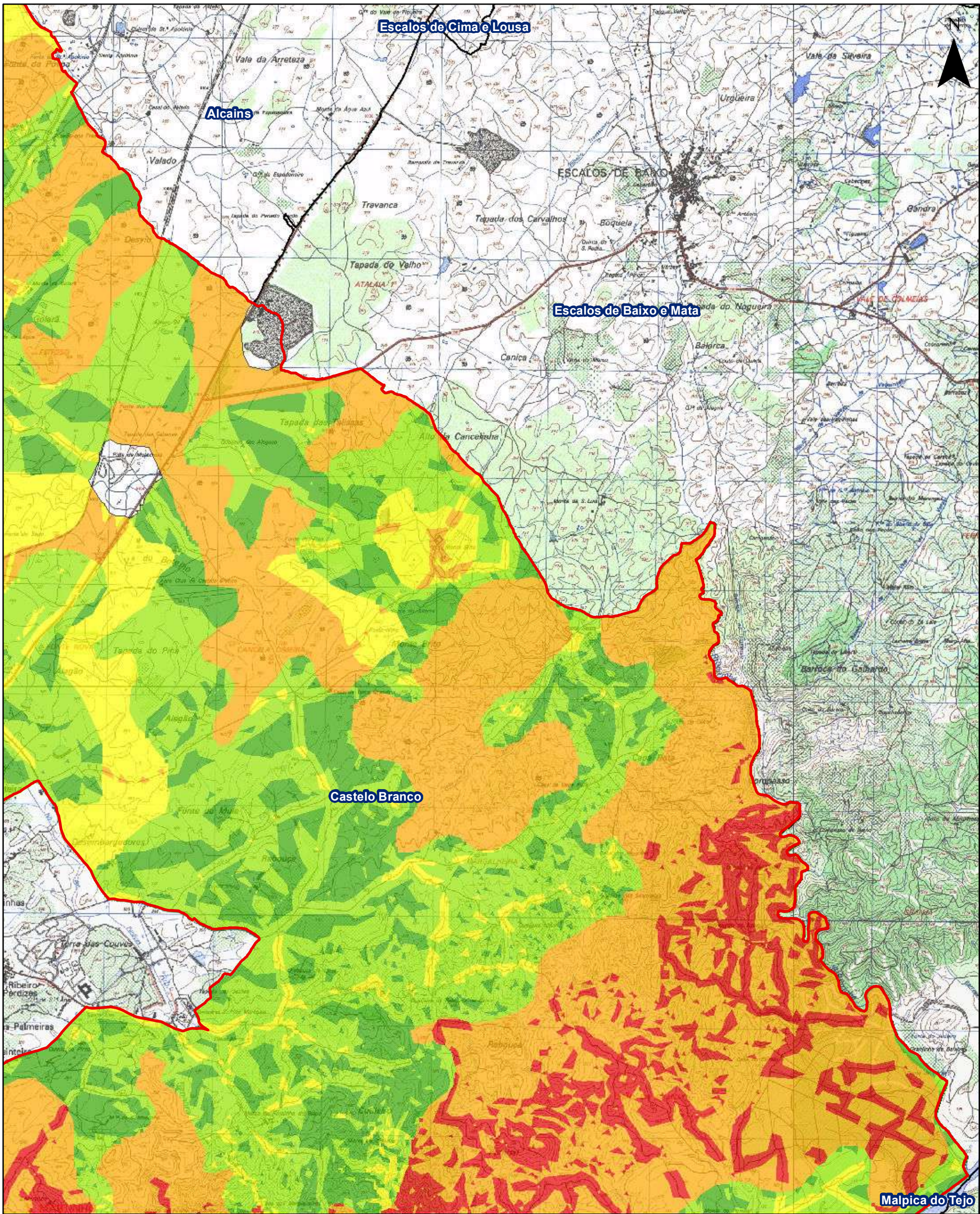
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022

AFLOBEI
Associação de Produtores Florestais do Alentejo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Perigosidade de Incêndio Florestal :

Nula	Média
Muito baixa	Alta
Baixa	Muito alta

MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000 Mapa n.º 12

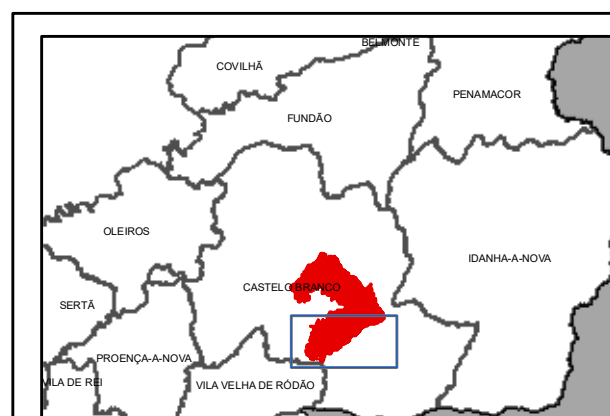
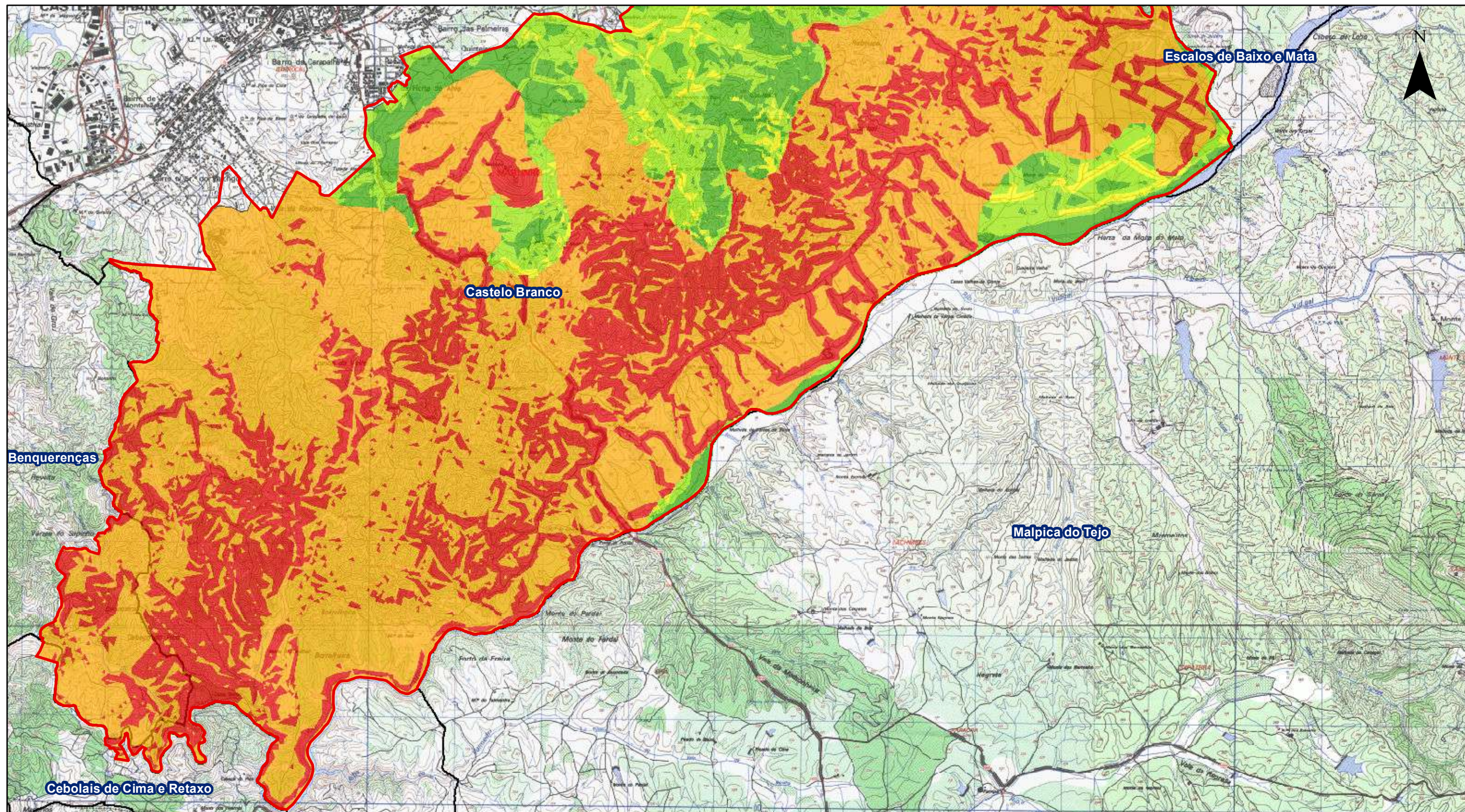
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Perigosidade de Incêndio Florestal :

- Nula
- Média
- Muito baixa
- Alta
- Baixa
- Muito alta

MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 13

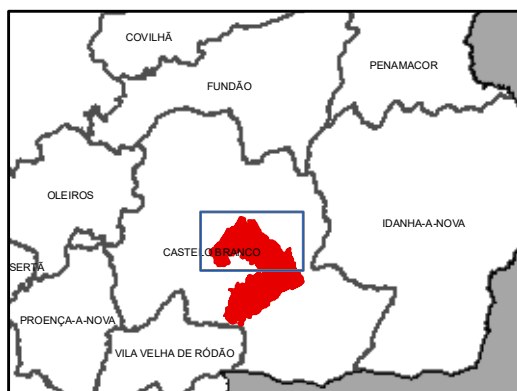
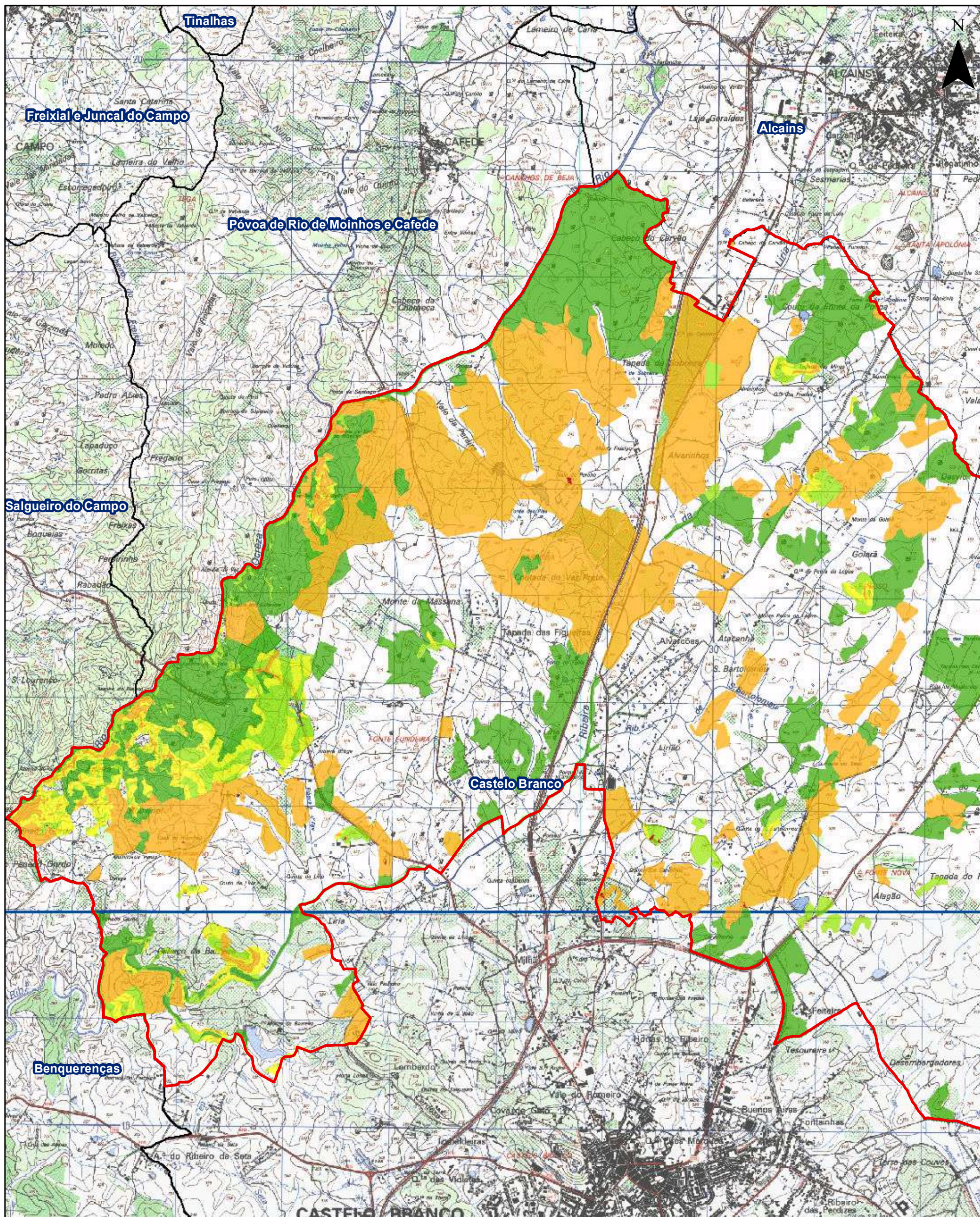
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

Espanha



Limites Administrativos - Freguesias

ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Risco de Incêndio Florestal :

Muito baixo

Alto

Baixo

Muito alto

Médio

**MAPA DE RISCO
DE INCÊNDIO FLORESTAL
ZIF DE CASTELO BRANCO**

1:33 000

Mapa n.º 14

Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

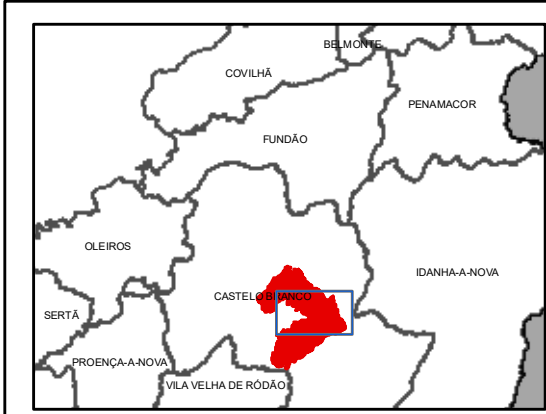
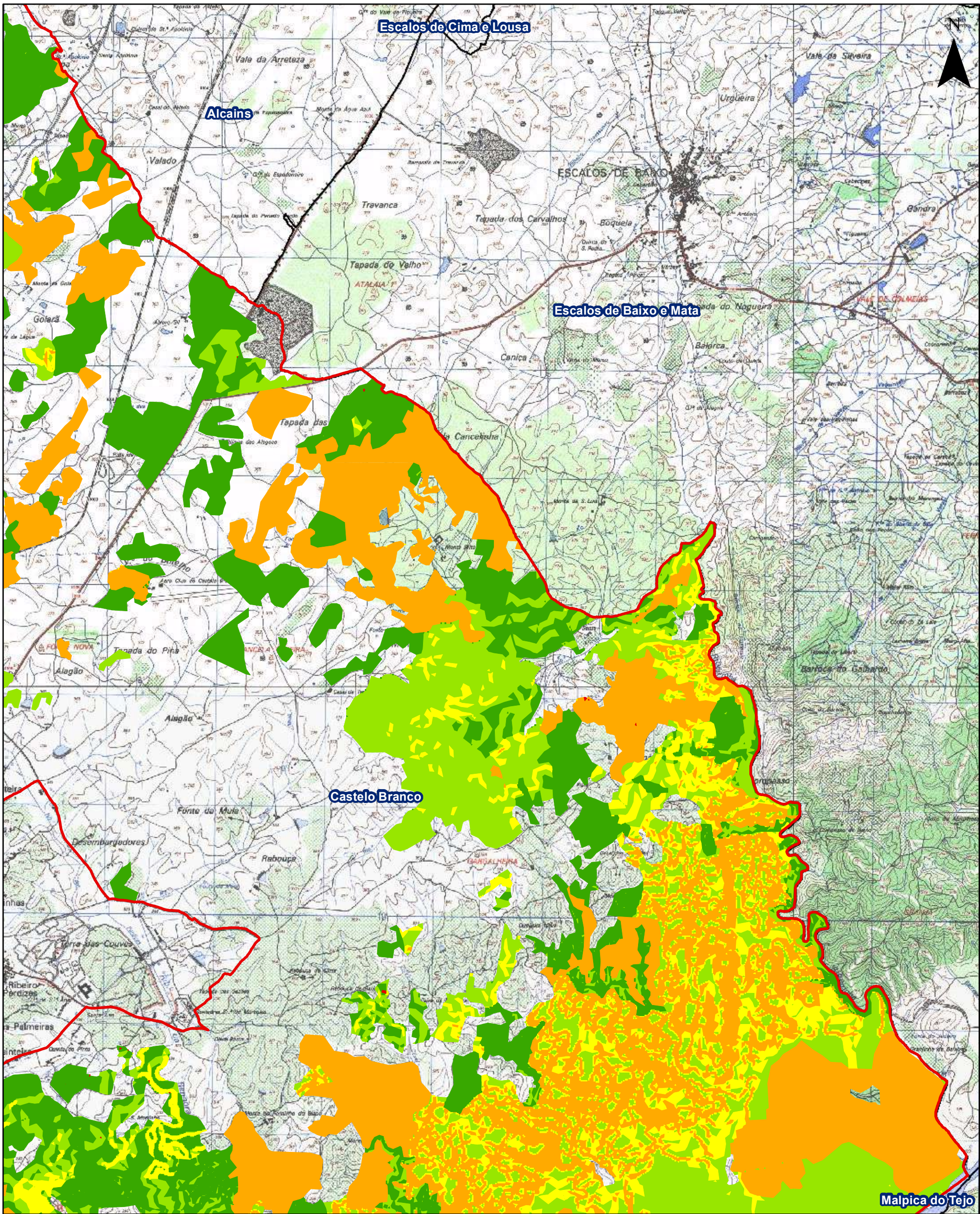
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Produtores
Florestais
do Alentejo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Risco de Incêndio Florestal :

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000 Mapa n.º 15

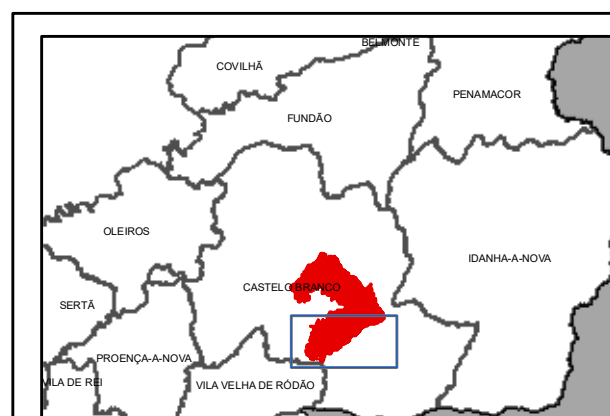
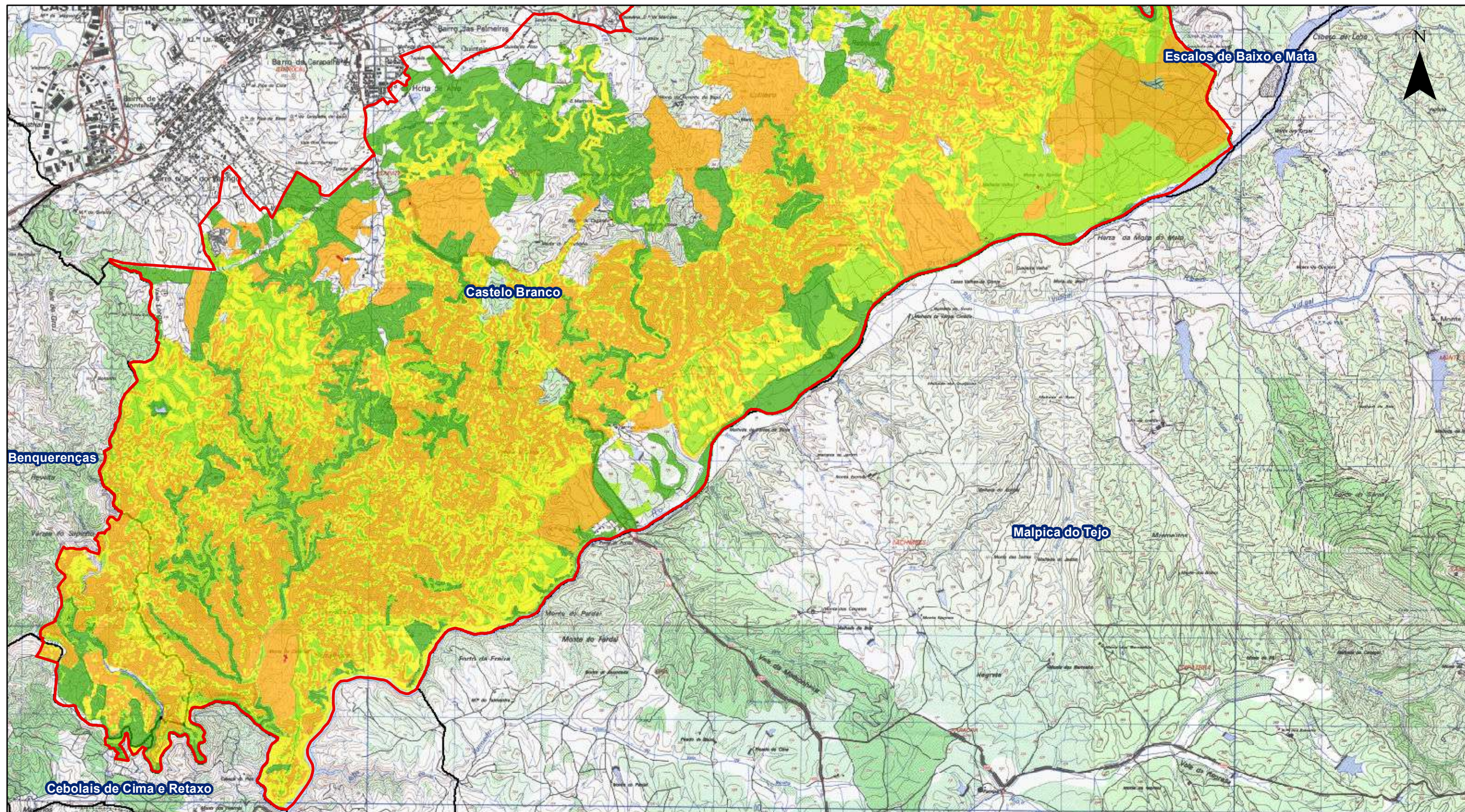
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022

AFLOBEI
Associação de Produtores Florestais do Alentejo



Enquadramento :

Espanha
 Limites Administrativos - Freguesias

ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Risco de Incêndio Florestal :

Muito baixo
 Alto
 Baixo
 Muito alto
 Médio

MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 16

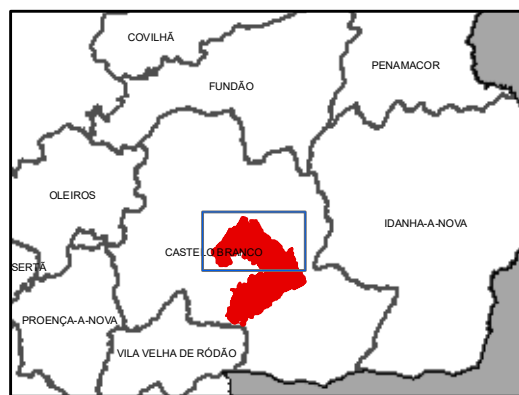
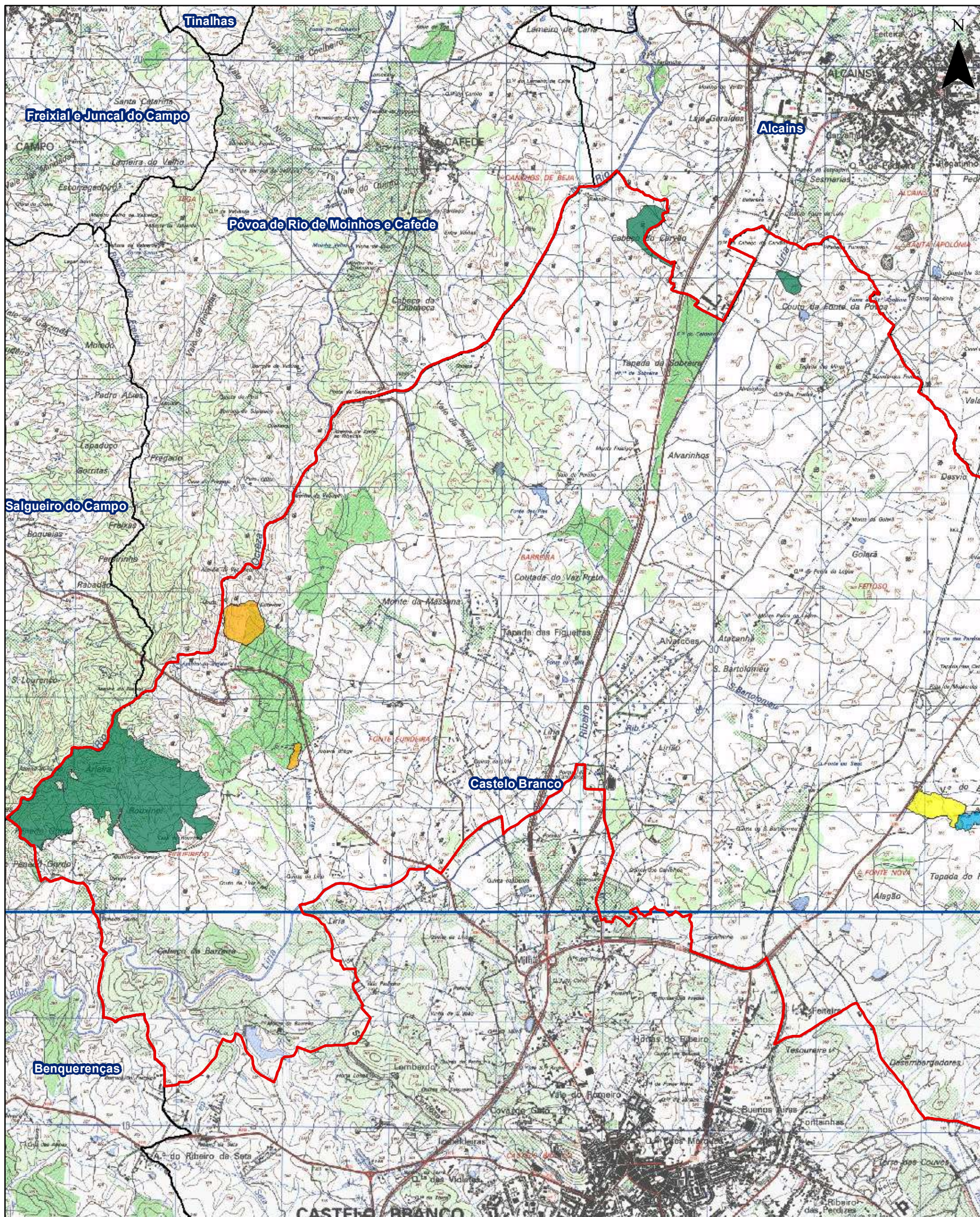
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

Espanha



Limites Administrativos - Freguesias

ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Área Ardida :

Ano de 2011

Ano de 2014

Ano de 2015

Ano de 2016

MAPA DE ÁREA ARDIDA ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 17

Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

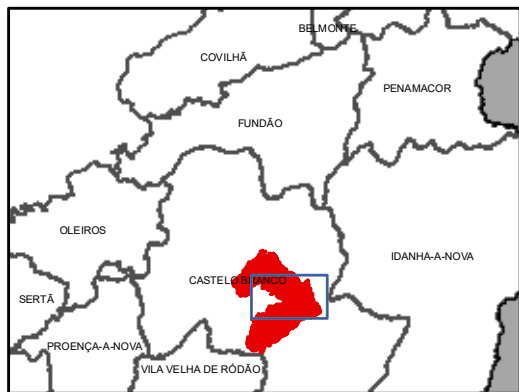
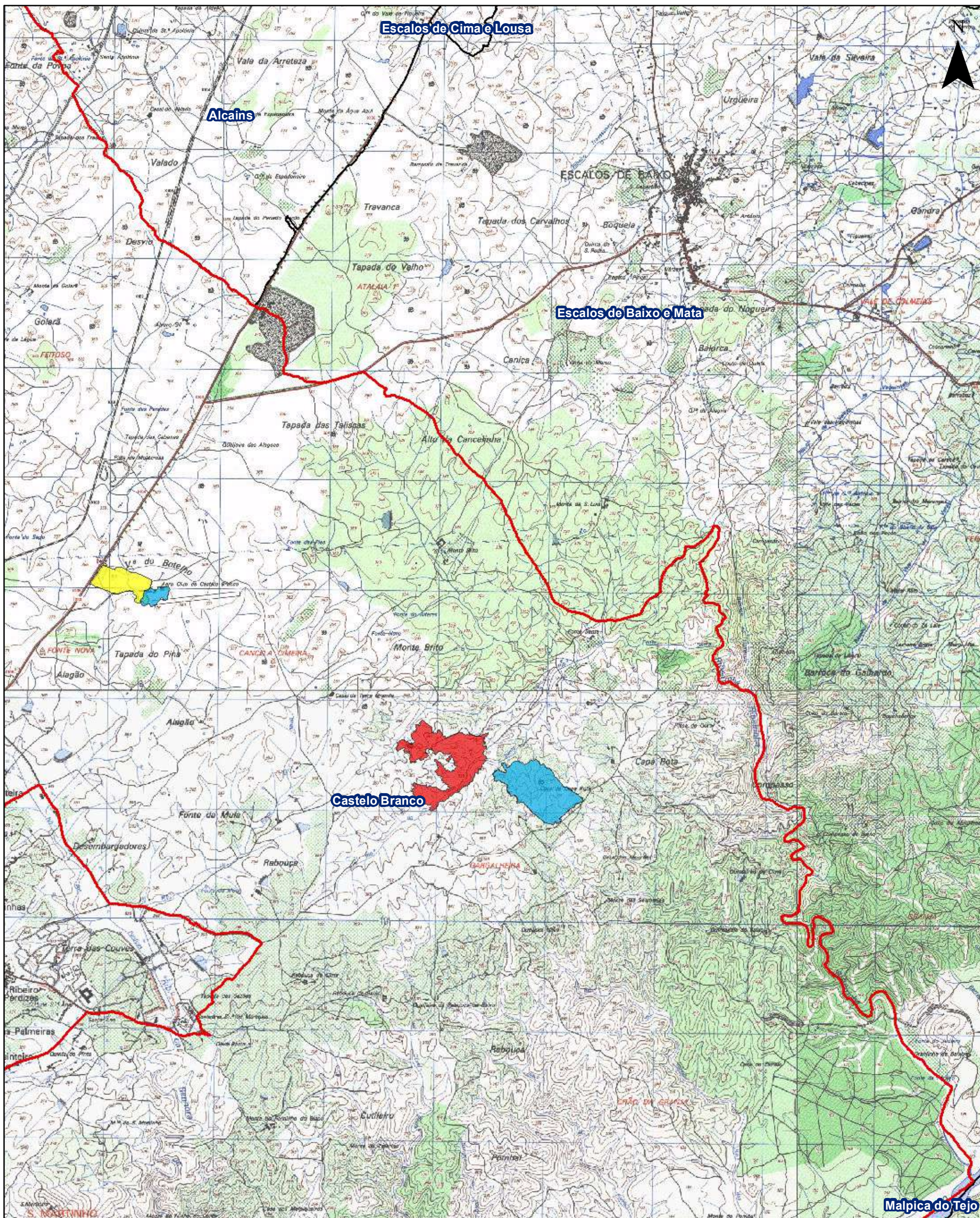
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Produtores
Florestais
do Alentejo



Enquadramento :

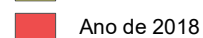
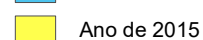


Limites Administrativos - Freguesias



ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Risco de Incêndio Florestal :



MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 18

Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

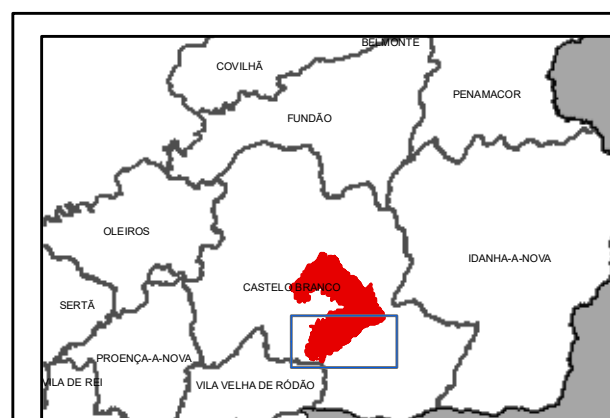
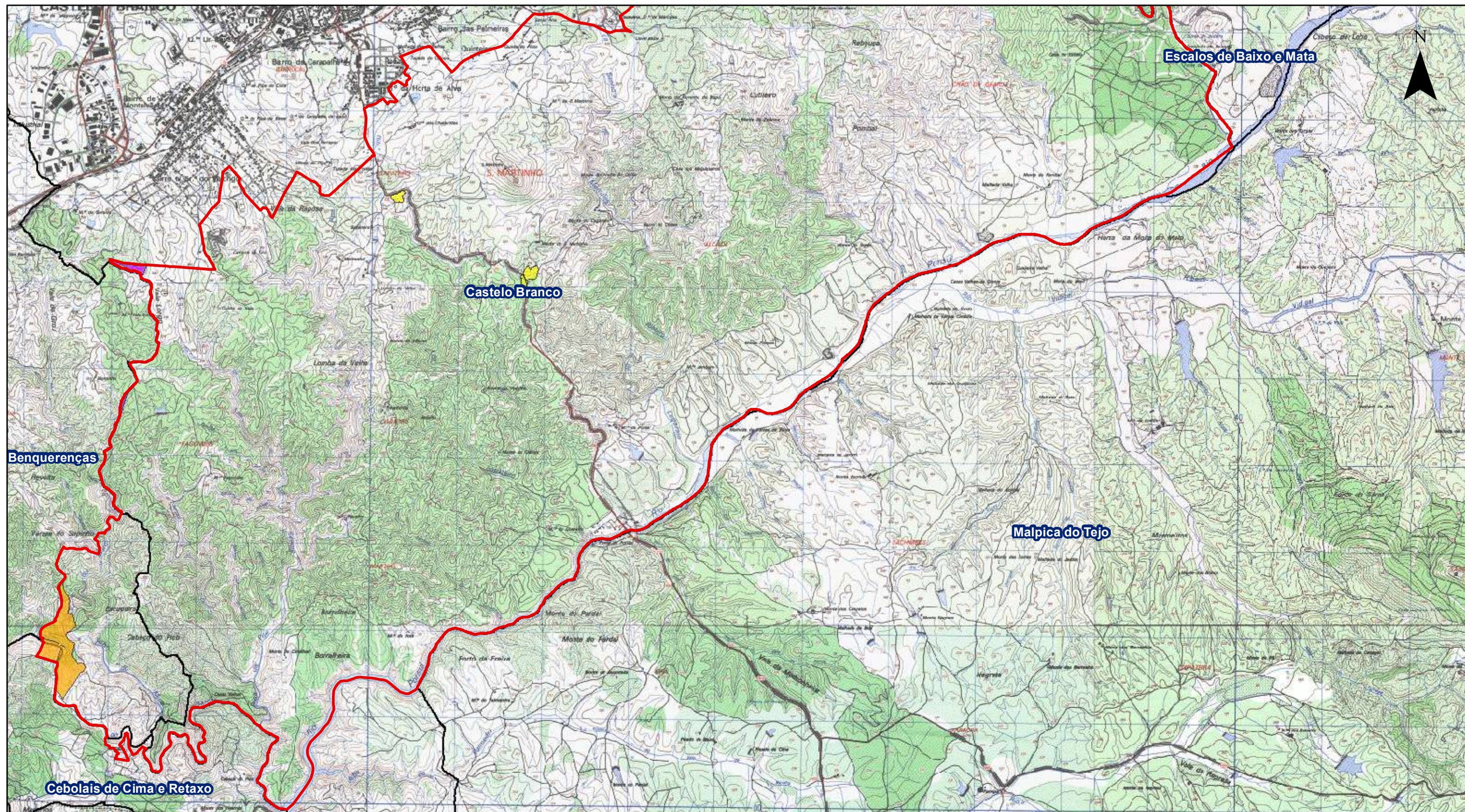
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de
Produtores
Florestais
do Alentejo



Enquadramento :

Espanha
 Limites Administrativos - Freguesias

ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Área Ardida :

Ano de 2015

Ano de 2016

Ano de 2017

MAPA DE ÁREA ARDIDA ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 19

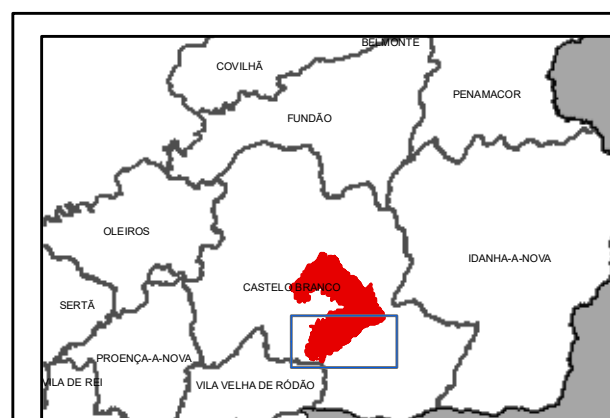
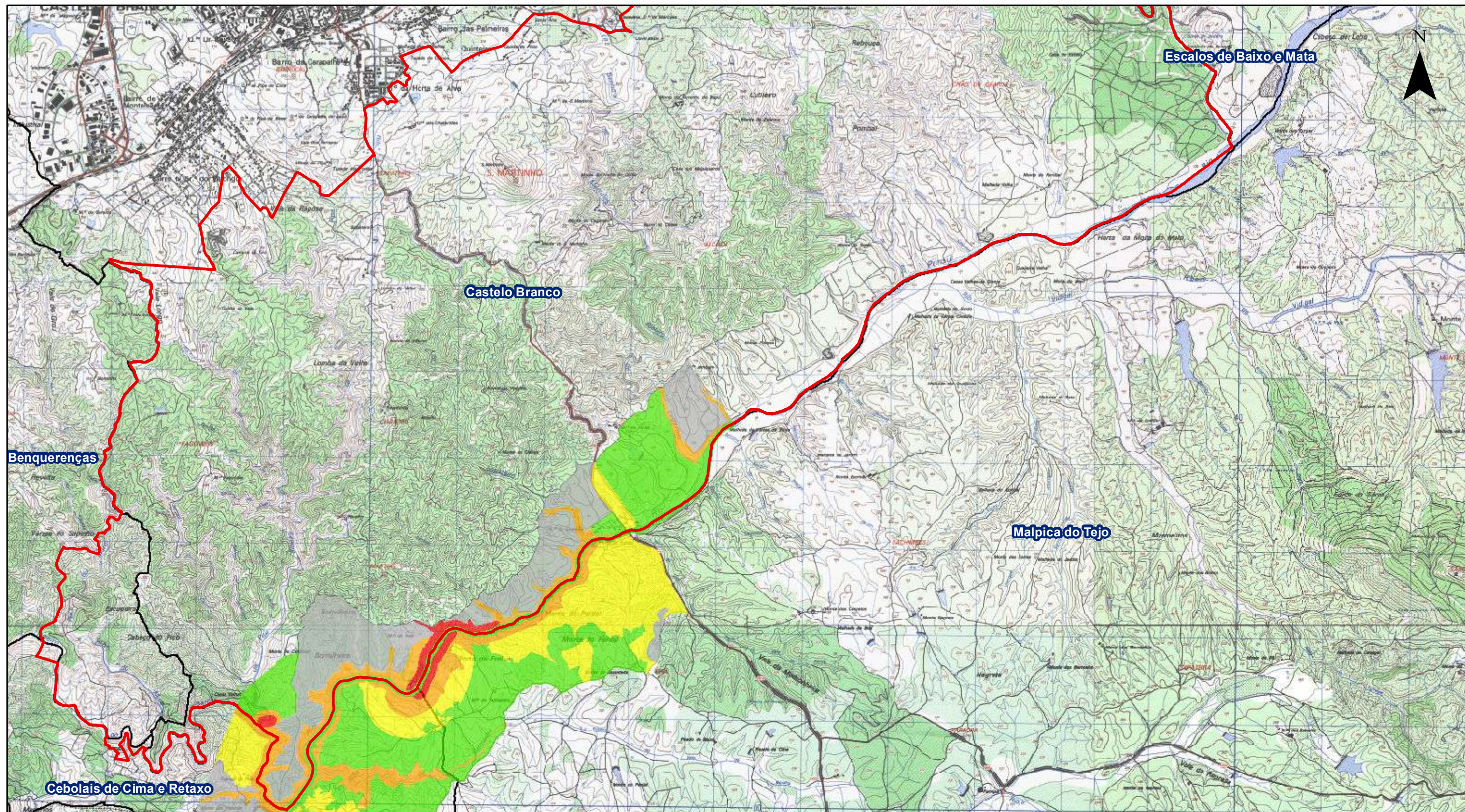
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Tipo de Regime de Proteção :

- PC2 - Protecção Complementar (Tipo 2)
- PP1 - Protecção Parcial (Tipo 1)
- PC1 - Protecção Complementar (Tipo 1)
- PT - Protecção Total
- PP2 - Protecção Parcial (Tipo 2)

MAPA DE REGIMES DE PROTEÇÃO (PNTI) ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 20

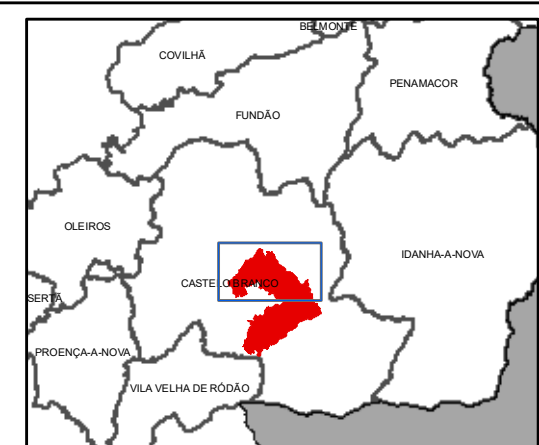
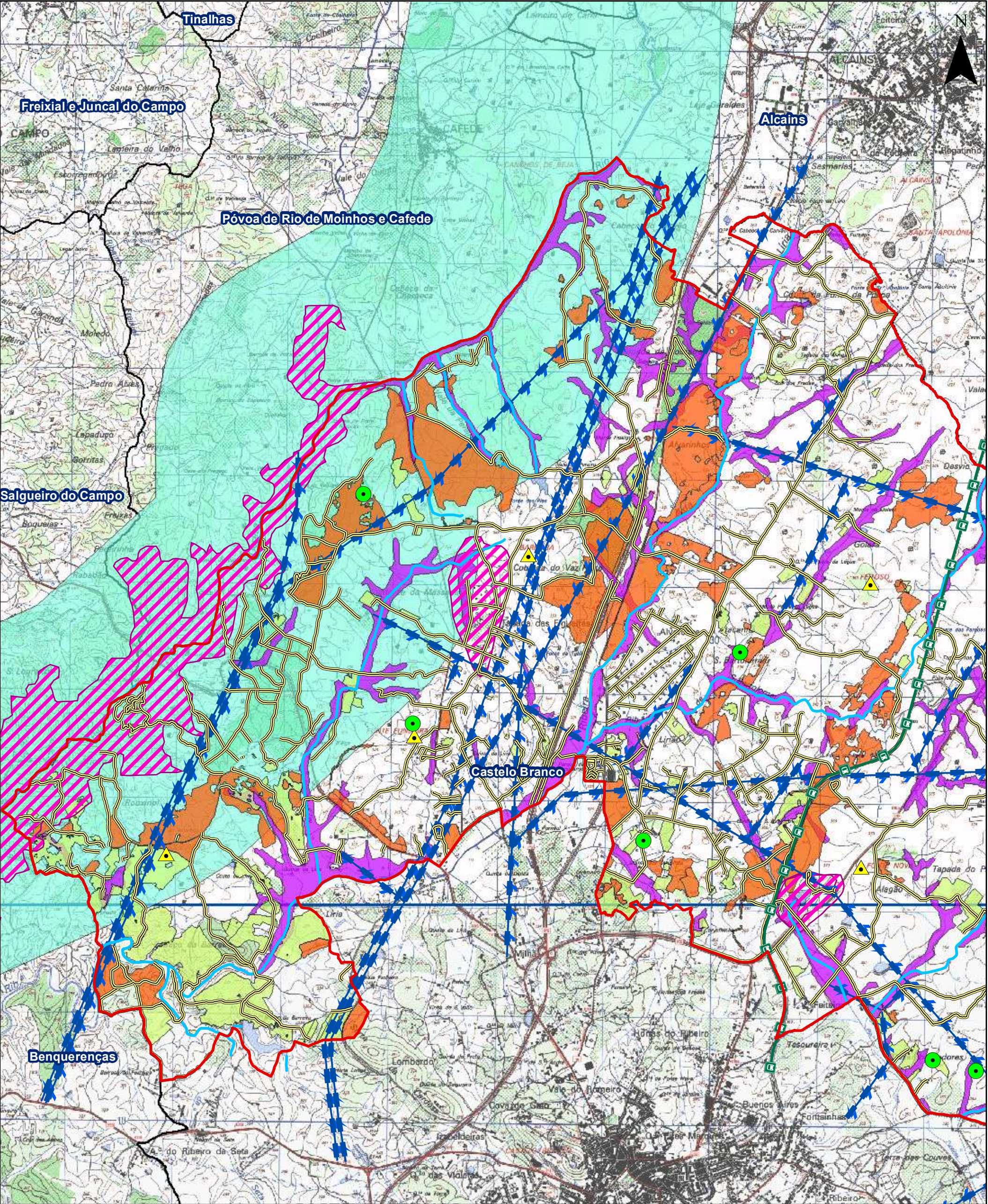
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

Espanha	Limites Administrativos - Freguesias
ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha	

Tipo de Servidão / Restrição de Útilidade Pública :

Património Arqueológico	Gasoduto	Reserva Ecológica Nacional
Vértices Geodésicos	Rede Elétrica Média Tensão	Reserva Agrícola Nacional
Rede Ferroviária	Rede Elétrica M. Alta Tensão	Corredor Ecológico
Rede Viária	Área de Olival	
Linhas de Água	Áreas de Quercíneas	

MAPA DE SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE ÚTILIDADE PÚBLICA ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000	Mapa n.º 21
-----------------	--------------------

Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

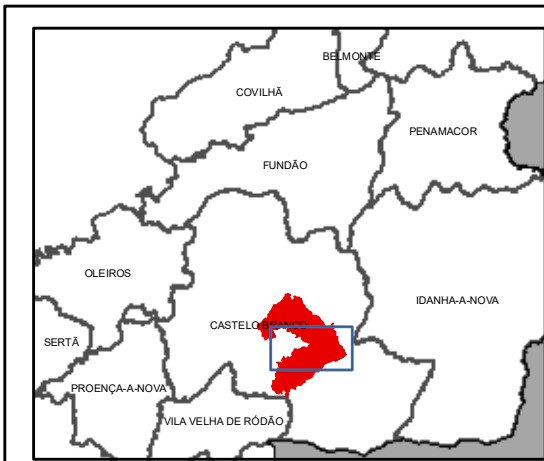
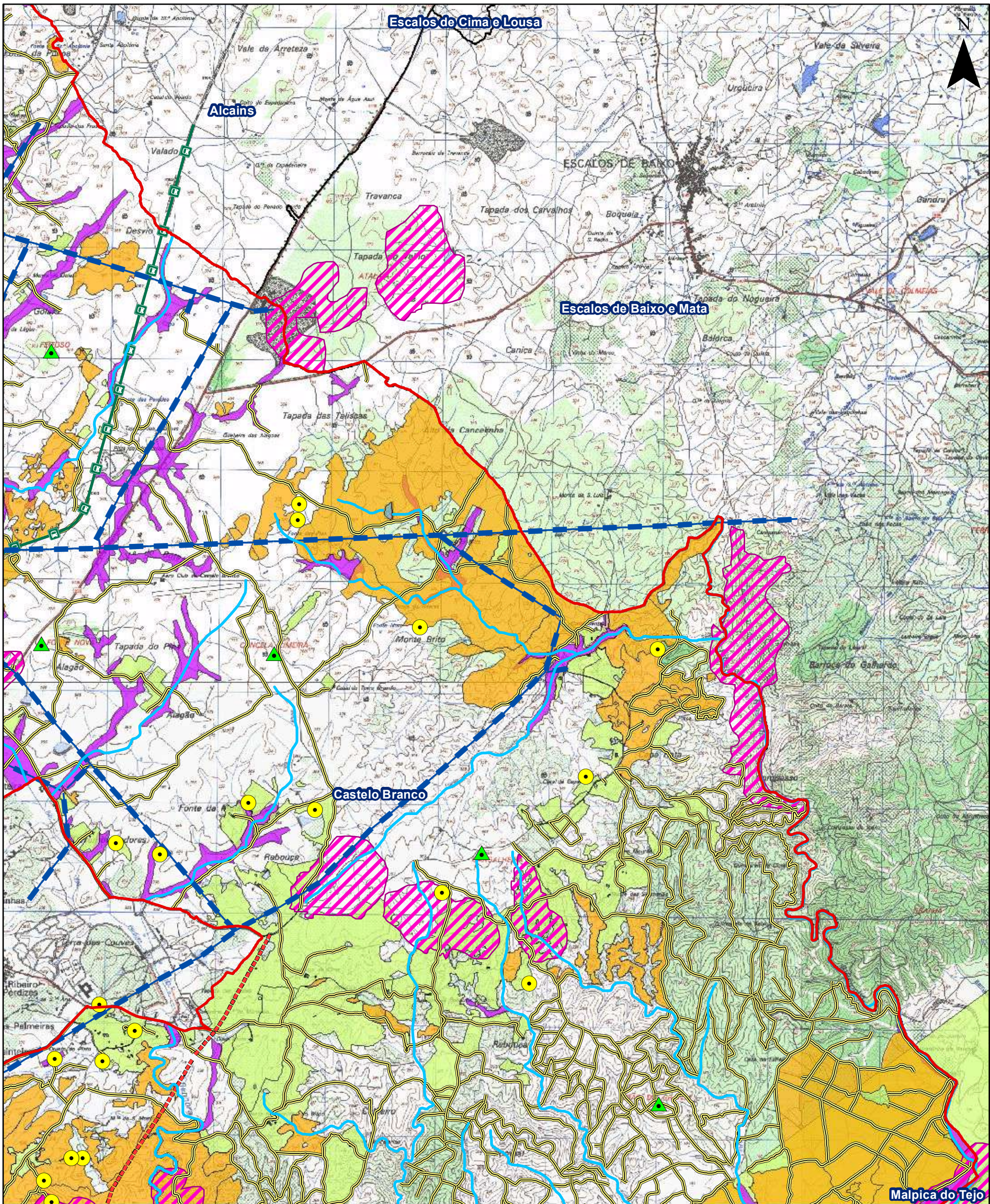
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Associação de Produtores Florestais do Alentejo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Tipo de Servidão / Restrição de Utilidade Pública :

- Vértices Geodésicos
- Património Arqueológico
- Linhas de Água
- Rede Viária
- Rede Ferroviária
- Gasoduto
- Rede Elétrica Média Tensão
- Área de Olival
- Áreas de Quercíneas
- Reserva Ecológica Nacional
- Reserva Agrícola Nacional
- Corredor Ecológico

**MAPA DE SERVIDÕES E RESTRIÇÕES
DE ÚTILIDADE PÚBLICA
ZIF DE CASTELO BRANCO**

1:32 000

Mapa n.º 22

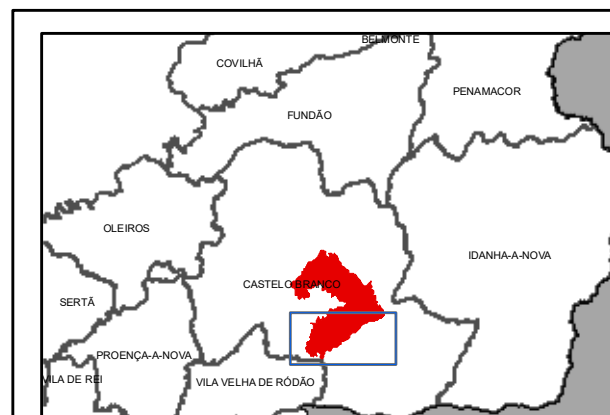
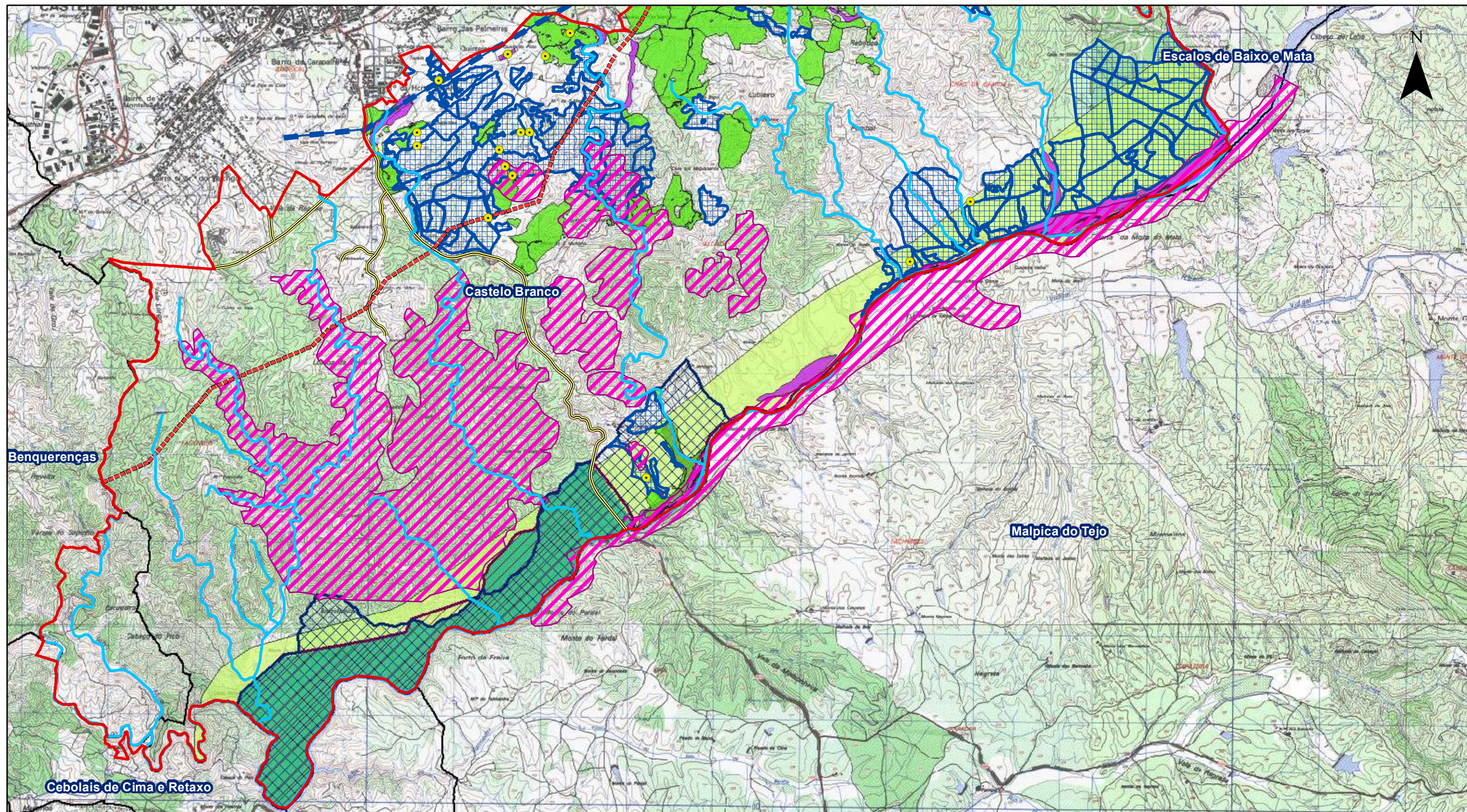
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Tipo de Servidão / Restrição de Utilidade Pública :

- Património Arqueológico
- Linhas de Água
- Rede Viária
- Gasoduto
- Rede Elétrica Média Tensão
- Área de Olival
- Áreas de Quercíneas
- Reserva Ecológica Nacional
- Reserva Agrícola Nacional
- Parque Natural do Tejo Internacional
- IBA do Tejo Internacional (PT013)
- Zona de Proteção Especial do Tejo Internacional (PTZPE0042)
- Corredor Ecológico

MAPA DE SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE ÚTILIDADE PÚBLICA ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 23

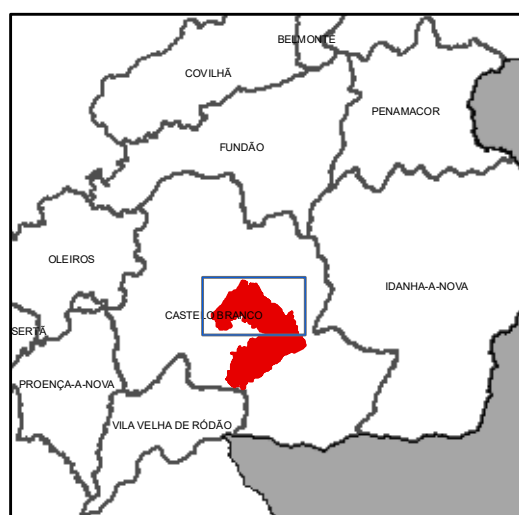
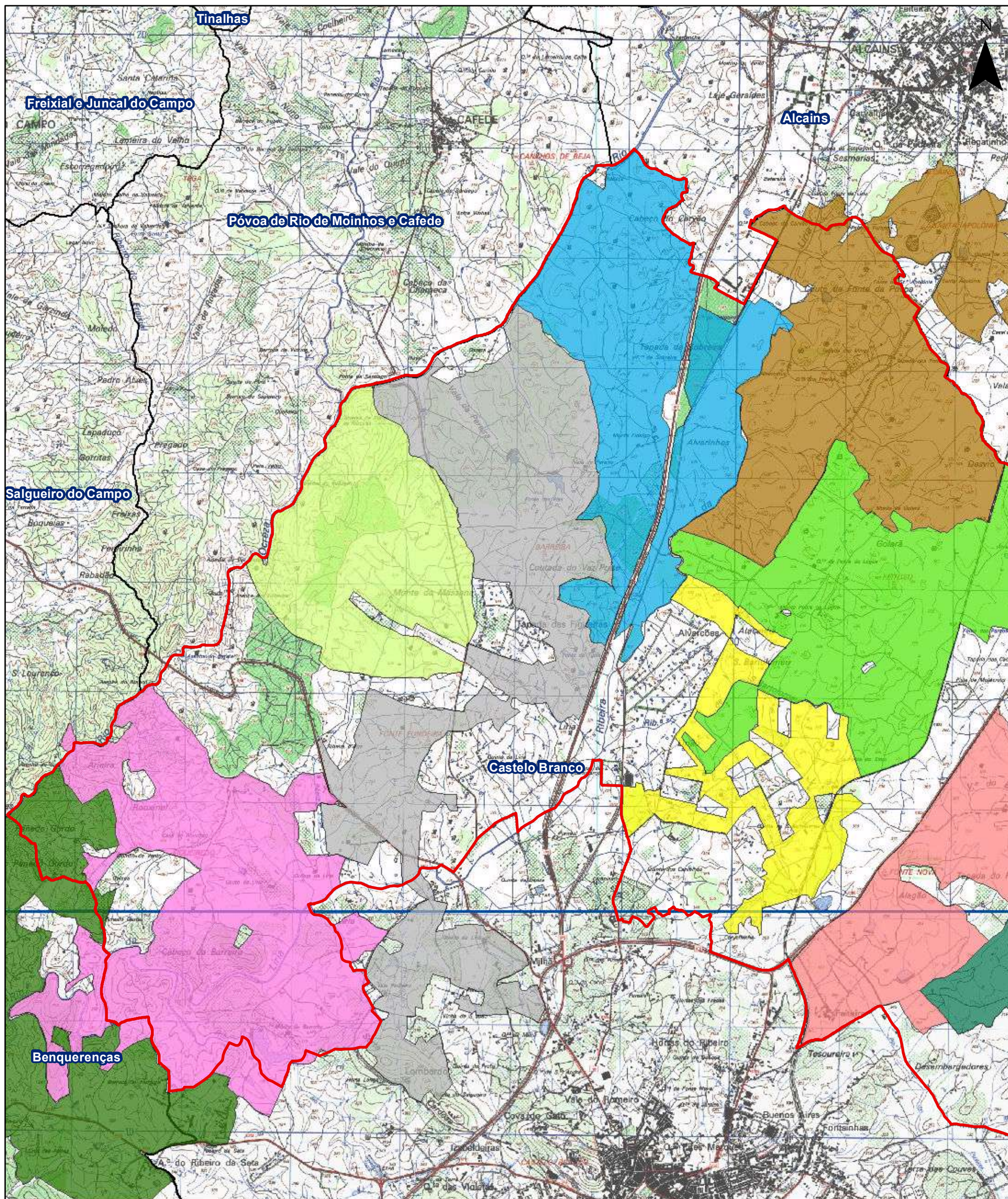
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ónus relevantes para a gestão :

- ZCA Monte Fidalgo (Proc. n.º 1192 - ICNF)
- ZCA Pedra da Lêgua e Outras (Proc. n.º 829 - ICNF)
- ZCA da Feiteira (Proc. n.º 4171 - ICNF)
- ZCA da Tapada da Misericórdia (Proc. n.º 6530 - ICNF)
- ZCA do Alagão II (Proc. n.º 5530 - ICNF)
- ZCA do Monte da Magana (Proc. n.º 7204 - ICNF)
- ZCA do Vale da Pereira (Proc. n.º 5113 - ICNF)
- ZCM da Taberna Seca II (Proc. n.º 6596 - ICNF)
- ZCT da Pedra da Lêgua (Proc. n.º 6531 - ICNF)
- ZCT do Monte da Barreira (Proc. n.º 6140 - ICNF)

MAPA ÓNUS RELEVANTES PARA A GESTÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 24

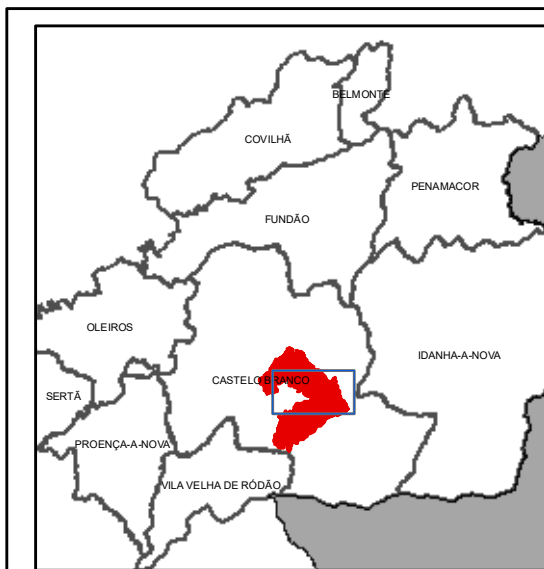
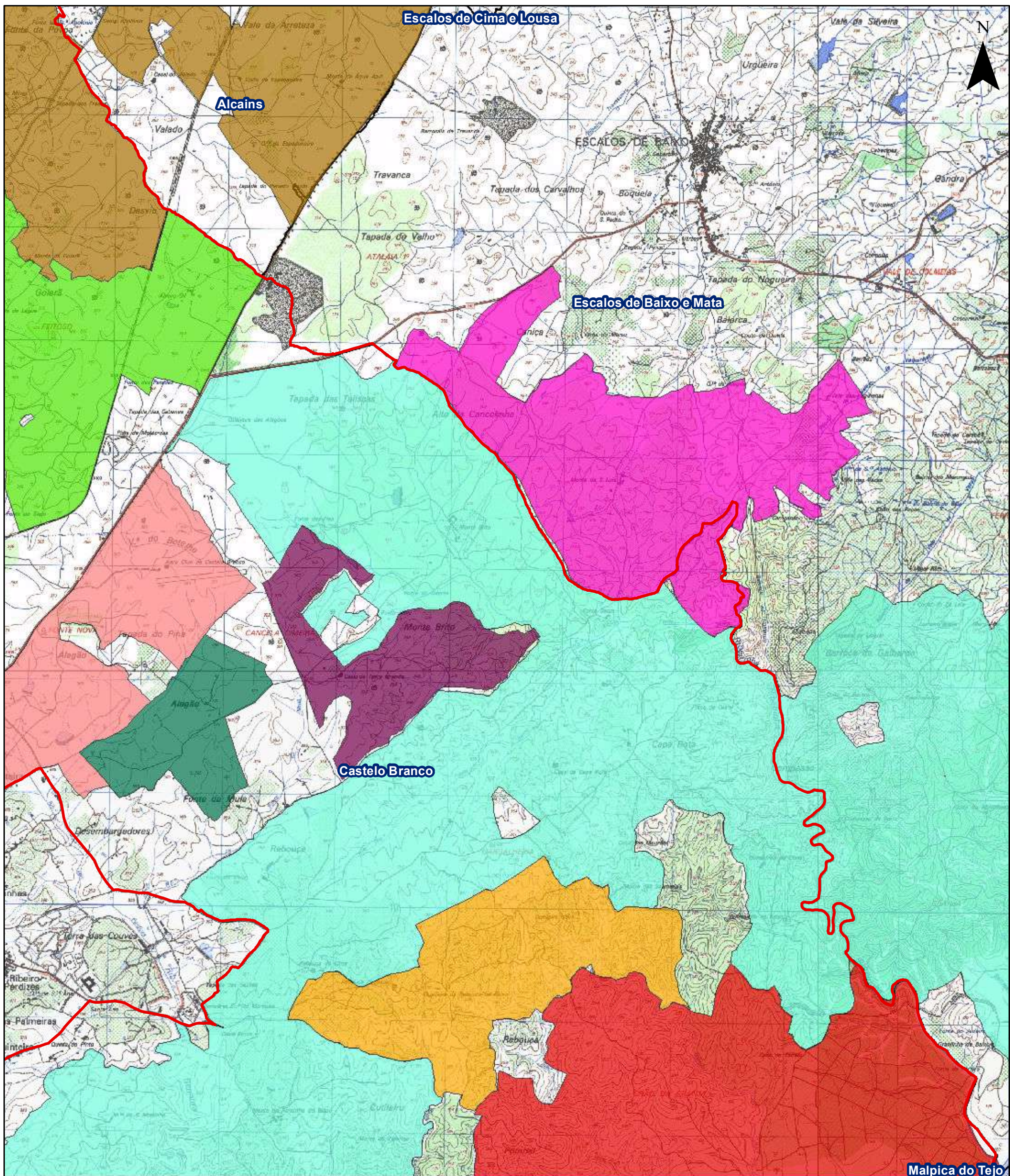
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ónus relevantes para a gestão :

- ZCA Pedra da Légua e Outras (Proc. n.º 829 - ICNF)
- ZCT do Monte de São Luís (Proc. n.º 5626 - ICNF)
- ZCA da Boa Esperança (Proc. n.º 2024 - ICNF)
- ZCA da Feiteira (Proc. n.º 4171 - ICNF)
- ZCA da Reboúça de Baixo (Proc. n.º 4806 - ICNF)
- ZCT da Pedra da Légua (Proc. n.º 6531 - ICNF)
- ZCA do Alagão (Proc. n.º 4104 - ICNF)
- ZCA do Alagão II (Proc. n.º 5530 - ICNF)
- ZCT Pombal (Proc. n.º 4871 - ICNF)

MAPA DE ÓNUS RELEVANTES PARA A GESTÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 25

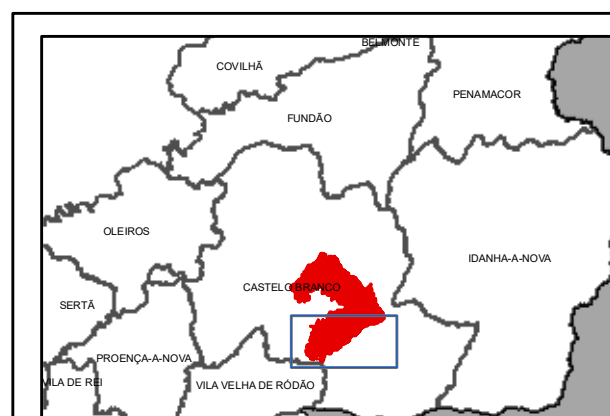
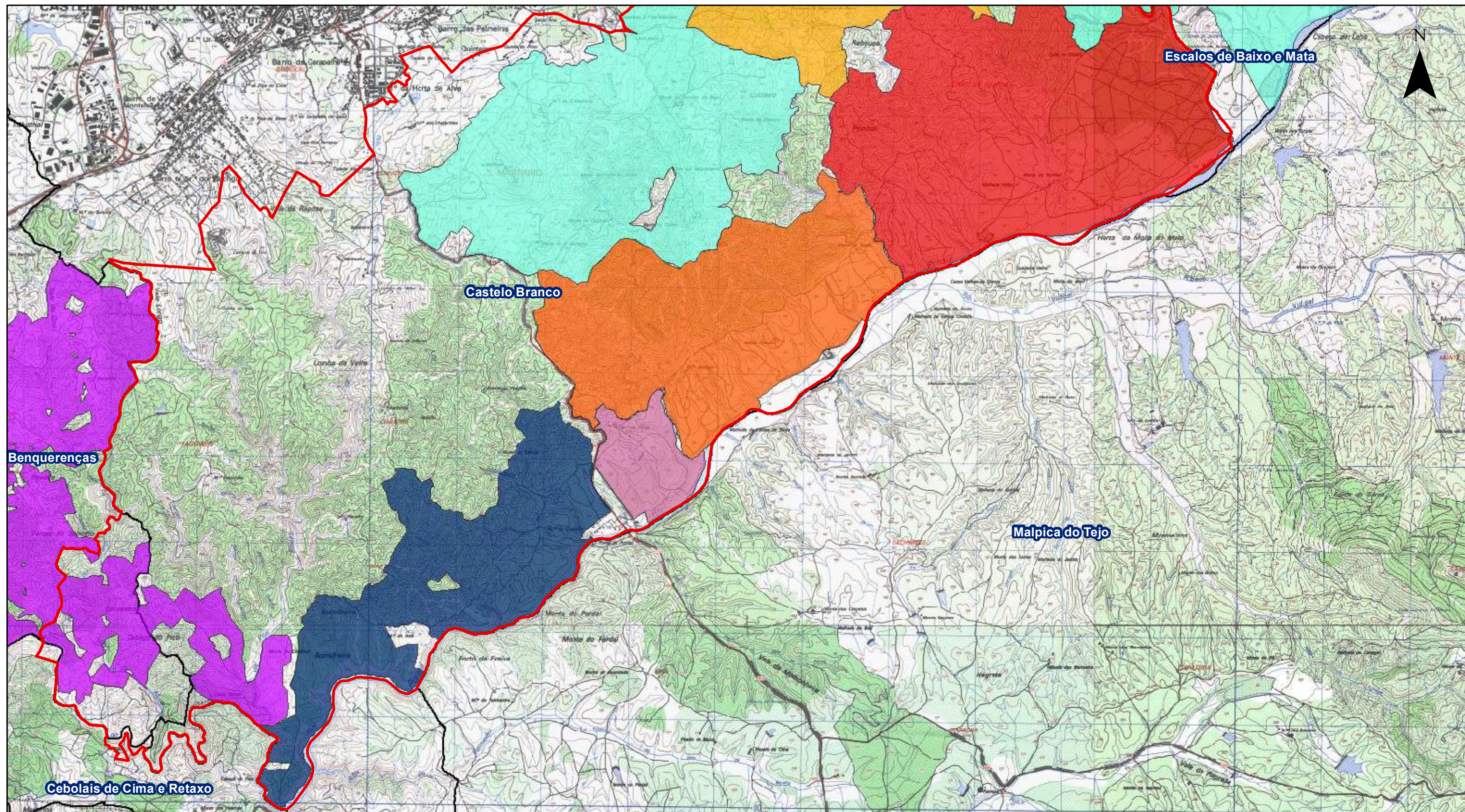
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ónus relevantes para a gestão :

- ZCA Maxiais (Proc. n.º 2185 - ICNF)
- ZCA da Boa Esperança (Proc. n.º 2024 - ICNF)
- ZCA da Rebouça de Baixo (Proc. n.º 4806 - ICNF)
- ZCA do Monte da Ponte (Proc. n.º 6943 - ICNF)
- ZCT Pombal (Proc. n.º 4871 - ICNF)
- ZCT Ponsul (Proc. n.º 5659 - ICNF)
- ZCT do Monte Chaveiro, Pote e Borralheiro (Proc. n.º 6936 - ICNF)

MAPA DE ÓNUS RELEVANTES À GESTÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 26

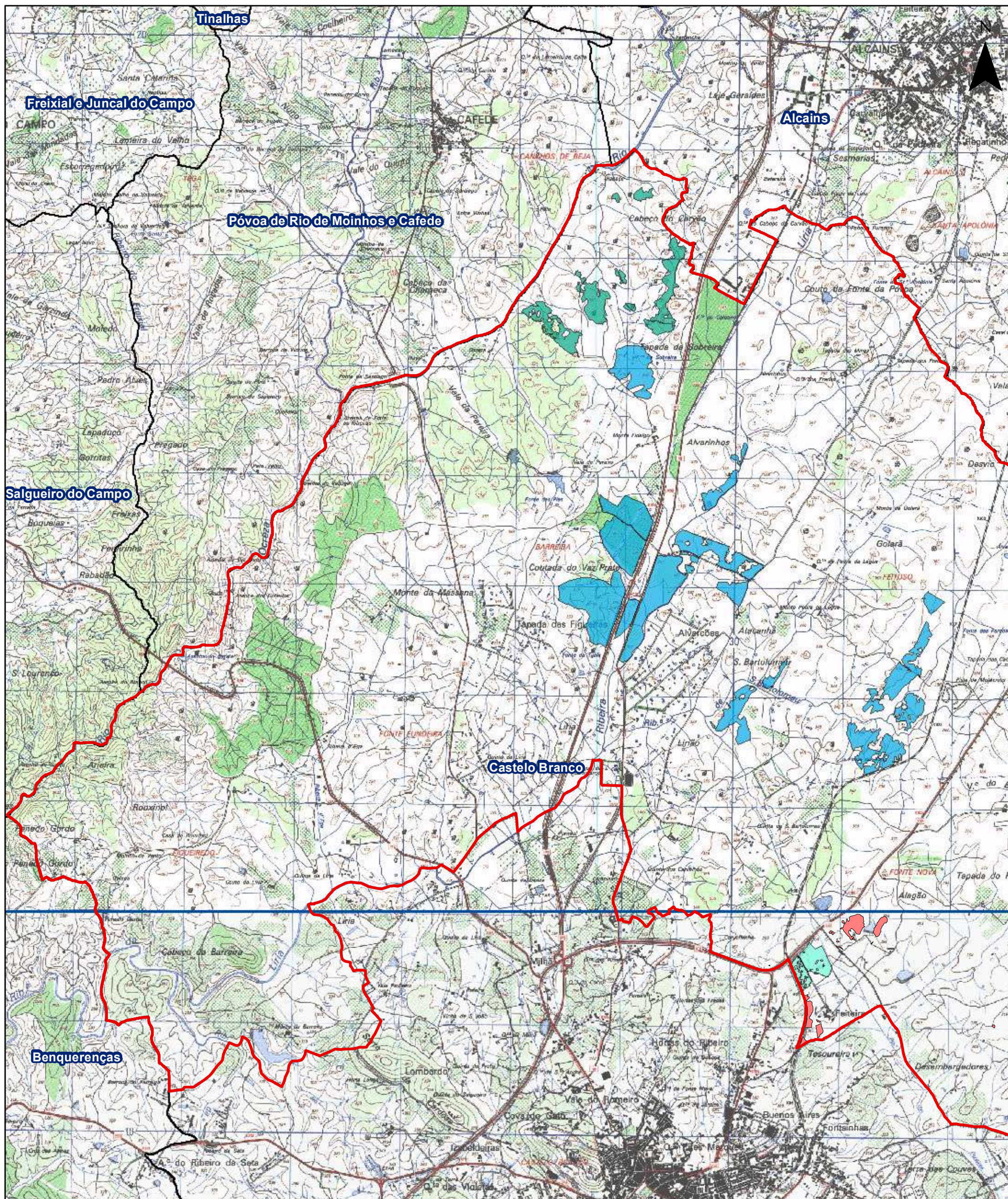
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ónus relevantes para a gestão :

- PA25976-OP8.1.3 - Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
- PA16926-OP8.1.5 - Intervenções Quercíneas
- PA40503-OP8.1.5 - Reabilitar povoaamentos
- PA50095-OP8.1.5 - Intervenções Folhosas e Resinosas

MAPA ÓNUS RELEVANTES PARA A GESTÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 27

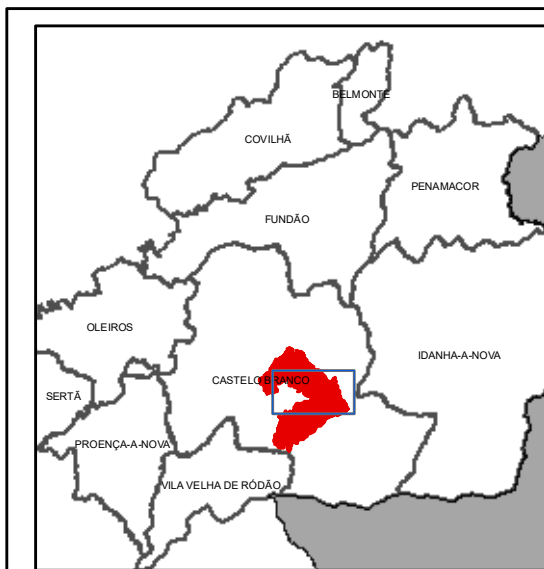
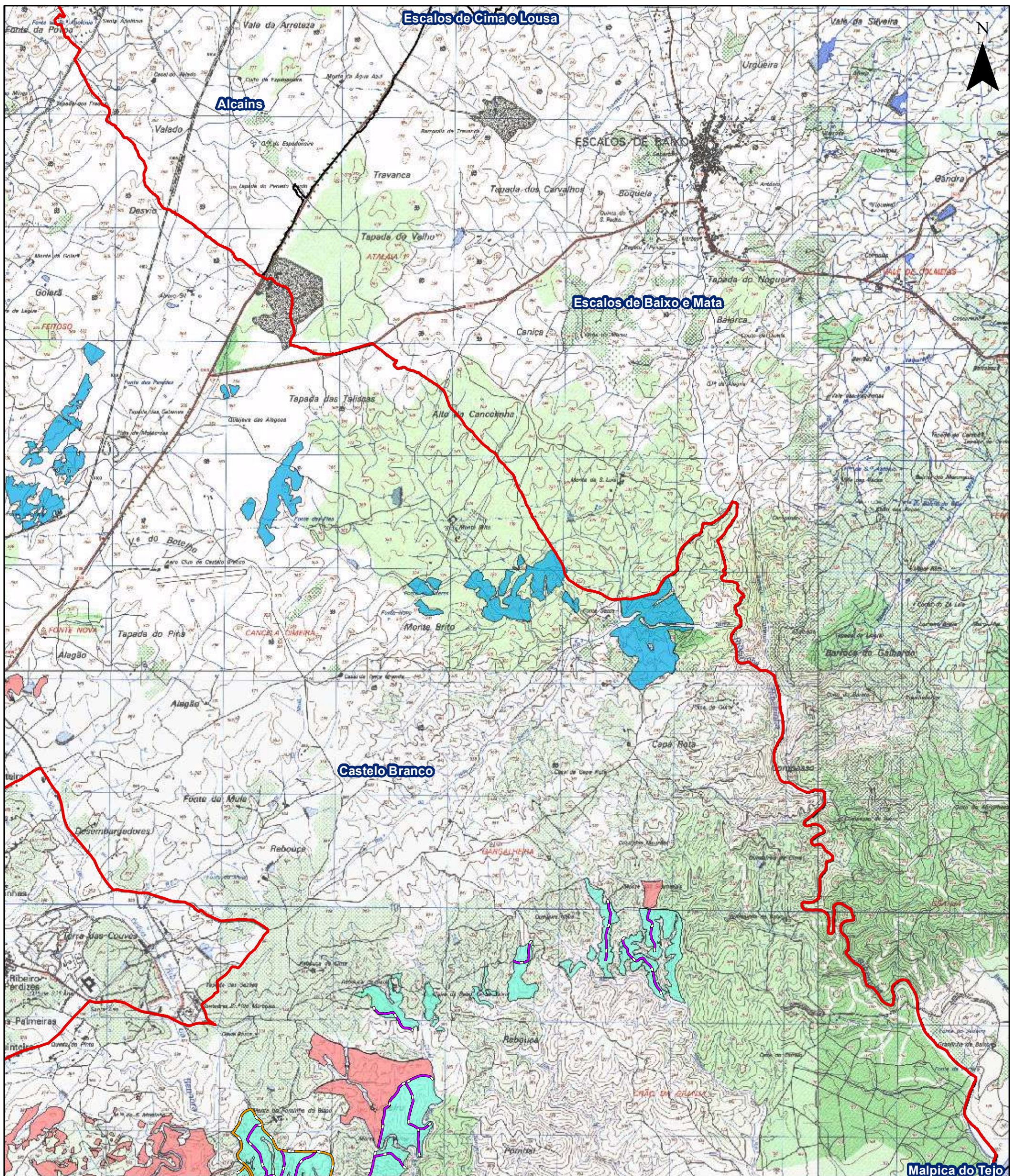
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ónus relevantes para a gestão :

- PA25976, OP8.1.3, Beneficiação da RVF
- PA50095, OP8.1.5, Beneficiação da RVF
- PA50095, OP8.1.5, Beneficiação da Rede Divisional
- PA16926-OP8.1.5 - Intervenções Quercíneas
- PA25976-OP8.1.3 - Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
- PA50095-OP8.1.5 - Intervenções Folhosas e Resinosas

MAPA DE ÓNUS RELEVANTES PARA A GESTÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 28

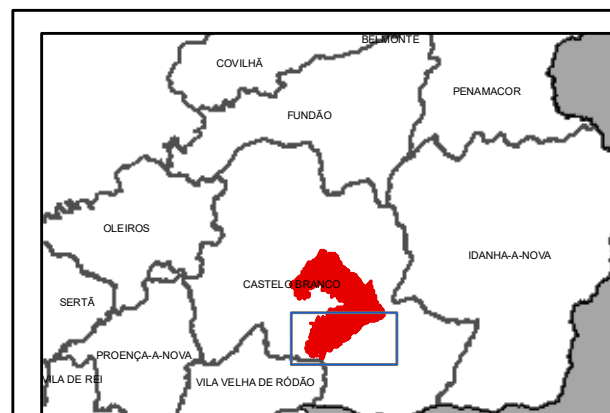
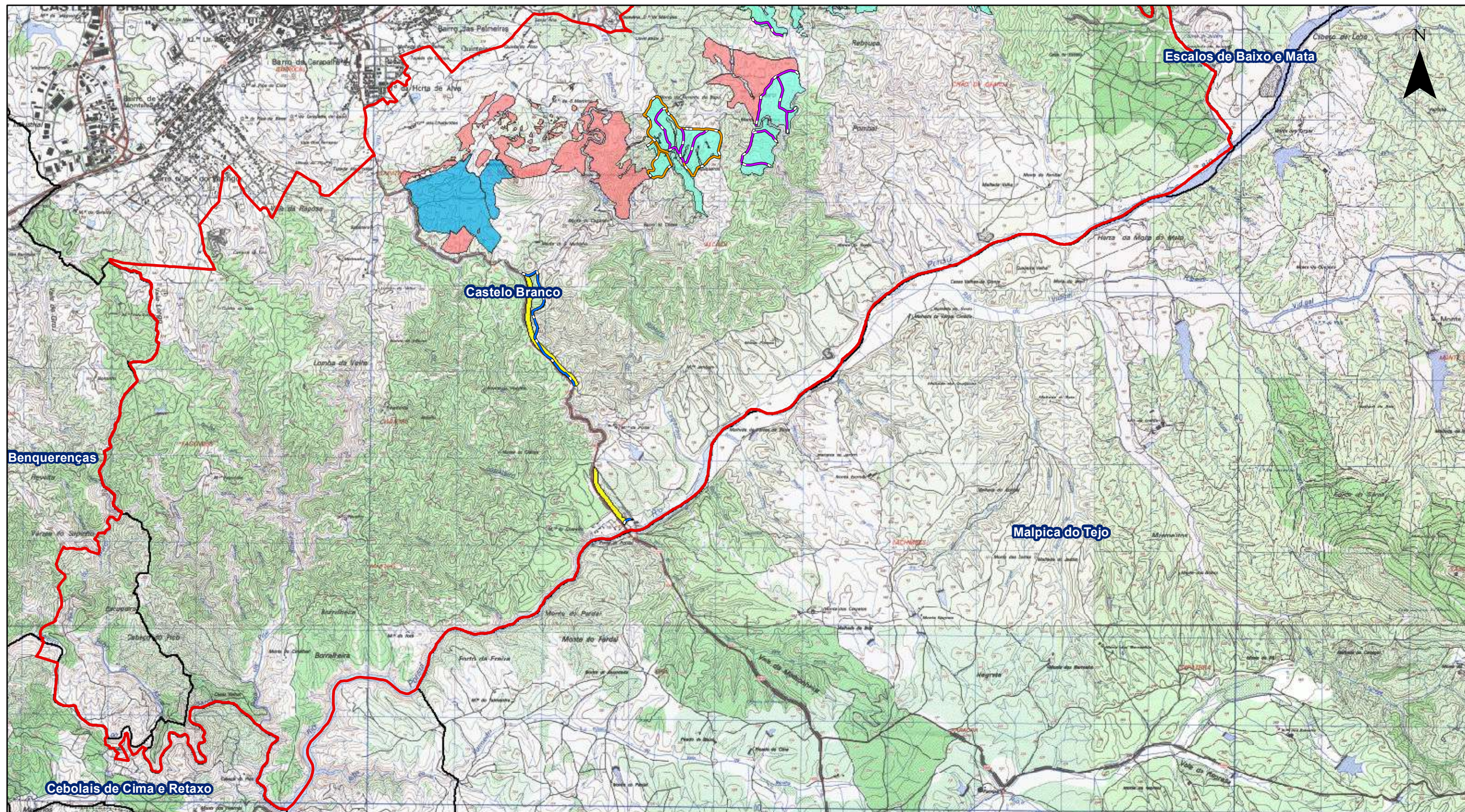
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ónus relevantes para a gestão :

- PA25976, OP8.1.3, Beneficiação da RVF
- PA50095, OP8.1.5, Beneficiação da RVF
- PA50095, OP8.1.5, Beneficiação da Rede Divisional
- PA16926-OP8.1.5 - Intervenções Quercíneas
- PA25976-OP8.1.3 - Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
- PA25976-OP8.1.3 - Rede Primária
- PA50095-OP8.1.5 - Intervenções Folhosas e Resinosas

MAPA DE ÓNUS RELEVANTES À GESTÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 29

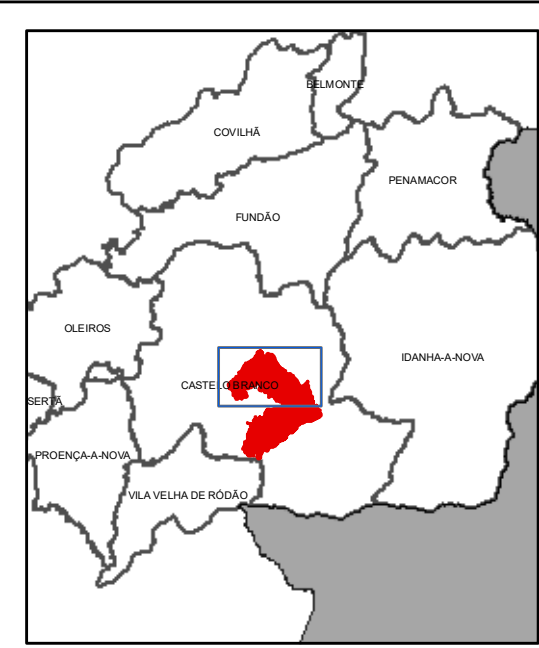
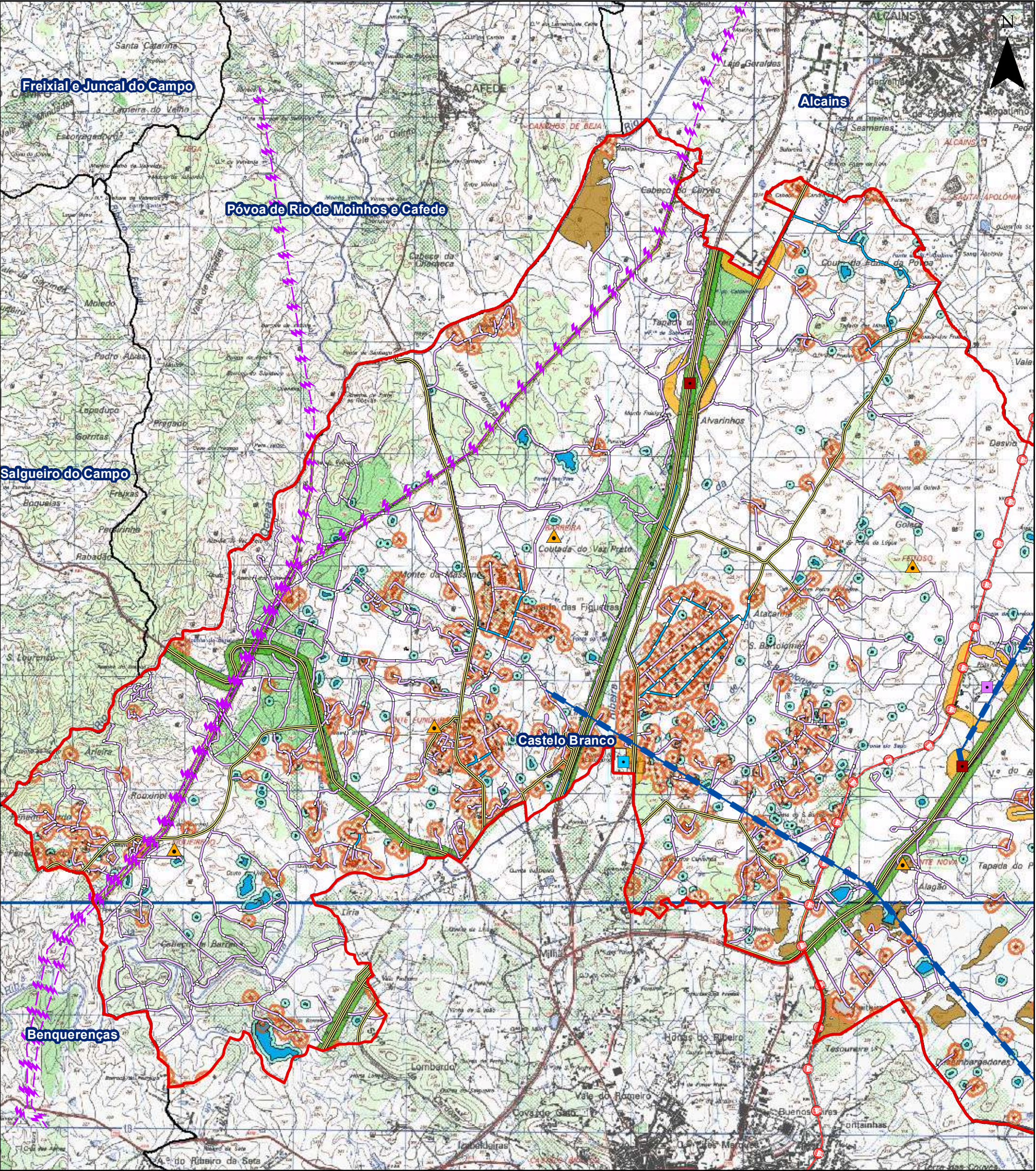
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

■ Espanha □ Limites Administrativos - Freguesias □ ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Infraestruturas DFCI e Outras :

▲ Vértices Geodésicos — Rede Viária ■ Infraestruturas ■ Superfícies Aquáticas
— Rede Viária Florestal — Linhas Elétricas de M. Alta tensão ■ Outras Infraestruturas
— Complementar — Linhas Elétrica de Média Tensão ■ Kartodromo de C. Branco
— R. Fundamental - 1ª Ordem — Rede Ferroviária ■ Parque de Campismo
— R. Fundamental - 2ª Ordem ■ Polígono Industrial

Faixas de Gestão de Combustível

■ FGC às edificações em espaços rurais (50 m)
■ FGC aos aglomerados populacionais (125 m)
■ FGC a p. de campismo, inf. florestais de recreio, p. industriais, plat. logísticas e aterros sanitários (100 m)
■ FGC à rede viária florestal (10 m)
■ FGC às Linhas Elétricas de muito alta tensão (10 m)
■ FGC à rede primária (125 m)
■ Mosaicos de parcelas de gestão de combustível
■ FGC aos pontos de água (30m)

**MAPA DE INFRAESTRUTURAS
DFCI E OUTRAS
ZIF DE CASTELO BRANCO**

1:33 000

Mapa n.º 30

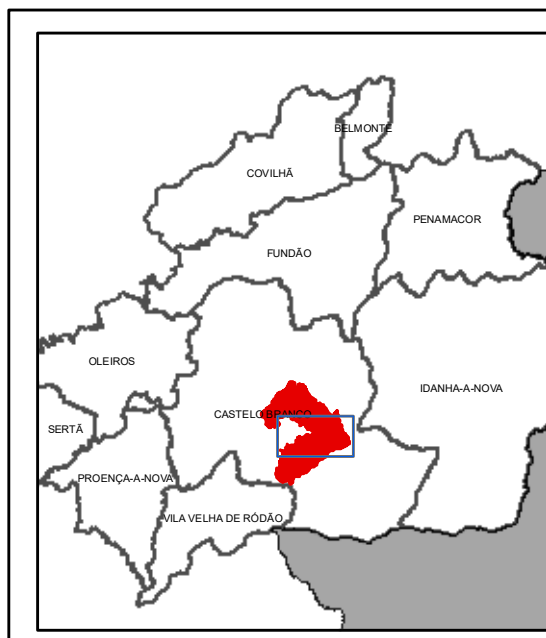
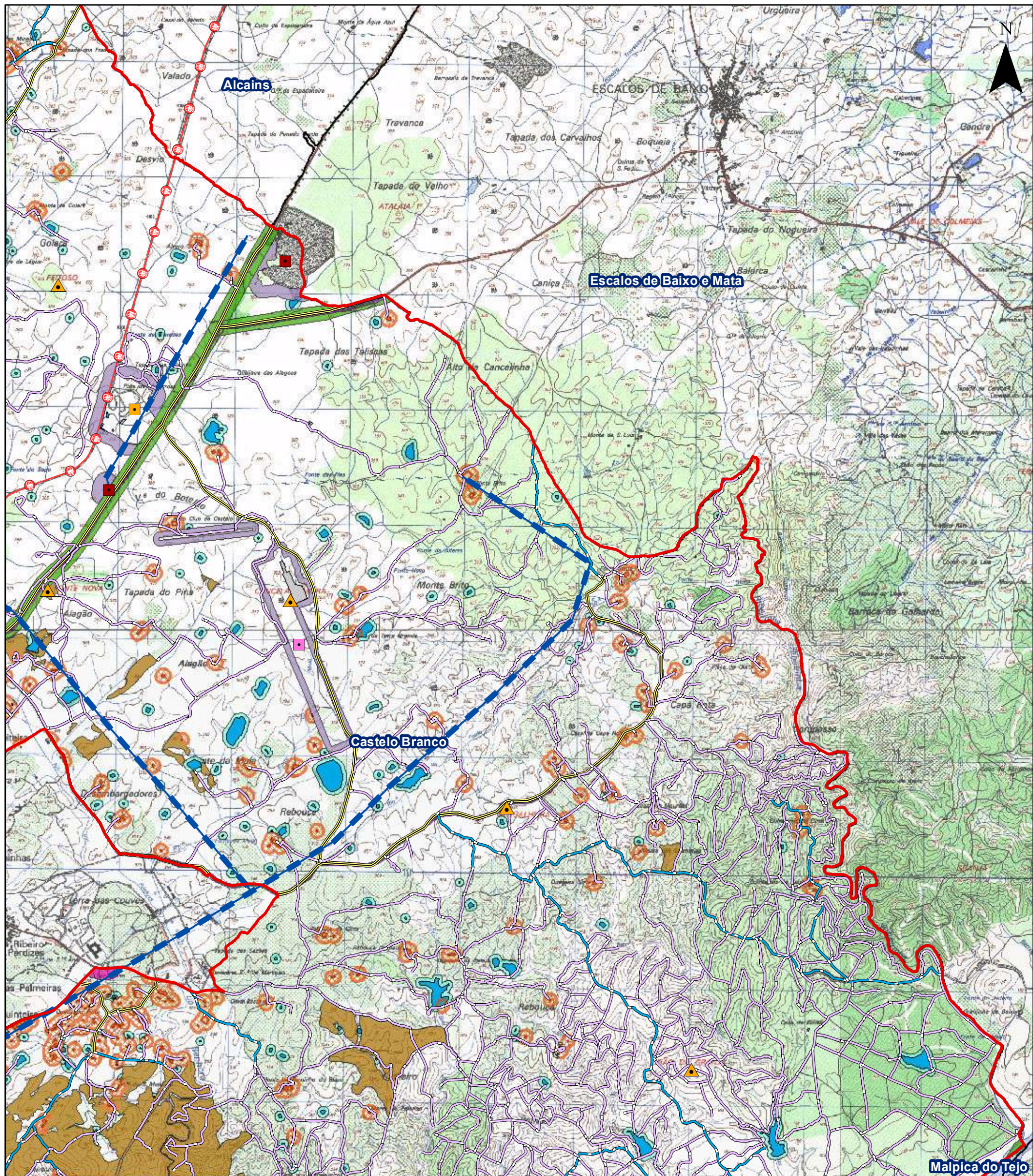
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal
TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

Espanha Limites Administrativos - Freguesias ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ónus relevantes para a gestão :

Vértices Geodésicos Rede Viária Infraestruturas Superfícies Aquáticas
Rede Viária Florestal Linhas Elétrica de Média Tensão Outras Infraestruturas
Complementar Linhas Elétricas de M. Alta tensão Base de Apoio Logístico
R. Fundamental - 1ª Ordem Kartodromo de C. Branco
R. Fundamental - 2ª Ordem Rede Ferroviária Polígono Industrial

Faixas de Gestão de Combustível

FGC às edificações em espaços rurais (50 m)
FGC aos aglomerados populacionais (125 m)
FGC a p. de campismo, infra. florestais de recreio, p. industriais, plat. logísticas e aterros sanitários (100 m)
FGC à rede viária florestal (10 m)
FGC às Linhas Elétricas de muito alta tensão (10 m)
FGC à rede primária (125 m)
Mosaicos de parcelas de gestão de combustível
FGC aos pontos de água (30m)

MAPA DE INFRAESTRUTURAS DFCI E OUTRAS ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 31

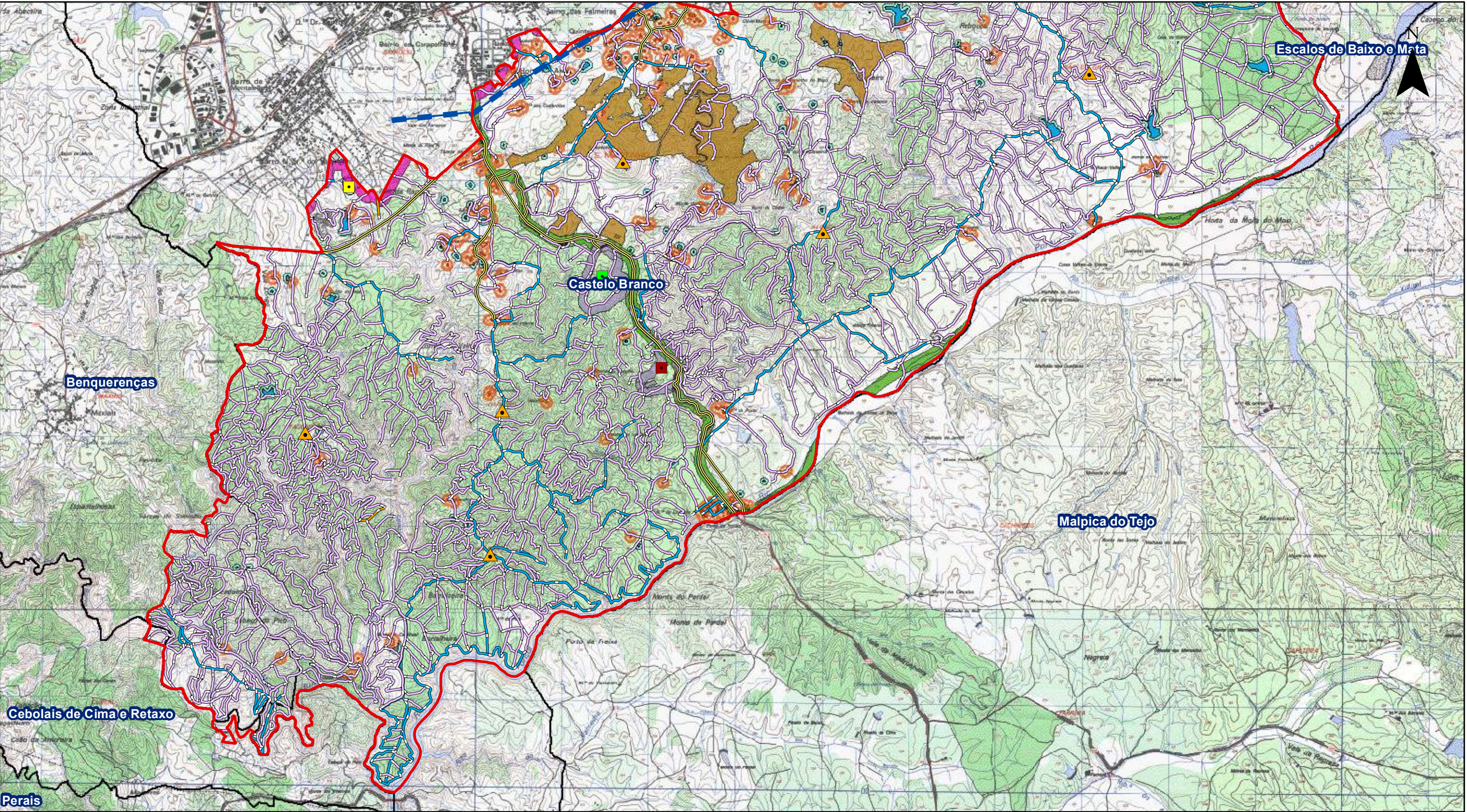
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias

Infraestruturas DFCI e Outras :

- Vértices Geodésicos
- Rede Viária
- Infraestruturas
- Superfícies Aquáticas
- Linhas Elétrica de Média Tensão

Rede Viária Florestal

- Complementar
- R. Fundamental - 1ª Ordem
- R. Fundamental - 2ª Ordem

Outras Infraestruturas

- Infraestrutura de Recreio
- Polígono Industrial
- VALNOR

Faixas de Gestão de Combustível

- FGC às edificações em espaços rurais (50 m)
- FGC aos aglomerados populacionais (125 m)
- FGC a p. de campismo, infra. florestais de recreio, p. industriais, plat. logísticas e aterros sanitários (100 m)
- FGC à rede viária florestal (10 m)
- FGC à rede primária (125 m)
- Mosaicos de parcelas de gestão de combustível
- FGC aos pontos de água (30m)

ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

**MAPA DE INFRAESTRUTURAS
DFCI E OUTRAS
ZIF DE CASTELO BRANCO**

1:42 000

Mapa n.º 32

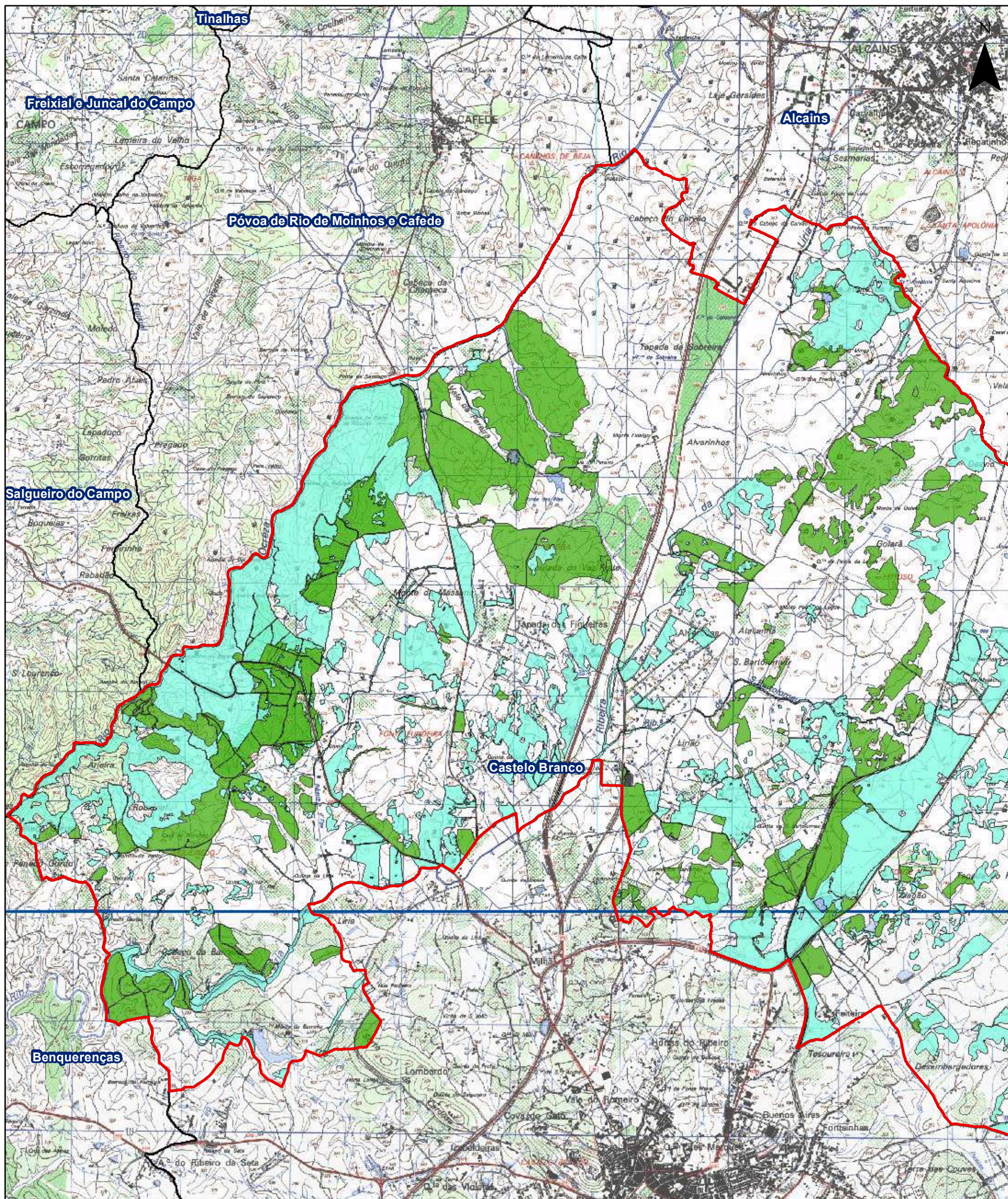
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2016)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022

AFLOBEI
Associação de Produtores Florestais da Beira Interior



Enquadramento :

Espanha



Limites Administrativos - Freguesias



ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Zonamento Funcional :

Produção

Proteção

MAPA DE ZONAMENTO FUNCIONAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 33

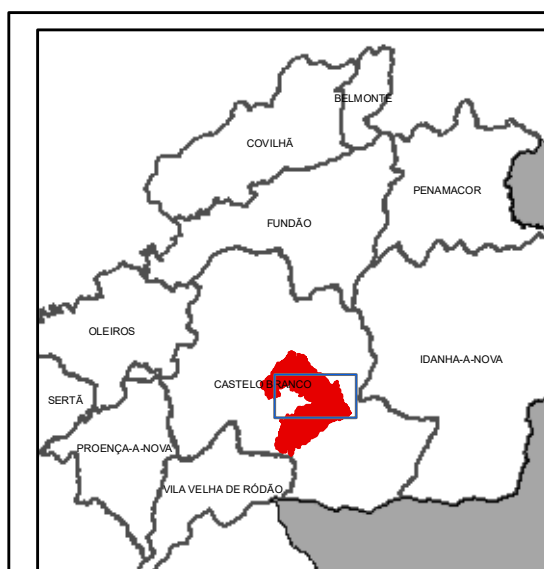
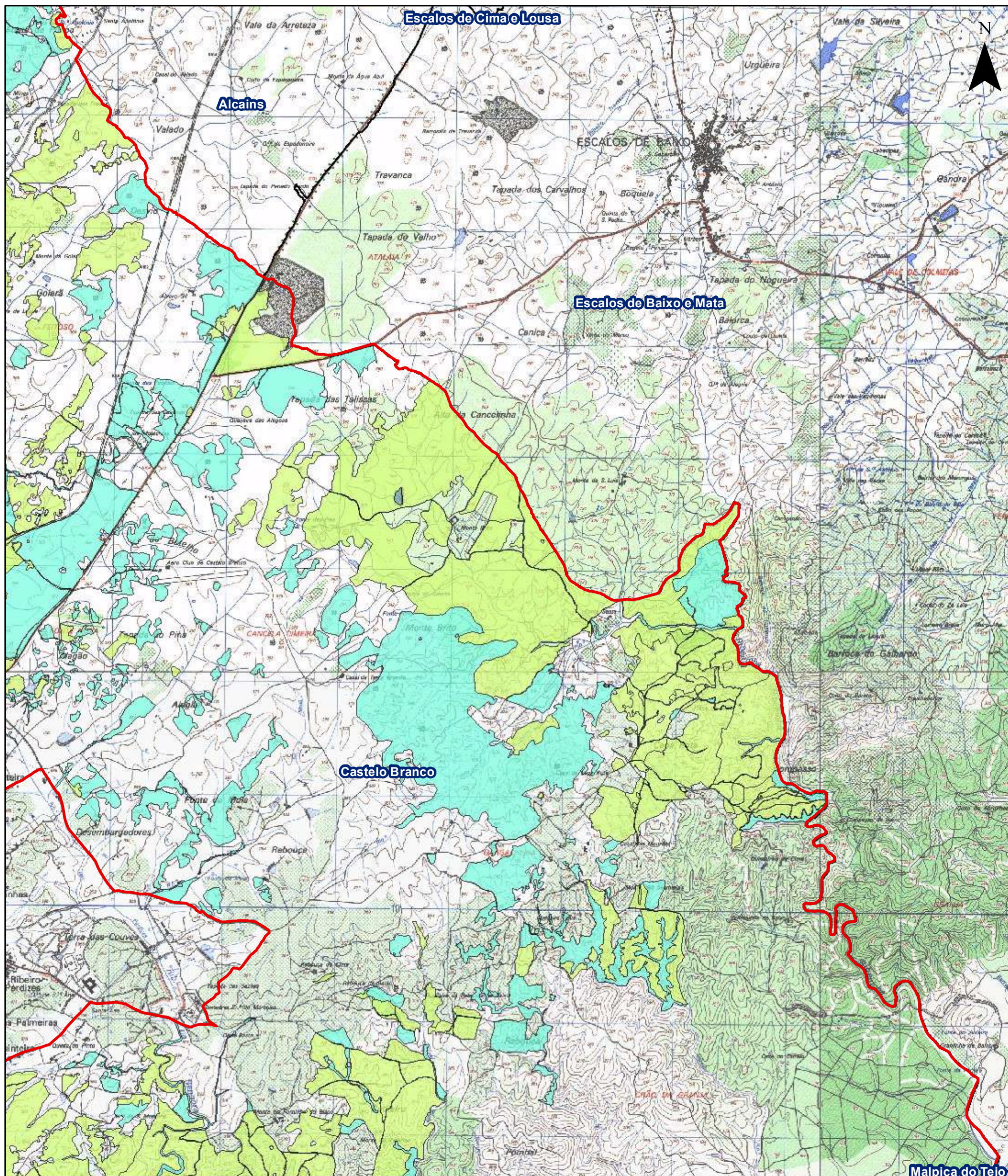
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Zonamento Funcional :

- Produção
- Proteção

MAPA DE ZONAMENTO FUNCIONAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 34

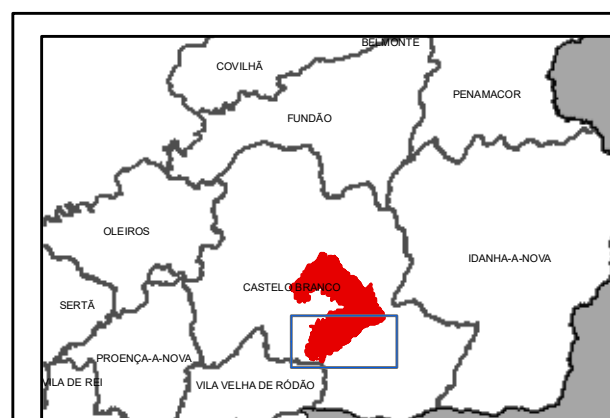
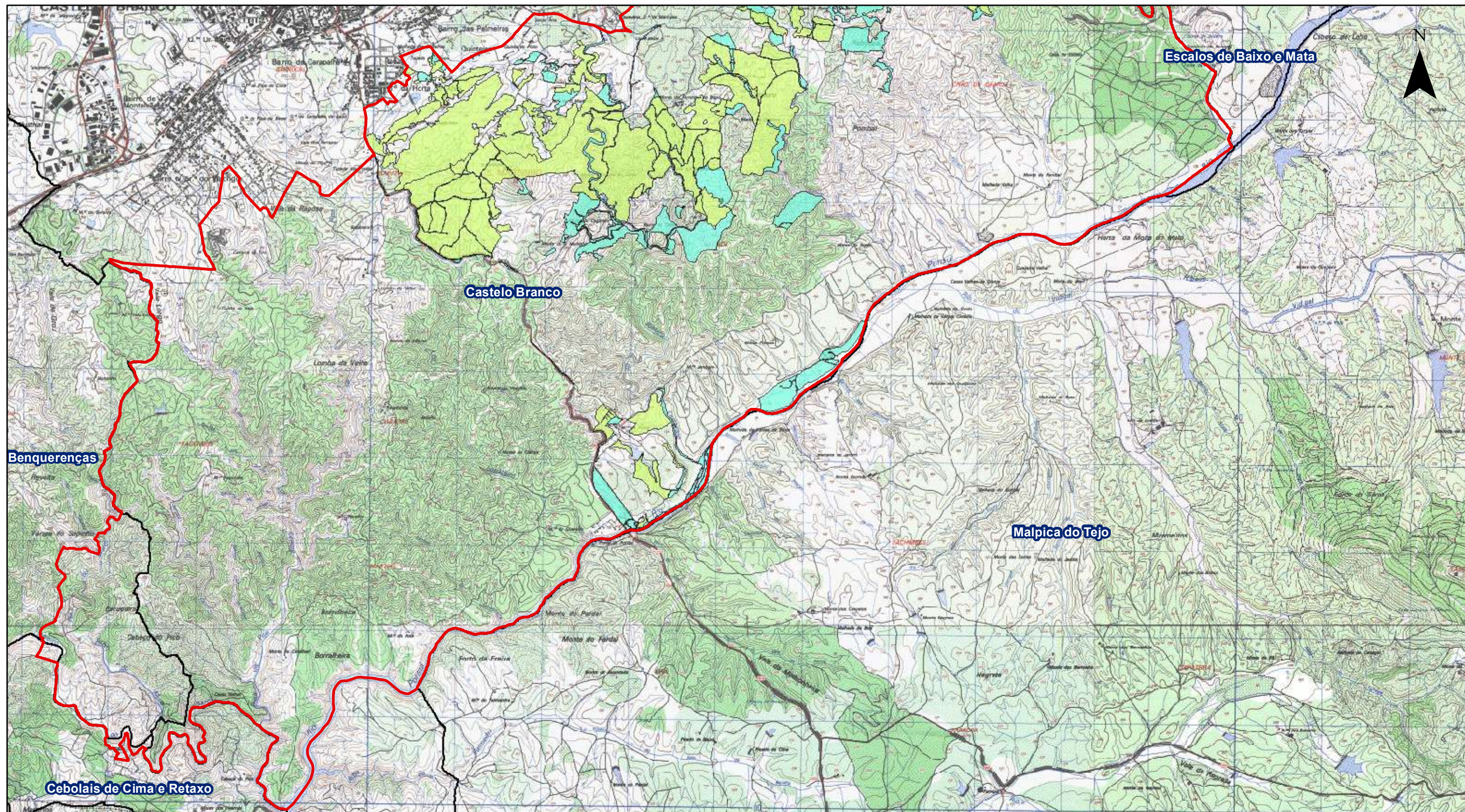
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)




Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022







Enquadramento :

-  Espanha
-  Limites Administrativos - Freguesias
-  ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Zonamento Funcional :

-  Produção
-  Proteção

MAPA DE ZONAMENTO FUNCIONAL ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 35

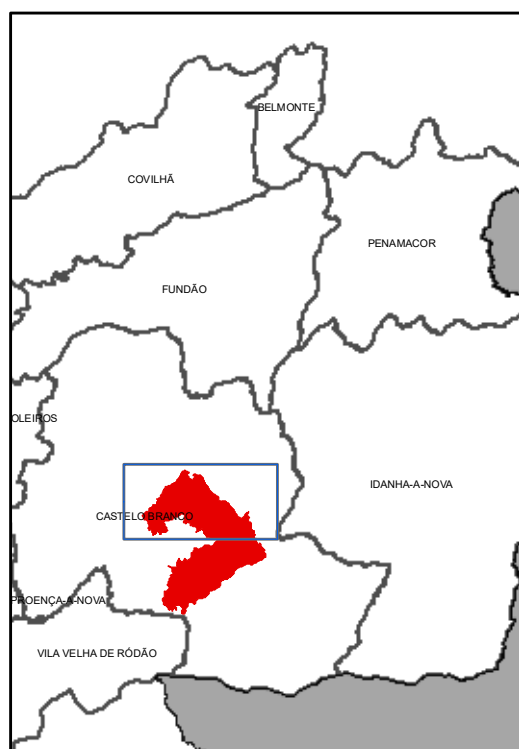
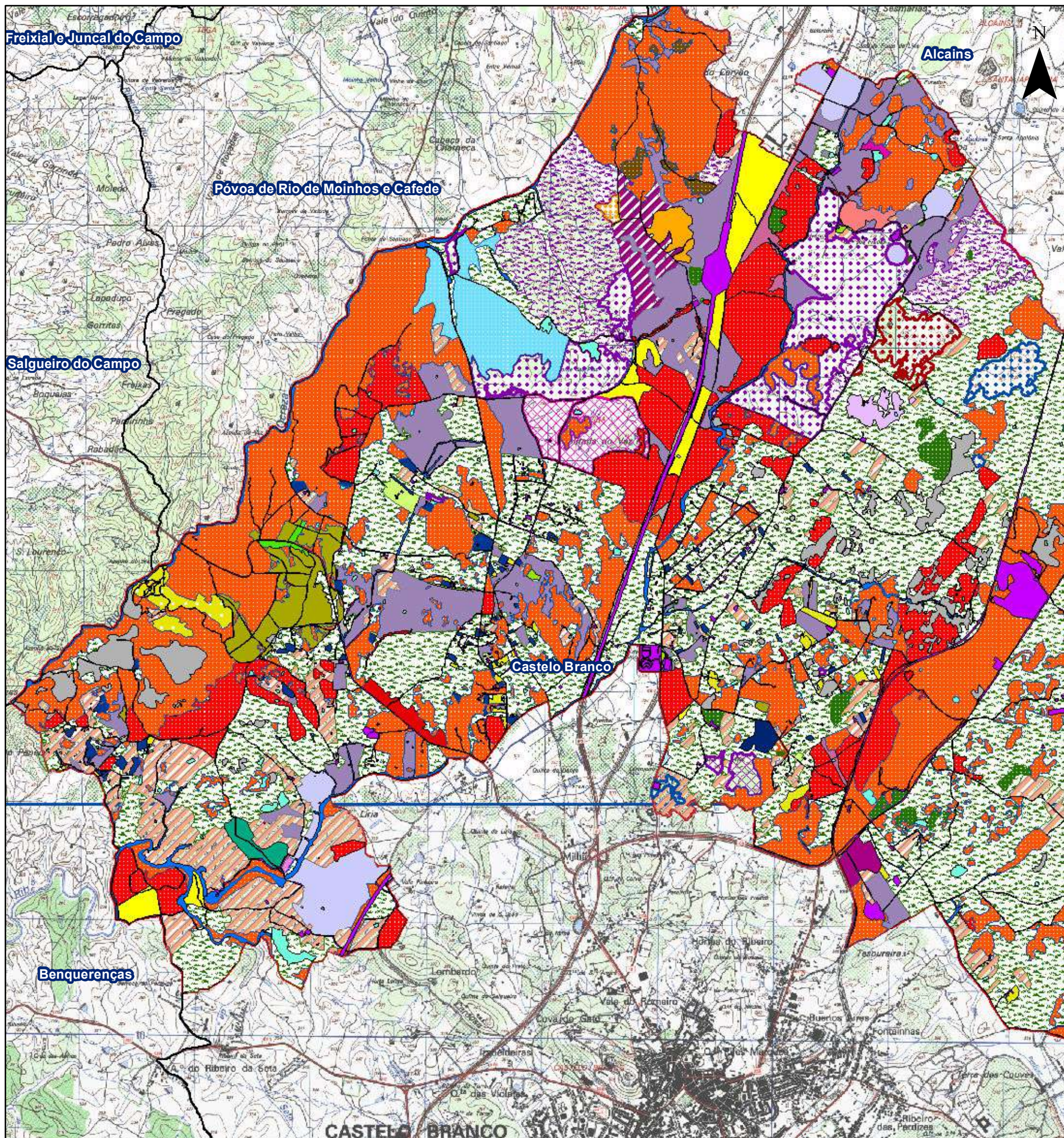
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

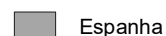
Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :



Limites Administrativos - Freguesias



ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ocupação do Solo :

OCUPACAO_SOLO

DESIGNACAO

Azinheira

Azinheira e Pinheiro Bravo

Azinheira e Sobreiro

Carvalho Negral

Carvalho Negral e Azinheira

Carvalho Negral e Pinheiro Bravo

Carvalho Negral e Sobreiro

Choupo

Culturas Arvenses

Culturas de Regadio

Cupressus e Sobreiro

Espaço Agro-Florestal não Arborizado

Eucalipto

Eucalipto e Azinheira

Eucalipto e Carvalho Negral

Eucalipto e Pinheiro Bravo

Eucalipto e Sobreiro

Folhosas Ripícolas

Freixo

Horta

Improdutivos

Infraestruturas

Linha de Água

Matos

Misto de Resinosas e Folhosas

Montado de Sobreiro

Olival

Olival e Vinha

Outras Folhosas

Outras Superfícies Agrícolas

Pinheiro Bravo

Pinheiro Bravo e Sobreiro

Pinheiro Bravo, Eucalipto e Azinheira

Pinheiro Manso

Pinheiro Manso e Sobreiro

Pomar

Prados ou Pastagens

Sobreiro

Sobreiro e Azinheira

Sobreiro e Carvalho Americano

Sobreiro e Carvalho Negral

Sobreiro e Eucalipto

Sobreiro e Pinheiro Bravo

Superfícies Aquáticas

Vinha

MAPA DE OCUPAÇÃO DO SOLO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 36

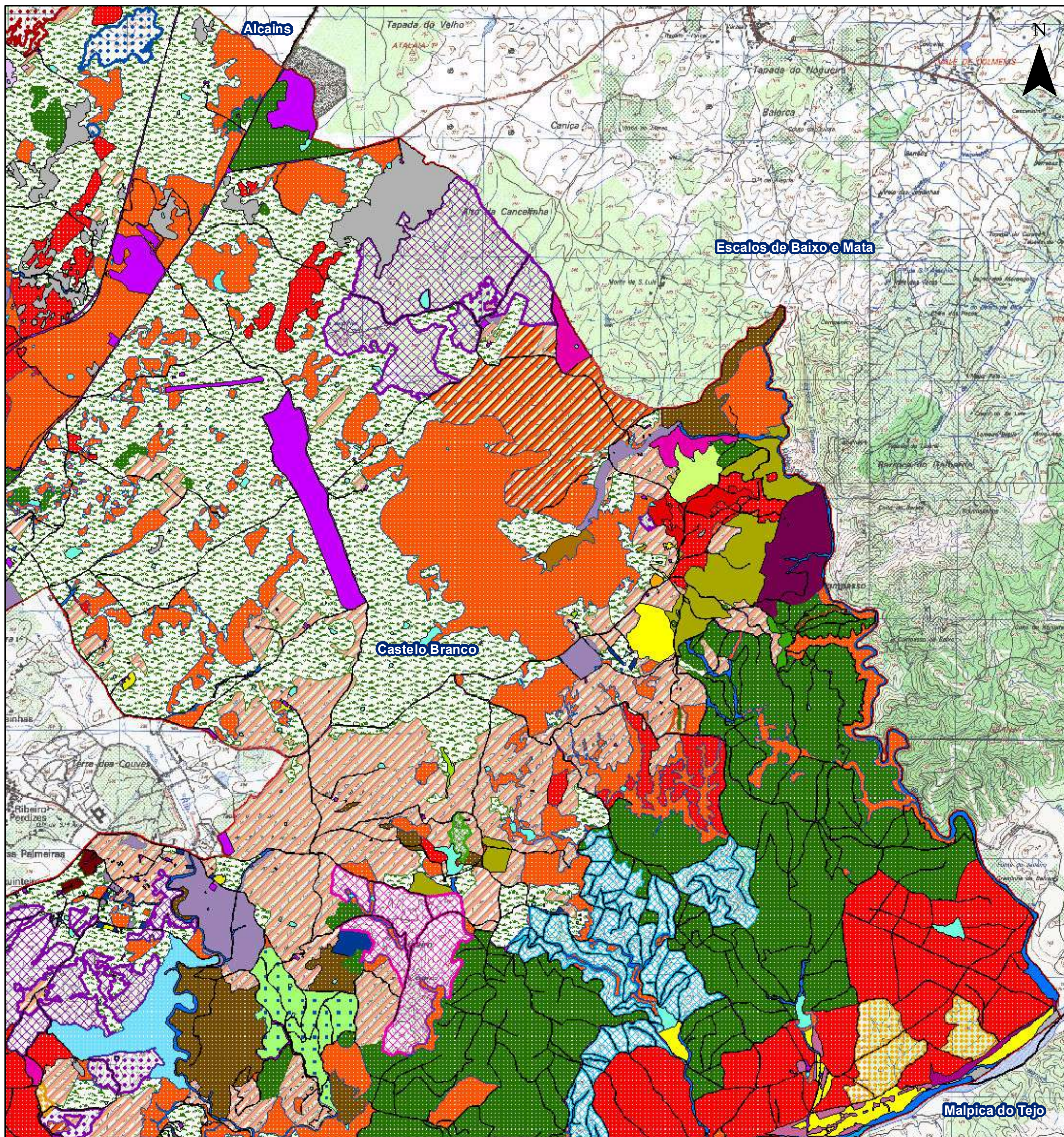
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

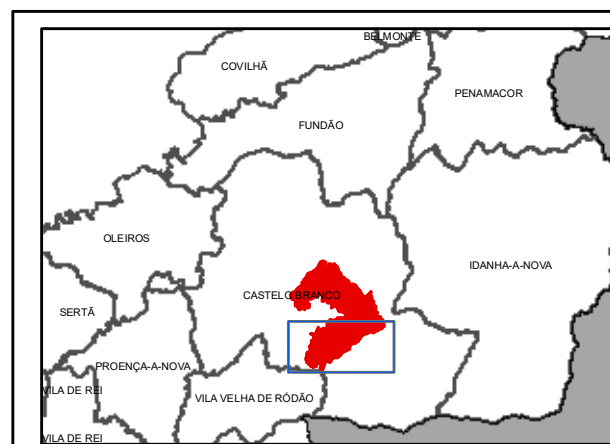
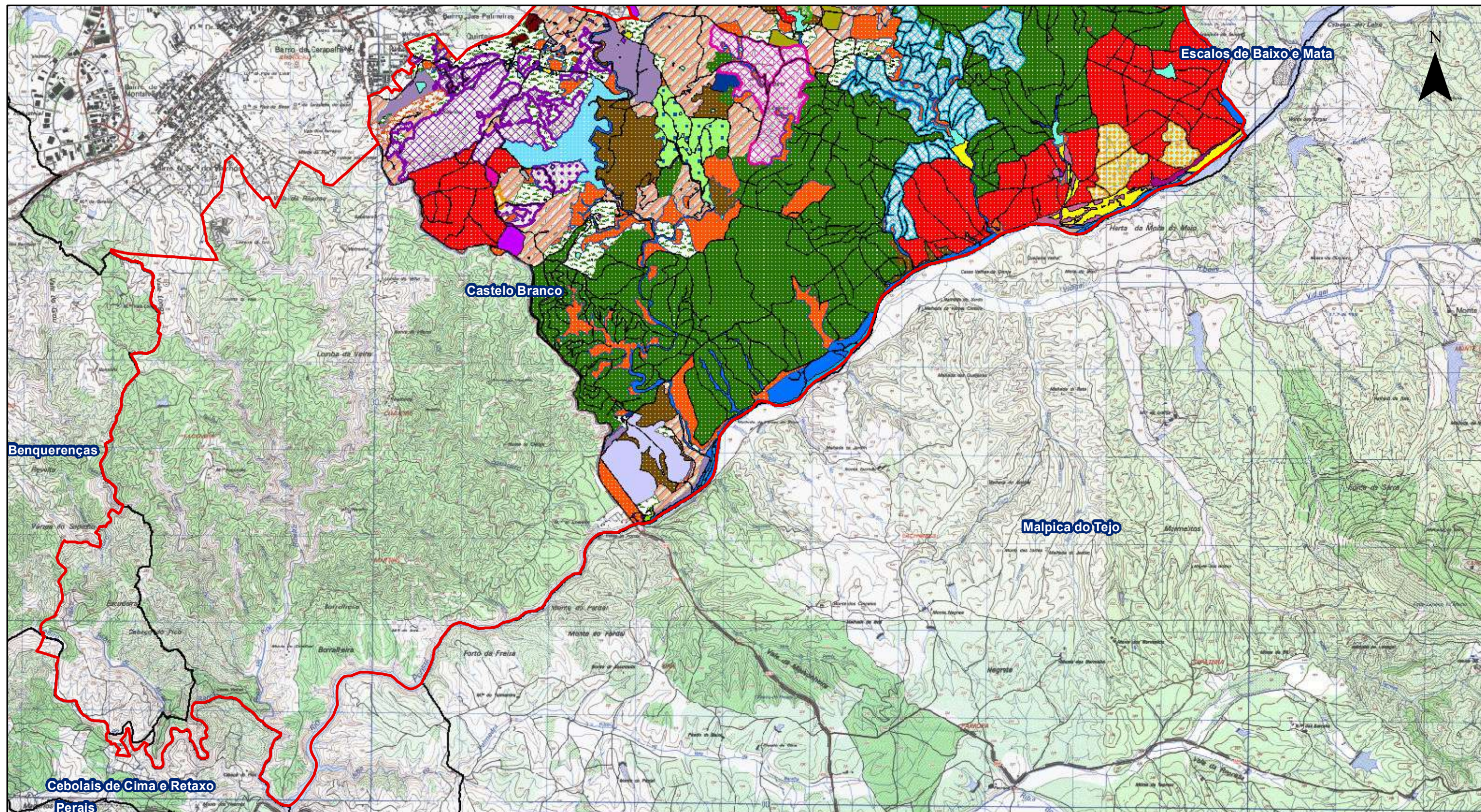
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022







Enquadramento :



Espanha



Limites Administrativos - Freguesias



ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Ocupação do Solo :



Azinheira



Culturas Arvenses



Horta



Olival



Pomar



Azinheira e Carvalho Negral



Culturas de Regadio



Improditivos



Olival e Pomar



Sobreiro



Azinheira e Pinheiro Manso



Cupressus



Infraestruturas



Outras Folhosas



Outras Superfícies Agrícolas



Azinheira e Sobreiro



Espaço Agro-Florestal não Arborizado



Linha de Água



Pinheiro Bravo



Superfícies Aquáticas



Carvalho Negral



Eucalipto



Matos



Misto de Resinosas e Folhosas



Vinha



Carvalho Negral e Azinheira



Folhosas Ripícolas



Montado de Azinho



Pinheiro Manso



Pinheiro Manso e Sobreiro



Carvalho Negral e Eucalipto



Freixo

MAPA DE OCUPAÇÃO DO SOLO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:42 000

Mapa n.º 38

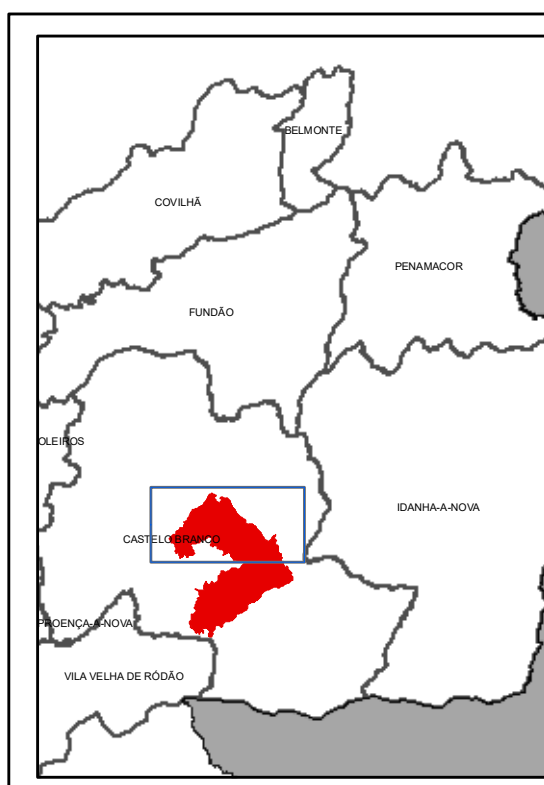
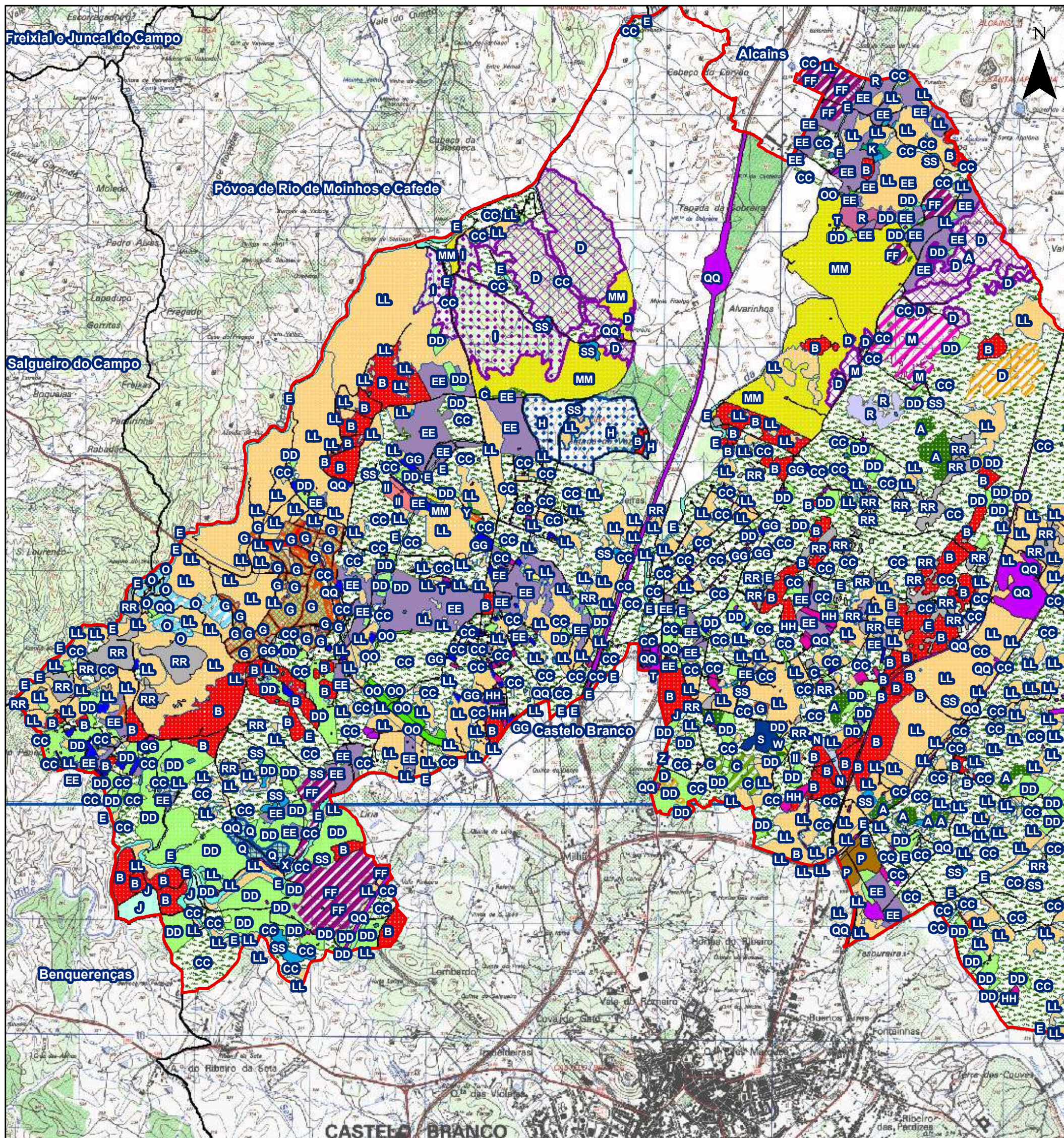
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

Espanha
 Limites Administrativos - Freguesias
 ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Compartmentação (Talhões) :

 Talhão A - Eucalipto	 Talhão LL - Matos
 Talhão AA - Cupressus e Sobreiro	 Talhão M - Eucalipto e Carvalho Negro
 Talhão B - Sobreiro	 Talhão MM - Espaço Agro-Florestal não Arborizado
 Talhão C - Carvalho Negro	 Talhão N - Freixo
 Talhão CC - Outras Superfícies Agrícolas	 Talhão O - Pinheiro Bravo, Eucalipto e Azinheira
 Talhão D - Carvalho Negro e Sobreiro	 Talhão OO - Montado de Sobreiro
 Talhão DD - Sobreiro e Carvalho Negro	 Talhão P - Misto de Resinosas e Folhosas
 Talhão DD - Olival	 Talhão Q - Pinheiro Bravo e Sobreiro
 Talhão E - Folhosas Rípicolas	 Talhão R - Sobreiro e Eucalipto
 Talhão EE - Culturas Arvenses	 Talhão RR - Improdutivos
 Talhão FF - Culturas de Regadio	 Talhão S - Carvalho Negro e Pinheiro Bravo
 Talhão G - Pinheiro Bravo	 Talhão SS - Superfícies Aquáticas
 Talhão GG - Vinha	 Talhão T - Infraestruturas
 Talhão H - Pinheiro Manso e Sobreiro	 Talhão TT - Outras Folhosas
 Talhão HH - Pomar	 Talhão V - Choupo
 Talhão I - Azinheira e Carvalho Negro	 Talhão W - Azinheira e Pinheiro Bravo
 Talhão II - Carvalho Negro e Azinheira	 Talhão X - Eucalipto e Azinheira
 Talhão II - Olival e Vinha	 Talhão Y - Eucalipto e Pinheiro Bravo
 Talhão J - Pinheiro Manso	 Talhão Z - Sobreiro e Carvalho Americano
 Talhão K - Sobreiro e Azinheira	
 Talhão JJ - Horta	

MAPA DE COMPARTIMENTAÇÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 39

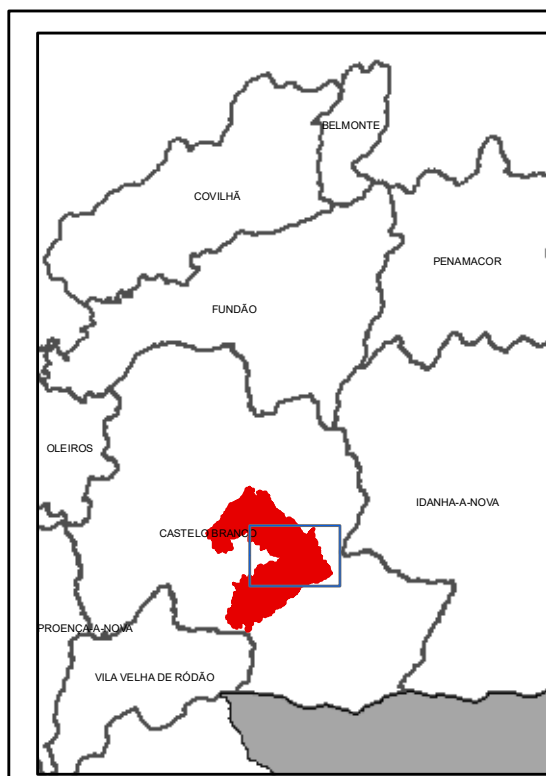
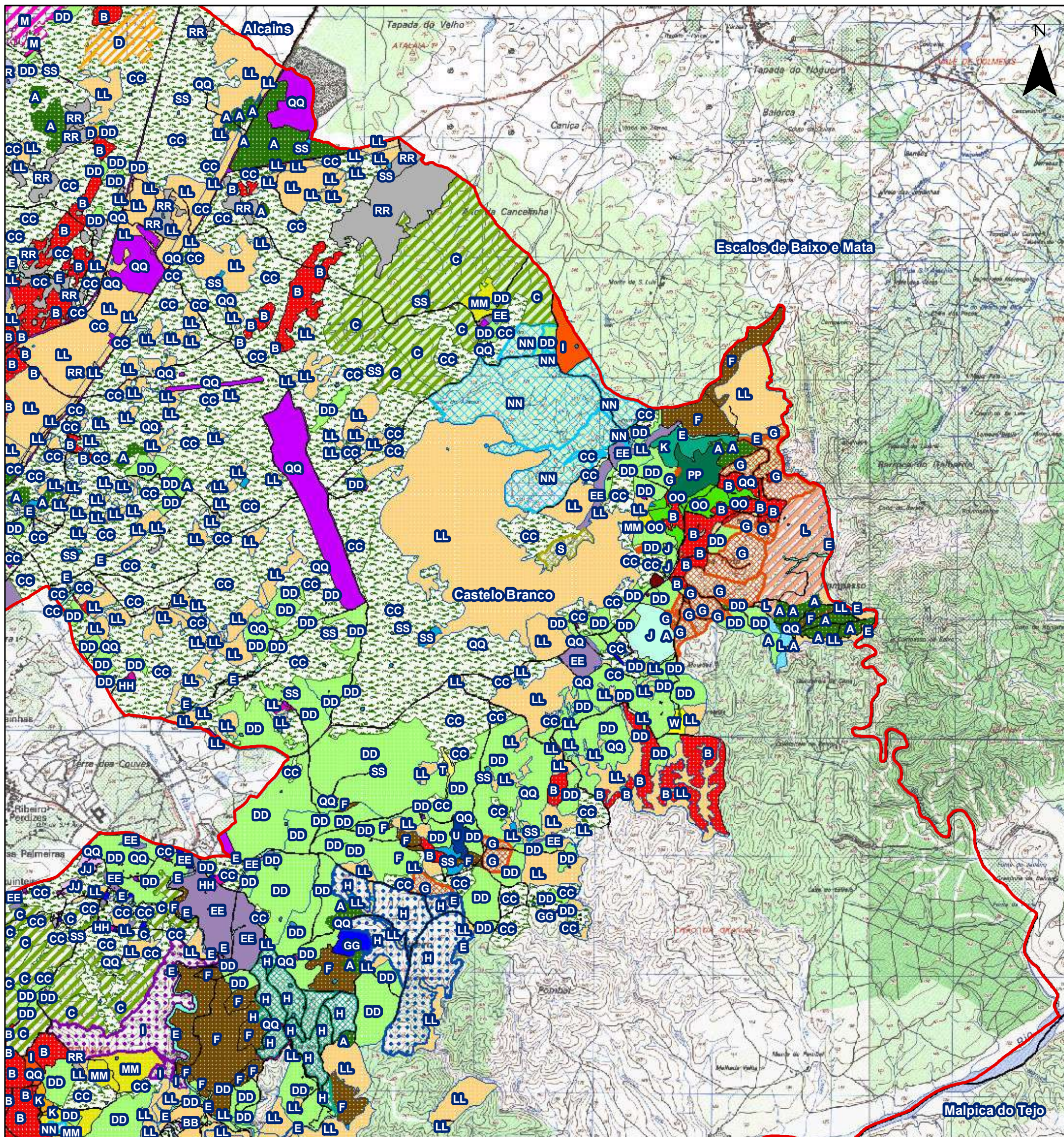
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

Espanha Limites Administrativos - Freguesias ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Compartimentação (Talhões) :

- | | |
|--|--|
| Talhão A - Eucalipto | Talhão K - Sobreiro e Azinheira |
| Talhão B - Sobreiro | Talhão KK - Horta |
| Talhão BB - Outras Superfícies Agrícolas >> Sobreiro | Talhão L - Azinheira, Sobreiro e Pinheiro Bravo |
| Talhão C - Carvalho Negral | Talhão LL - Pinheiro Bravo, Sobreiro e Azinheira |
| Talhão CC - Outras Superfícies Agrícolas | Talhão LL - Matos |
| Talhão D - Carvalho Negral e Sobreiro | Talhão MM - Carvalho Negral e Eucalipto |
| Talhão DD - Sobreiro e Carvalho Negral | Talhão M - Eucalipto e Carvalho Negral |
| Talhão DD - Olival | Talhão MM - Espaço Agro-Florestal não Arborizado |
| Talhão E - Folhosas Ripícolas | Talhão NN - Montado de Azinho |
| Talhão EE - Culturas Arvenses | Talhão OO - Montado de Sobreiro |
| Talhão F - Azinheira | Talhão P - Misto de Resinosas e Folhosas |
| Talhão G - Pinheiro Bravo | Talhão PP - Montado Sobreiro e Azinho |
| Talhão GG - Vinha | Talhão Q - Sobreiro e Pinheiro Bravo |
| Talhão H - Pinheiro Manso e Sobreiro | Talhão R - Sobreiro e Eucalipto |
| Talhão H - Sobreiro e Pinheiro Manso | Talhão RR - Improdutivos |
| Talhão HH - Pomar | Talhão S - Pinheiro Bravo e Carvalho Negral |
| Talhão I - Azinheira e Carvalho Negral | Talhão SS - Superfícies Aquáticas |
| Talhão I - Carvalho Negral e Azinheira | Talhão T - Infraestruturas |
| Talhão J - Pinheiro Manso | Talhão TT - Outras Folhosas |
| Talhão JJ - Olival e Pomar | Talhão U - Azinheira e Pinheiro Manso |
| Talhão K - Azinheira e Sobreiro | Talhão W - Azinheira e Pinheiro Bravo |

MAPA DE COMPARTIMENTAÇÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 40

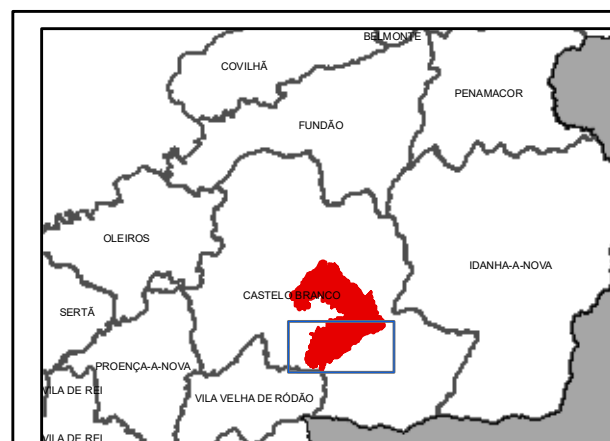
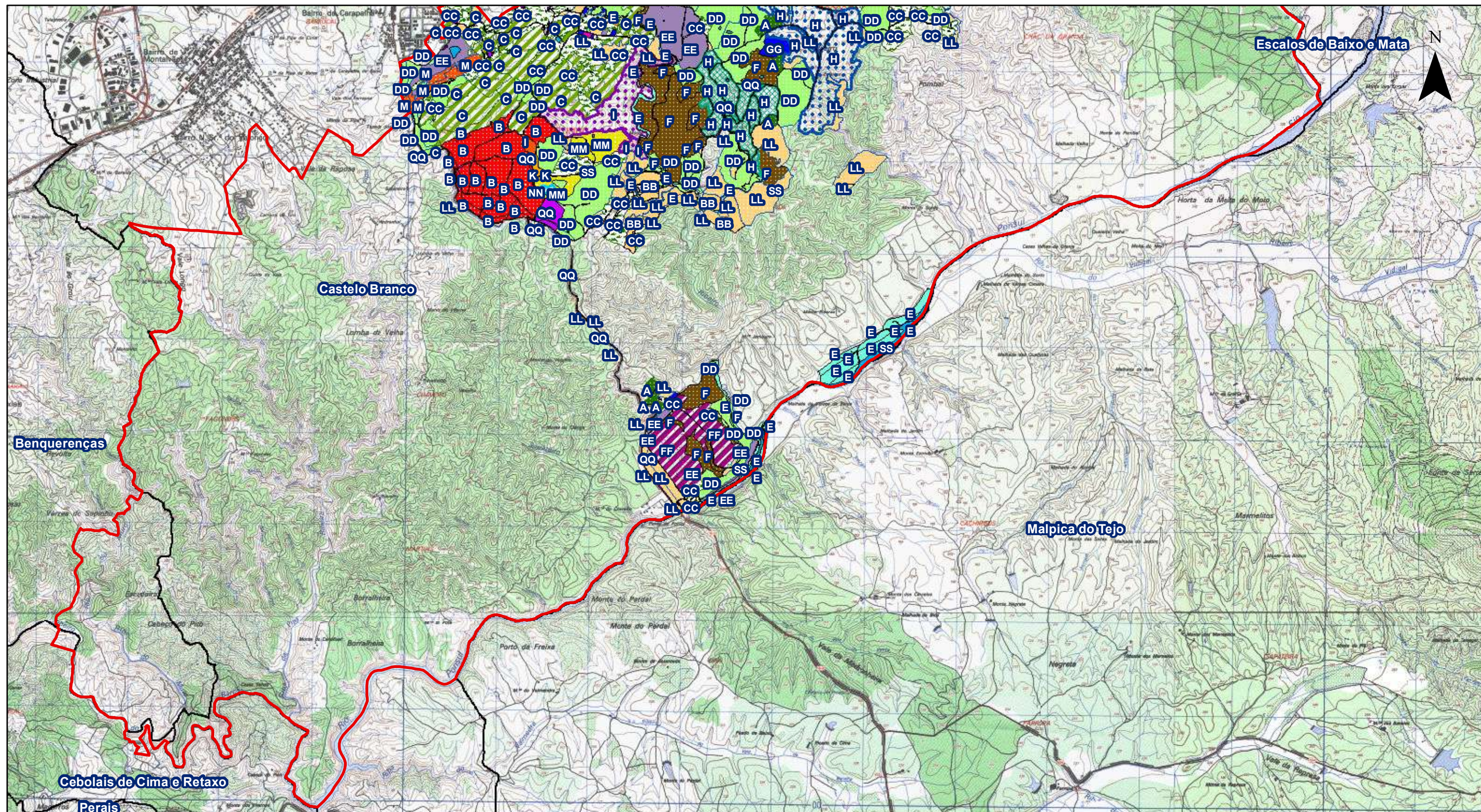
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :



Espanha



Limites Administrativos - Freguesias



ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Compartimentação (Talhões) :



Talhão A - Eucalipto



Talhão B - Sobreiro



Talhão BB - Outras Superfícies Agrícolas >> Sobreiro



Talhão C - Carvalho Negro



Talhão CC - Outras Superfícies Agrícolas



Talhão DD - Olival



Talhão E - Folhas Rípidas



Talhão EE - Culturas Arvenses



Talhão F - Azinheira



Talhão FF - Culturas de Regadio



Talhão G - Pinheiro Bravo



Talhão GG - Vinha



Talhão H - Pinheiro Manso e Sobreiro



Talhão HH - Sobreiro e Pinheiro Manso



Talhão HH - Pomar



Talhão I - Azinheira e Carvalho Negro



Talhão II - Carvalho Negro e Azinheira



Talhão J - Pinheiro Manso



Talhão K - Azinheira e Sobreiro



Talhão KK - Horta



Talhão LL - Matos



Talhão M - Carvalho Negro e Eucalipto



Talhão MM - Espaço Agro-Florestal não Arborizado



Talhão NN - Montado de Azinho



Talhão RR - Improdutivos



Talhão SS - Superfícies Aquáticas



Talhão T - Infraestruturas



Talhão TT - Outras Folhas



Talhão U - Azinheira e Pinheiro Manso

MAPA DE COMPARTIMENTAÇÃO ZIF DE CASTELO BRANCO

1:40 000

Mapa n.º 41

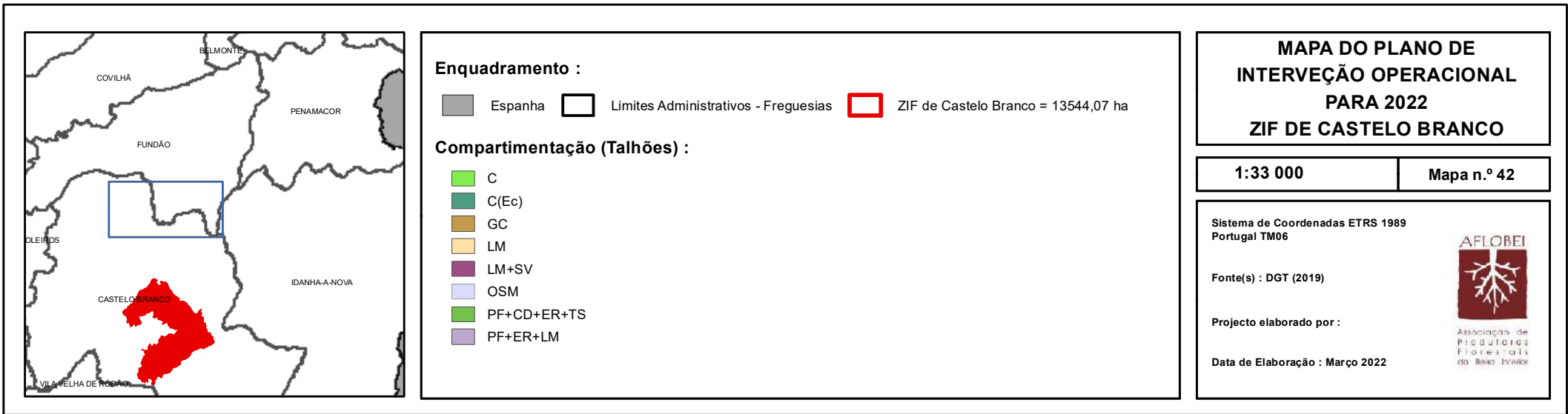
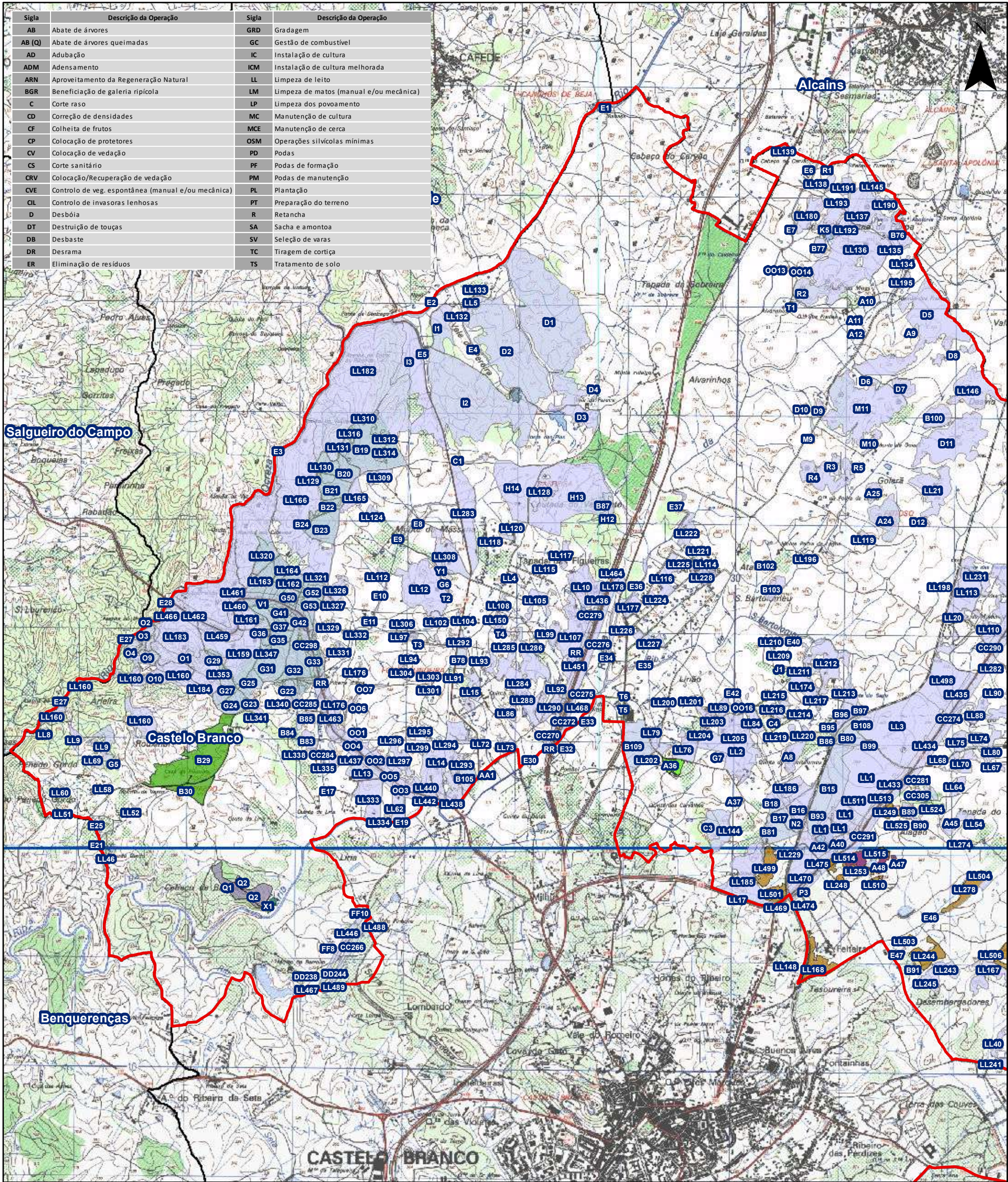
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

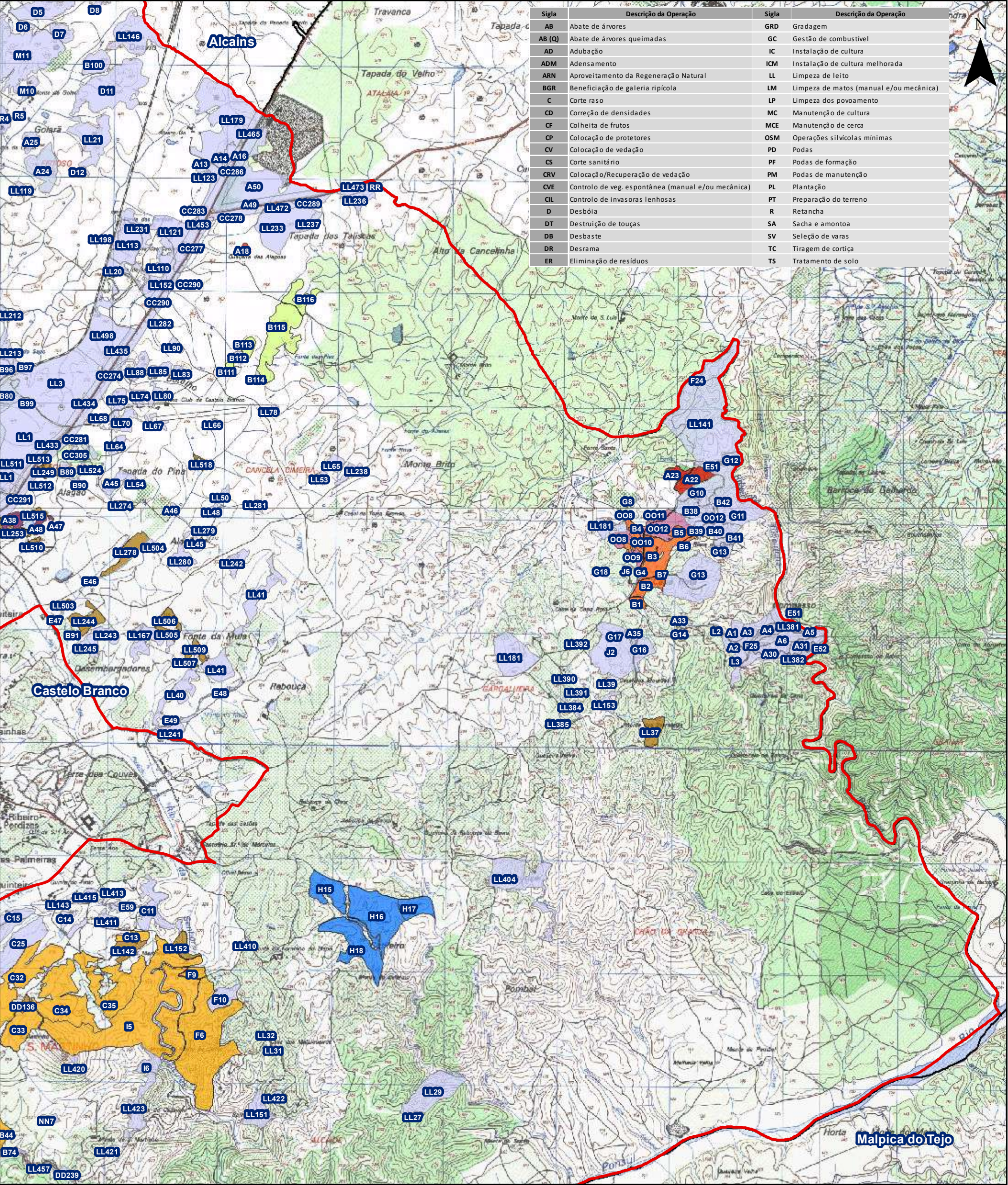
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

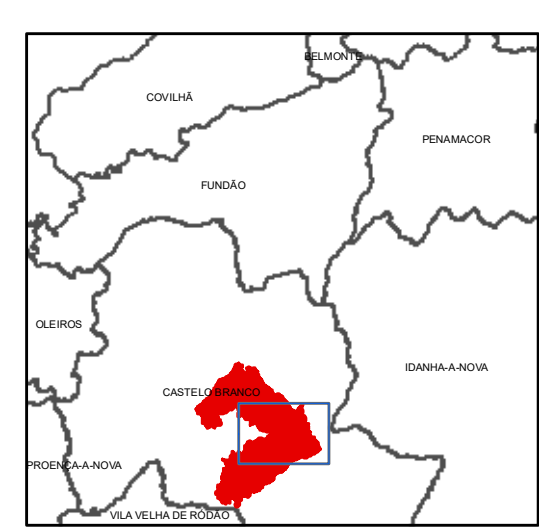
Data de Elaboração : Março 2022







Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamento
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :

- Espanha Limites Administrativos - Freguesias ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2022 :

- C LM+PD+ER
 GC LM+SV
 GRD OSM
 LM+PD PD+ER+CP
 LM+PD(Jovens)+ADM SV+GRD
 LM+PD+DR+ER

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2022 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 43

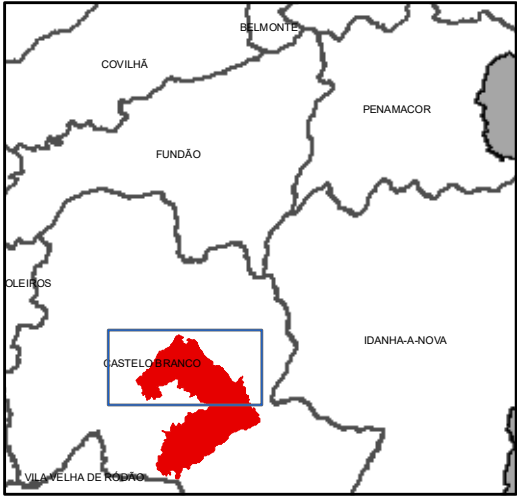
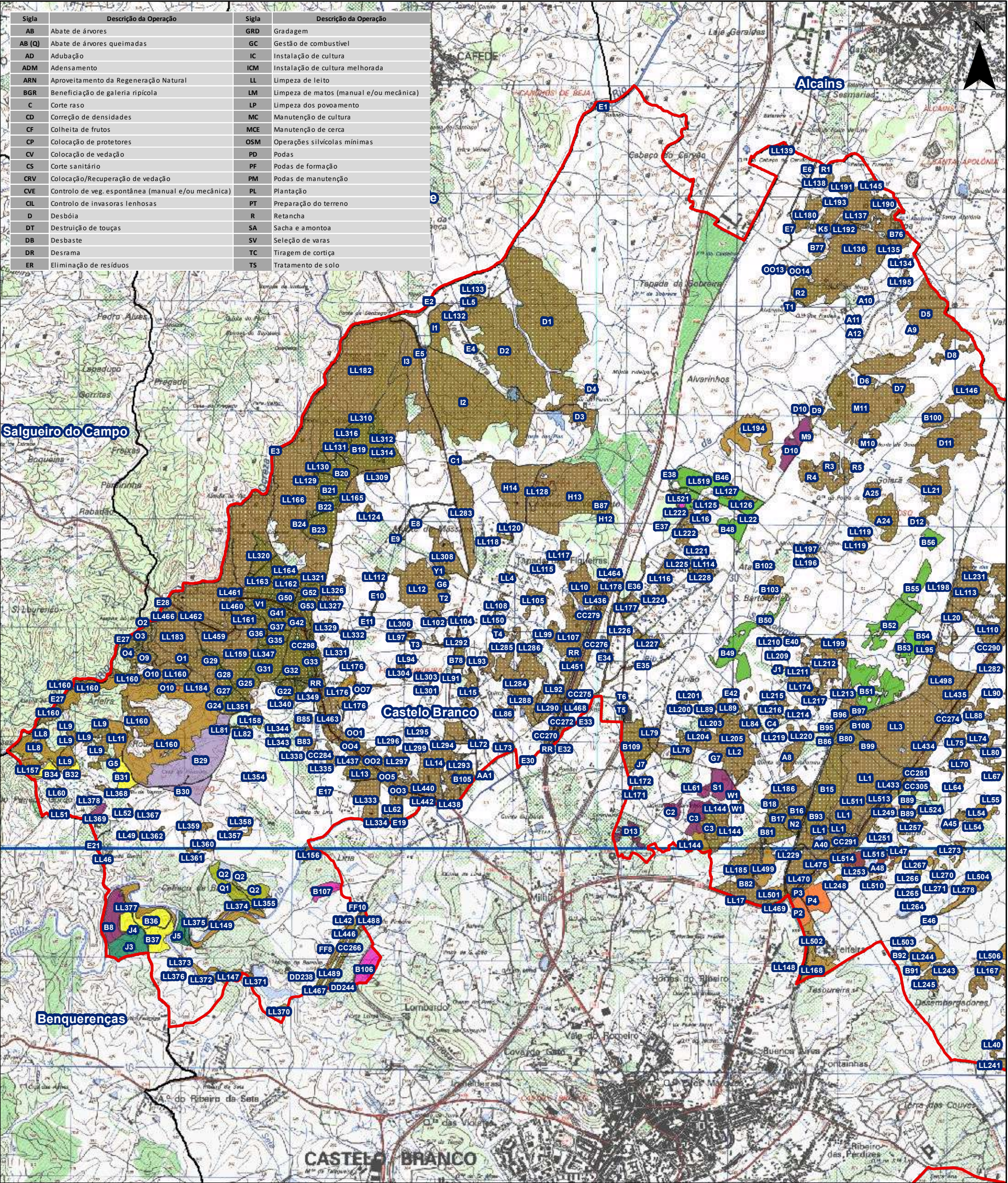
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha Espanha Limites Administrativos - Freguesias

Intervenções para 2023 :

- | | |
|-------------|--------------|
| BGR | LM+PD+ER |
| GC | LM+SV |
| LM | LM+TC |
| LM+DR | OSM |
| LM+PD | PD+CD+ADM+ER |
| LM+PD(Az) | PD+DR+LM |
| LM+PD+DR | PF+CD+ER+TS |
| LM+PD+DR+ER | PF+ER+LM |

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2023 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:33 000

Mapa n.º 45

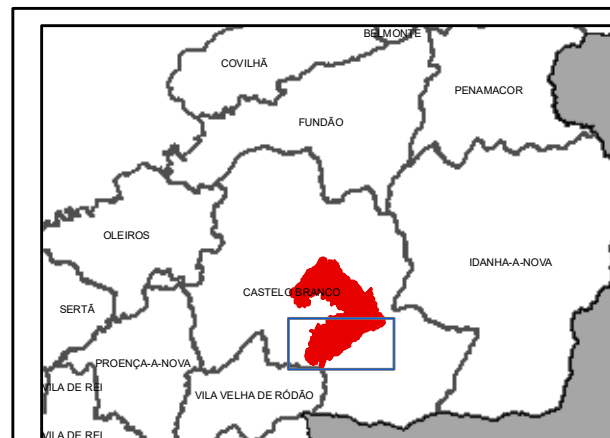
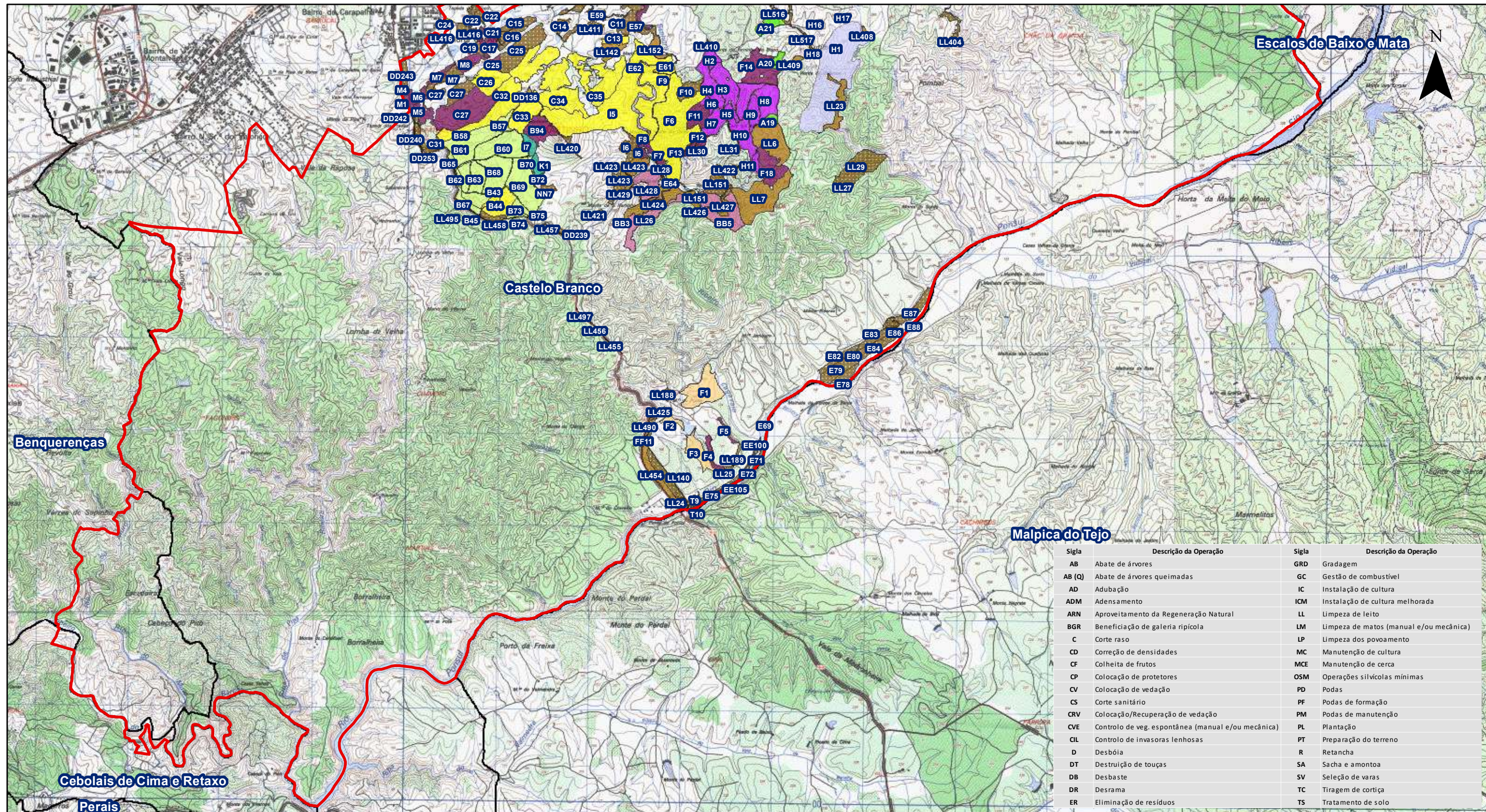
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

- Espanha □ Limites Administrativos - Freguesias □ ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2023 :

- | | |
|-------------------|-------------------|
| ■ BGR | ■ LM+PD+DR+ER+ADM |
| ■ GC | ■ LM+PD+ER |
| ■ GRD | ■ LM+PD+ER+ADM |
| ■ LM+PD | ■ OSM |
| ■ LM+PD+ADM | ■ PD+DR+LM |
| ■ LM+PD+CD+ADM+ER | ■ PT+PL+AD+ICM |

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2023 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:40 000

Mapa n.º 47

Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

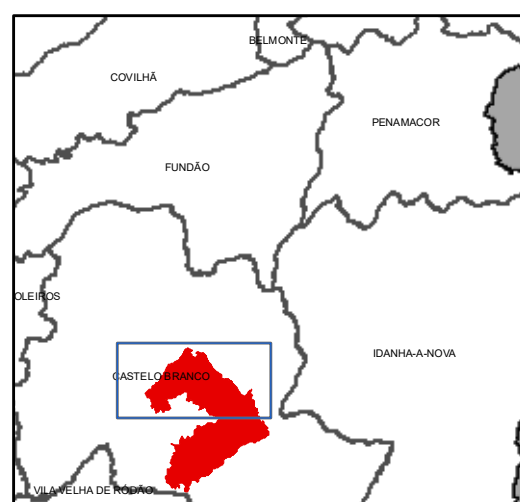
Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :






Data de Elaboração : Março 2022



Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamento
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanча
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e a montoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



 ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha Espanha Limites Administrativos - Freguesias

	BGR		LM+PD+ER
	GC		LM+SV
	LM		LM+TC
	LM+DR		OSM
	LM+PD		PD+CD+ADM+ER
	LM+PD(Az)		PD+DR+LM
	LM+PD+DR		PF+CD+ER+TS
	LM+PD+DR+ER		PF+ER+LM

1:33 000

Mapa n.º 45

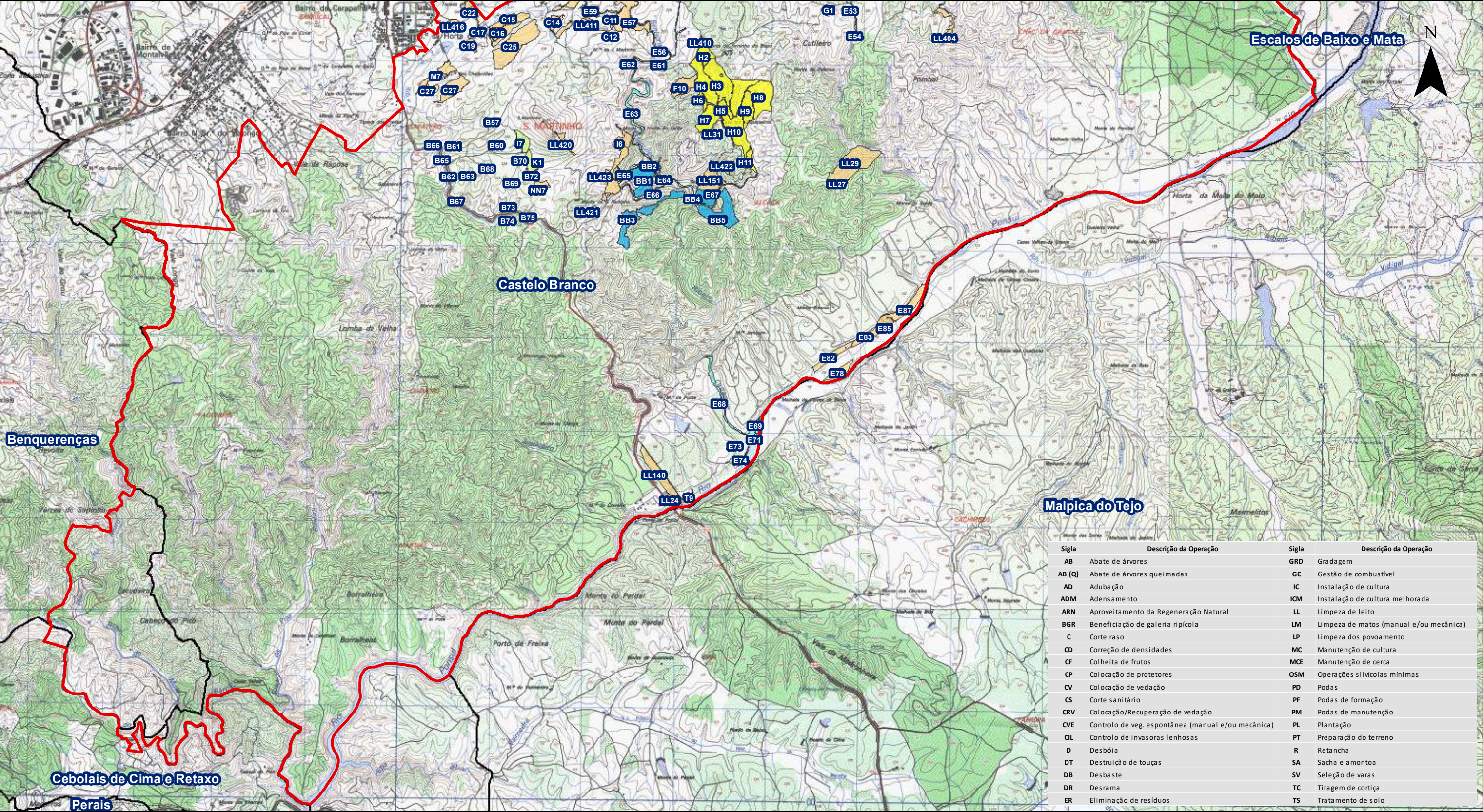
Sistema de Coordenadas ETRS 1989
Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Proyecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria rípica	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamento
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :
Espanha
Limites Administrativos - Freguesias
ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

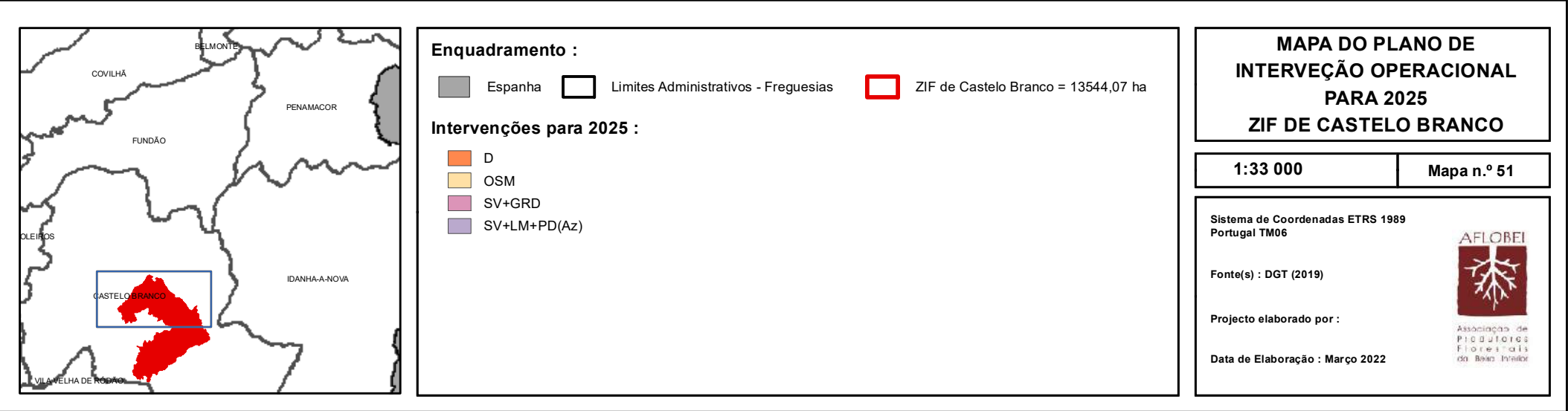
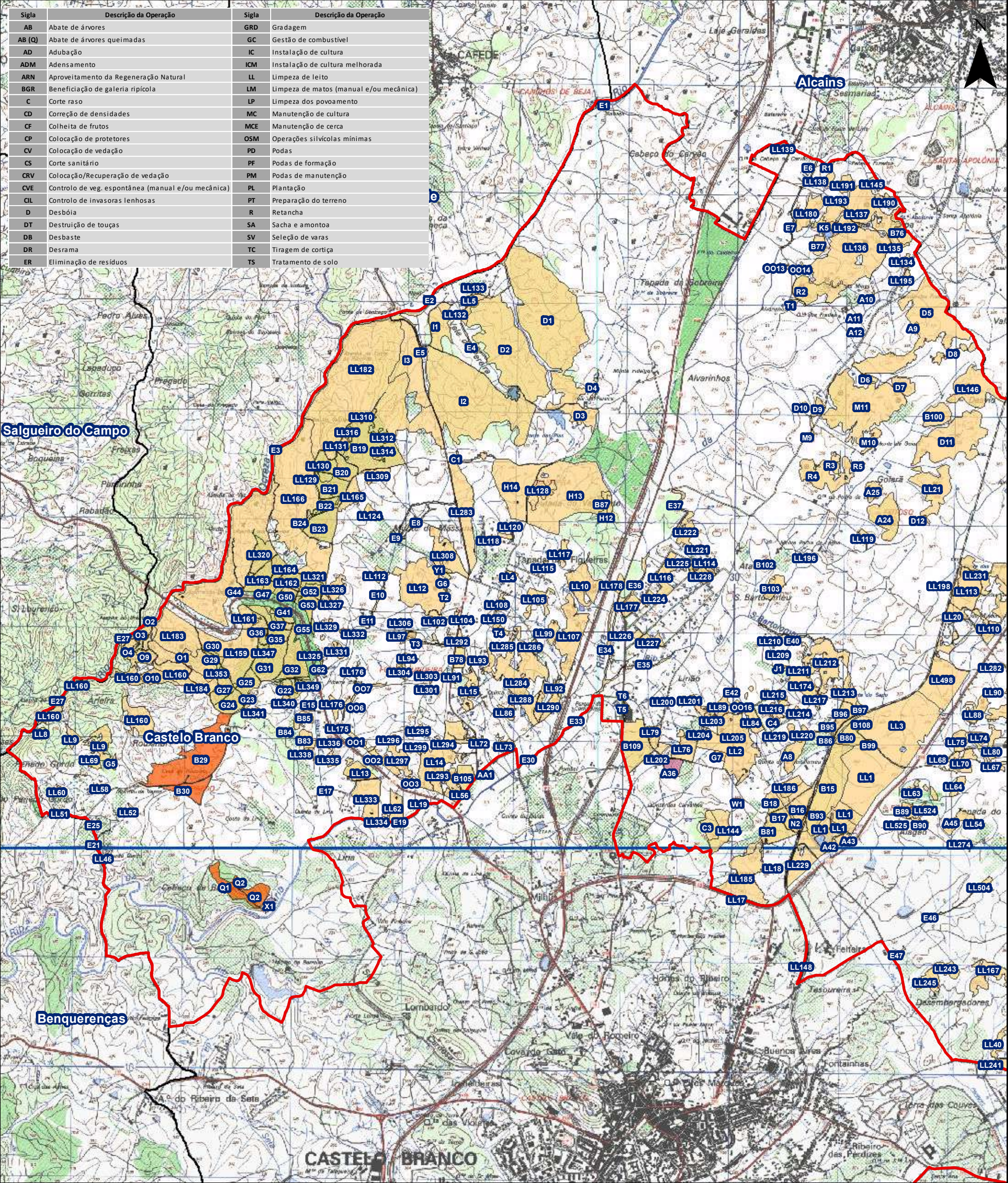
Intervenções para 2024 :
BGR
LM+PD+DR+ER+ADM
LM+PD+ER+ADM
OSM
PT+PL+AD+ICM

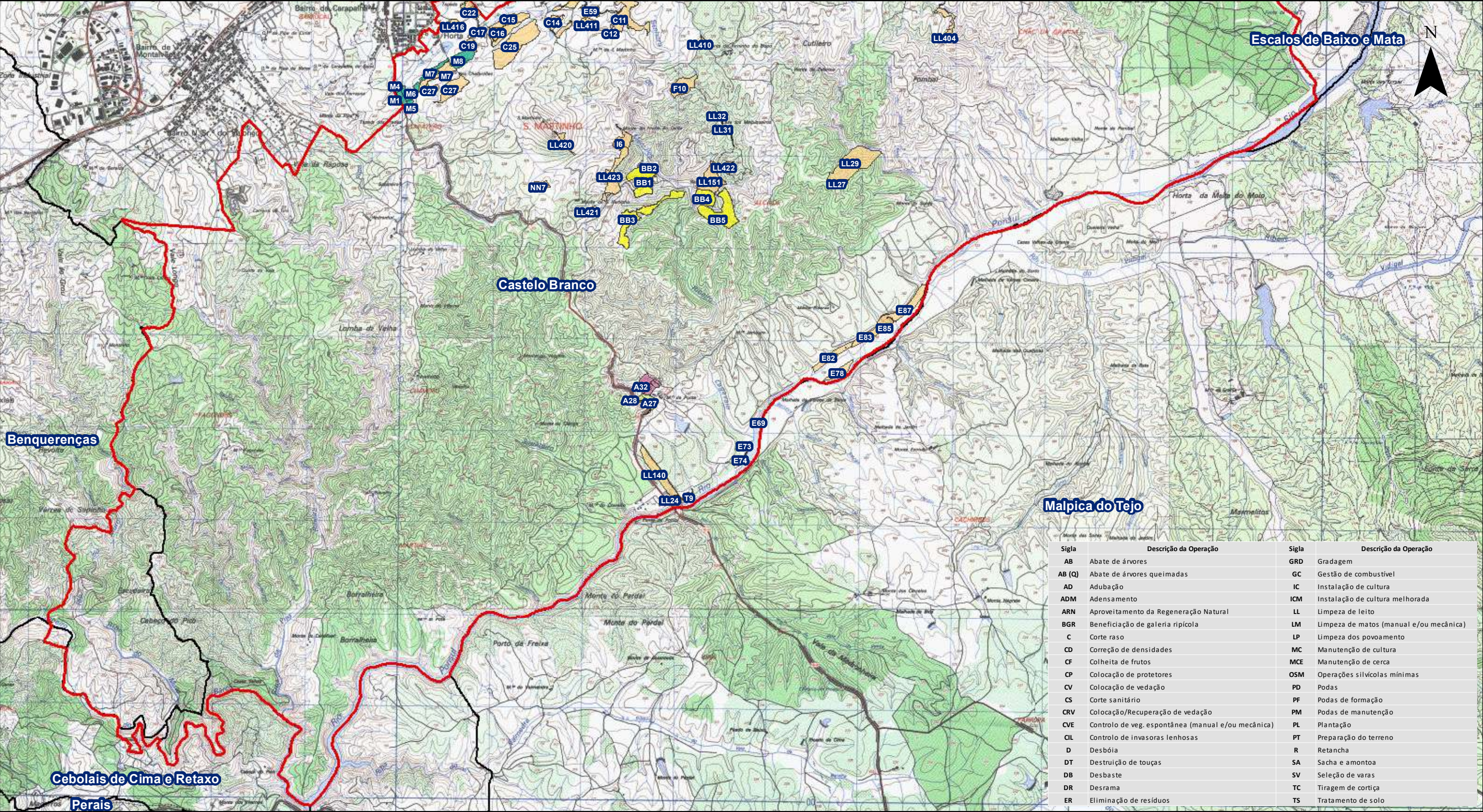
MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2024 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:40 000

Mapa n.º 50

Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06
Fonte(s) : DGT (2019)
Projecto elaborado por :
Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :
■ Espanha □ Limites Administrativos - Freguesias □ ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

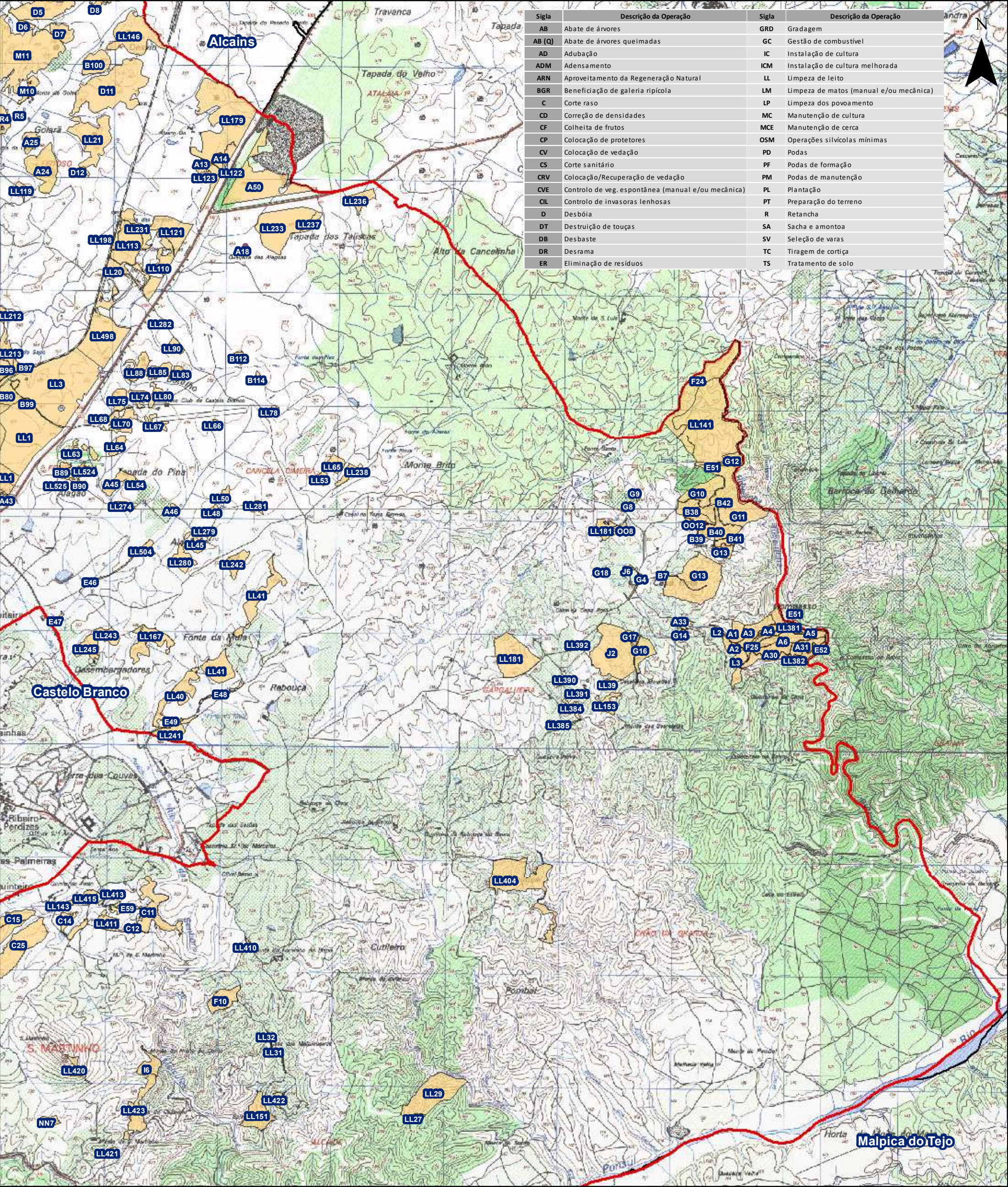
Intervenções para 2025 :
■ C
■ C(Ec)
■ OSM
■ R+SA
■ SV+GRD

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2025 ZIF DE CASTELO BRANCO

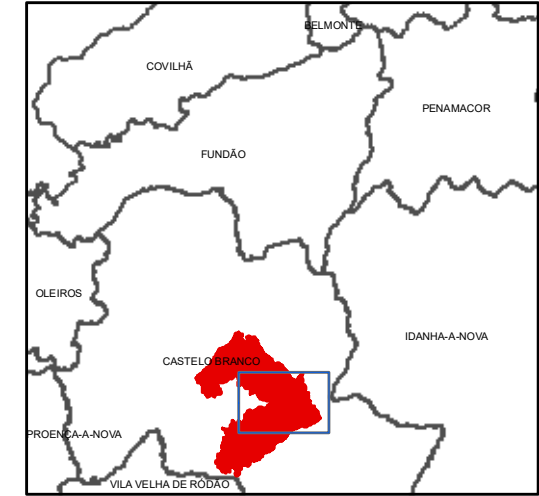
1:40 000

Mapa n.º 53

Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06
Fonte(s) : DGT (2019)
Projecto elaborado por :
Data de Elaboração : Março 2022



Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamentos
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destuição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :

- Espanha
- Limites Administrativos - Freguesias
- ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2026 :

- GRD
- OSM

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2026 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 55

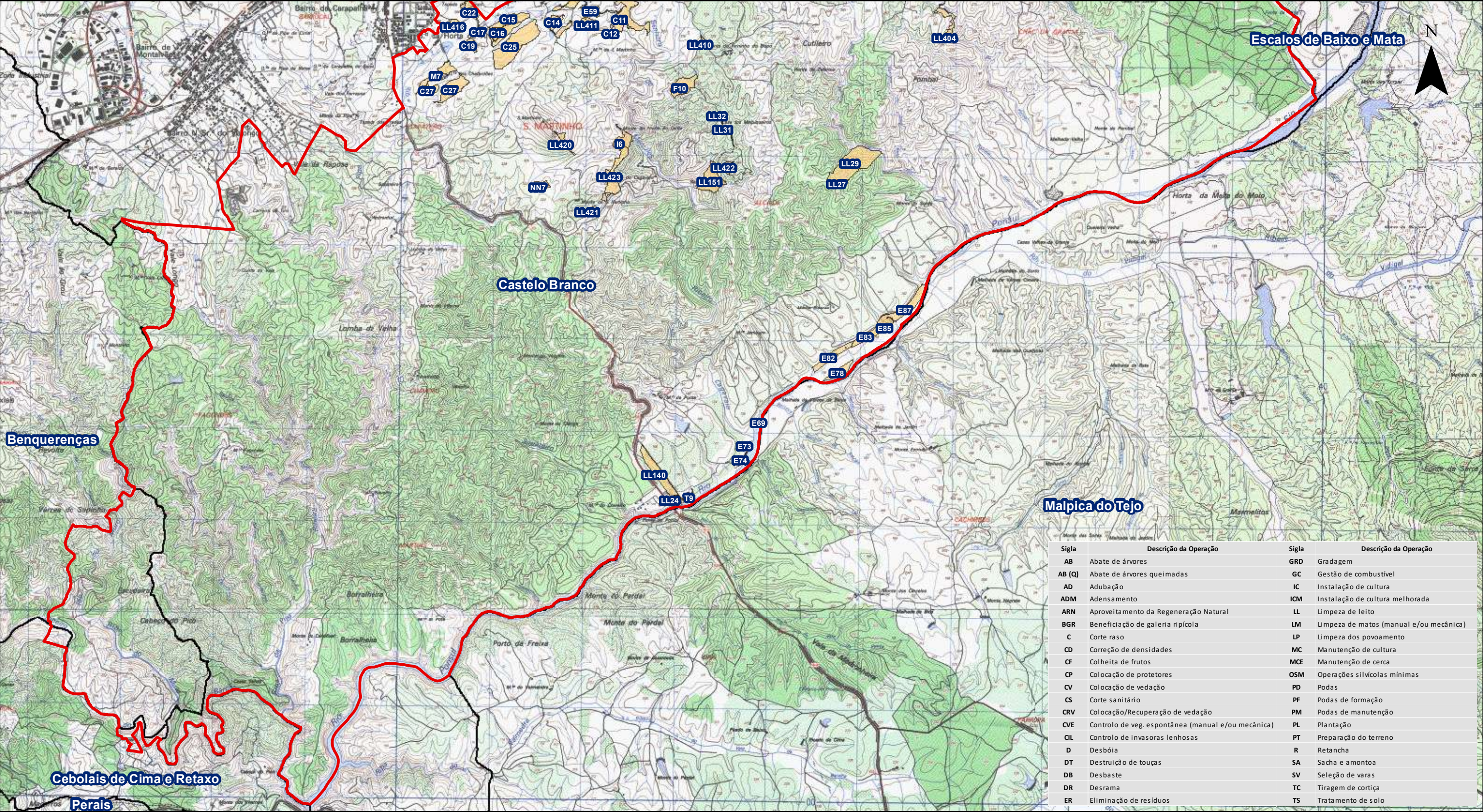
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

■ Espanha □ Limites Administrativos - Freguesias □ ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2026 :

■ OSM

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2026 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:40 000 **Mapa n.º 56**

Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

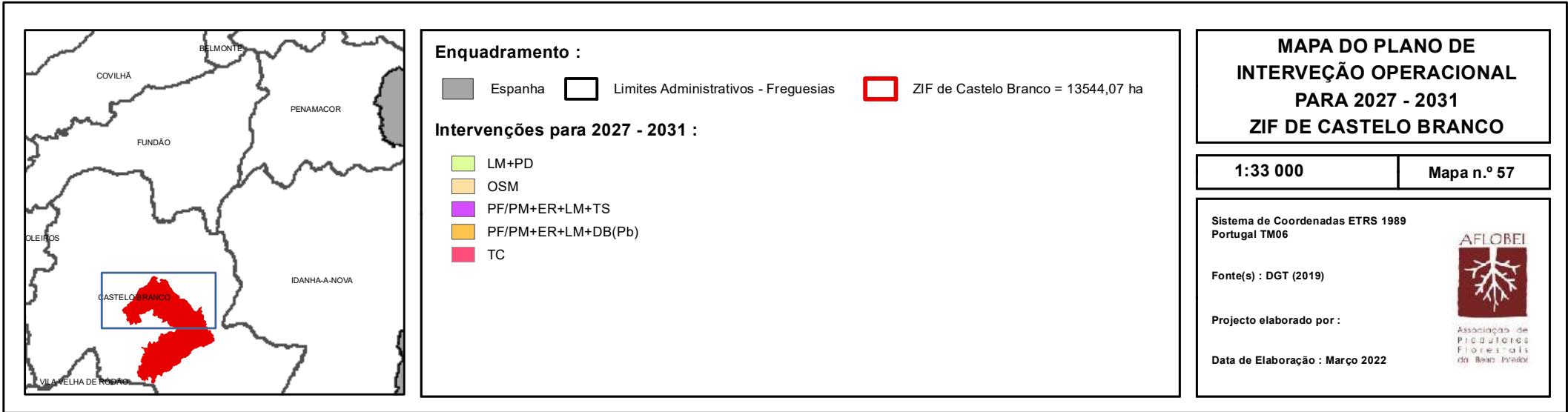
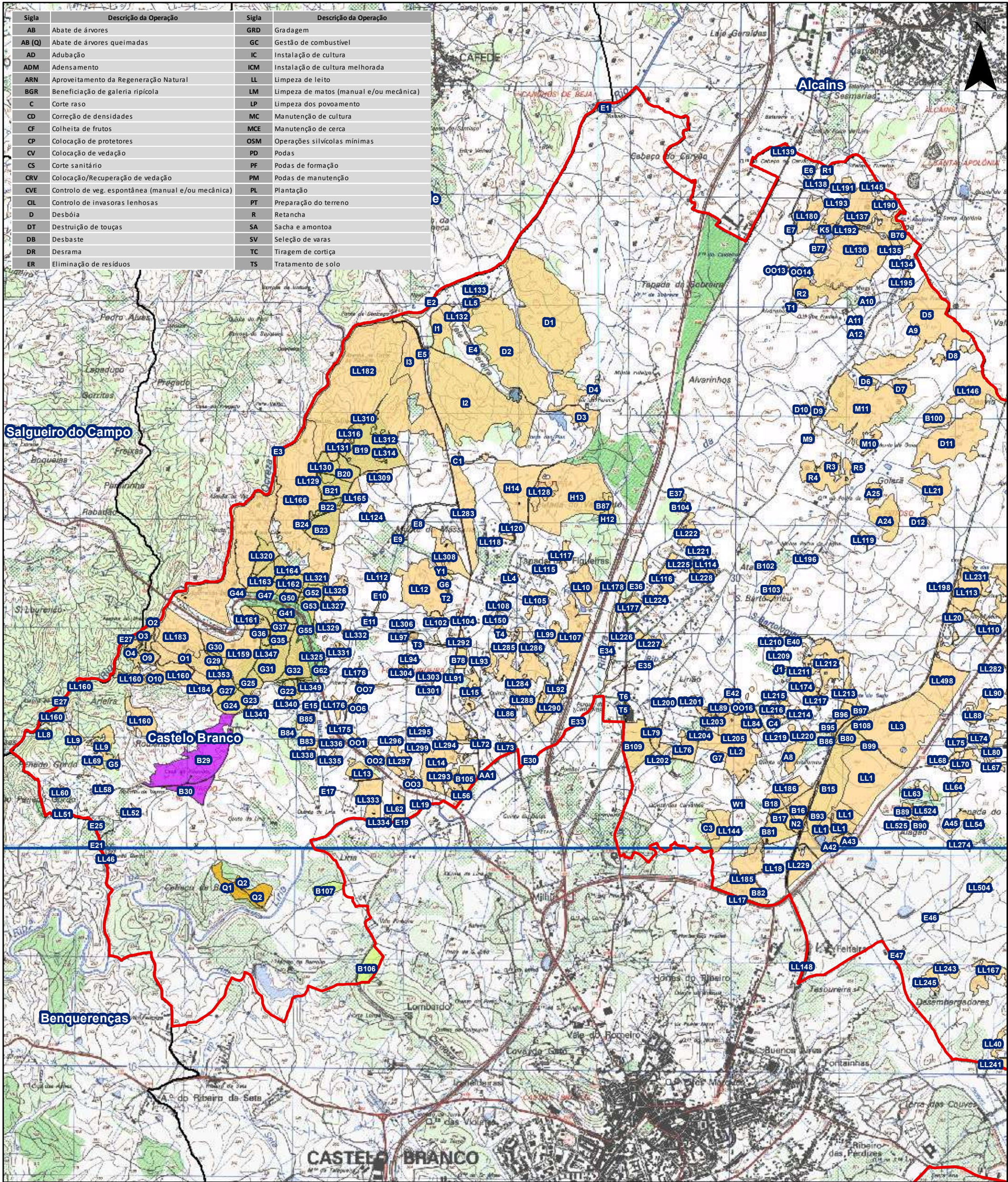
Fonte(s) : DGT (2019)

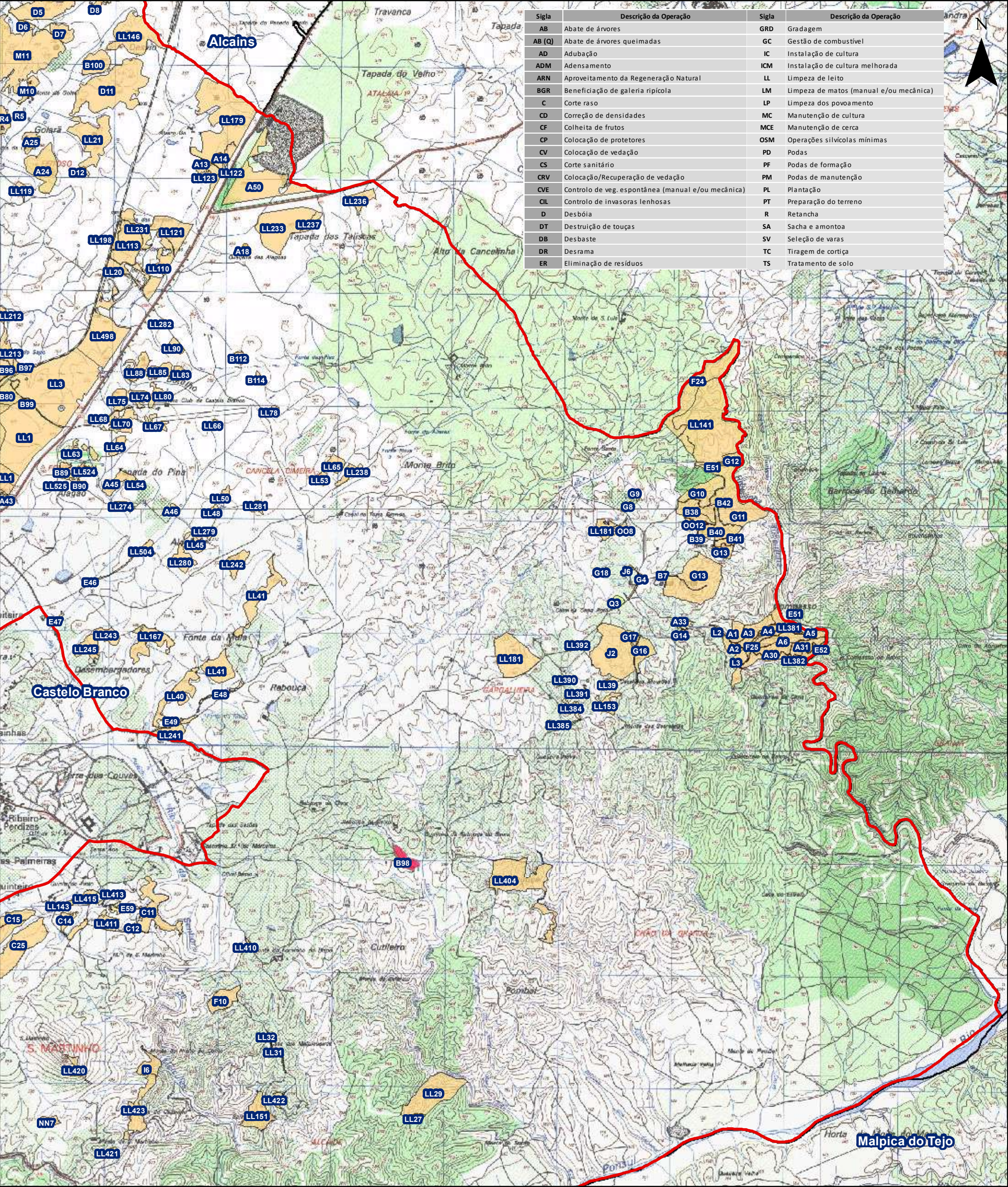
Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022

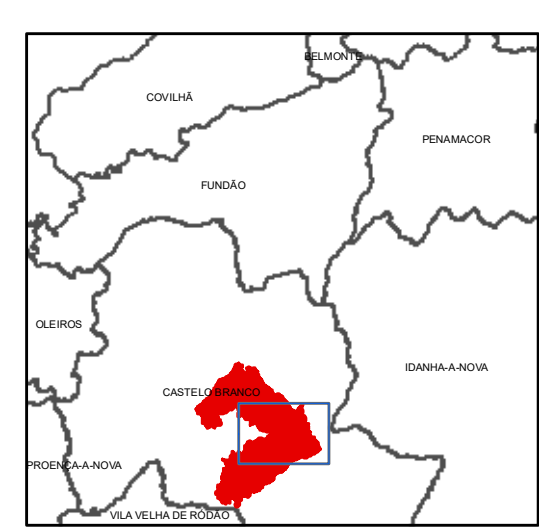
AFLOBEI

Associação de Produtores Florestais da Beira Interior





Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamento
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :

Espanha Limites Administrativos - Freguesias ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2027 - 2031 :

GRD LM+PD OSM TC

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2027 - 2031 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 58

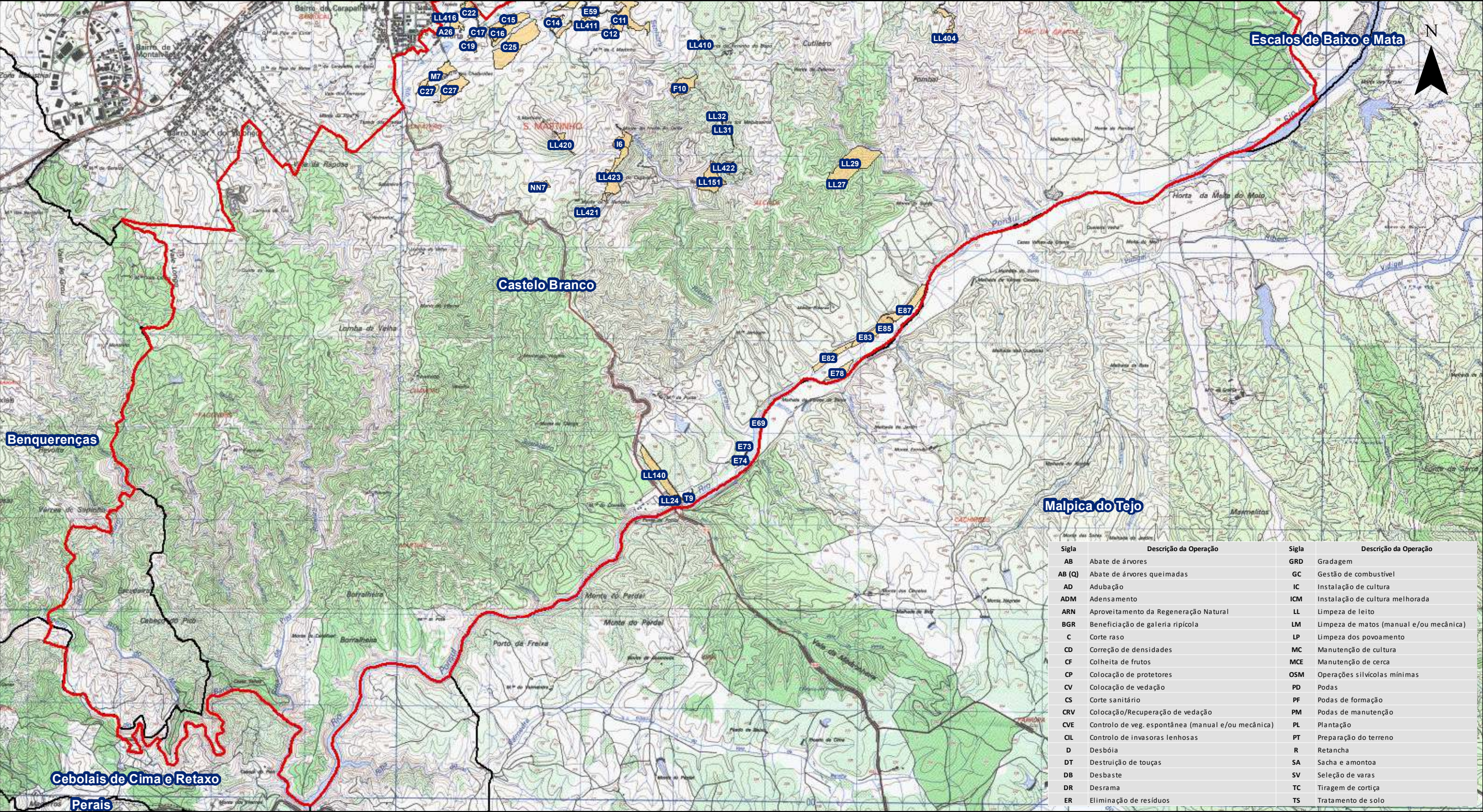
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :
Espanha
Limites Administrativos - Freguesias
ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2027 - 2031 :
C
OSM

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2027 - 2031 ZIF DE CASTELO BRANCO

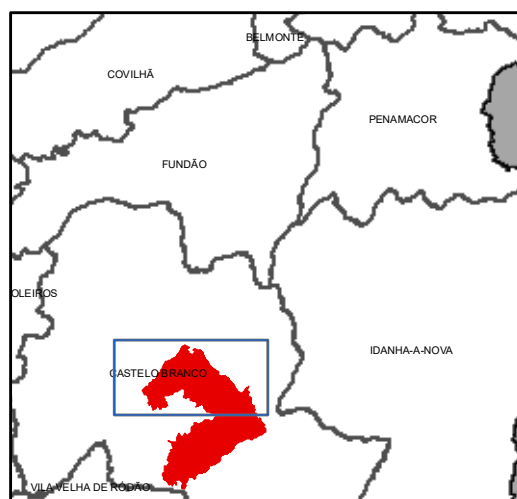
1:40 000

Mapa n.º 59


















Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06
Fonte(s) : DGT (2019)
Projecto elaborado por :
Data de Elaboração : Março 2022

Associação de Produtores Florestais da Região

Símbolo	Descrição da Operação	Símbolo	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adução	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamento
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



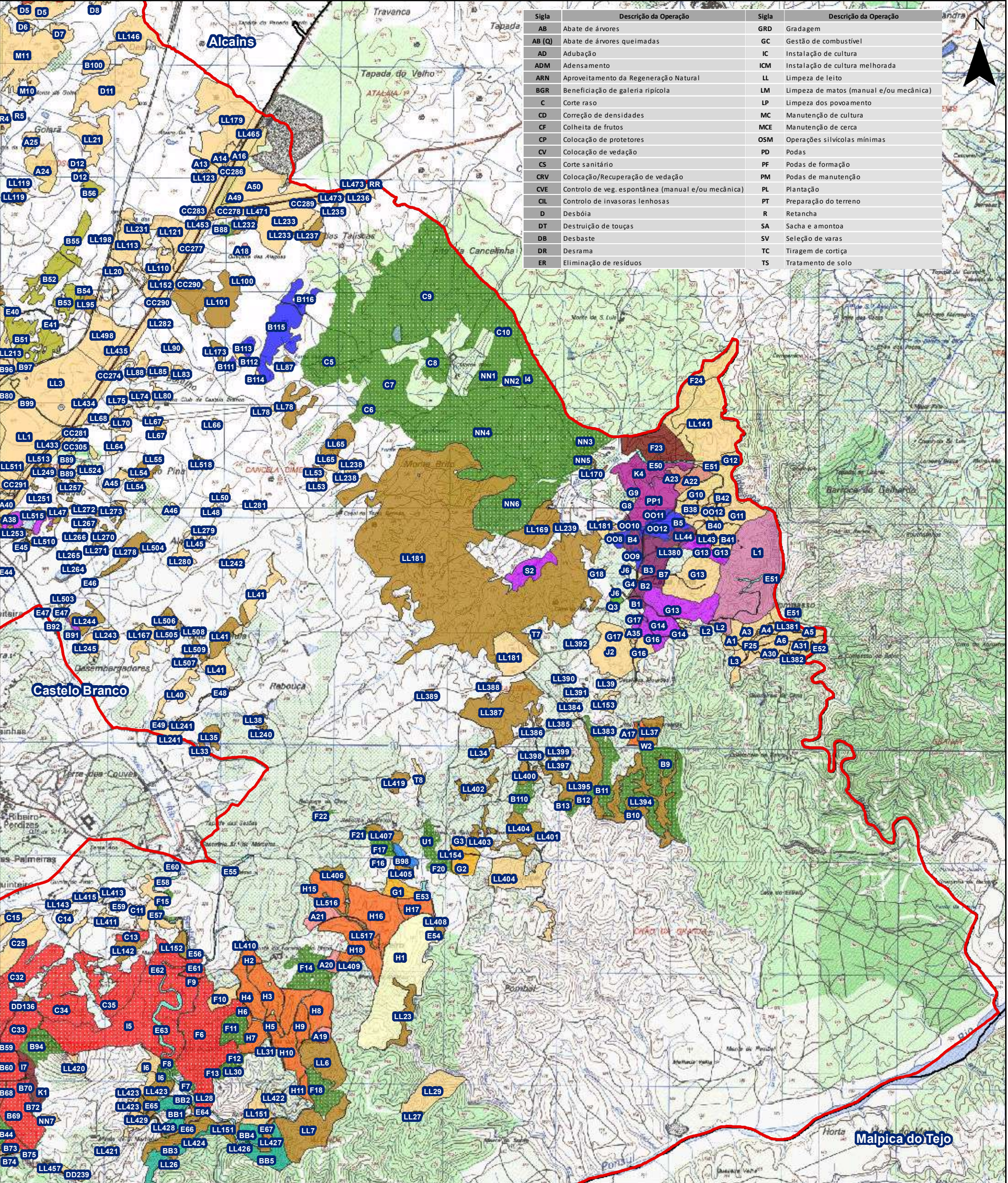
 Espanha Limites Administrativos - Freguesias ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

	BGR		LM+PD+ER
	C(Ec)+SV+LM+PD(Az)		LM+TC
	GC		OSM
	GRD		PD+ADM+ER
	LM		PD+LM+DB(Pb)
	LM+C(Pb)		TC+LM
	LM+PD		TC+LM+DR+PD+ER
	LM+PD(Az)		TC+LM+PD
	LM+PD+DR		

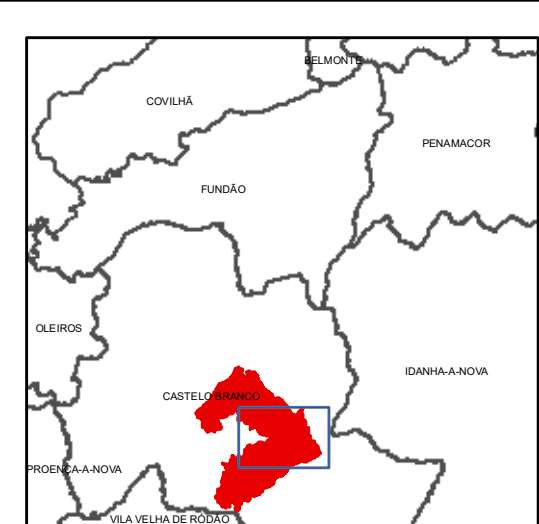
Mapa n.º 60

Proyecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022



Sígl	Descrição da Operação	Sígl	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adução	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamentos
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retancho
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :

- Espanha Limites Administrativos - Freguesias ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2032 - 2036 :

- | | | |
|----------|---------------------------|---------------------|
| BGR | LM+PD(Jovens)+TC(Adultos) | LM+TC |
| C+SV+GRD | LM+PD+ADM | OSM |
| GC | LM+PD+C(Pb) | PD+ADM+ER |
| GRD | LM+PD+DR | PD+DR+LM |
| LM | LM+PD+ER | TC+LM |
| LM+C | LM+PD+ER+ADM | TC+LM+PD |
| LM+DR | LM+PD+SV | TC+LM+PD(Az)+ER+ADM |
| LM+PD | LM+PD+TC | |

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2032 - 2036 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 61

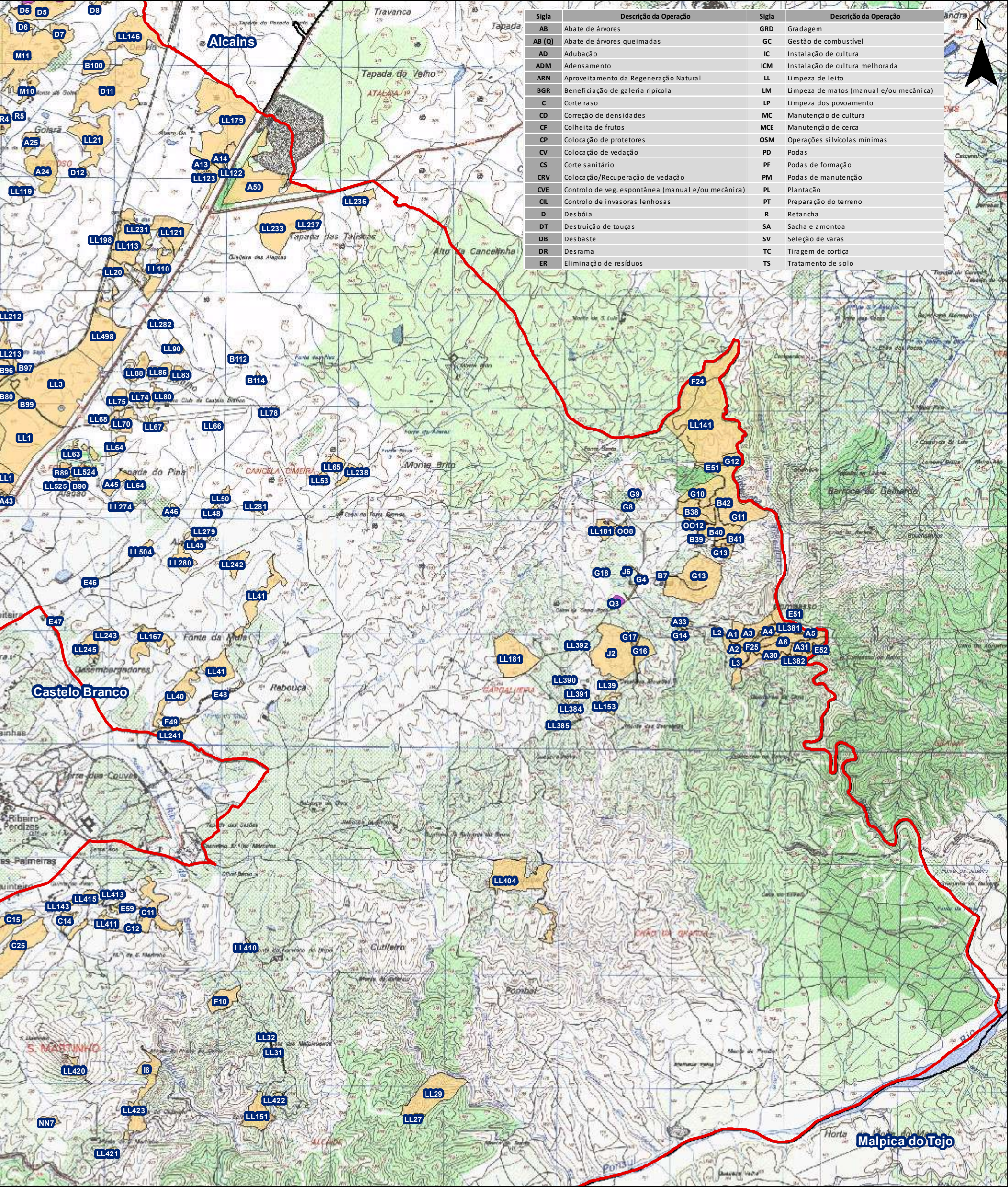
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

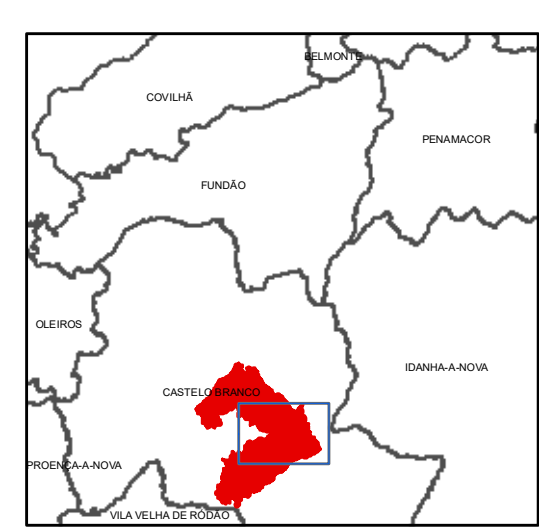
Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AB (Q)	Abate de árvores queimadas	GC	Gestão de combustível
AD	Adubação	IC	Instalação de cultura
ADM	Adensamento	ICM	Instalação de cultura melhorada
ARN	Aproveitamento da Regeneração Natural	LL	Limpeza de leito
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
C	Corte raso	LP	Limpeza dos povoamento
CD	Correção de densidades	MC	Manutenção de cultura
CF	Colheita de frutos	MCE	Manutenção de cerca
CP	Colocação de protetores	OSM	Operações silvícolas mínimas
CV	Colocação de vedação	PD	Podas
CS	Corte sanitário	PF	Podas de formação
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PM	Podas de manutenção
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destuição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo



Enquadramento :

- Espanha Limites Administrativos - Freguesias ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2037 - 2039 :

- LM+PD
 OSM

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2037 - 2039 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:32 000

Mapa n.º 64

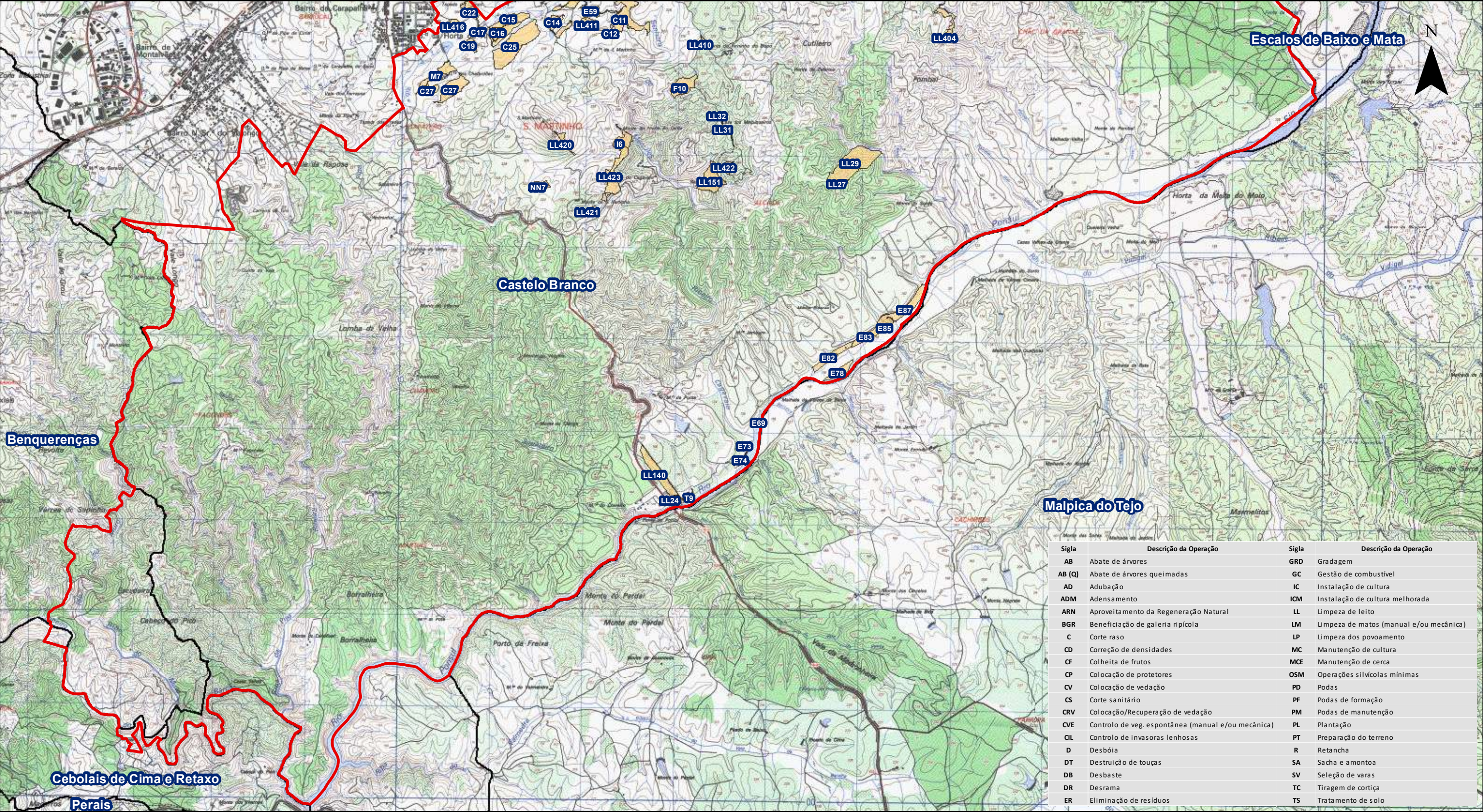
Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022





Enquadramento :

■ Espanha □ Limites Administrativos - Freguesias □ ZIF de Castelo Branco = 13544,07 ha

Intervenções para 2037 - 2039 :

■ OSM

MAPA DO PLANO DE INTERVENÇÃO OPERACIONAL PARA 2037 - 2039 ZIF DE CASTELO BRANCO

1:40 000 **Mapa n.º 65**

Sistema de Coordenadas ETRS 1989 Portugal TM06

Fonte(s) : DGT (2019)

Projecto elaborado por :

Data de Elaboração : Março 2022

AFLOBEI
Associação de Produtores Florestais da Beira Interior